

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Paulo Rodrigues Cerqueira

**A PROSTITUIÇÃO DEFINIDA COMO TRABALHO DO SEXO:
UMA ANÁLISE DESDE A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL**

Porto Alegre

2022

Paulo Rodrigues Cerqueira

**A PROSTITUIÇÃO DEFINIDA COMO TRABALHO DO SEXO:
UMA ANÁLISE DESDE A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ceci Misoczky

Porto Alegre

2022

Paulo Rodrigues Cerqueira

**A PROSTITUIÇÃO DEFINIDA COMO TRABALHO DO SEXO:
UMA ANÁLISE DESDE A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL**

Esta Tese foi julgada aprovada para obtenção do Título de “Doutor” e aprovada em sua forma final/com alterações indicadas pela banca.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2022.

Prof. Dr.
Coordenador do PPG

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Ceci Misoczky.
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Beatriz Augusto de Paiva, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Deise Luiza da Silva Ferraz, Dra.
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Leonardo Granato, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Rafel Kruter Flores, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

A minha mãe, por ser minha maior companheira e apoiadora. Apesar das cartas e do contato diário, a distância tem sido cruel, especialmente em tempos tão difíceis. Fique firme e continue contagiando alegria e perseverança. Como você mesmo disse, essa conquista é, também, sua.

À Profa. Maria Ceci Misoczky, pela paciência, orientação e força em todo o percurso.

Ao companheiro Bruno Dorneles, por me tirar de tantos momentos difíceis. E por me colocar em tantos outros. Agradeço, também, a Almir Casagrande, por participar do início do processo.

Ao nosso filhote Marx.

A meu irmão Danilo Cerqueira, Livia, Bebel e Ana.

Aos familiares mineiros e baianos.

Aos amigos Guilherme Dornelas, Gabriela Coto, Rodrigo Capelato, Leonardo Pavani, Luís Alberto da Silva, Adriano Saraiva, Henrique Vieira, Matheus Machado, Ana Clara Souza, Bruno Lessa, Thiago Pimentel, Lucas Casagrande, Jéssica e Chrystian Remes, Paulo Dalpian, as Jacques, Carol Capaverde e Alberto, Martin Zamora, Rafael Severino, Erly Vieira, Aleques Eiterer, Natalie Supeleto, Janete Couto e outros que por ora não recordei.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora e familiares.

Aos professores da área dos Estudos Organizacionais do PPGA da UFRGS.

In memoriam, aos professores Walter Nique e Mario Duayer.

À Capes e ao Cnpq pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

Esta Tese analisou a prostituição definida como trabalho do sexo desde proposições de György Lukács sobre a ontologia do ser social. O termo ‘trabalho do sexo’ foi criado na década de 1970 por ativistas que definiram a prostituição como um trabalho como qualquer outro no capitalismo e tem fundamentado as estratégias e ações do ativismo hoje conhecido pelas Redes do Guarda-chuva Vermelho (RGCV) pela legalização e a descriminalização da atividade, para que sejam concretizados, a pessoas em situação de prostituição, os mesmos direitos dos trabalhadores e o reconhecimento de sua organização coletiva nos moldes trabalhistas, que ocorrem em um contexto de disputas, em processo aberto até os dias de hoje, com o ativismo abolicionista, que aqui foram ilustradas com eventos recentes ocorridos na Argentina e na Espanha. As explicitações dos argumentos que equiparam a prostituição com o trabalho evidenciam que a prostituição funciona e é organizada da mesma forma que as diferentes manifestações de trabalho precarizado, e que os vendedores do sexo são subsumidos aos mesmos processos de exploração e controle dos trabalhadores em geral, mas não foram problematizadas as estruturas sociais que criam as condições dessa equiparação. A fundamentação com base em Marx e Lukács contribui para superar lacunas no tratamento do tema no campo dos Estudos Organizacionais ao explicar por que e como o trabalho é a categoria central para investigar os aspectos essenciais da reprodução das estruturas sociais que oprimem e exploram as pessoas em situação de prostituição e os impactos nos processos de individualização, em um contexto em que predominam estudos influenciados por autores do pós-estruturalismo que se negam a analisar os processos sociais considerando a totalidade do sistema do capital. Na situação de pessoas em situação de prostituição, a mercantilização do trabalho naturaliza e aprofunda a alienação e o estranhamento na reprodução social, porque parte de sua vida sexual passa a ser diretamente determinada por causalidades econômicas na medida em que elas utilizam o sexo como condição de sobrevivência e, na venda, reproduzem a relação alienante dos indivíduos com o caráter social do trabalho no sistema do capital. Contudo, é específica a maneira como lidam com o sexo como meio de subsistência econômica porque para se estabelecerem e serem mais bem remuneradas na indústria do sexo, as pessoas em situação de prostituição são levadas a fabricar identidades mercantis, produzindo o próprio corpo e desenvolvendo suas habilidades eróticas vinculadas aos desempenhos particulares demandados por esta indústria. Isso resulta em sua objetificação e subjetivação de maneira reificada. O vínculo com a classe trabalhadora em geral pode gerar um efeito de reconhecimento social que, no entanto, não supera a reificação na constituição do que as pessoas têm de mais particular, nos domínios sobre si mesmos, em seus ‘eus únicos’. Ainda que de modo incipiente, esse processo de luta pelo reconhecimento da prostituição como trabalho têm contribuído para que as pessoas em situação de prostituição se reconheçam como partícipes do sujeito político histórico que é a classe trabalhadora e se organizem coletivamente em um contexto de desenvolvimento do sistema do capital com profundos ataques ao trabalho.

Palavras-chave: Prostituição, Trabalho do sexo, Ontologia do ser social, Alienação e Estranhamento.

ABSTRACT

This Thesis analyzed prostitution defined as sex work based on the propositions of György Lukács about the ontology of the social being. The term 'sex work' was created in the 1970s by activists who defined prostitution as a work like any other in capitalism and has been fundamenting an accumulation of strategies and actions of the activism these days known as Red Umbrella Networks to legalize and decriminalize sex trade, in order to assure to persons in situation of prostitution same rights as workers and to recognize their collective organization in the labor mold, in a context of struggles, in open process to the present day, with the abolitionist activism, illustrated here with recent events taken place in Argentina and Spain. The exhibitions of the arguments that equiparate prostitution and work show that prostitution is organized and functions in the same way as the different manifestations of precarious work, and that the sellers are subsumed under the same processes of exploitation and control as workers in general, but there weren't found explanations about the social structures that create the conditions for this equiparation. The fundamentals based on Marx and Lukács help to surpass gaps in the treatment of the theme in the field of Organization Studies by explaining why and how work is the central category to investigate the essential aspects of the reproduction of the social structures that oppress and exploit people in situation of prostitution and the impacts on individualization processes, in a context in which predominate studies influenced by post-structuralist authors that refuse to analyze social processes considering the totality of the system of capital. In the situation of people in a situation of prostitution, the mercantilization of work naturalizes and deepens the alienation and estrangement in social reproduction because part of their sexual life becomes directly determined by economic causalities, insofar as they use sex as a condition of survival and, in the sale, reproduce the alienating relationship of individuals with the social character of work in the system of capital. However, the way they deal with sex as a means of economic subsistence is specific, because to establish themselves and be better paid in the sex industry, people in situation of prostitution are led to manufacture mercantile identities, producing their own bodies and developing their erotic skills linked to the particular performances demanded by this industry. This results in their objectification and subjectivation in a reified way. The bond with the working class in general can generate an effect of social recognition, however, it doesn't surpass the reification in the constitution of what people have that is most particular, in the domains over themselves, in their 'unique selves'. Although in an incipient way, this process of struggle for the recognition of prostitution as work has contributed to people in situation of prostitution to recognize themselves as participants in the historical political subject that is the working class and to organize themselves collectively, in a context of development of the system of capital with deep attacks on work.

Keywords: Prostitution, Sex work, Ontology of the social being, Alienation and Estrangement.

RESUMEN

Esta Tesis analizó la prostitución definida como trabajo sexual a partir de las proposiciones de György Lukács sobre la ontología del ser social. El término 'trabajo sexual' fue creado en la década de 1970 por activistas que definieron la prostitución como un trabajo como cualquier otro en el capitalismo y ha fundamentado las estrategias y acciones del activismo hoy conocido como Paraguas Rojo por la legalización y despenalización de la actividad, para que sean concretados, en las personas en situación de prostitución, los mismos derechos de los trabajadores y el reconocimiento de su organización colectiva en los moldes laborales, que ocurren en un contexto de disputas, en un proceso abierto hasta los días de hoy, con el activismo abolicionista, ilustrado aquí con eventos recientes en Argentina y España. Las explicitaciones de los argumentos que equiparan la prostitución con el trabajo evidencian que la prostitución funciona y es organizada de la misma forma que las diferentes manifestaciones del trabajo precarizado, y que los vendedores del sexo están subsumidos bajo los mismos procesos de explotación y control que los trabajadores en general, pero no fueron problematizadas las estructuras sociales que crean las condiciones de esta equiparación. La fundamentación basada en Marx y Lukács contribuye a superar los vacíos en el tratamiento del tema en el campo de los Estudios Organizacionales al explicar por qué y cómo el trabajo es la categoría central para investigar los aspectos esenciales de la reproducción de las estructuras sociales que oprimen y explotan a las personas en situaciones de la prostitución y los impactos en los procesos de individualización, en un contexto en el que predominan los estudios influenciados por autores del posestructuralismo que se niegan a analizar los procesos sociales considerando la totalidad del sistema del capital. En la situación de las personas en situación de prostitución, la mercantilización del trabajo naturaliza y profundiza la alienación y el extrañamiento en la reproducción social, porque parte de su vida sexual pasa a estar directamente determinada por causalidades económicas en la medida en que utilizan el sexo como condición de supervivencia y, en la venta, reproducen la relación alienante de los individuos con el carácter social del trabajo en el sistema del capital. Sin embargo, es particular la forma como lidian con el sexo como medio de subsistencia económica, porque para establecerse y ser mejor remuneradas en la industria del sexo, las personas en situación de prostitución son llevadas a fabricar identidades mercantiles, produciendo el propio cuerpo y desarrollando sus habilidades eróticas vinculadas a los desempeños particulares demandados por esta industria. Esto resulta en su objetivación y subjetivación de forma cosificada. El vínculo con la clase trabajadora en general puede generar un efecto de reconocimiento social que, sin embargo, no supera la cosificación en la constitución de lo que las personas tienen de más particular, en los dominios sobre sí mismas, en sus 'yo únicos'. Aunque de manera incipiente, este proceso de lucha por el reconocimiento de la prostitución como trabajo ha contribuido a que las personas en situación de prostitución se reconozcan como participantes del sujeto político histórico que es la clase trabajadora y se organicen colectivamente en un contexto de desarrollo del sistema del capital con profundos ataques al trabajo.

Palabras clave: Prostitución, Trabajo sexual, Ontología del ser social, Alienación y Extrañamiento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Cartaz do Evento Hooker’s Ball	45
Figura 02 – Pôster do Filme Snuff.....	56
Figura 03 – Anúncio do Observatório e da Línea 0810.....	66
Figura 04 – Passeata de ativistas da Ammar.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A prostituição e a psicodinâmica da sexualidade organizacional	23
Quadro 2 – Interações em serviços comerciais de sexo	29
Quadro 3 – Principais fontes de recursos para o financiamento das atividades em defesa da prostituição como trabalho do sexo.....	49
Quadro 4 – Ativismos envolvidos com o tema da prostituição na Argentina	73
Quadro 5 – Ativismos envolvidos com o tema da prostituição na Espanha	77
Quadro 6 – Estratégias, finalidades e ações em defesa da prostituição como trabalho do sexo.....	86
Quadro 7 – Sistematização dos argumentos que definem a prostituição como trabalho do sexo	88
Quadro 8 – Perguntas problematizadoras dos argumentos que definem a prostituição como trabalho do sexo	91
Quadro 9 – Perguntas problematizadoras dos argumentos sobre os processos que conferem uma mesma existência prática à prostituição e ao trabalho	92
Quadro 10 – Perguntas problematizadoras sobre o trabalho alienado e o estranhamento na definição da prostituição como trabalho do sexo	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acla – *Asociación Catalana de Locales de Alterne*
APDHA – *Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía*
AGVA – *American Guild of Variety Artists*
ALLIT Argentina – *Asociación de Lucha por la Identidad de las Travestís*
AMADH – *Asociación de Mujeres Argentinas por los Derechos Humanos*
AMEPU – *Asociación de Meretrices Profesionales del Uruguay*
Ammar – *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina*
Anem – *Asociación Nacional de Empresários Mesalina*
APNSW – *Asia Pacific Network of Sex Workers*
Aprosex – *Asociación de Profesionales del Sexo*
ASWA – *African Sex Workers Alliance*
ATE – *Asociación de Trabajadores del Estado*
Atem – *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de Noviembre”*
AWID- *The Association for Women’s Rights in Development*
CATW – *Coalition Against Trafficking of Women*
CCOO – *Comissões Trabalhistas da Espanha*
CEICS – *Centro de Estudios e Investigación em Ciencias Sociales*
CFS – *Comissão Feminismos Sol*
CGT – *Confederação Geral do Trabalho*
Coraid – *The Netherland’s Catholic Organization Relief and Development*
CIDA – *Canadian International Development Agency*
CMS – *Critical Management Studies*
CNT – *Confederação Nacional do Trabalho*
Coyote – *Call Off Your Old Tired Ethics*
CSWC – *Caribbean Sex Work Coalition*
CTA – *Central de Trabajadores de Argentina*
DANNIDA – *Danish Development Corporation*
DSTs- *Doenças sexualmente transmissíveis.*
ECP – *English Collective of Prostitutes*
EO – *Estudos Organizacionais*
EWL – *European Women’s Lobby*
FAI – *Federação Abolicionista Internacional*

FAN – Frente Nacional Abolicionista
FDP – *Freie Demokratische Partei*
FEIM – *La Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer*
FPV – Coligação Frente para a Vitória
FNV – *Federatie Nederlandse Vakbeweging*
Fuertsa – Frente de Unidade Emancipatória para o Reconhecimento dos Direitos dxs Trabalhadorxs do Sexo na Argentina
GAATW – *Global Alliance Against Traffic in Women*
GMB – *General Municipal Boilermakers*
HIVOS – *Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries*
Hydra – Associação de Prostitutas de Berlim
IAC – *Intersindical Alternativa de Catalunya*
ICRSE – *The International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe*
INDEAL – Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de América Latina
IUSW – *International Union of Sex Workers*
La Strada Internacional – *European Network Against Trafficking in Human Beings*
LHMWU – *Liquor, Hospitality and Miscellaneous Workers' Union*
Lusida – Projeto de Controle à Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis
NORAD- *The Norwegian Agency for Development Cooperation*
NSWP – *Network of Sex Work Projects*
NTFP – *National Task Force on Prostitution*
NTUI – *New Trade Union Initiative*
NZPC – *New Zealand Prostitutes Collective*
ODA – *Japan's Official Development Assistance*
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSF – *Open Society Foundation*
OFIO – *United Kingdom's Department for International Development*
Otras – *Sindicato Autónomo Organización de Trabajadoras Sexuales*
Ovits – *Observatorio de Violencia Institucional hacia el Trabajo Sexual*
PCV – *Prostitutes Collective of Victoria*

Plaperts – *La Plataforma Latino Americana de Personas que Ejercen el Trabajo Sexual*
Pony – *Prostitutes of New York*
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRA – *Prostitution Reform Act*
PROSTSCHG – *Gesetz zum Schutz von in der Prostitution tätigen Personen*
Protex – Procuradoria de Tráfico e Exploração de Pessoas
PSOE – *Partido Socialista Obrero Español*
RATT Argentina – *Red Alto al Tráfico y la Trata de Argentina*
RBP – Rede Brasileira de Prostitutas
RedTraSex – *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El Caribe*
RGCV – Rede do Guarda-Chuva Vermelho
Rima – *La Red Informativa de Mujeres de Argentina*
RRTS – *Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual*
Sage – *Standing Against Global Exploitation*
Sharp – *Sexual Health and Rights Programme*
SIDA – *The Status of Women – Canada Swedish International Development Cooperation Agency*
SOC – *Swiss Agency for Development and Cooperation*
SPD – *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*
Strass – *Syndicat du Travail Sexuel*
Swan – *Sex Workers' Rights Advocacy Network for Central and Eastern Europe and Central Asia*
TAMPEP – *Rede Europeia para a Prevenção ao HIV/AIDS e Promoção de Saúde entre Trabalhadores Sexuais Migrantes*
TVPA – *The Trafficking Victims Protection Act*
UGT – União Geral de Trabalhadores
UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
Ver.di – *Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft*
WAP – *Women Against Pornography*
Whisper – *Women Hurt in Systems of Prostitution Engaged in Revolt*
Wise – *Workers in Sex Employment*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I	41
APRESENTAÇÃO DA PARTE I	42
1 PROSTITUIÇÃO DEFINIDA COMO TRABALHO DO SEXO: POSIÇÕES E PROPOSIÇÕES	43
1.1 PELA PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO DO SEXO	43
1.1.1 O surgimento dos primeiros coletivos de prostitutas e o modelo Coyote	44
1.1.2 A internacionalização da defesa da prostituição como trabalho do sexo	46
1.1.3 Trabalho e sindicalização	53
1.2 PELA ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO	54
1.3 AS DISPUTAS NA ARGENTINA E NA ESPANHA	59
1.3.1 As disputas na Argentina	59
1.3.2 As disputas na Espanha	73
1.4 PRIMEIRA SÍNTESE E FECHAMENTO DA PARTE I	85
PARTE II	94
APRESENTAÇÃO DA PARTE II	95
2 CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL	96
2.1 O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEU IMPACTO NO SER SOCIAL E NA VIDA DOS INDIVÍDUOS	108
2.2 SEGUNDA SÍNTESE E FECHAMENTO DA PARTE II	113
PARTE III	118
APRESENTAÇÃO DA PARTE III	119
3 O TRABALHO NA DEFINIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO DO SEXO EM CONEXÃO COM AS CAUSALIDADES DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	121
CONCLUSÕES	143
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

Chego a esta Tese após uma trajetória de estudos sobre o tema da sexualidade que foram realizados durante o mestrado na área dos Estudos Organizacionais (EO) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, entre 2012 e 2014. Naquele período descrevi, adotando a analítica pós-estruturalista elaborada por Michel Foucault, a relação entre o corpo e os processos de subjetivação da vida sexual de homens gays que frequentavam grupos apelidados de ‘ursos’ (CERQUEIRA, 2014).

Surgidos, na década de 1980, na costa oeste dos Estados Unidos, esses grupos ficaram conhecidos pelo estilo de corpo que exalta variações do corpo gordo e os pelos corporais. Assim, divulga um modelo de corpo ideado a partir da ‘masculinidade’ de trabalhadores brancos do meio rural (o lenhador) e urbano (o peão ou operário), que difere daqueles usualmente associados à estética de gays afeminados e com o corpo sarado (WRIGHT, 2011).

Esse estilo se popularizou entre os gays não somente por se distanciar do tema da feminilidade, mas porque à época se associava a magreza desse público ao fenômeno do HIV/AIDS (HENNEN, 2008). No processo, surgiram classificações internas, que variavam conforme o estilo do corpo dos adeptos, configurando uma espécie de nova arca. Para exemplificar uma dessas classificações, o ‘urso’ que possui um corpo mais magro e com menos pelos é classificado como ‘lontra’.

Os primeiros grupos brasileiros se articularam no final da década de 1990, em capitais do eixo sudeste-sul. A exemplo do que ocorreu na América do Norte, eles divulgavam uma ideia de resistência aos padrões estéticos do meio gay e a aceitação daqueles marginalizados na indústria das festas. Propagavam que não importavam aspectos econômicos e raciais e que era possível constituir relações mais solidárias entre os adeptos, assim como realizar encontros em estabelecimentos menos caros e considerados ‘mais familiares’.

No contexto da Dissertação constatei que os participantes passaram a transformar o próprio corpo e o comportamento na medida em que participavam dos encontros ou se identificavam com o que viam em vídeos pornográficos. Para descrever algumas dessas mudanças, praticamente todos deixaram de aparar os pelos do corpo e muitos engordaram intencionalmente ou decidiam emagrecer somente quando os exames acusavam alterações de glicose, colesterol e hepáticas. Em um caso, um participante chegou, inclusive, a deixar de fazer shows noturnos como *drag*, pois essa estética não compatibilizava com sua nova existência sexual. Ao se subjetivarem como ursos, então, eles passaram a tomar esse estilo como algo pertencente a seus ‘eus únicos’.

Esse cenário mudou em menos de duas décadas. Os grupos deixaram de existir e a ‘arca’ se converteu numa variante da indústria do entretenimento noturno, dos aplicativos de sexo e, recentemente, do mercado *geek*. Surgiram novos encontros específicos para ursos, porém nas saunas e em festas elitizadas frequentadas por homens brancos, de classe média alta e com o corpo estilizado nas academias.

Após o término da Dissertação, me interessei em aprofundar a relação entre a economia e a sexualidade, na medida em que os participantes da pesquisa assinalaram que os critérios mais decisivos para conviver nesse meio eram de cunho econômico, ou seja, os mais bem quistos eram os que tinham mais dinheiro. Entretanto, concluí que a analítica aplicada na dissertação não auxiliava para aprofundar essas indagações. Isso se deve ao modo ela concebe a própria dinâmica da vida. Para explicá-la sob esta perspectiva, vou utilizar uma alegoria.

Vamos imaginar que habitamos um grande oceano composto por um emaranhado de correntes internas, e que cada uma delas possui um fluxo e uma composição própria. Nele, somos uma espécie de água-viva cujo corpo é incessantemente atravessado por essas correntes. Na medida em que elas nos perpassam, elas vão fixando periodicamente um aspecto condensado de nossa existência. Assim, quando somos atravessados pela corrente do trabalho, o modo como reagimos a ela confere nossa existência enquanto seres econômicos. O mesmo ocorre nas reações à corrente da sexualidade. Se quero, então, compreender como se subjetiva a vida sexual de uma pessoa, vou estudar como ela reage aos condicionamentos da corrente específica da sexualidade, e, a partir de seu interior, busco identificar como se entrecruzam (interseccionam) os outros aspectos.

Entretanto, os resultados da pesquisa e a própria dinâmica do meio ursino evidenciaram que ‘oceano’ parece se conduzir, em última instância, pelo fluxo da economia. Assim, ficaram os questionamentos sobre a pertinência, o alcance e a efetividade dessas analíticas, assim como a solidez desses modos predominantemente estéticos ou especificamente sexuais de resistir aos enquadramentos da vida.

Para avançar no enfrentamento das inquietações geradas por esta constatação, me interessei pela prostituição como tema de estudo.

Popularmente conhecida como a profissão mais antiga do mundo, a prostituição é uma relação na qual homens, mulheres e transgêneros satisfazem necessidades sexuais de outrem e recebem, em troca, dinheiro, outras mercadorias ou algum serviço. Essa forma de relação é usualmente é chamada de *programa*. Nos programas, a pessoa em situação de prostituição acorda com o consumidor uma interação sexual e/ou erótica mediante cobrança, por uma parcela de tempo e/ou por uma modalidade específica. Os programas podem ser marcados

diretamente pelos interessados, mas usualmente se interpõem terceiros que fornecem a infraestrutura para a realização da troca: os chamados de proxenetas, cafetões, rufiães, entre outras dominações. Eles, por sua vez, atuam direta ou indiretamente nessa relação. Basta pensar na diferença entre a infraestrutura específica da localidade dos programas e aquela que providencia o transporte, a publicidade e outros aspectos do negócio do sexo, como bebidas e alimentos, entretenimento, turismo e eventos, entre outros.

Desse modo, se focalizamos somente na consumação do sexo, a prostituição é uma atividade mercadológica simples. Entretanto, sua prática tem se tornado cada vez mais mediada pelas diferentes formas de terceiros. Outro aspecto relevante é que a comercialização do sexo é avaliada, ao longo da história, de modo negativo. Abundam os exemplos nos quais ela foi vista como um mal da sociedade, porém necessário para a recomposição física do trabalhador, assim como para a manutenção da saúde familiar (COHEN, 2015; KARRAS, 1996).

São antigos os estudos sobre essa atividade. Os primeiros remetem a Heródoto (século V a.C) e Strabo (Século I, a. C), que descreveram sua ocorrência nos templos sagrados das civilizações mesopotâmicas, com destaque para a Suméria e a Assíria, nos quais se vendia o sexo em troca do ‘dinheiro sagrado’ (BUDIN, 2008). Naquele tempo, a prostituição se tornou um tema da economia e do Estado (COHEN, 2015; BUDIN, 2008, LAITE, 2012). Na Grécia antiga, ela ocorria predominantemente na forma de uma ‘escravidão assalariada’ e poucos conseguiam ingressar nos circuitos meretriciais¹ ou de cortesia (COHEN, 2015; LUKÁCS, 2013). A atividade era considerada negativamente, pois no *ethos* da pólis ateniense eram valorizados o trabalho livre e a profissão liberal (*eleutherios tekhnê*). A prostituição era vista como uma atividade parasitária, que não gerava as mercadorias requisitadas pelas rotas comerciais do mar mediterrâneo (COHEN, 2015; BUDIN, 2008). Outro aspecto negativo atrelado à atividade era devido à concepção das mulheres como seres inferiores em relação aos homens, associadas aos escravos e animais (LACQUER, 1990).

Apesar disso, a prostituição foi regulamentada pelo Estado ateniense, principalmente em cidades portuárias e militares, onde se cobrava o *pornikon telos*² (COHEN, 2015). A mais antiga codificação jurídica ocorreu no *Codex Justinianus*, no qual se estabeleciam os

¹ Na Grécia clássica, as cortesãs eram chamadas de *heteras* e se posicionavam socialmente como cidadãs livres. Muitas delas conseguiam selecionar os clientes e o tipo de programa realizado nos *symposia* (nos jantares). A elas se permitia, inclusive, a posse de prostitutas escravas, que eram chamadas de *porneias*. O pagamento pelas *heteras* ocorria, principalmente, por meio de presentes, enquanto para as *porneias*, em moeda (MCGINN, 2010; COHEN, 2015). No mundo romano, essas duas *personas* da prostituição eram denominadas *meretrix*: mulheres que proviam pública (*palam omnibus*) e indiscriminadamente (*sine dilectu*) serviços sexuais por dinheiro (*pecunia accepta*) (VAN DE POL, 2011, p. 4).

² O *pornikon telos* que era uma taxa cobrada pelo Estado ateniense para o controle de epidemias e para o entesouramento, instaurada após a guerra do Poleponeso (COHEN, 2015).

parâmetros para o licenciamento e controle dos *prostibulae* privados pelo Império Romano (MCGINN, 2010). A prostituição cresceu naquela época devido à expansão dos territórios do Império e à atividade militar, ao surgimento dos mercados de dotes matrimoniais, e ao combate pelos recém-surgidos católicos à pederastia, que fora reproduzida pelos romanos desde a Grécia antiga (GARTON, 2004).

Não cabe aqui aproximar os desenvolvimentos e recuos da atividade no período feudal. Mas vale destacar que, segundo Thompson (2015), a prostituição existiu em todos os territórios em que predominava a propriedade privada, a atividade militar e a troca de mercadorias.

É consenso, na literatura sobre a prostituição, que ela se cresceu exponencialmente no período de transição do feudalismo para o capitalismo (FEDERICI, 2010; BUDIN, 2008; VAN DE POL, 2011; LAITE, 2012; COHEN, 2015). De acordo com Van de Pol (2011), o fator mais decisivo para esse crescimento foi a reabertura das rotas comerciais e o desenvolvimento da indústria hoteleira e do entretenimento no território portuários e das grandes feiras.

Federici (2010) argumenta que o fator decisivo foi a reestruturação do trabalho no período de transição para o capitalismo no qual se desenvolveu a tríade capital, propriedade privada e salário. No período da acumulação originária, a prostituição se institucionalizou nas principais cidades europeias, pois foi uma tática de controle da vagabundagem e de fixação dos trabalhadores nos territórios industriais, sendo ofertada, pública e gratuitamente, ao novo proletariado. Naquele contexto, as pessoas em situação de prostituição eram proibidas de atuar na tecelagem, decantaria e na atividade de parto, de aceder a cargos públicos e de circular pelas vias urbanas (FEDERICI, 2010). Segundo Bartley (2000), outro fator decisivo foi a captação de mulheres jovens que trabalhavam nas *workhouses* para o serviço doméstico e para a prostituição.

No contexto de consolidação do proletariado na produção industrial e da explosão urbana ocorrida no Século XIX, a oferta pública foi sendo substituída pela privada. Para que isso se realizasse, houve um intensivo uso do aparelho policial, que logrou reprimir os programas domésticos e aqueles realizados nas ruas (VAN DE POL, 2011). Isso fez com que a atividade se concentrasse tanto nos bordéis privados, direcionados para o consumo burguês, quanto aqueles voltados para o consumo dos trabalhadores. Aos burgueses foi diversificada a carta de produtos e serviços meretriciais³, que até então não se viam em muitas regiões, como as práticas de orgia, troca de parceiros, sadomasoquismo, bestialidade, assim como a retomada

³ As modalidades meretriciais, ou cortesãs, de prostituição que eram ofertadas para consumo burguês ocorriam por meio do pagamento de taxas de associação aos bordéis de luxo. Neles, os contribuintes tinham acesso aos programas sem limitação de tempo e modalidade de programa (VAN DE POL, 2011).

do comércio do sexo homoerótico (GILFOYLE, 1999). Aos trabalhadores, a precificação era conforme o tempo médio necessário para a realização de um programa comum, assim como havia diferentes preços para suas partes, como, por exemplo, o sexo oral, o anal e um programa completo (GILFOYLE, 1999). Assim, identifica Truong (1990, p. 14), que o avanço do sistema do capital foi substituindo “a cortesã [...] pela sub-mundana”, e a atividade se reproduziu de modo análogo ao trabalho assalariado que era pago por parcela de tempo ou por peça.

Lefebvre (2014, p. 727) registra que o ingresso da atividade na circulação de capital fez com que o sexo assumisse um papel privilegiado nas relações contemporâneas, transitando “de forma aproximada ao ouro” nos circuitos globais de troca e desenvolvendo a indústria do comércio sexual como “um produto que vende vários outros produtos”:

[...] na série ilimitada de bens trocáveis (objetos e produtos), três bens gozam de um papel especial e de um feliz ou infeliz privilégio: sexo, trabalho e informação. Em alguns aspectos, eles se aproximam do ouro, no sentido de serem onipresentes, mas claramente situados. Essas atividades, que são excepcionais, mas estão em conformidade com a norma para bens trocáveis, mercado e mercadorias, são realizadas na vida cotidiana e obscurecem o sistema de equivalentes a ponto de ocultá-lo. Desde a Antiguidade, o sexo é vendido e comprado: prostituição – casamento. Recentemente, esse negócio entrou diretamente nos circuitos de troca (sex shops etc.).

Segundo o autor, o sexo mercantilizado e publicitado penetrou o imaginário cotidiano, trazendo diferentes formas para a realização da prostituição (LEFEBVRE, 2014). Para exemplificar esse feito, se menciona que na metade do Século XX iniciou a produção pornográfica pelas grandes corporações do cinema e editoras de revistas e se instalaram nas proximidades dos antigos cinemas, por iniciativa da indústria de alimentos e bebidas e do tabaco, os clubes de danças eróticas (GALL, 2006; BRAY, 2011; BINDEL, 2017). Ou seja, no esteio das indústrias modernas do lazer e do entretenimento, de alimentos e bebidas, dos transportes e da comunicação, a atividade saiu da penumbra e se efetivou, conexas a elas, como uma indústria do sexo⁴ (COBO, 2017; BRAY, 2011; MIGUEL, 2015).

São inconsistentes as estimativas acerca da extensão e dimensão financeira dessa indústria. Porém, não há dúvidas de que ela movimentava anualmente centenas de bilhões de dólares pelo mundo (WEITZER, 2012). Em 2005, pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que cerca de 4,5 milhões de pessoas eram exploradas

⁴ Indústria do sexo é a tradução literal de *sex industry*. No inglês, um dos significados de *industry* se refere a pessoas e atividades envolvidas em um setor de negócios. Sendo assim, *sex industry* se refere a atividades comerciais relacionadas a serviços sexuais, tais como prostituição, dança erótica, pornografia, tele-sexo etc.

sexualmente, gerando lucro anual de 99 bilhões de dólares (OIT, 2012). Segundo Weitzer (2010), os gastos em prostituição nos Estados Unidos, somente no ano de 2006, somaram aproximadamente 13,3 bilhões de dólares.

Hoje, a prostituição se realiza em múltiplos serviços sexuais *in situ* e virtuais, venda de imagens pornográficas (produção e distribuição de vídeos e revistas pornô) e produtos eróticos (sex shops, feiras etc.). Conforme Gall (2006), muitas das novas formas se diferenciam do modelo clássico como os *peep shows* (*voyeur*), as danças eróticas e os ensaios pornográficos, o sexo por telefone (*sex calls*) e os chats e videochamadas (*live cams*). Elas parecem pôr em xeque a mediação de ‘terceiros’, principalmente pelas possibilidades de comunicação pela internet que, em princípio, proporcionariam infinitas formas de trato direto. Porém, o que se vê nas plataformas *online* é a renovação da cafetinagem, que se esconde na publicidade, na suposta neutralidade das redes sociais de agenciamento e nos filmes pornográficos.

Para os críticos da indústria do sexo, no produto final da atividade podem estar escondidas diferentes formas de violência e desumanização. Por exemplo, num filme pornográfico podem não aparecer indícios de coerção física e psíquica, a exaustão por horas de penetração, as ofensas e desgostos, o uso abusivo de drogas, o não pagamento por direitos de imagens e serviços realizados, e até mesmo o rigoroso controle do tempo de atividade (BRAY, 2011; JEFFREYS, 2011). Nesses produtos também não aparecem os conflitos e contradições entre aqueles que possuem os meios materiais para a realização da atividade e aqueles supostamente livres para realizá-la (EKMAN, 2013).

Outro aspecto se refere à relação entre a prostituição e às redes de tráfico de pessoas para trabalho clandestino e de drogas. Segundo Agustín (2001), a inserção da prostituição nos circuitos do capital fez surgir também as redes de prostituição que se abastecem de pessoas em situação de pobreza provenientes, principalmente, de economias periféricas. Em diagnóstico semelhante, Cobo (2017) relatou que vários países pobres se utilizam das remessas de renda provenientes da atividade para promover o consumo interno, enquanto impulsionam a indústria do entretenimento nos países ricos.

Nesse contexto de mudanças na atividade surgiu o objeto de estudo da Tese: a definição da prostituição como trabalho do sexo.

O termo ‘trabalho do sexo’ foi criado na década de 1970 por ativistas que definiram a prostituição como um trabalho como qualquer outro na sociedade capitalista (ALEXANDER, 1998; CHAPKIS, 1997). A compreensão é que as pessoas em situação de prostituição subsistem como os trabalhadores, pois não têm a posse dos meios materiais e objetivos de reproduzirem a vida, e são forçadas a vender, no mercado, o corpo e a força de trabalho como uma mercadoria,

sem as qualificações necessárias para conseguir um bom emprego e boas condições de trabalho, como a maior parcela deles (REYNAGA em REDTRASEX, 2012; ALEXANDER, 1998).

Dessa forma, a venda do sexo é compreendida com sendo a venda da força de trabalho e é argumentado que a prostituição funciona da mesma forma que as diferentes manifestações de trabalho precarizado no modo de produção atual; que os vendedores do sexo são subsumidos aos mesmos processos de exploração e controle; que a relação é mediada por dinheiro, gerando renda e lucro; e que ocorre nas mesmas relações contratuais entre as partes, com a vantagem de nela se apurar renda mais rápido e de modo mais fácil (KEMPADOO; DOEZEMA, 1998; GALL, 2006). Devido a isso, é demandada sua legalização e a descriminalização, para que sejam concretizados, a esse público, os mesmos direitos dos trabalhadores, o acesso a programas de assistência social e promoção da saúde, e o reconhecimento de sua organização coletiva nos moldes trabalhistas⁵.

Por conseguinte, a prostituição é definida como trabalho do sexo porque suas diferentes atividades apresentam traços em comum com as manifestações do trabalho em geral no modo de produção capitalista, que impactam na maneira em que os indivíduos subsistem, são explorados e controlados. Isso leva a investigações sobre as fundamentações do trabalho e sobre a relação entre as dinâmicas que conferem os aspectos mais basilares e decisivos para sua reprodução e continuidade no sistema do capital, ou seja, as dinâmicas essenciais, e os aspectos heterogêneos, relativos e efêmeros de suas manifestações fenomênicas, ao passo que são momentos “de um complexo dinâmico no qual essência, fenômeno e aparência convertem-se ininterruptamente um no outro” (LUKÁCS, 2012, p. 253). Justamente por configurarem o plano superficial e da diversidade do mesmo processo em que são criadas as condições essenciais da existência, Lukács (2012) explica que fenômenos podem se apresentar, em sua aparência fenomênica, de maneira a ocultar esses aspectos essenciais, e por mais incontestáveis que pareçam, podem, inclusive, contradizê-los. Assim, o modo que esta atividade sexual é comercializada no mercado, e o modo que se apresenta em sua existência prática nas relações cotidianas da vida pode revelar, ofuscar ou mesmo suprimir elementos, estruturas sociais e mediações que auxiliam na compreensão do que é essencial para sua existência como um trabalho como qualquer outro no sistema do capital, considerando as funções específicas que ela assume na reprodução deste sistema, e como esse vínculo impacta em sua organização e se impõe nos processos em que as pessoas em situação de prostituição constituem sua personalidade e subjetividade, ou seja, nos processos de individualização.

⁵ Esse tema será abordado em detalhe no Capítulo 1.

Porém, antes de avançar neste sentido e considerando que esta Tese se localiza nos Estudos Organizacionais (EO) e se propõe a uma contribuição para o tratamento deste tema neste campo de estudos, foi indispensável revisar como ele aparece nas publicações e localizar sua emergência.

O tema da prostituição aparece em publicações relacionadas com os EO no início da década de 1980, em conexão com a emergência dos *Critical Management Studies* (CMS) e com análises acerca da sexualidade, predominantemente influenciadas pelo pós-estruturalismo (HEARN, 2011, 2014; BREWIS, TYLKER e MILLS, 2014). Além disso,

[...] embora o comércio do sexo constitua uma indústria globalmente interligada e efetivamente administrada, que oferece alta lucratividade em nível organizacional e para os proprietários, os debates acerca da essência de tal comércio têm levantado de modo surpreendente pouco interesse nos Estudos Organizacionais, em gestão e nos CMS (HEARN, HOLGERSSON e JYRKINNEN, 2015, p. 126).

Tendo encontrado essas indicações iniciais, penso que é importante entender como o tema da prostituição tem sido abordado em periódicos reconhecidos do campo dos EO e quais as lacunas que persistem, além da já mencionada. Para isso, foi realizada uma pesquisa em bases de dados. O termo de busca foi 'prostituição'. A partir dele, foi adicionado outro critério, que o relacionava com trabalho tendo em vista o movimento pelo reconhecimento da prostituição como trabalho do sexo. Não foi incluída nenhuma restrição temporal.

A pesquisa em periódicos nacionais foi feita através do Portal Scielo e resultou em um número pequeno de publicações em periódicos relacionados com os EO. A pesquisa em periódicos internacionais foi feita no Portal de Periódicos da Capes, SCOPUS, Sage e Wiley Pubs., assim como diretamente nos periódicos *Organization* e *Gender, Work & Organization*, pela sua relevância nos EO. Além da maior quantidade, foram publicados no periódico *Gender, Work & Organization* trabalhos de autores reconhecidos em termos de tempo dedicado ao tema, publicações e citações para o debate contemporâneo sobre a prostituição: O'Connell Davidson (1995); Brewis e Linstead (2000a, 2000b); e Sanders (2005).

Também foram considerados livros referidos nos artigos pesquisados, com destaque para: *Sex, Work and Sex Work: Eroticizing Organization* (BREWIS; LINSTEAD, 2000c); *Live Sex Acts: Women Performing Erotic Labor* (CHAPKIS, 1997); *Body/Sex/Work: Intimate, Embodied and Sexualized Labour* (WOLKOWITZ et al., 2013); e *Dirty Work* (SIMPSON et al., 2012).

Tendo selecionado os trabalhos, foi realizada uma leitura interpretativa para reconhecer o tratamento dado ao tema da prostituição. Essa interpretação resultou na organização de três conjuntos: o primeiro compreende publicações que analisam a prostituição considerando aspectos relacionados à psicodinâmica; o segundo inclui textos que abordam os corpos e seus papéis em trocas que ocorrem em serviços comerciais de sexo, nos quais a prostituição está incluída; e o terceiro que compreende publicações que buscam analisar a relação da prostituição com as estruturas sociais e econômicas.

Na sequência, se encontra a apresentação e discussão da presença do tema da prostituição em publicações relacionadas com os EO e as considerações finais, nas quais indico lacunas e potenciais desenvolvimentos.

Das primeiras publicações sobre a sexualidade ocorreram no periódico *Organization Studies* e são creditadas a Hearn e Parkin (1983) e a Burrell (1984). Nelas, os autores analisaram a conexão entre processos de sexualidade e relações de trabalho em diferentes instâncias organizacionais a partir de aspectos de poder, controle e resistência (BREWIS; TYLKER; MILLS, 2014).

Burrell (1984, p. 100), em *Sex and Organizational Analysis*, aborda o desenvolvimento, nas sociedades industriais, de um processo de “dessexualização organizacional” que se efetiva na organização racional burocrática e no discurso estrutural-funcionalista dominante. Para o autor, o trabalho e a sexualidade são figurados como aspectos separados da vida e, nas relações de trabalho, opostos. Segundo Hearn (2011, p. 307), as consequências dessa cisão incluem a supressão da sexualidade e da dimensão erótica na análise das relações de trabalho. Essas, quanto mencionadas, apareciam de modo estrito e se referindo a temas como pornografia, prostituição e comércio sexual, sintetizados no texto com o uso do termo “*sexploitation*”.

Foram, então, realizados estudos sobre os aspectos eróticos presentes nas relações de trabalho e a análise da indústria do sexo (*sex industry*) foi ampliada para fenômenos que eram (e, em parte, ainda são) vistos como excedentes à prostituição, tais como as terapias sexuais e as performances eróticas artísticas (BURRELL; HEARN, 1989; BREWIS; LINSTED, 2000b). Surgiu, assim, no espaço dos CMS, a vertente da sexualidade organizacional (*organizational sexuality*). Nela, a prostituição é mencionada como um fenômeno particular do trabalho sexual e tratada como uma das diferentes ocupações que lidam com aspectos eróticos, corporais e estéticos (HEARN, 2011).

Essas publicações podem ser organizadas sob a perspectiva da psicodinâmica da sexualidade organizacional e se encontram sistematizadas no Quadro 1 (ver p. 23), agrupadas em dois conjuntos: estudos internacionais que abordam a prostituição como uma forma de

trabalho emocional, estético, erótico, entre outras derivações explicadas na sequência; e estudos desenvolvidos por autores brasileiros que estudam a prostituição em referência aos sentidos subjetivos do trabalho.

Quadro 1 – A prostituição e a psicodinâmica da sexualidade organizacional

Tema	Texto	Autor	Ano	Periódico
Estudos Internacionais				
Trabalho emocional/ estético/ erótico/ sexualizado	“The Worst Thing is the Screwing” (1) Context and Career in Sex Work	Brewis e Linstead	2000a	Gender, Work & Organization
	“The Worst Thing is the Screwing” (2) Context and Career in Sex Work	Brewis e Linstead	2000b	
	‘It’s Just Acting’: Sex Workers’ Strategies for Capitalizing on Sexuality	Sanders	2005	
	What It Feels Like for a Whore: The Body Politics of Women Performing Erotic Labour in Hong Kong	Kong	2006	
	Imagined and Embodied Spaces in the Global Sex Industry	Penttinen	2010	
	Putting sexualized labour in the picture: Encoding “reasonable entitlement” in the lap dancing industry	Hales, Riach e Tyler	2018	Organization
	Close Encounters: Intimate service interactions in lap dancing work as a nexus of ‘self-others-things’	Hales, Riach e Tyler	2019	Organization Studies
Estudos Brasileiros				
Sentidos subjetivos do trabalho	Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas	Silva e Cappelle	2015	Rev. Adm. Mackenzie
	O trabalho na prostituição de luxo: análise dos sentidos produzidos por prostitutas em Belo Horizonte	Silva e Cappelle	2017	Revista de Gestão Social e Ambiental
	“O show tem que continuar”: encaixos e percalços do ser/estar prostituta	Pereira et al.	2018	Revista Contemporânea de Economia e Gestão
	Entre o sagrado e o profano: identidades, paradoxos e ambivalências de prostitutas evangélicas do baixo meretrício de Belo Horizonte	Pereira et al.	2020	Cadernos EBAPPE.BR
	Mulheres de vida fácil? Tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas	Paiva et al.	2020	RAE – Revista de administração de empresa

Fonte: elaborado pelo autor.

No primeiro conjunto, a prostituição é considerada como um tipo específico de trabalho em que se destacam os aspectos emocional, corporal, estético e erótico. Nesse conjunto se encontram os trabalhos mais citados e autores reconhecidos no contexto anglo-saxão dos EO, com destaque para Brewis e Linstead (2000a, 2000b, 2000c).

Segundo Fleming (2007), essa linha de trabalho foi influenciada pela popularidade dos estudos sobre biopoder e sexualidade realizados por Michel Foucault (1995, 1997, 1999) no final da década de 1970, por autores como Deleuze e Guattari (2004) e, posteriormente, Judith Butler (1997, 2000). Para Brewis e Grey (1994), eles questionam proposições que demarcavam o erotismo e a sexualidade a partir de critérios biológicos e ressaltam que o desenvolvimento desses aspectos da vida ocorre de modo contingencial a relações de poder e epistemes locais.

Inspirada por essas ideias, surgiu a perspectiva da **sexualidade organizacional** e da **re-erotização**, que instauraram análises sobre o trabalho sexual. Fundamentando-se na crítica à hipótese repressiva elaborada por Foucault (1999), Brewis e Grey (1994) argumentam que a perspectiva da re-erotização supera proposições libertárias e revolucionárias da sexualidade baseadas em Reich (1981) e Marcuse (1999), ao enfatizar relações de poder que não possuem um domínio geral e defender um ativismo de desconstrução e transgressão dessas relações e dos saberes a elas atrelados para que os indivíduos habitem modos mais livres de existir.

Segundo Cohen et al. (2013), essa perspectiva impactou de modo peculiar a compreensão acerca da prostituição, que deixou de ser definida como uma atividade essencialmente exploratória e destruidora da personalidade para ser analisada como um fenômeno de relações de emprego e processos de trabalho que envolvem a mercantilização e a individualização do corpo, das emoções e da sexualidade.

Nessa perspectiva, a prostituição é analisada em processos de *embodiment*. São discutidas as concepções estáticas, biológicas e naturalistas do corpo e abordado seu papel em processos contingenciais de subjetivação. Os autores usualmente situam relações difusas de poder que reverberam na constituição corpórea de pessoas assujeitadas que tomam os esquemas difundidos nas estratégias biopolíticas (de biopoder) como próprios. Para exemplificar essa compreensão, segue a o trecho da análise de Pentinnen (2010, p. 31) sobre a indústria global do sexo, na qual a globalização é considerada uma forma de biopoder que produz subjetividades genderizadas e etnicizadas:

Foucault explica que o poder subjetivante opera de três maneiras: primeiro, ao nomear o sujeito; segundo, por meio de práticas divisórias que diferenciam o normal e o anormal; terceiro, ao transformar os indivíduos em sujeitos. Foucault argumenta que o poder subjetiva os indivíduos ao subordiná-los, mas

também os transforma em sujeitos autônomos, amarrando-os a uma identidade própria. Butler desenvolve essa discussão sobre indivíduos se transformando em sujeitos, teorizando onde e como essa transformação ocorre e quais são suas implicações em termos de agência. Ela mostra que tornar-se sujeito, ou seja, sujeitar-se ao poder, é desejável, pois proporciona reconhecimento como sujeito e, assim, também agência. Butler explica que o poder sempre precede o sujeito. Ele atua no sujeito, mas esse poder é uma forma de ativação e ela ativa o sujeito no ser. A subjetividade internalizada é *embodied* e desempenhada por meio do corpo, mas a interpretação da individualização do poder não é pré-determinada, e essa quebra proporciona a ligação da agência inerente nos processos de subjetivação.

Inserindo-se nessa perspectiva, Brewis e Linstead (2000b, p. 174) argumentam que as pessoas em situação de prostituição tomam para si “identidades profissionais” que as auxiliam a conquistar clientes, proporcionar maior aferimento de renda e diminuir os impactos da mercantilização do corpo e da personalidade. Nessa lógica, a prostituição é vista sob a ótica da incorporação provisória de estilos profissionalizantes e gerenciais que proporcionam maior controle na interação com clientes pelo domínio de práticas e ideias relacionadas ao

[...] marketing, contabilidade, planejamento de negócios, gestão de propriedade, controle financeiro, promoção, empreendedorismo, conhecimento legislativo, habilidades políticas, educação, atuação, aconselhamento e gestão de recursos humanos, mesmo sem considerar aquelas mais ligadas à arte erótica (*ars erótica*) da qual a profissão é fundada (BREWIS; LINSTED, 2000b, p. 168-169).

Considerando que o trabalho realizado por Brewis e Linstead (2000c) é muito difundido e utilizado como referência, suas proposições são apresentadas nos próximos parágrafos.

Além de aspectos gerenciais, Brewis e Linstead (2000c, p. 4) destacam que as pessoas podem atuar, na prostituição, como agentes transgressores no que intitulam “duplo efeito discursivo” da organização do trabalho do sexo, isto é, esquemas que polarizam definições da prostituição como trabalho sexual entre os extremos da necessidade e abjeção e da profissionalização e perversão. Para os autores, o trabalho do sexo

[...] é o ponto crucial entre a sexualidade e a organização. Isso ocorre porque encontramos o trabalho do sexo sujeito a uma dupla rejeição - a primeira na construção discursiva da sexualidade "normal" em virtude de ser comercializada e organizada e, portanto, inautêntica; a segunda na construção discursiva da organização porque é sexual e, portanto, ilegítima. O trabalho do sexo, portanto, captura e constitui um exemplo de uma categoria de ser psicológico e social que é um elemento importante em nossa compreensão dos processos do desejo - o objeto (BREWIS; LINSTED, 2000c, p. 1).

Apesar de situar a prostituição no interior da polarização entre organização (definida como trabalho) e sexualidade, Brewis e Linstead (2000b) destacam que na relação entre trabalho sexual e prostituição, a última explicita o território adicional e liminar da sexualidade normalizada e autêntica. Para esses autores, a comercialização do desejo sexual, realizada na indústria do sexo, “assombra as fronteiras da organização”, pois “[...] parece confundir princípios organizacionais tão importantes como diferenciação, ordem, regulação, padronização, estabilidade e até mesmo tamanho”, ao mesmo tempo em que tensiona os limites do que pode ser publicamente comercializado e privativamente resguardado (BREWIS; LINSTEAD, 2000c, p. 13).

Essas proposições indicam uma análise dos aspectos liminares e contingenciais da prostituição com base nas variações espaciais e temporais dos discursos que objetivam corpos e comportamentos, e que subjetivam seres de sexualidade e de trabalho. Dessa maneira, a própria noção de organização pode ser re-erotizada: “Esse tipo de re-erotização não é apenas emancipatória, mas transgressora, não apenas das formas organizacionais, mas potencialmente da própria ideia de organização” (BREWIS; LINSTEAD, 2000c, p. 182).

Inspirados por Deleuze e Guattari (2004), Brewis e Linstead (2000c, p. 202), sugerem que

[...] a prostituta pode potencialmente desempenhar uma função radical e politizada, pois o desejo circula em oposição ao capitalismo, ao mesmo tempo que emprega, combina e descarta as formas culturais capitalistas - as botas, as meias, o corpete - para intensificar a sensação. Estar simplesmente envolvido no trabalho sexual é, portanto, potencialmente libertador e transgressivo.

Utilizam, também, a análise sobre a fragmentação do desejo de Lyotard (1974). Com esses aportes, definem as pessoas em situação de prostituição como “ativistas da resistência” e empreendedores da indústria do consumo que, ao se profissionalizarem, resguardam aspectos essenciais de sua personalidade e desempenham existências dissidentes em relação ao que é estabelecido como normal (BREWIS; LINSTEAD, 2010c, p. 202). Com base nas proposições de Foucault (1997), Brewis e Linstead (2010c) destacam que as modalidades contemporâneas de sadomasoquismo, com destaque para as que não estão voltadas para a penetração e a dominação de pessoas afeminadas, especulam novos modelos de organização e abrem campo para outras identidades pessoais e profissionais.

Para West e Austrin (2002), essa perspectiva pressupõe que as relações de trabalho que envolvem aspectos eróticos e de sexualidade apresentam um aspecto contingencial da organização social do desejo, em que habitam diferentes posições em um contínuo que vai de

atividades exclusivamente necessárias e profissionais, a atividades abjetas, imorais e perversas. Esses estudos enfatizam o caráter contingencial dos diferentes fenômenos da indústria do sexo e ressaltam trocas dissonantes com os consumidores, sem estabelecer suas ligações com o contexto geral. O foco no desejo e na "psicodinâmica da sexualidade organizacional" tem, de acordo com West e Austrin (2002, p. 490), como finalidade exclusiva a difusão de identidades que desconsideram estrutura sociais mais amplas: "[...] o interesse pelo trabalho e a produção convencional é especificamente abandonado pela afirmação de que sua preocupação é em como o sentido particular de organização é produzido, especificamente no sentido de nós mesmos como seres sexuais".

Na revisão dos periódicos, foram identificados estudos realizados no Brasil que compartilham a análise sobre os sentidos subjetivos produzidos no ato da troca comercial que se concretiza na prostituição. Silva e Cappelle (2015) adotaram o conceito de **sentidos subjetivos do trabalho**, desenvolvido por Rey (2003), para destacar os processos simbólicos e emocionais que legitimam uma produção subjetiva a partir dos sentidos que os indivíduos atribuem ao próprio trabalho. Nesse estudo, as autoras identificaram que as prostitutas incorporaram aspectos de violência, insegurança e imoralidade. Em outro estudo, Silva e Capelle (2017) inspiraram-se em Vigotzky (1991), Dejours (2000) e Morin (2002) para analisar a produção de sentidos na psicodinâmica da prostituição no mercado de luxo. Concluíram que a interação com os clientes é uma relação mercadológica na qual são constituídas diferentes identidades e fantasias. Esses sentidos se intersectam com os estigmas negativos atrelados à prostituição e impactam as relações extratrabalho dos participantes, com destaque para as relações familiares.

Pereira et al. (2018) analisaram, em Belo Horizonte, como os sentidos atribuídos à prostituição se constituíam no processo de identificação e construção identitária. As análises revelam que a constituição subjetiva dos participantes da pesquisa refletia o modo frágil e fragmentado que percebiam o atuar na prostituição, principalmente por ela estar atrelada a uma forma de trabalho sujo (PEREIRA et al., 2018). Em outro estudo, Pereira et al. (2020) analisam, também em Belo Horizonte, a construção identitária de prostitutas evangélicas e identificaram que elas incorporam os estigmas negativos relacionados à atividade e potencializados pela moralidade religiosa.

Já Paiva et al. (2020) analisaram a influência de percepções acerca do tempo nas vivências de prazer e sofrimento, novamente em Belo Horizonte. Esse estudo identificou que os participantes concebem os aspectos temporais como algo que pode ser mercantilizado, controlado e precificado em função do período e velocidade de realização dos programas. Essas

duas dimensões do tempo, período e velocidade, remetem a um aspecto de prazer que é o aferimento mais célere de renda, ou seja, ao “processo latente de empoderamento” pelo dinheiro (PAIVA et al. 2020, p. 216). A maior duração da atividade é considerada uma fonte de sofrimento relacionada ao desgaste físico e mental, às demandas por terceiros para que realizem maior quantidade de programas em menos tempo, e aos impactos de atuação numa atividade que é definida como uma forma de trabalho sujo, imoral e pecaminoso (PAIVA et al., 2020). Para os autores, os participantes vivenciam, na prostituição, mais situações de sofrimento do que de prazer, e essa desproporção gera crises e fragmentações identitárias.

Na busca realizada também foram encontrados trabalhos que abordam os corpos e seus papéis em interações que ocorrem em serviços comerciais de sexo, nos quais a prostituição, que se distingue por ser um serviço sexual direto (HARDY, 2013), está incluída no Quadro 2 (ver p. 29) se encontra uma sistematização de temas e autores, deixando claro que se referem à prostituição, mas também a atividades como dança erótica, pornografia, terapia sexual etc.

Na abordagem do **trabalho emocional**, a prostituição é definida e valorizada positivamente com referência a um aspecto terapêutico que remete ao cuidado e satisfação das necessidades físicas e emocionais dos consumidores; ao mesmo tempo em que inclui um aspecto profissionalizante, já que no contexto de realização dos programas são resguardados aspectos essenciais da personalidade e a trocas são condicionadas de acordo com suas finalidades econômicas (BRENTS; JACKSON, 2013). Essa noção de trabalho foi desenvolvida por Hochschild (2012) para enfatizar o gerenciamento das emoções e a criação, por pessoas que realizam serviços que lidam diretamente com usuários e clientes (p. ex., os comissários de bordo), de uma corporalidade publicamente observável. Segundo a autora, o exercício emocional de cuidar dos outros e de si confere aos prestadores de determinado serviço um valor de uso que é comercializado por um salário e, portanto, possui um valor de troca. Seguindo essas ideias, Chapkis (1997) defende que, na prostituição, é realizada uma gestão corpórea e psíquica que contribui para que as emoções sejam mercantilizadas de modo controlado, a exemplo do trabalho realizado por atores, psicoterapeutas e enfermeiros. Segundo Chapkis (1997, p. 75), “para trabalhadores do sexo, a habilidade de convocar (*summon*) e conter a emoção durante a transação comercial pode ser experimentada mais como uma ferramenta útil para a manutenção de limites [e nas palavras da autora, capitalizar] do que como uma perda do *self*”.

Quadro 2 – Interações em serviços comerciais de sexo

Temas	Autores principais	Aspectos Principais
Trabalho emocional	Hochschild (2012), Brents e Jackson (2013)	Os trabalhadores interagem com os clientes e evocam, neles, um estado emocional. Ajustam as emoções para atender às normas e expectativas culturais, relacionadas à exibição emocional. A prostituição é definida e valorada positivamente tendo em vista um aspecto duplo: o cuidado terapêutico e de satisfação de necessidades físicas e emocionais dos consumidores. Remete também ao aspecto profissionalizante, no qual, durante a realização dos programas, são criados personagens para resguardar aspectos essenciais da personalidade e capitalizar.
Trabalho erótico/sexualizado	Warhurst e Nickson (2009), Kong (2006)	As interações sexualizantes ou erotizantes produzem uma identidade desejável. O trabalho sexualizado é, portanto, transformador da identidade, indo além da estética. Para essa vertente, no exercício da prostituição as pessoas redefinem a própria sexualidade, que é distinta e propositalmente separada de sua identidade em outros espaços, como nas suas vidas sexuais românticas íntimas e nas relações familiares e de amizade.
Trabalho corporal/	Crossley (1995), Twigg (2000), Kang (2003), Wolkowitz (2006)	Revela a natureza material e corporificada da ação nos corpos de outrem. Envolve o cuidar, reparar, dar prazer, estetizar, treinar ou controlar o corpo de usuários e clientes. Nessa lógica, a prostituição é tratada como parte dos serviços nos quais são desenvolvidos processos de aprendizagem tátil e simbólica, tal como ocorre na enfermagem, odontologia, estéticas, ioga e em serviços de segurança. Desse modo, a prostituição é socialmente construída nos agenciamentos internos da indústria do sexo com determinações mais amplas do corpo social relacionadas predominantemente à sexualidade e classe.
Intercorporeidade	Crossley (1995),	Essa vertente aborda a situação na qual modos condicionados de perceber o mundo externo são materializados na interação significativa entre as pessoas. Essa materialização se dá em seus corpos e comportamentos, que trazem à existência cenários refratados desse mundo externo. Nessa perspectiva, pessoas em situação de prostituição desempenham, provisoriamente, “subjetividades particulares” ao articular, nessas configurações mercadológicas, seus corpos e capacidades afetivas.
Trabalho corpóreo e estético	Tyler e Taylor (1998), Wolkowitz (2006), Witz, Warhurst e Nickson (2003), Warhurst e Nickson (2009)	Os corpos dos trabalhadores fazem parte do <i>hardware</i> organizacional. Eles mobilizam, desenvolvem e mercantilizam disposições corporificadas por meio de processos de recrutamento, seleção e treinamento, transformando-os em habilidades que são voltadas para a produção de estilos de serviço. Analisa a corporalidade de trabalhadores na interação estabelecida com consumidores. Nessa vertente, os corpos são estrategicamente geridos, com ênfase na aparência e no comportamento para apelar aos sentidos dos clientes e cumprir requisitos mercadológicos.
Trabalho sujo	Hughes (1962), Ashforth e Kreiner (1999), Bolton (2005), Grandy e Mavin (2012)	A prostituição é considerada um trabalho insalubre e imoral. A identidade das pessoas em situação de prostituição é constituída em cenários estigmatizados e hierarquizados por aspectos relacionados à sexualidade em geral, a estigmas particulares da prostituição e a demarcações morais de diferentes ocupações.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Cohen (2019) e Hardy (2013).

Foram também encontrados textos nos quais a prostituição é definida como uma forma de **trabalho estético**, no sentido de que os atributos físicos são utilizados para criar personagens que estimulam eroticamente os consumidores (WARHURST; NICKSON, 2009). Essa perspectiva, segundo Hardy (2013), identifica a prostituição como uma gestão estratégica do corpo e da aparência cuja finalidade é apelar aos sentidos e cumprir requisitos mercadológicos, a exemplo do cuidado estético realizado por pessoas que trabalham no comércio de alta costura e em serviços ligados à indústria de feiras e do entretenimento noturno.

Na abordagem do **trabalho corporal** são tratadas as estratégias de gestão do corpo (WOLKOWITZ, 2006). Segundo Hardy (2013), essa perspectiva considera os contatos corporais íntimos e traz à tona a relação material e simbólica existente entre o servidor e o cliente, tal como ocorre em serviços de assistência social e estética. Nessa lógica, a prostituição é tratada como parte dos serviços que estimulam processos de aprendizagem háptica (tátil) e simbólica, a exemplo dos serviços de massagem e da anamnese médica (COHEN et al., 2013). De modo similar, alguns estudos a concebem como um trabalho sexual interativo que remete aos jogos realizados entre as pessoas em situação de prostituição e usuários pela cobrança e acesso tátil ao corpo, tal como ocorre nos serviços de dança erótica e *striptease* (CHAPKIS, 1997; SANDERS, 2005).

Hales, Riach e Tyler (2019) analisam a **intercorporeidade** a partir da fenomenologia existencialista proposta por Merleau-Ponty (1994). As autoras estudam como as subjetividades e configurações organizacionais que constituem uma modalidade de dança erótica chamada de *lap dancing* (ou dança de colo) moldam as experiências vividas durante as interações íntimas com os clientes. Ao fazê-lo, identificaram como as publicidades presentes em filmes e sites relacionados *ao lap dancing* são percebidas e, posteriormente, codificadas, incorporadas e incrustadas (*embedded*) nos programas por pessoas em situação de prostituição. Essa perspectiva defende que a subjetividade se constitui em organizações situacionais e contingenciais e, portanto, a organização é definida como a situação na qual modos condicionados de perceber o mundo externo são materializados em interações significativas. Assim, essa materialização em corpos e comportamentos traz à tona a existência de cenários refratados do mundo externo. No cenário analisado por Hales, Riach e Tyler (2019, p. 2), as propagandas condicionam um “*embodiment* organizacional” a partir do qual as pessoas se constituem subjetivamente e agem como objetos a serem consumidos. Ao fazê-lo, desempenham, provisoriamente, subjetividades particulares que articulam, nessas configurações mercadológicas, seus corpos e capacidades afetivas. Para complementar essa análise, as autoras utilizam a analítica performativa de Butler (2010) para fundamentar o caráter

efêmero dessa constituição subjetiva. Nesse sentido, as pessoas se subjetivam como uma mercadoria somente no contexto dos programas, quando incorporam e refratam desempenhos particulares que são demandados pela indústria do sexo e, na intercorporeidade, realizam, um trabalho emocional, corpóreo e estético (HALES; RIACH; TYLER, 2019).

Outra perspectiva é a do **trabalho sujo**, influenciada por autores do interacionismo simbólico, em especial pelo trabalho de Hughes (1962). Ashforth e Kreiner (1999) analisam a construção identitária de trabalhadores de atividades que são socialmente percebidas como nojentas ou degradantes, a exemplo de ocupações que lidam com o lixo, a morte e efluentes, assim como aquelas que são realizadas em condições perigosas ou nocivas. Segundo os autores, os aspectos físicos, sociais e morais associados a essas ocupações estigmatizam os trabalhadores, que podem internalizar esses aspectos negativos ou os converter em fatores de resistência:

[...] o estigma do trabalho sujo torna o papel do trabalho *per se* saliente, e a ameaça incorporada no estigma promove uma forte coesão e o surgimento de uma cultura ocupacional ou de grupo de trabalho, que ajuda a combater a ameaça. Quanto mais forte a ameaça, mais forte é a cultura e mais as percepções de "nós contra eles" são reforçadas. Uma cultura forte fornece os recursos sociais para reformular, recalibrar e redirecionar o significado do trabalho sujo - ou seja, para fomentar ideologias enobrecedoras. As ideologias do trabalho sujo muitas vezes glorificam precisamente aqueles aspectos do trabalho que são mais estigmatizados (ASHFORTH; KREINER, 1999, p. 428).

Segundo Grandy e Mavin (2012), esses processos ocorrem também em uma estrutura que é composta e sobreposta por hierarquias de sexo, estigmas particulares à atividade e ao trabalho sujo. Assim, o tema da prostituição não é relacionado com a comercialização, mas com estigmas sociais. Desse modo, os fatores relacionados a estigmas negativos ou positivos fazem com que as pessoas que se prostituem se construam e sejam socialmente vistas como outros trabalhadores que realizam atividades estigmatizadas (KONG, 2006).

Finalmente, trago os estudos que se propõe a analisar a relação entre prostituição e estruturas sociais, e que são muito influenciados pelos trabalhos de O'Connell Davidson (1995) e de West e Austrin (2002). Em periódicos relacionados aos EO e abordando o tema da prostituição definida como trabalho do sexo, foram encontradas duas publicações desses autores: *The Anatomy of 'Free Choice' Prostitution* (O'CONNELL DAVIDSON, 1995) e *From work as sex to sex as work: Networks, 'others' and occupations in the analysis of work* (WEST; AUSTRIN, 2002) – ambas em *Gender, Work & Organization*.

Segundo Ekman (2015), O'Connell Davidson é uma das principais referências europeias no tema da prostituição e tráfico de pessoas para finalidades de exploração sexual. Apesar de

ter publicado somente uma vez em periódico do campo dos EO, esse artigo é referido em quase todos os estudos revisados. Sua obra é conhecida por criticar a polarização entre a vertente liberal, que defende o reconhecimento da prostituição como trabalho do sexo, e o neoabolicionismo, que defende a abolição da prostituição. Essa crítica enfatiza a relação entre as desigualdades econômicas e as restrições de ordem extraeconômica que estão presentes em diferentes modalidades de prostituição (WEST; AUSTRIN, 2002).

Para O'Connell Davidson (2015), há um extremo que é composto por pessoas em situação de prostituição que ingressam na atividade devido a limitações econômicas e/ou foram marginalizadas em função de estética, raça, sexualidade, gênero, nacionalidade, entre outros aspectos. As pessoas que habitam esse extremo têm suas possibilidades de agência fortemente limitadas e participam de modalidades de prostituição que se aproximam de formas recentes de escravidão, como o tráfico sexual. O outro extremo é composto por pessoas que ingressam na atividade por cumprirem requisitos estético-comportamentais de mercados de luxo e possuem maior liberdade de atuação na indústria do sexo. Entre esses extremos ocorrem diferentes modalidades de prostituição. Essas variações no exercício da atividade se relacionam com processos de valorização existentes na totalidade da formação socioeconômica capitalista.

Em *The anatomy of "free choice" prostitution*, O'Connell Davidson (1995) realiza um estudo etnográfico para investigar o tema da livre escolha de pessoas em situação de prostituição que atuavam de modo autônomo (também chamadas de empreendedoras). Após identificar que as pessoas participantes do estudo possuíam um certo controle e poder de negociação com os clientes, a autora argumenta que o neoabolicionismo expressa uma noção simplista e essencialista da atividade, concebendo-a como uma forma de escravidão assalariada e desconsiderando ingressantes que não se encontram em situação de radicais restrições econômicas e possuem possibilidades de agência, mesmo que limitadas.

Ao se referir ao que denomina de modelo liberal, O'Connell Davidson (1995) argumenta que ele também concebe a atividade de modo abstrato, ao considerar que os programas ocorrem nos moldes de trocas voluntárias análogas às relações de trabalho existentes nos setores do entretenimento e da hotelaria. A valorização, na indústria do sexo, ocorre de modo relativamente diferente do trabalho em geral, pois a troca de dinheiro por sexo é, em essência, estigmatizada. O argumento é que, apesar do aumento de investimentos nessa indústria, o estigma do sexo se mantém e se constitui em uma pré-condição e finalidade dessa troca peculiar.

O conceito de valor [na prostituição] pressupõe a troca, e serviços sexuais, diferente da força de trabalho humana, não são geralmente trocados nessa sociedade. Nas sociedades capitalistas, é a norma vender a força de trabalho e

as pessoas não são desonradas por temporariamente "terceirizarem" esta forma de "propriedade" em sua pessoa. Mas os atos sexuais não são tipicamente vistos como mercadorias, e a sexualidade não é plenamente regulada pela ideologia do mercado. Em vez disso, um conjunto complexo de ideias pré-capitalistas e não mercantis - incluindo honra, vergonha, amor, prazer, lealdade - geralmente governam a interação sexual das pessoas. Prostitutas e clientes são socializados em um mundo no qual significados particulares são atados à sexualidade humana (significados que sustentam os códigos e convenções que governam a interação sexual), um mundo no qual é amplamente sustentado que o único sexo legítimo é entre homens e mulheres que amam uns aos outros e que "dinheiro não compra amor". Ao comprar o acesso à "propriedade sexual" que uma prostituta tem em sua pessoa, o cliente leva a prostituta a um mundo social marginal no qual "serviços sexuais" são considerados como tendo um valor de troca e no qual não se aplicam os códigos e convenções 'normais' que regulam a interação entre parceiros sexuais. A vida profissional da prostituta, portanto, ocorre em um espaço entre dois mundos, incompletamente dominado pela ideologia do mercado livre e, ainda assim, separado dos valores e códigos pré-mercado (O'CONNELL DAVIDSON, 1995, p. 9).

Para O'Connell Davidson (1995, p. 8), a prostituição não possui "[...] um valor de troca significativo e mensurável". O motivo apresentado pela autora é que pessoas mercantilizam algo "[...] que é socialmente construído como parte integrante de sua identidade, sua honra, sua posição na sociedade" (O'CONNELL DAVIDSON, 1995, p. 9). Nessa proposição, a prostituição habita um espaço liminar entre as determinações econômicas e as da sexualidade. Essa posição impede que a atividade seja plenamente mercantilizada e que as pessoas que vendem os corpos e a personalidade o façam como qualquer mercadoria ou forma de serviço, já que os valores associados à troca sexual íntima são pressupostos nessa troca. Assim, o componente do estigma é uma parte necessária e inerente que, no metabolismo com o dinheiro, é provisoriamente escamoteado. Segundo O'Connell Davidson (1994), o dinheiro é o *principium movens* que desloca a prostituição a esse mundo liminar que parece ser livre dos códigos e convenções existentes nos encontros sexuais não comerciais. Parece ser possível que as pessoas consigam, no ato de prostituir-se, alienar temporariamente partes do corpo e renunciar aos desejos pessoais e eróticos sem consequências.

Além disso, ela argumenta que na aparência de uma relação contratual⁶ voluntária, profissional e neutra, o valor que se consoma na prostituição parte da estigmatização e tem, nela, uma finalidade inerente. Nessa lógica, "[...] o sustento da prostituta realmente depende da

⁶ A crítica à lógica liberal e contratualista de mercado usualmente proferida pelos defensores do trabalho do sexo é creditada a Pateman (1988). Segundo a autora, a ilusão de uma relação contratual igualitária na prostituição esconde as finalidades da exploração capitalista. Como uma relação de consumo, discute também que o cliente da prostituição não a toma como uma relação quantitativa e meio para novas trocas e valorizações, mas objetiva o uso qualitativo e o consumo final.

manutenção da própria ideologia que a degrada e a torna uma pária social. Seu status liminar como uma pessoa que não é uma pessoa é, simultaneamente, a fonte de seu estigma e de sua subsistência” (O’CONNELL DAVIDSON, 1995, p. 9). Além disso, “[...] uma quantia substancial de dinheiro não necessariamente compra uma saída do estigma e suas consequências sociais e psicológicas” (O’CONNELL DAVIDSON, 1995, p. 9).

A divergência da autora em relação aos modelos que denomina liberal e neoabolicionista é sustentada pelo seu diagnóstico da liminaridade da prostituição (BREWIS; LINSTEAD, 2000b). O modo de superar a abstração - como escravidão assalariada ou como trabalho assalariado como qualquer outro - seria adotar uma estratégia mista que leve em conta as duas proposições, mas as articule de um modo que, no curto e médio prazo, proporcione melhores condições de realização da atividade, principalmente por meio da conquista de direitos trabalhistas, e, no longo prazo, efetive meios de extinção do comércio do sexo como um todo (O’CONNELL DAVIDSON, 2003). Essa estratégia híbrida, segundo Gall (2006, p. 27), parece questionar a polarização, mas a assume ao se posicionar em um contínuo entre as duas posições.

Sendo assim, apesar de se declarar parcial e provisoriamente favorável às demandas da regularização da prostituição, O’Connell Davidson (1998) defende que há aspectos essenciais à atividade que fazem com que ela deva ser extinta. Um deles é a já mencionada estigmatização. O outro é que a ação coletiva realizada por pessoas em situação de prostituição é inerentemente fraca por estar inserida em relações de consumo em que não haveria produção de mais-valia. Nesse sentido, as pessoas possuiriam menor poder de barganha com terceiros e com os clientes.

Segundo West e Austrin (2002), essa autora erra ao realizar esse diagnóstico, pois o faz, a exemplo da perspectiva da sexualidade organizacional, a partir da interação entre pessoas em situação de prostituição e clientes, ignorando instituições que atuam no nível meso e macro na indústria do sexo, como as diferentes instâncias do aparelho de Estado e investidores poderosos da indústria do sexo que lucram com a atividade. Gall (2006, p. 57) argumenta que

[...] como West aponta, esta análise é comprometida por sua concentração e conceituação de um aspecto específico da prostituição, aquele da interação entre a prostituta independente e o cliente (apesar de considerações anteriores de O’Connell Davidson, sem considerar o envolvimento de terceiros, como bordéis e agências, bem como os pontos de alavancagem estabelecidos em seu estudo sobre uma prostituta empreendedora). Mas, o mais importante no caso da prostituição independente, é que O’Connell Davidson confunde o consumo com o que é de fato a produção e a realização do valor de serviço por prostitutas (por meio da negociação). Esses processos criam uma relação de interdependência com o consumidor e, assim, pontos de alavancagem para prostitutas. Apesar da prostituta ser frequentemente responsável pela troca de

um modo atomizado (tal como uma prostituta independente ou quando o terceiro não determina o preço), a troca deve necessariamente ser baseada na produção de “trabalho” e não está desprovida de um contexto coletivo que define socialmente a “taxa atual”.

Para o autor, essa insuficiência é superada pela análise da ação coletiva de pessoas em situação de prostituição, que deve entrecruzar “[...] terrenos meso e macro e níveis gerais e específicos” (GALL, 2006, p. 222). Esse seria o modo de incluir o tema no estudo “[...] dos processos de acumulação e troca, identidades, ideologia, trabalho, mercados e regulação dentro das dinâmicas e formas do capitalismo” (GALL, 2006, p. 222). Nesses terrenos, o autor argumenta em prol da organização coletiva como meio mais sensato para que as pessoas em situação de prostituição conquistem um valor social e exerçam maior controle da sua atividade.

Em outra vertente de análise, West e Austrin (2002) também criticam O’Connell Davidson por se ater ao nível micro da relação. Para superar essa insuficiência, se posicionam com base em proposições de autores pertencentes à Escola de Chicago, como Becker (1963) e Hughes (1971). Para West e Austrin (2002), essa tradição permite pensar a prostituição como uma organização em rede, composta por diferentes laços e grupos de interesse que disputam entre si o controle da atividade. Nessa lógica, cada entrelaçamento constitui uma modalidade diferente de prostituição e produz dinâmicas particulares que variam “[...] conforme o ambiente de atuação e os discursos específicos de trabalho, consumo, de gênero e sexualidade” (WEST; AUSTRIN, 2002, p. 499).

Hardy (2013), por sua vez, destaca que a prostituição envolve processos de intercorporeidade. No entanto, o faz de maneira distinta da vertente registrada anteriormente, afirmando que na prostituição se expressam relações entre os agenciamentos internos da indústria do sexo com as determinações mais amplas de sexualidade e classe. Para exemplificar essa dinâmica, relata a estratégia sindical adotada por algumas organizações que defendem a prostituição como trabalho do sexo para criar uma identidade intercorpórea que sintetiza a exploração sexual e de classe, ao mesmo tempo em que cria um meio para ingressar na luta trabalhista e pela libertação sexual. Após a exposição e sistematização, em seguida é apresentada a segunda síntese da Tese.

O tema da prostituição em publicações do campo dos EO foi apresentado em três conjuntos de textos.

O primeiro inclui aspectos relacionados à psicodinâmica. Os estudos que encontrei em periódicos internacionais se vinculam à perspectiva da re-erotização. Neles se encontram autores que analisam a prostituição na ótica da psicodinâmica da sexualidade organizacional e

focalizam em processos de construção identitária que ocorrem na interação entre pessoas em situação de prostituição e seus clientes. Abordam, também, como diferentes organizações condensam modos locais e contingenciais de existir na indústria do sexo e como ocorre o controle dos saberes acerca da atividade e das possibilidades de agência. A prostituição é definida como um exercício do corpo e das emoções, de maneira que as pessoas se conduzam, no mercado, de um modo mais livre e menos danoso como resultado do domínio dos instintos e da criação de personagens mercantilizáveis que, em situações menos condicionadas da atividade, possibilitariam transgredir matrizes de inteligibilidade ou sistemas hierárquicos da sexualidade.

No primeiro conjunto incluí os estudos publicados no Brasil. É importante destacar que ainda que compartilhem uma construção semelhante do tema de estudo, eles se distinguem pela referência à psicodinâmica do trabalho e, dessa maneira, expressam de modo mais objetivo o cotidiano das pessoas em situação de prostituição, apontam as contradições e os sofrimentos a ela relacionados, bem como os sentidos produzidos.

O segundo conjunto se refere a diversas atividades de interação em serviços sexuais comerciais, incluindo o serviço sexual direto que se concretiza na prostituição. A ampliação do espectro de atividades consideradas possibilita ampliar os temas em busca de respostas para a pergunta sobre o que é vendido nesse encontro de serviços, centrando no corpo como aspecto central. Assim, o profissionalismo associado à prostituição é visto como uma forma de cuidado de si, para desenvolver capacidade físicas e afetivas, capitalizar através de uma *persona mercantilizável* e, ao mesmo tempo, resguardar aspectos essenciais da personalidade para as relações íntimas, familiares, fraternas e românticas.

O terceiro conjunto de publicações busca relacionar as modalidades da prostituição com aspectos socioeconômicos. Nele se destacam as proposições de O'Connell Davidson (1995). A autora se refere, de modo superficial e com equívocos conceituais, à teoria marxista do valor, articulando-a com a perspectiva da liminaridade para compreender a prostituição no espaço liminar e interseccional entre as determinações da economia e da sexualidade. Além disso, chama atenção o argumento que a venda do sexo gera valor, é regulada pela ideologia do mercado, e que o dinheiro nela dispendido é 'essencialmente' valorizado de modo diferente devido aos estigmas sexuais (O'CONNELL DAVIDSON, 1995). Como vimos, essa compreensão apareceu no Capítulo 1 na defesa de Orellano (em HOPENHAYN, 2017, s/p) de que "toda a tensão aparece quando dizemos que colocar um preço na sua sexualidade pode ser uma oportunidade de trabalho". A esse respeito cabe indagar, desde já, se os estigmas sexuais

estigmas constituem a essência da valorização da atividade, sendo eles uma pré-condição e destino dessa troca mercadológica.

Esses estudos, apesar de suas diferenças e com exceção dos trabalhos publicados no Brasil, apresentam alguns aspectos em comum: (a) descrevem a dinâmica da prostituição apenas em sua aparência; (b) assumem, ainda que em alguns de modo implícito, a prostituição como trabalho do sexo e/ou como um tipo de gestão de serviços eróticos e da sexualidade; (c) não questionam as relações de mercado *per se*, mas buscam modos de nelas existir de modo mais livre; (d) secundarizam o cotidiano da atividade em prol das dispersões e das finalidades transgressoras dos limites da sexualidade; (e) enfatizam análises dos indivíduos em suas condutas particulares e apresentam uma noção individualista das formas de resistência.

Essa constatação expressa a influência de analíticas pós-estruturalistas que inserem o tema da prostituição nos fenômenos da sexualidade moderna e subordinam o tema do trabalho do sexo a essa compreensão. Posicionada dentro de um contínuo organizado a partir dos condicionamentos do desejo, a prostituição aparece como uma das práticas e saberes que exaltam os processos de diferenciação e singularização da sexualidade. Quando se lê esses estudos salta aos olhos que alguns autores tendem a romantizar o cotidiano da atividade como uma forma de ‘ativismo da resistência’ protagonizado por empreendedores da indústria do consumo. A esse respeito, vimos no Capítulo 1 que Reyna (em LANG, 2019, s/p) compartilha dessa compreensão ao exaltar que a venda do corpo por dinheiro auxilia a transgredir “a exploração sexual tradicionalmente presente na monogamia, na heterossexualidade e no sexo gratuito”.

Um dos aspectos fundamentais é o enfoque na individualidade particularizante e o rechaço ao caráter social dos modos de resistir às opressões. O social aparece como uma conexão vazia, abrindo campo para o arbítrio sobre os fundamentos e processos de subjetivação e *embodiment*. Em consequência, as proposições expressam modos relativistas e contingenciais de compreensão.

Isso se constata, inclusive, nos estudos que tentam incluir a relação entre aspectos econômicos e de sexualidade, mas que o fazem sem historicidade, tratando-os de modo autonomizado nos espaços liminares e interseccionais. Chama, portanto, a atenção a noção de que a prostituição se realiza ‘em um espaço entre dois mundos’, como se ambos possuíssem dinâmicas plenamente autônomas e, contextualmente, se articulassem em diferentes níveis. Essa aproximação fica evidente, por exemplo, no fato de que tanto autores de referência na perspectiva da re-erotização (BREWIS; LINSTED, 2010c), quanto a autora de referência na tentativa de realizar uma aproximação com a economia política (O’CONNELL DAVIDSON,

1995) mencionam e valorizam o mito da livre escolha e valorizam o empreendimento como uma expressão do exercício de uma certa autonomia.

Posto isto, uma lacuna evidente que se encontra nessas abordagens e nos processos e proposições que se orientam pela afirmação da prostituição como trabalho do sexo é a ausência de reflexões e discussões sobre o trabalho. Qual é o significado de trabalho na expressão “trabalho do sexo”?

A ausência de reflexões e discussões sobre o trabalho que registrei das publicações no campo dos EO decorre a ausência de temas extensivamente abordados neste campo e da sociologia do trabalho, tais como controle, alienação, exploração⁷, que não apenas contribuem para um tratamento superficial do tema, como naturalizam o trabalho explorado que passa a ser, inclusive, uma condição desejada. Assim, processos de resistência aos condicionamentos da prostituição ocorrem dentro de limites que excluem a possibilidade de transcender a ordem do presente. Sem abordar o tema do trabalho para além de sua aparência, é possível afirmar que a emancipação das pessoas em situação de prostituição poderia se dar por meio de um reconhecimento da condição que se constitui, no sistema do capital, no fundamento da opressão e da exploração: o trabalho alienado e o estranhamento.

Para avançar no sentido de superar as lacunas e insuficiências apontadas, é preciso escolher uma fundamentação filosófica-teórica. A escolha se dirige para pensadores que se dedicaram ao tema do trabalho em sua especificidade no modo de produção capitalista e o fazem na perspectiva da superação do sistema do capital e da emancipação do trabalho de sua forma mercadora: György Lukács e seus desenvolvimentos e aprofundamentos das indicações ontológicas que se encontravam em Karl Marx. A fundamentação com base em Marx e Lukács permite entender que as pessoas em situação de prostituição fazem parte do sujeito político histórico que é a classe trabalhadora em um contexto, como o que vivemos, de desenvolvimento do sistema do capital com profundos e persistentes ataques ao trabalho.

É preciso considerar também que pessoas em situação de prostituição têm uma inserção particular nas relações conflitivas que definem o sistema do capital: a luta de classes. Não há dúvida de que são pessoas que precisam ser protegidas e que, dadas as características do sistema do capital, isso não ocorrerá de modo adequado na esfera da emancipação política dentro da ordem burguesa. Sendo assim, o tema da emancipação humana é central.

⁷ Apenas de maneira ilustrativas, mencionamos Grupos de Pesquisa (GP) que abordam alguns desses temas: GP Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (UFPR); Núcleo de Estudos Organizacionais, Sociedade e Subjetividade (CEFET-MG); GP Estudos dos Coletivos de Trabalho e das Práticas Organizacionais (UFF); GP Estudos Críticos do Trabalho e Marxologia (UFMG).

Por isso, a pergunta que orientou a elaboração desta Tese é: qual é a expressão específica dos processos de individualização da alienação e estranhamento na mercantilização do trabalho realizada por pessoas em situação de prostituição?

Esta Tese foi elaborada a partir de dados secundários. O maior volume de dados foi coletado em livros, periódicos acadêmicos, jornais *online* de grande visualização, sites de coletivos e associações de ativistas, e páginas situadas em redes sociais, o que me proporcionou aproximar do contexto das disputas acima relacionadas e sistematizar os argumentos que compõem a definição da prostituição como trabalho do sexo apesar do contexto da pandemia no qual a busca de informações foi realizada.

Para investigar a interseção do tema da prostituição com os EO, realizei uma pesquisa sistemática em periódicos nacionais e internacionais reconhecidos no campo através do Portais Periódico Capes, *Scielo*, SCOPUS, Sage e Wiley Pubs.

Para apropriar as contribuições da ontologia do ser social de Lukács, estudei a edição brasileira publicada em dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* (2012, 2013) e os *Prolegômenos* (2010) dessa obra. Como o autor fundamentou sua ontologia a partir da obra de Karl Marx, foi, também, estudada parte a obra desse autor, com destaque para os volumes I e III de *O Capital* (2013a, 2017), os *Grundrisse* (2011) e os *Manuscritos Econômico-filosóficos* (2004). Recorri, também, a outros textos, como *A teoria da alienação em Marx*, de Mészáros (2006), os artigos de Mário Duayer: *Antirrealismo e absolutas crenças relativas* (2012) e *Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho* (2016), e os textos de Sérgio Lessa: *Trabalho produtivo e improdutivo* (2009) e *Mundo dos homens: trabalho e ser social* (2012).

Para finalizar esta Introdução, relaciono a disposição sequencial das partes e dos capítulos da Tese.

A primeira parte é composta pelo primeiro capítulo, no qual me aproximo das posições em disputa como meio para sistematizar as proposições que compõem a definição da prostituição como trabalho do sexo desde o plano fenomênico. Ao final, é realizada uma síntese e são apresentadas perguntas orientadoras que serão retomadas nos momentos analíticos e conclusivos da Tese.

A segunda parte representa a passagem do plano fenomênico para o plano ontológico, em que está localizada a tese. Nela, sistematizo, em um único capítulo, a apropriação que realizei sobre os fundamentos do trabalho desde a ontologia do ser social de György Lukács e, na sequência, reflito sobre o impacto, no ser social e na vida dos indivíduos, da organização do trabalho no modo de produção capitalista. Essa parte se encerra com a síntese do capítulo e com

o fechamento, bem como com novas perguntas orientadoras também levadas para os momentos analíticos e conclusivos da Tese.

A terceira e última parte é composta pelo terceiro capítulo, no qual analiso a definição da prostituição como trabalho do sexo, retomando as perguntas orientadoras elaboradas no final das partes anteriores e tendo como referência as fundamentações sobre a ontologia do ser social.

Por fim, apresento as conclusões da Tese.

PARTE I

APRESENTAÇÃO DA PARTE I

Nesta primeira parte apresento o objeto de estudo: a definição da prostituição como trabalho do sexo no contexto das disputas em torno do tema.

No capítulo que compõe esta parte, destaco o surgimento e o desenvolvimento das disputas, em diferentes instâncias, entre o ativismo que defende a prostituição como trabalho do sexo e o ativismo abolicionista, ilustradas com eventos ocorridos na Argentina e na Espanha. Países nos quais essa disputa é bastante visibilizada e, portanto, propícia para a obtenção de informações. Ainda que no Capítulo 1 sejam relacionadas as posições e proposições em disputa, a finalidade não é a disputa ou as posições em disputa, mas identificar a partir deste contexto, as explicitações dos argumentos da proposição da prostituição como trabalho do sexo.

Ao final do capítulo são realizadas sínteses das ideias que vão compor o fechamento desta parte e sistematizadas perguntas orientadoras a serem retomadas nos momentos analíticos e conclusivos dessa Tese.

1 PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO DO SEXO: POSIÇÕES E PROPOSIÇÕES

Neste capítulo apresento a definição da prostituição como trabalho do sexo no contexto das disputas em torno do tema.

No primeiro momento, apresento a posição que defende a definição da prostituição como trabalho do sexo, expressa nas Redes do Guarda-chuva Vermelho (RGCV). Foram identificadas três estratégias principais dessa posição: (a) o surgimento dos primeiros coletivos de prostitutas e a adoção do modelo Coyote; (b) a internacionalização da defesa da prostituição como trabalho do sexo; e (c) a sindicalização.

No segundo momento, apresento a posição abolicionista, destacando as duas principais estratégias por ela adotada: (a) a promoção da aprovação do modelo nórdico de criminalização do proxenetismo e do consumo do comércio do sexo em diferentes legislações locais; e (b) a efetivação de políticas públicas que implementem as defesas presentes em leis e convenções internacionais antitráfico.

As disputas são ilustradas, na terceira parte, com disputas ocorridas na Argentina e na Espanha. É importante destacar que nem as disputas nem a posição abolicionista são objeto de estudo nesta Tese. No entanto, é preciso apresentá-las tanto para entender as especificidades da posição que defende a prostituição como trabalho do sexo, como porque é no contexto desta disputa que se encontram argumentos que fundamentam essa defesa.

Na sequência, apresento a primeira síntese, na qual sistematizo as estratégias e os argumentos em torno da definição da prostituição como trabalho do sexo e as perguntas orientadoras.

1.1 PELA PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO DO SEXO

Neste item se apresenta como surgiu e se desenvolveu o chamado ativismo do trabalho do sexo, superando a existência dispersa de coletivos surgidos na década de 1970 na Europa e EUA, e conformando as RGCV para promover a legalização e descriminalização da atividade e concretizar direitos humanos, civis e trabalhista para as pessoas em situação de prostituição. Nesse percurso foram adotadas diferentes estratégias e táticas.

A primeira estratégia foi a criação, no final da década de 1970, na Califórnia (EUA), do modelo Coyote (GALL, 2006). Esse modelo compreende a promoção midiática e a realização de eventos por um pequeno número de coletivos e agentes estratégicos para ter impacto social,

e criar assessorias jurídicas para peticionar projetos que alterem legislações locais da indústria do sexo. A segunda, de acordo com Doezema (1998, p. 142), foi a organização de Congressos Internacionais de Prostitutas e a articulação de redes de financiamento e promoção dessas ideias. Segundo Ekman (2015), nesse momento também ocorreu a inserção de coletivos de prostitutas no ativismo de mulheres e LGBT. A terceira foi a organização transnacional desses coletivos, a aproximação com empresários e doadores poderosos, a criação de fundos específicos de militância e a associação com sindicatos e centrais sindicais relacionados aos setores de serviços, alimentos e hotelaria. Recentemente, a estratégia inclui a constituição de sindicatos autônomos de prostitutas (na verdade, protossindicatos) nos moldes dos anteriores (HARDY, 2010; GALL, 2016).

Na sequência, essas estratégias são abordadas em mais detalhe.

1.1.1 O surgimento dos primeiros coletivos de prostitutas e o modelo Coyote

Os primeiros coletivos surgiram na década de 1940 para demandar melhores condições de atuação e aferimento de renda, em especial para os atuantes em atividades alternativas à prostituição de rua e nos bordéis, como a dança erótica e o *striptease* (GALL, 2006). Esses coletivos surgiram como sindicatos de artistas burlescos, como a *American Guild of Variety Artists* (AGVA) e a *Lust Lady*, e requeriam ao governo estadunidense os mesmos direitos e condições de trabalho conquistados por trabalhadores do teatro e do cinema (GALL, 2006). Segundo Gall (2006, p. 120), esses coletivos adotaram uma estratégia híbrida de “movimentismo social e grupos de pressão legislativa”, e viram na criação de protossindicatos de artistas um meio para promover suas demandas.

Esses coletivos surgiram no esteio das lutas sociais sessentistas e dos chamados Novos Movimentos Sociais, em conexão com coletivos articulados por minorias sexuais. Os primeiros surgiram em cidades estadunidenses e europeias onde mais se desenvolveram as demandas pela libertação sexual, demandando mudanças nas condições precárias de realização da atividade e o fim da repressão policial contra esse público (ALEXANDER, 1998; DITTMORE, 2011). Entre eles, destaca-se, nos EUA, a criação em São Francisco, em 1973, da *Call Off Your Old Tired Ethics* (Coyote) e, em 1976, do *Prostitutes of New York* (Pony) (GALL, 2006). Na Europa, o marco foi 1975, com a ocupação, por prostitutas, de uma igreja em Lyon que desencadeou o surgimento de outros coletivos franceses e a criação, no mesmo ano, do *English Collective of Prostitutes* (ECP) (DITTMORE, 2011).

Fundada por adeptos do movimento hippie, a Coyote é considerada a organização de prostitutas mais representativa e polêmica à época, pois foi a primeira a obter financiamento e a constituir uma rede de coletivos afiliados em cidades de grande porte dos EUA (EKMAN, 2013; GALL, 2016; BINDEL, 2018). Com recursos captados por uma variedade de doadores, desde a Igreja Metodista da Califórnia à Fundação Playboy de Hugh Heffner, a Coyote promoveu um modelo de ativismo marcado por forte presença midiática, grandes eventos (como os *Hooker's Balls* – Figura 1) e consultorias jurídicas para efetivar leis trabalhistas que tratem a prostituição como um serviço comum da indústria do entretenimento (RAYMOND, 2013; EKMAN, 2013).

Figura 1 – Cartaz do Evento Hooker's Ball



Fonte: NSWP.

Segundo Raymond (2013), no registro de duas décadas de atuação, a Coyote divulgou a adesão de 30.000 associados e melhorias nas condições de realização da atividade, com destaque para o estabelecimento de um piso de comissão a programas realizados em estabelecimentos comerciais. Porém, esses dados foram contestados por opositores, que aferiram um percentual de 3% de associação por pessoas em situação de prostituição (RAYMOND, 2013). Segundo Ekman (2015) e Bindel (2017), a militância da Coyote era composta predominantemente por empresários, acadêmicos, estudantes, artistas e libertinos interessados em divulgar o libertarismo sexual e estimular os novos mercados do sexo.

Apesar das críticas, as estratégias promovidas pela Coyote ganharam reconhecimento político e midiático, e culminaram na constituição, em 1979, da Força-Tarefa Norte Americana

sobre Prostituição⁸, que se tornou uma das principais divulgadoras da noção de prostituição como uma prática sexual libertária, uma venda empoderada do corpo e uma forma de trabalho (JENNESS, 1990; EKMAN, 2013; ALEXANDER, 1998).

No próximo item será destaca a tática de internacionalização do ativismo do trabalho do sexo.

1.1.2 A internacionalização da defesa da prostituição como trabalho do sexo

Na década de 1980 houve a possibilidade de acesso a recursos destinados ao combate da epidemia de AIDS, que possibilitaram a realização de encontros internacionais e, posteriormente, a formação das redes transnacionais de militância pró-prostituição. Tal como ocorreu no movimento LGBT, os encontros internacionais incluíram importantes fundos do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e de programas regionais de redução de danos, já que à época a AIDS era também associada a grupos de risco e, entre eles, a pessoas que atuavam na indústria da prostituição (ALEXANDER, 1998). Priscila Alexander - uma das organizadoras dos Congressos e co-fundadora da Coyote – reconhece a importância do contexto relacionado à HIV/AIDS:

Embora tivéssemos realizado duas conferências internacionais, uma em 1985 e outra em 1986, e nos Estados Unidos, na Austrália e no Brasil organizado algumas reuniões nacionais, a comunicação entre organizações de diferentes países estava apenas começando quando apareceu o trabalho do sexo. O maior crescimento no movimento organizado não foi nos Estados Unidos, o berço do movimento, mas em países com heranças menos puritanas, talvez. A epidemia de AIDS foi uma influência. Por causa da AIDS e, substancialmente, por causa do medo de que as prostitutas do sexo feminino representassem uma ameaça para a população heterossexual, de repente, havia dinheiro para estudos de prostitutas em muitos países (ALEXANDER, 1998, s / p).

Como destaca Ekman (2013), outro fator importante foi o apoio financeiro da Fundação Mr. A. de Graaf e do Ministério de Assuntos Sociais e Emprego da Holanda para a realização de dois Congressos Mundiais de Prostitutas: em 1985, em Amsterdã; e em 1986, em Bruxelas.

Esses eventos reuniram diferentes lideranças regionais e resultaram em pautas para os próximos anos, com destaque para a temática específica do trabalho do sexo (ALEXANDER, 1998; CHAPKIS, 1997; BINDEL, 2017). Na Carta lançada no final do primeiro evento, se

⁸ Para maiores detalhes sobre a constituição e proposições da *National Task Force on Prostitution* (NTFP), ver Coyote (1998).

observa que a pauta do trabalho do sexo foi surgindo em meio às demandas por direitos humanos e sociais comuns aos movimentos de minorias sexuais:

Leis - Descriminalizar todos os aspectos da prostituição adulta resultantes de decisões individuais. Descriminalizar a prostituição e regular terceiros de acordo com os códigos comerciais padrão. [...] Direitos humanos- Garantir a prostitutas todos os direitos humanos e liberdades civis, incluindo a liberdade de expressão, viagens, imigração, trabalho, casamento e maternidade e o direito ao seguro-desemprego, seguro-saúde e moradia. Conceder asilo a qualquer pessoa que tenha direitos humanos negados com base em um “crime de status”, seja prostituição ou homossexualidade. Condições de trabalho - Não deve haver lei que implique o zoneamento sistemático da prostituição. As prostitutas devem ter a liberdade de escolher seu local de trabalho e residência. É essencial que as prostitutas possam fornecer seus serviços sob as condições que são absolutamente determinadas por elas mesmas e por ninguém mais. Não deve haver nenhuma lei discriminando prostitutas associando e trabalhando coletivamente para adquirir um alto grau de segurança pessoal (INTERNATIONAL COMMITTEE FOR PROSTITUTES’ RIGHTS, 1998, s/p).

O conceito de trabalho do sexo foi criado pela performer erótica Carol Leigh, que o expôs numa conferência contra a pornografia realizada em São Francisco, em 1979. Leigh (em MORCILLO; VARELA, 2016, p. 22-23) utilizou o conceito de trabalho, em resposta aos julgamentos negativos de ativistas prostitutas por feministas:

[...] Expliquei que as prostitutas são incapazes de se apresentar em contextos feministas porque se sentem julgadas por outras feministas. [...] Aí o termo ‘trabalhadora sexual’ ressoou. Eu o utilizei no monólogo *As Aventuras de Scarlot Harlot*, que vinha apresentando desde 1980, inclusive no Festival Nacional de Teatro em Santa Cruz, em 1983, e que também foi intitulado *A Desmistificação da Indústria do Sexo*. ‘Trabalhadoras sexuais, uní-vos!’ disse Scarlot Harlot. “O Sexo é tão sujo como o poder e o dinheiro. Puta significa conseguir mais!”. [...] Quando Scarlot tenta sair do armário em frente à sua mãe ela diz: “a verdade é que eu sou uma trabalhadora sexual, mamãe”. Sua mãe responde: “O quê? Está trabalhando em uma fábrica de consolos?”. [...] O termo “trabalhadora sexual” é uma contribuição feminista à linguagem. O conceito de trabalho do sexo une as mulheres das distintas facetas da indústria – prostitutas, atrizes pornô e dançarinas –, aquelas a quem as carências legais e sociais impedem o reconhecimento de seus pontos em comum. Desde a publicação de *Sex Work* [a primeira antologia de textos do ativismo de prostitutas organizada por Delacoste e Alexander], em 1987, o termo passou a ser bastante utilizado. Em nível internacional, ‘trabalho sexual’ e ‘trabalhadora sexual’ têm sido utilizados por agências de saúde em todo mundo, assim como pela Organização Mundial de Saúde. São utilizados por ativistas relacionados ao tema da AIDS e no movimento de redução de danos; sendo traduzidos em muitos idiomas. O uso do termo ‘trabalho sexual’ marcou o começo de um movimento. Reconhece o trabalho que fazemos, mais do que nos definir por nosso status. Depois de muitos anos de ativismo como prostituta, lutando contra o crescente estigma e o ostracismo do feminismo

hegemônico, eu recorro o termo ‘trabalho sexual’ e vem à minha memória quão importante foi ter, finalmente, uma palavra que para este trabalho não é um eufemismo.

Na década de 1980, surgiram, ao redor do mundo, diferentes coletivos e associações que posteriormente viriam a configurar as redes de ativismo de prostitutas, também conhecida como a Rede do Guarda-Chuva Vermelho (RGCV). Naquele contexto, foram criadas, na América Latina, entre outras: em 1982, a *Asociación de Trabajadoras Autónomas “22 de Junio” de El ORO* (Equador); em 1986, a *Asociación de Meretrices Profesionales del Uruguay* (AMEPU); em 1897, a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP); em 1994, a *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* (Ammar) (JENESS, 1990; HARDY, 2010). Na Europa, entre outras: em 1980, a alemã *Hydra*; em 1985, a holandesa *De Rode Draad*; em 2004, a francesa *Strass*. Na Oceania, surgiram alguns dos coletivos mais longevos, que ainda possuem forte presença: em 1987, a *New Zealand Prostitutes Collective* (NZPC); em 1989, a *Scarlet Alliance* (Australia) (GALL, 2006; 2016).

Como parte desse processo, surgiram também associações, empresas e comitês que, na década de 1990, realizaram consultorias internacionais para que organizações locais de prostitutas conquistassem diferentes editais de financiamento e influenciassem processos legislativos em prol de direitos trabalhistas e pela descriminalização da atividade, como a irlandesa *Network of Sex Work Projects* (NSWP)⁹ e o holandês *The International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe* (ICRSE) (ALEXANDER, 1998; GALL, 2006; RAYMOND, 2013).

Segundo Hardy (2010), o resultado desta articulação foi a capacidade de influenciar, além das organizações ligadas ao setor da saúde - que historicamente proporcionam os principais recursos (como os decorrentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS - UNAIDS e Ministérios e Secretarias locais) -, aquelas ligadas ao setor do trabalho, com destaque para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dessa interlocução fizeram parte, entre outros, a Anistia Internacional e o

⁹ A NSWP é uma companhia privada sem fins lucrativos que compõe uma rede de consultorias em projetos de trabalho do sexo catalisada por sua inserção em conferências relacionadas à prevenção do HIV/AIDS (GALL, 2006; EKMAN, 2013; BINDEL, 2017). Conforme o sítio da NSWP (2020a), ela foi criada durante a Conferência Internacional da AIDS em 1992 e ofereceu consultorias para o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). Os três valores principais que professa são: (a) aceitação do trabalho do sexo como trabalho; (b) oposição a todas as formas de criminalização e opressão legal do trabalho do sexo; e (c) suporte à auto-organização e autodeterminação dos trabalhadores do sexo (NSWP, 2020b). A NSWP é a principal promotora do ativismo pró-prostituição e atualmente se encontra em 40 países (NSWP, 2020b). Como destacado, ela se inseriu nos canais de financiamento da prevenção ao HIV / AIDS, logrando angariar recursos de vários governos (inclusive o sueco), assim como da União Europeia e da Fundação Rockefeller (ORIEL, 2006; EKMAN, 2013).

Banco Mundial (BINDEL, 2017). Como resultado, por exemplo, em 2012, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lançou o relatório *Sex Work and the Law in Asia em the Pacific*, no qual situa a prostituição “como um termo dos Séculos XIX e XX para se referir ao trabalho do sexo” (GOODWIN, 2012, p. IX). Em 2013, o Banco Mundial lançou, em parceria com a NSWP, o relatório *The Global Epidemics of HIV in Sex Workers* (KERRIGAN et al., 2012). Em 2015, a Anistia Internacional defendeu a completa descriminalização de toda a cadeia do comércio do sexo e de todos os aspectos que envolvem o trabalho do sexo consensual, como meio para reduzir os riscos a pessoas em situação de prostituição (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Outra importante fonte de recursos foram, e ainda são, fundações privadas caritativas e de investimento, como a *Open Society Foundation* (OSF), a Fundação Melinda e Bill Gates, e a Fundação OAK (Quadro 3), resultando na constituição de um fundo específico – O *Red Umbrella Fund* - para fortalecer o ativismo e influenciar os processos legislativos (RED UMBRELLA FUND, 2017). Esse fundo acumula, também, os recursos provenientes dos editais pesquisa e de políticas públicas da área da saúde para organizar as táticas de descriminalização legislativa nos locais em que o ativismo pró-prostituição se encontra mais desenvolvido.

Quadro 3 – Principais fontes de recursos para o financiamento das atividades em defesa da prostituição como trabalho do sexo

Agências Multilaterais	Fundações Públicas e Privadas
Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária Organização Internacional do Trabalho (OIT) UNAIDS Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Organização Mundial da Saúde (OMS) Gabinetes Europeus de Cooperação	Open Society Foundation e outras fundações de George Soros Fundação Bill e Melinda Gates Fundação de Elton John em prol da Aids Fundação Ford Humanist Institute for Cooperation with Developing Countries (HIVOS) International HIV/ AIDS Alliance International Women's Development Agency Fundação John D. e Katherine T. MacArthur Fundação Levi Strauss Fundação OAK Oxfam-NOVIB Population Services International Fundação Rockefeller Sigrid Rausing Trust
Agências Bilaterais	Fundações de Mulheres
Canadian International Development Agency (CIDA) Danish Development Corporation (DANNIDA) Global Finish Ministry for Foreign Affairs Development Corporation Japan's Official Development Assistance (ODA)	The Association for Women's Rights in Development (AWID) Filia MamaCash Fundo Global para Mulheres

The Netherlands' Catholic Organization Relief and Development (CordAid) The Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD) The Status of Women - Canada Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA) Swiss Agency for Development and Cooperation (SOC) United Kingdom's Department for International Development (Ofio) Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)	
Governos Nacionais e locais	Outras
Ministérios e Secretarias da Saúde Ministérios e Secretarias do Trabalho	American Jewish World Service Fundações Comunitárias Fundação Heinrich Boell Third Wave Foundation Tides Foundation Urgent Action Fund Fundação Overbrook Fundação Sparkplug

Fonte: elaborado com base em Open Society Foundations (2006) e Red Umbrella Fund (2017).

Para exemplificar a aproximação das RGCV com as fundações caritativas e de investimento, a OSF publicou, em 2006, o relatório *Sexual Health and Rights Programme* (Sharp) no qual foi destacada a necessidade de promover melhor financiamento para os ativistas do trabalho do sexo (RED UMBRELLA FUND, 2017). Em 2008, o relatório *Sex Work and trafficking: A donor-activist dialogue on rights and funding* – trouxe a defesa de uma conexão mais próxima entre os doadores e as redes (OPEN SOCIETY FOUNDATIONS, 2008).

Em 2009 e 2010, a OSF realizou encontros, em colaboração com o Fundo Mama Cash, o Fundo holandês do HIV/AIDS, a *American Jewish World Service*, a *Global Fund for Women* (EUA) e a Fundação Oak (Suíça), para consolidar o *Red Umbrella Fund* (RED UMBRELLA FUND, 2017). Segundo Prats (2019), o conjunto de documentos e relatórios elaborados nesses encontros fundamentaram a mudança de posição da Anistia Internacional, do Human Rights Watch (HRW) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) pela defesa do ativismo do trabalho do sexo, pois essas organizações são amplamente financiadas pela OSF.

A RGCV se desdobra em redes regionais, tais como a *Asia Pacific Network of Sex Workers* (APNSW), a *African Sex Workers Alliance* (ASWA), a *Caribbean Sex Work Coalition* (CSWC), a *Sex Workers' Rights Advocacy Network for Central and Eastern Europe and Central Asia* (SWAN), e *La Plataforma Latinoamericana de Personas que*

Ejercen el Trabajo Sexual (Plaperts). A *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El Caribe* (Redtrasex) é a que exerce maior influência na América Latina (NSWP, 2020b). Criada em 1997 e com sede em Buenos Aires, a Redtrasex é composta por organizações de 14 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e México) promove, particularmente, os direitos trabalhistas de prostitutas (REDTRASEX, 2020).

Outro aspecto que contribuiu para a internacionalização da defesa da prostituição como trabalho do sexo foi o surgimento do intitulado modelo regulamentarista do comércio do sexo, aprovado em 1999 na Holanda e na Dinamarca, e, em 2002, na Alemanha e no Uruguai. Esse modelo estabelece marcos regulatórios que possibilitam às pessoas em situação de prostituição registrar-se como trabalhadores do setor de serviços sexuais e, mediante o pagamento pessoal ou pelos proprietários dos estabelecimentos, de impostos para ter acesso aos sistemas locais de assistência social e promoção da saúde (GALL, 2006; HARDY, 2010; WEITZER 2012). Após o estabelecimento desses critérios gerais, usualmente é delegado aos estados, províncias e municípios estabelecer os zoneamentos e permissões do comércio sexual.

O Governo holandês foi o primeiro a aprovar leis influenciadas por estratégias do ativismo pela legalização da indústria do sexo (GALL, 2006; RAYMOND, 2013; EKMAN, 2013). Segundo Outshoorn (2004), desde a década de 1980 foram aprovados em diferentes municípios do país, como Amsterdam, Rotterdam, The Hague e Utrecht, atos administrativos que liberaram a existência de bordéis. Uma importante mediadora desses processos foi a já mencionada Fundação Graaf que, em meados da década de 1970, abandonou a pauta abolicionista para centrar-se na defesa da prostituição. Seus ativistas constituíram, em 1985, o sindicato holandês de prostitutas de *Rode Draad* [O Fio Vermelho] e, em 1993, a Rede Europeia para a Prevenção ao HIV/AIDS e Promoção de Saúde entre Trabalhadores Sexuais Migrantes (TAMPEP) (RAYMOND, 2013). De acordo com Post, Brouwer e Vols (2019, p. 109), essas organizações, junto a proxenetas locais, lograram influenciar, em 1999, a legalização da atividade, e, em 2000, banir a prostituição do Código Criminal Holandês para que fossem estabelecidas políticas “realistas e sem moralismos” de regulamentação da atividade e o combate à prostituição forçada e ao tráfico de pessoas com essa finalidade. Em 2004, a organização local de prostitutas fundou o ICRSE, que se tornou o principal grupo de pressão por mudanças legislativas pró-prostituição na União Europeia (RAYMOND, 2013; EKMAN, 2013).

Na Alemanha, por sua vez, foi aprovado, em 2001¹⁰, o *Gesetz zum Schutz von in der Prostitution tätigen Personen (Prostituiertenschutzgesetz - PROSTSCHG)*, conhecida como a lei *ProstG*. Fruto de 30 anos de debates legislativos, essa lei estabelece as relações contratuais para a atividade, os meios de execução, de pagamentos de programas e a inserção de pessoas em situação de prostituição no sistema previdenciário (HEBERER, 2013). Ela se tornou o documento regulamentarista mais difundido, a exemplo de sua reprodução, no Brasil, pelo Projeto de Lei n. 98/2003 apresentado ao Congresso pelo Deputado Federal Fernando Gabeira (VIEIRA; JUNIOR, 2015).

Na Alemanha, segundo Layton (2018), 65% das pessoas em situação de prostituição nesse país são estrangeiras, provenientes principalmente dos países da Europa Oriental que foram incluídos, em 2007, na União Europeia, como a Romênia e a Bulgária. Análises realizadas após a regulamentação da prostituição apontam os proxenetas como maiores beneficiários dessa Lei (PENTINNEN, 2007; LAYTON, 2018). Para se ter uma noção de seus impactos em duas décadas, somente 1% dos profissionais estabeleceu relações contratuais e aderiu aos programas estatais, pois o grande contingente é constituído por pessoas em situação ilegal no país (HEBERER, 2013; LAYTON, 2018). Outro fenômeno que marca a atividade na Alemanha é o surgimento dos megabordéis instaurados nas maiores cidades e, recentemente, dos bordéis flat. O sistema *flat* compreende a cobrança a pessoas em situação de prostituição de uma taxa fixa de aluguel de quartos e de recolhimento de impostos do setor de hotelaria. Àqueles que pagam pelo quarto, é garantida a cobertura do valor referente a dez programas, sendo que o excedente fica como lucro da casa. Outro fenômeno é a expansão das plataformas e dos serviços de contratação pela internet (com destaque para o *gesex.de*), nos quais os proprietários das plataformas recolhem uma comissão de 15% do valor acordado. Segundo Layton (2018), esses valores variam conforme: virgindade, raça, sexo sem camisinha e serviços especiais, entre eles sexos coletivos e sexo com mulheres grávidas.

Aliado ao modelo regulamentarista, outro marco legislativo é a descriminalização de toda a cadeia do comércio do sexo que não está relacionada ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual promovida, em 2003, pela Nova Zelândia (GALL, 2006) e, em 2019, pelo

¹⁰ Vigorante em 2002, a ProstG foi sancionada pelo chanceler Gerhard Schröder, com apoio majoritário do Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands - SPD*), Partido Verde (*Die Grünen*) e Partido Democrata Liberal (*Freie Demokratische Partei - FDP*) (HEBERER, 2013). A ProstG, então, regulamenta a atividade da prostituição. Ela reconhece o direito de execução dos pedidos de pagamento por serviços sexuais pessoais em relação unilateral. Dá também autoridade a terceiros para instruírem a atividade em contratos sujeitos a contribuições de seguro (CZARNECKI et al. 2014). Na prática, reconhece prostitutas(as) como trabalhadores(as) autônomos(as) e a possibilidade de contribuírem em planos de saúde e aposentadoria. Porém, cabe a cada estado alemão estabelecer as regras de tributação e organização da atividade (CZARNECKI et al. 2014).

Território do Norte australiano (ROBERTS; BREEN, 2019). Segundo Gall (2016), essas reformas são consequência de décadas de articulação da organização *kiwi New Zealand Prostitutes Collective* (NZPC) e a australiana *Scarlet Alliance* com subseqüentes governos liberais presentes nos dois países.

Nesse processo, o *Prostitution Reform Act* (PRA) aprovado na Nova Zelândia tornou-se o modelo difundido para autorizar a criação e manutenção de bordéis, assim como permitir a proxenetas solicitar a realização de serviços sexuais. Apesar de permitir o proxenetismo, o PRA diferencia-se do modelo regulamentarista porque isenta às pessoas em situação de prostituição da necessidade de se registrarem nos bancos de dados oficiais e pagarem impostos do sistema de assistência social (ABEL et al., 2010). Na prática, esse modelo possibilita a atuação de imigrantes e a não identificação de locais que optam por ingressar nessa atividade, garantindo meios de judicializar o não-pagamento de programas realizados e possibilitar que recusem programas indesejados, mesmo sob ordem dos proxenetas (GALL, 2016).

A difusão do modelo neozelandês tornou-se, então, uma das principais pautas, complementada com a demanda por sindicalização, apresentada a seguir.

1.1.4 Trabalho e sindicalização

As ideias de sindicalização iniciaram na década de 1990 e foram influenciadas pelas consultorias da NSWPC e do ICRSE. O primeiro movimento nessa direção foi a pressão, por parte de coletivos regionais, para que a prostituição fosse reconhecida como uma ocupação legítima em por diferentes países. No Brasil, em 2000, a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) influenciou a inserção da categoria de profissionais do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, como pertencente à família dos prestadores de serviços (de natureza sexual) (RODRIGUES, 2009).

Posteriormente, foram iniciadas as aproximações e associações a sindicatos dos setores de serviços, alimentos e hotelaria (ALEXANDER, 1998; CHAPKIS, 1997; GALL, 2006; HARDY, 2010).

Segundo Gall (2016), os protossindicatos marcam uma nova estratégia que utiliza as estruturas de sindicatos surgidos no período neoliberal, principalmente aqueles voltados para os setores de serviços e do trabalho informal. Hardy (2010), por sua vez, considera que essa é a terceira estratégia para a legalização e descriminalização da prostituição.

Os primeiros processos a partir da abordagem e das articulação pela sindicalização foram os seguintes: em 1995, a *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* (Ammar)

vinculou-se à recém-criada *Central de Trabajadores de Argentina* (CTA); no mesmo ano, os coletivos australianos *Prostitutes Collective of Victoria* (PCV) e *Workers in Sex Employment* (WISE) se aliaram ao Sindicato de Trabalhadores de Bebidas, Hospedagem e Outros Serviços (*Liquor, Hospitality and Miscellaneous Workers' Union* - LHMWU); nos EUA, em 1997, a associação de trabalhadores eróticos *Lust Lady* se vinculou à *California Labor Commission*; na Inglaterra, em 2000, a *International Union of Sex Workers* (IUSW) associou-se ao sindicato londrino do setor de alimentos (*General Municipal Boilermakers* - GMB); no mesmo ano, a *Rode Draad* filiou-se à União Federativa Holandesa (*Federatie Nederlandse Vakbeweging* – FNV); em 2002, a Hydra associou-se ao Sindicato Alemão do Setor Unificado de Serviços (*Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft* - Ver.di); em 2003, o Coletivo de Prostitutas Neozelandês associou-se ao Sindicato Nacional de Trabalhadores de Serviços e Alimentos; em 2006, o Sindicato de Trabalhadores Sexuais de Karnataka (Índia), filiou-se ao *New Trade Union Initiative* (NTUI), que representa trabalhadores informais (GALL, 2006, 2016; HARDY, 2010). Os movimentos mais recentes ocorreram na Espanha, a partir da articulação de coletivos regionais de prostitutas com a Redtralsex, NSWP, ICRSE e a TAMPEP para criar, em 2018, o Sindicato Autônomo *Organizacion de Trabajadoras Sexuales* (Otras) (PRATS, 2019).

Para que fique mais claro como se desenvolve, na atualidade, essa estratégia, serão apresentados os processos mais recentes na Argentina e na Espanha. Antes, no entanto, é preciso apresentar as posições e proposições do ativismo abolicionista.

1.2 PELA ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

A posição que se opõe ao ativismo defensor da prostituição é chamada de abolicionista. Sua organização ocorreu em duas ondas principais, uma iniciada no final do Século XX e outra na década de 1960, até hoje atuante. A primeira onda é conhecida pelo ativismo protagonizado por mulheres sufragistas, com destaque para a inglesa Josephine Butler. Entre 1866 e 1876, Butler realizou, em conjunto com a *Ladies' National Association*, campanhas em diversas cidades europeias contra a política higienista do governo inglês (definida nos *Contagious Diseases Acts*) e o sistema regulamentarista francês (RAYMOND, 2013; BINDEL, 2017). Essas políticas eram acusadas de realizar um controle ineficaz da atividade e de, além de escravizar a mulher e ameaçar a instituição familiar, estimular a libertinagem dos homens. Tendo em vista a purificação da sociedade e o combate ao tráfico de mulheres brancas que eram enviadas às ex-colônias europeias, foi criada, em 1875, a Federação Abolicionista Internacional (FAI). A FAI tornou-se uma organização influente, possuindo regionais ao redor do mundo,

incluindo o Brasil e a Argentina, e logrando estabelecer suas proposições nas políticas antitráfico da Liga das Nações e, em 1949, na Convenção das Nações Unidas para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (RAYMOND, 2013; EKMAN, 2013; BINDEL, 2017).

A segunda onda é chamada de neoabolicionista, mas para a finalidade desta Tese será mantida a denominação original. Segundo Kempadoo (2016), ela surgiu do ativismo de feministas radicais¹¹ iniciado na década de 1960, que se tornou a vertente predominante a comandar a FAI, em conjunto com ativistas socialistas/ marxistas. Segundo Jeffreys (1997), o neoabolicionismo é composto por ativistas que atuam no campo do direito e das políticas públicas e ficaram conhecidas pelo combate à mundialização da indústria do sexo, com destaque para o tráfico de pessoas para exploração sexual, a pornografia e, após o surgimento do ativismo da prostituição, a estratégia do trabalho do sexo.

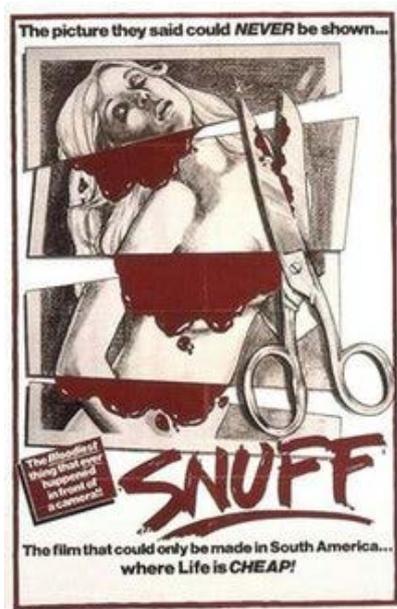
A segunda onda surgiu no contexto de realização dos Congressos Mundiais de Prostitutas acima mencionados, como resposta à expansão e internacionalização do ativismo em defesa da prostituição como trabalho. Nas palavras de Bindel (2017, s/p), surgiu como resistência ao “novo inimigo, muito organizado e poderoso, que surge das sombras da indústria do sexo” e afirma a prostituição como uma forma de escravidão (um abuso forçado) promovida pela indústria global e patriarcal do sexo.

À nova proposição abolicionista, aderiram organizações contrárias a indústria pornográfica, como a *Women Against Pornography* (WAP), fundada em 1976 por feministas radicais que se organizaram durante os piquetes articulados por Andrea Dworkin, no lançamento, em Nova Iorque, do filme sadomasoquista¹² *Snuff* (Figura 2), produzido na Argentina (COMELLA, 2015).

¹¹ A chamada segunda onda do feminismo é marcada pelo ativismo de gênero. Nessa perspectiva, denuncia e combate a naturalização da mulher e das diferentes feminilidades como uma classe sexual inferior, predominantemente subordinada à estrutura de dominação patriarcal. Esse ativismo tem em Simone de Beauvoir e Betty Friedam marcos de referência, sendo desenvolvido em diversos trabalhos que relacionam as opressões sofridas por mulheres e outras pessoas afeminadas com as relações desiguais com os homens, destacando também aspectos econômicos e de raça (THORNHAM, 2006). Para essa vertente, a prostituição é uma instituição basilar da desigualdade de gênero, sendo reproduzida no sistema de consumo do corpo de mulheres por homens como parte de uma articulação global alimentada pela pobreza (JEFFREYS, 1997).

¹² Utilizei o termo sadomasoquista, porém *snuff* é um gênero específico de pornografia, conhecido pelas cenas de tortura e assassinato após o sexo.

Figura 2 – Pôster do Filme Snuff



Fonte: Stine (1999, p. 30).

Na sequência das Conferências Mundiais de Prostitutas, surgiram diferentes organizações com proposições abolicionistas, com destaque para a criação, em Mineápolis (EUA), em 1985, da *Women Hurt in Systems of Prostitution Engaged in Revolt* (Whisper). Essas organizações realizaram, em Nova Iorque, em 1988, a Primeira Conferência Global Contra o Tráfico de Mulheres que resultou na criação, no mesmo ano, do principal grupo abolicionista de pressão por reformas legislativas: a *Coalition Against Trafficking of Women* (CATW) (SUCHLAND, 2015). Além da CATW, outra organização importante para o neoabolicionismo foi a *Standing Against Global Exploitation* (Sage), surgida em São Francisco (EUA), em 1992, e ficou conhecida por instalar centros de resgate de sobreviventes e vítimas da prostituição, e por realizar programas de conscientização de consumidores dessa atividade - conhecidos como as Escola dos *Johns* (BINDEL, 2017).

Essas organizações defendem que a prostituição é uma atividade essencialmente degradante e forçada, tal como expressa a ativista Sarah Wynter, pertencente à Whisper:

A prostituição não é uma atividade qualquer. Ao invés disso, tudo é como a prostituição, porque é o modelo para a condição das mulheres, para a estratificação de gênero e sua extensão lógica, que é a discriminação sexual. A prostituição é baseada no abuso sexual forçado sob um sistema de supremacia masculina construído ao longo de um continuum de coerção, medo, força, racismo e pobreza. Para cada diferença real entre as mulheres, a prostituição existe para apagar nossa diversidade, distinção e realização, enquanto reduz todas nós a uma carne a ser comprada, vendida, comercializada, usada, descartada, degradada, ridicularizada, humilhada,

mutilada, torturada e, muitas vezes, assassinada por sexo (WYNTER, 1998, p. 268).

Além da noção de prostituição forçada, a estratégia incluiu associá-la ao tráfico de pessoas para exploração sexual. O neoabolicionismo desenvolve-se a partir da estrutura constituída por organizações antitráfico da CATW Internacional, que hoje conta com mais de 40 parceiros regionais¹³, com destaque para o apoio de organizações de mulheres como a *Equality Now*, *Space International*, e o *European Women's Lobby* (EWL). Segundo Ward e Wylie (2017), o EWL e a CATW tornaram-se as organizações centrais de divulgação, promoção e internacionalização das políticas anti-prostituição.

Um evento importante para a internacionalização do neoabolicionismo foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em 1995, em Pequim. Nela, foram explicitadas as disputas a serem travadas em instâncias supranacionais como a ONU (RAYMOND, 2013). Segundo a autora, ao inserir no movimento de mulheres, o ativismo do trabalho do sexo (por ela chamada Posição Holandesa) buscou efetivar a diferenciação entre prostituição forçada e voluntária:

A principal mudança que os grupos pró-trabalho do sexo promoveram foi eliminar a palavra “prostituição” em favor das palavras “prostituição forçada”. Eles argumentaram que a terminologia da prostituição contida no esboço inicial aumentaria “a estigmatização e marginalização das mulheres que trabalham na prostituição, em vez de criar um ambiente no qual as mulheres em prostituição sejam assistidas com seu próprio empoderamento”. ONGs como STV, GAATW¹⁴ e *International Prostitutes Collective*, incluindo a NSWP, atuaram com força fazendo o lobby para esse objetivo. (RAYMOND, 2013, p. 139 - 140).

As batalhas normativas assumiram um novo patamar quando foi aprovada, em 1999, na Suécia, a *Kvinnofrid law* (A Lei de Proteção da Mulher) que estabeleceu um modelo de

¹³ Como a *Organization for Prostitution Survivors* (Seattle - EUA), *Survivors for Solutions* (EUA), *The Carter Center* (EUA), *Beaking Free* (EUA), *Voices and Faces Project* (EUA), *Culture Reframed* (EUA), *La CLES* (Canadá), *Culture Reframed* (EUA), *EVA Center* (EUA), *World Without Exploitation* (EUA), *Rights for Girls* (EUA), *Gepa* (Colômbia), *Instituto de Género, Derecho y Desarrollo* (Argentina), *L'Associazione Iroko Onlus* (Itália), *Kwanelle* (África do Sul), *Masimanyane Women's Rights International* (África do Sul), *MAISIE* (EUA e Coreia do Sul), *NIA Project* (Inglaterra), *Pandora* (Antuérpia), *BUKLOD* (Filipinas), *Alma* (Pacífico Asiático), *Apne Aap* (Índia), *KAFA* (Síria), *Mouvement Du Nid* (França), *Stigamot* (Groelândia), *Kvinnefronten* (Noruega), *Roks* (Suécia), *Centrs Marta* (Letônia), *Solwodi* (Alemanha), *International Coalition of Abolition of Prostitution* (França) (CATW, 2020).

¹⁴ Ekman (2013) destaca que a organização pró-prostituição criou, seis anos após o surgimento da neoabolicionista CATW, a *Global Alliance Against Traffic in Women* (GAATW), para disputar os editais de financiamento, promover a noção de prostituição voluntária e avançar a liberação das barreiras legais à prostituição. Essa organização encontra-se presente em comissões especiais da União Europeia e é a principal consultora de assuntos relacionados à prostituição da Anistia Internacional.

criminalização da demanda por prostituição e, por tal motivo, tornou-se o chamado modelo abolicionista ou nórdico (EKMAN, 2013; RAYMOND, 2013).

O modelo nórdico foi a primeira concretização formal do neoabolicionismo (GALL, 2016). Segundo Ward e Wylie (2017), após a aprovação dessa lei, o governo sueco passou a promovê-la como um modelo de políticas públicas para a prostituição, disponibilizando recursos para hospedar delegações parlamentares de outros países, realizar encontros, pesquisas e consultorias jurídicas para publicitar a imagem de um país que efetiva a igualdade de gênero, sexualidade, entre outros aspectos sociais.

Outro fato importante ocorreu nos Estados Unidos, com a aprovação, em 2000, da Lei de Proteção às Vítimas do Tráfico (*The Trafficking Victims Protection Act - TVPA*). De acordo com Jackson, Reed e Brents (2017), a TVPA surgiu da articulação da CATW, SAGE e *Protection Project* com diferentes organizações religiosas, como a Conferência Católica dos Bispos, o Exército de Salvação, a *International Justice Mission*, A Visão Mundial Internacional e a *Hope International*. Para Wylie (2017), essa Lei estabeleceu a pauta antitráfico como uma política interna estadunidense e proporcionou às organizações envolvidas um importante volume de recursos proveniente do Departamento de Estado.

A constituição supranacional ocorreu com a aprovação, em Palermo, em 2000, do *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, também chamado de Protocolo de Palermo¹⁵, no qual foram incorporadas alíneas que preveem o combate ao tráfico de pessoas para exploração sexual e prostituição (SULLIVAN, 2007; GALL, 2016).

Neste contexto, a estratégia para combater o avanço da proposta da prostituição como trabalho ocorre em duas frentes: a) promover a aprovação do modelo nórdico em diferentes legislações locais; e b) efetivar políticas públicas que implementem as defesas presentes em leis e convenções internacionais antitráfico.

Atualmente, os países que adotam o modelo nórdico são Islândia, Noruega, Canadá, Irlanda do Norte, Cingapura, África do Sul, Coreia do Sul e França (NORDICMODELNOW,

¹⁵ Conforme as duas primeiras alíneas do Artigo 3º desse Protocolo: “a) Por ‘tráfico de pessoas’ entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos; b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a)” (ONU, 2000).

2020). Segundo Wylie (2017), as políticas antitráfico tornaram-se importantes, foram endossadas por diferentes governos e a elas são alocadas grande volume de investimentos.

Para que fique mais claro como se desenvolvem, na atualidade, essas disputas, são apresentados, na sequência, os confrontos na Argentina e na Espanha.

1.3 AS DISPUTAS NA ARGENTINA E NA ESPANHA

Como foi mencionado, essas disputas ocorrem em situações concretas e em processo aberto até os dias de hoje. A escolha da Argentina se deve à longa trajetória de disputas em torno da prostituição que ali ocorrem e ao protagonismo do ativismo local na associação com um sindicato do setor de serviços; e da Espanha a seus desenvolvimentos mais recentes, que serão descritos na parte correspondente.

1.3.1 As disputas na Argentina

A Argentina é um país emblemático para o tema da prostituição porque já no início do Século XX havia coletivos que aderiram ao combate protagonizado pelas militantes da primeira onda do feminismo abolicionista ao intitulado tráfico de brancas, isto é, ao comércio de mulheres brancas para abastecer os territórios de prostituição em ex-colônias europeias (OIM, 2003; SCARSI, 2011; VARELA, 2012). Como braço da Federação Abolicionista Internacional (FAI), em 1902 foi fundada, em Buenos Aires, a Associação Nacional Argentina contra o Tráfico de Brancas (SIMONETTO, 2019; 2020). O país destaca-se também pelo pioneirismo na aproximação com sindicatos de trabalhadores (HARDY, 2010). Além disso, Buenos Aires é a atual sede da RedTraSex.

O período do crescimento da prostituição se relaciona com a industrialização e a expansão agrícola ocorridas na virada para o Século XX, com a chegada no país de importantes contingentes de homens jovens migrando da Europa e de outros países latino-americanos. O grande fluxo composto principalmente por homens jovens e solteiros gerou uma desproporção entre homens e mulheres que “foi rapidamente aproveitada pelos comerciantes locais e em todos os cafés e pousadas que circundavam o porto e até nos bairros, no quais a presença de prostitutas começou a ficar evidente” (SCARSI, 2011, s/p). Naquele contexto, também foi instaurado um comércio de matrimônios, no qual era prometido a mulheres brancas europeias melhores condições de vida no ultramar. Esse mercado promoveu o tráfico de brancas, que se

tornou uma lucrativa atividade financiada pelo novo empresariado e, até mesmo, pela Igreja Católica (CARIDE BARTRONS, 2009; SCARSI, 2011).

Com a ampliação dos mercados do sexo na Argentina surgiram as primeiras regulamentações em cidades portuárias, como Rosário (1874) e Buenos Aires (1875). A exemplo de hoje, as regulamentações ocorriam em nível municipal, por meio de *ordenanzas* que estabeleciam os códigos contravencionais locais e as medidas de profilaxia antivenérea (CARIDE BARTRONS, 2009; SIMONETTO, 2019). O controle higienista e criminal promovido por essas ordenanças era voltado para os programas realizados em estabelecimentos menores, em domicílios e na rua, e teve como consequência adversa a criação de grandes bordéis, alimentados pelas máfias polonesas, italianas e judias de tráfico de mulheres (CARIDE BARTRONS, 2009).

Até as proibições instauradas por leis profiláticas¹⁶, na década de 1930, a prostituição esteve legalizada na Argentina por seis décadas. Um evento que influenciou as mudanças legislativas foi o desvelamento da participação de rufiões argentinos com o tráfico de mulheres entre Paris, Florença, Rio de Janeiro, Varsóvia e Cracóvia (SIMONETTO, 2019). A prostituição foi legalizada nas proximidades de áreas militares em dois períodos distintos: durante o período ditatorial e, após a redemocratização, no peronismo (SIMONETTO, 2019). Apesar desses fenômenos pontuais, a Argentina seguiu a tendência da grande maioria dos países de manter a atividade em situação ilegal, criminalizar o proxenetismo e delegar aos municípios¹⁷ o controle e regramento da atividade, usualmente com base em códigos de faltas e contravenções¹⁸ (MORCILLO, 2014).

A Ammar (2015) estimou que, no início do século XXI, 80.000 pessoas exerciam a prostituição na Argentina. De acordo com o jornal *La Nación* (2004), 20 mil¹⁹ atuavam, naquele momento, em bordéis, cabarés, bares, cafés, *whiskerías*, hotéis, ruas e praças da Capital Federal.

Segundo Van Meir (2017), os bordéis argentinos oferecem maior proteção do que a atividade de rua, porém cobram uma comissão que pode superar 50% do valor pago pelo cliente. Devido às recentes políticas de restrição por meio do recrudescimento dos códigos

¹⁶ A Ley de Profilaxis, instituída em 1936, estabelecia a obrigatoriedade do exame sanitário nas casas de tolerância e o cadastramento de imigrantes.

¹⁷ Segundo a AMMAR (2016, s/p), as *ordenanzas* locais são a base para as proibições mais recentes de funcionamento de *cabarets* e *whiskerías* em diferentes províncias argentinas. Eles “abrem caminho para a perseguição dos “atos de prostituição” e a punição policial sem controle judicial das consideradas contravenções.

¹⁸ Embora a prostituição não seja ilegal, desde 1875 a exploração da prostituição de terceiros é penalizada por dispositivos municipais, com destaque para os municípios portuários (SCARSI, 2011). Atualmente, a regulamentação municipal ocorre principalmente por meio dos códigos de faltas e contravenções. No caso de Buenos Aires, o Artigo nº 81 deste Código proíbe o exercício ostensivo da prostituição nas ruas (INECIP, s.d.).

¹⁹ Os dados oficiais acerca da atividade da prostituição, a exemplo do que ocorre nos outros países, são escassos e imprecisos.

contravencionais, muitos cafetões têm abandonado o sistema de bordéis para adotar um modelo alternativo de captação em bares, cafés e hotéis. Esse sistema aparenta não envolver terceiros, pois os programas são iniciados em espaços relativamente discretos (que cobram comissão sobre o consumo de alimentos e bebidas) e prosseguem em hotéis localizados nas proximidades. Situação similar ocorre na atividade de rua, quando essa não envolve a realização de programas em automóveis ou diretamente nas residências dos usuários. Por fim, outro aspecto importante é o aumento da captação de clientes pela internet, seja em plataformas específicas, em salas de bate-papo ou em *bookings* especializados.

Após a redemocratização do País, ocorrida na década de 1980, aumentaram as representações de prostitutas, principalmente aquelas ligadas a coletivos de mulheres. Apesar das divergências entre diferentes vertentes feministas, havia uma pauta conjunta de combate à repressão policial de prostitutas, cujo marco foi a Assembleia Raquel Liberman²⁰. Essa organização foi formada em 1996, no contexto de autonomia política da cidade e consequente reforma do Código Contravencional de Buenos Aires, tendo lutado pela revogação de decretos que proibiam o travestismo e o exercício da prostituição em vias públicas, até mesmo a realização de protestos públicos: “Muitas dessas militantes feministas convergiram, anos depois, para a Campanha Abolicionista. Nesse período também se formou a primeira associação de prostitutas: Ammar – a *Asociación de Meretrices Argentinas*” (DAICH, 2017, p. 8).

Segundo Martynowskyj (2018), a temática da prostituição foi problematizada pelo feminismo argentino desde o primeiro Encontro Nacional de Mulheres (ENM), realizado em Buenos Aires, em 1986. No decorrer desses encontros foram realizadas oficinas que debatiam a prostituição, com destaque para *Mujer y Prostitución*, que naquela época contava com as principais lideranças regionais que, posteriormente, assumiriam posições opostas em relação à estratégia do trabalho do sexo. Naquele contexto, surgiu a Ammar, que será apresentada nos próximos parágrafos. Após, será descrita a presença do ativismo pela abolição, nesse mesmo país.

Conforme o sítio da Ammar (2011, s/p): “A Associação de Mulheres Meretrizes da Argentina nasceu como uma resposta ao constante assédio e violência realizados pela polícia. Juntas, descobrimos que a organização é a força e o motor para atingir metas que beneficiem as profissionais do sexo e a sociedade em geral”.

²⁰ A Assembleia Raquel Liberman se articulou para eliminar o controle policial da atividade de rua e em bordéis (MORCILLO e VARELA, 2017). Raquel Liberman ficou conhecida por ser uma sobrevivente do tráfico se tornar uma das ativistas abolicionistas que denunciaram máfias locais, no caso, a máfia judia e o proxeneta Zwig Migdal (DAICH, 2017).

A Ammar foi constituída em 1994, a partir da organização de pessoas em situação de prostituição que atuavam nos bairros portenhos de Flores e Constitución, em espaço cedido pela *Asociación de Trabajadores del Estado* (ATE). As primeiras reuniões foram organizadas por antropólogos e advogados que realizavam oficinas de autocuidado e técnicas de comportamento diante da polícia (BRAVO ALMONACID et al. 2009; MORCILLO, 2014).

No ano seguinte, por intermediação e financiamento da Embaixada Real da Holanda (*Royal Netherlands Embassy*) e de parcela do ativismo de mulheres, a Ammar firmou acordo, em 1995, com a *Central de Trabajadores de la Argentina* (CTA) e passou a operar como uma seção desse sindicato (IRRAZÁBAL, 2004).

Segundo Dyszel, Ferrero e Gurrera (2007, p. 30), a CTA é uma central de sindicatos surgida em 1992, que integrou experiências associativas não-tradicionais de representação sindical, com destaque para organizações de povos originários, camponeses, movimentos de bairros, de desempregados, trabalhadores informais etc, e propôs um sindicalismo não restrito aos trabalhadores no mercado formal. Ao tornar-se membro da CTA, a Ammar ganhou visibilidade pública e recursos para estabelecer a pauta do trabalho do sexo (LENSU, 2015). Seus ativistas ingressaram nas políticas de Gênero e Igualdade e HIV/AIDS promovidas por esse sindicato, comandando as oficinas de “multiplicação de saúde” – as oficinas “[...] que informam e educam outras pessoas sobre saúde sexual, retribuindo o processo educativo e incorporando a saúde sexual como uma questão de saúde importante para todo o trabalho” (HARDY, 2010, p. 103).

A verdade é que viemos para o CTA como poderíamos ter ido a qualquer outro lugar. Não temos consciência militante. Quando começamos, a única coisa que importava era não ir à prisão. No tempo da ditadura, éramos prisioneiras há muito tempo e não tínhamos os benefícios da democracia. Não era um absurdo? Precisávamos de um espaço físico e, durante os primeiros meses, nos encontramos em bares em *Constitución*. Mas a polícia viu que estávamos nos encontrando e esperava uma ameaça. Nós, organizadas, somos uma ameaça à polícia, porque o negócio deles acaba. Então eles começaram a entrar no bar e nos tirar pelos cabelos. Vendo essas complicações, um antropólogo que havia começado a trabalhar conosco e era amigo de Teo Peralta da ATE Capital, sugeriu que pedíssemos ajuda ao sindicato. Um dia, depois de uma reunião lá, a polícia nos esperou na porta e nos prendeu. Isso começou a desanimar as mulheres. O Teo Peralta viu que estávamos nos complicando e sugeriu que eu fosse à CTA, que era relativamente nova. Conversamos com Victor De Gennaro e arrumamos um lugarzinho. Estávamos em um porão; os únicos que desceram foram Victor e Nestor Piccone [então secretário de imprensa] para nos ouvir. No começo foi difícil estar lá, mas depois de ter subido até onde estavam os outros sindicatos, aprendemos o que era um sindicato, o que era um delegado e o que era discutir a situação política. Depois, fui eleita como adjunto do Conselho Nacional.

Somos a única organização de trabalhadoras do sexo que tem este nível político: não temos apenas uma área de HIV, mas também uma área de Direitos Humanos. Vamos mais longe para mudar a realidade mais profunda. Percebi que fazíamos parte. Parte de uma grande classe de trabalhadores, que são explorados, excluídos e discriminados. E ninguém é salvo sozinho (REYNAGA em REDTRASEX, 2012, s/p).

Além da aproximação com a CTA, em 1997, a Ammar fundou, com outros coletivos latino-americanos, a *Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe* (RedTraSex)²¹. Segundo Daich (2017), a criação da RedTrasex também contribuiu para a conquista de editais de financiamento provenientes de organismos internacionais e filantrópicos, que forneceram recursos para publicidade e para trabalhos acadêmicos com o objetivo de transformar o estigma da prostituição e sua associação direta com o tráfico de pessoas para finalidades de exploração sexual.

Em 1998, a Ammar obteve, por meio do Ministério da Saúde Argentino, participação no programa financiado pelo Banco Mundial de prevenção à HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) - que é chamado Projeto Lusida - e com isso acesso à principal fonte de recursos para sua manutenção. Como parte das demandas dos programas de prevenção, a associação passou a realizar campanhas de informação e conscientização acerca dos riscos de contágio, distribuir preservativos e lubrificantes, realizar oficinas e eventos, e firmar acordos com clínicas médicas e hospitais para facilitar o acesso a consultas e exames laboratoriais (DAICH, 2017).

Segundo Bravo Almonacid et al. (2009), esses recursos possibilitaram a realização de encontros e assembleias e, em menos de uma década, a Associação constituiu uma estrutura em âmbito federal com representações em Catamarca, Chaco, Chubut, Corrientes, Formosa, Jujuy, La Pampa, La Rioja, Mendoza, Misiones, Salta, San Juan, San Luis, Santa Cruz, Tierra del Fuego, Tucumán e Capital Federal, e liderança da RedTraSex (AMMAR, 2013; MORCILLO e VARELA, 2016).

Segundo Varela e Daich (2016), um acontecimento importante foi a revisão do código de convivência urbana portenho, em um processo iniciado em 1996 e concluído em 1999, envolvendo consultas a organizações sindicais e da sociedade civil, a mulheres e pessoas em

²¹ RedTraSex é formada pelas seguintes organizações: Ammar, Tikkum Olam (Belize), Organización Nacional de Activistas por la Emancipación de la Mujer (Bolívia), Fundación Margen de Apoyo y Promoción de la Mujer (Chile), Asociación de Mujeres Buscando Libertad (Colômbia), Asociación de Trabajadoras Sexuales La Sala (Costa Rica), Movimiento Orquídeas del Mar (El Salvador), Organización Mujeres en Superación (Guatemala), Red Nacional de trabajadoras Sexuales de Nicaragua, Red Nacional de Trabajadoras Sexuales de Honduras, Mujeres con Dignidad y Derechos (Panamá), Unidas en la Esperanza (Paraguai), Red Nacional de Trabajadoras Sexuales de Perú e Movimiento de Mujeres Unidas (República Dominicana) (REDTRASEX, 2020).

situação de prostituição. Como foi mencionado, no contexto de redemocratização, as proposições acerca da prostituição possuíam uma pauta única de denúncia e combate à violência policial, organizada na Assembleia Raquel Liberman. Porém, durante as consultas já se expressaram divergências entre os que defendiam legalizar/descriminalizar a prostituição e os que queriam aboli-la, da mesma maneira que acontecia no contexto internacional.

Essas divergências também existiam entre ativistas da Ammar e ocasionaram uma divisão na Associação durante a realização de sua segunda Assembleia Nacional, em 2002 (DAICH, 2017). Nela, foi debatido se a Associação se configuraria como uma ONG ou se tornaria um sindicato, e a opção vencedora foi a sindical. Essa opção desencadeou uma cisão interna entre a ala sindical, que se tornou a Ammar CTA, e a neoabolicionista, a Ammar Capital. Irrazábal (2004, p. 17) destaca que a posição sindical da Ammar surgiu mais da influência de membros de outros sindicatos pertencentes à CTA, do que das próprias filiadas:

As dirigentes utilizam muitos recursos para estimular a mobilização, mas em manifestações grupais por alguma reivindicação própria da Ammar, foram mais vistos membros de outros sindicatos pertencentes à CTA do que as filiadas da Associação. A relação entre os membros da organização é verticalizada, ou seja, embora exista uma organização em termos de assembleias, percebe-se que se trata de mera formalidade, uma vez que todas as decisões são tomadas por uma única pessoa, que é a Secretária Geral em nível nacional.

Desde sua fundação, a Ammar inseriu a pauta da resistência à violência policial nos Encontros Nacionais de Mulheres. Porém, na medida em que a estratégia sindical foi adotada, iniciaram os embates com vertentes opositoras do feminismo local que se tornou predominantemente abolicionista e levou ao ressurgimento da pauta antitráfico (MORCILLO, 2014). Essa pauta influenciou as revisões dos códigos contravencionais em diferentes províncias, o que levou a Ammar a adotar, por mais uma década, a tática de reverter essas *ordenanzas* e, ao mesmo tempo, ampliar as articulações²² com outras organizações locais e as RGCV, com destaque para NSWP e a RedTrasex (RODRÍGUES, 2017).

Em 2012, a RedTrasex firmou parceria com a Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM) com o objetivo de “aumentar a representação em nível político” das

²² De acordo com Rodríguez (2017), a Ammar divulgava em seu site os seguintes parceiros: Fundación Paz y Solidaridad de CCOO, Ayuntamiento de Burgos de España, Fundo Global para Mulheres, Red Umbrella Fund, Mama Cash, Urgent Action Fund – Latin America, Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, UBA, Embaixada Australiana, Embaixada Holandesa, AWID, Ministério da Saúde, Instituto Nacional contra a Discriminação, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Onusida, Fundação Levi Strauss, Dirección General de Fortalecimiento de la Sociedad Civil del Ministerio de Desarrollo Social de la Ciudad de Buenos Aires, e a Fundação Friedrich Ebert, entre outros.

organizações que defendem a regulamentação do trabalho do sexo; “apoiar sua participação em fóruns locais regionais onde são discutidas políticas públicas que impactam diretamente a área”; expandir “a capacidade e recursos organizacionais nos 14 países membros, incluindo posteriormente o México, Uruguai e Belize”; e “aumentar a qualidade de suas intervenções, a cobertura da população-alvo atingida e o desenvolvimento de pesquisas operacionais sobre a realidade do trabalho sexual e do HIV” (OIM, 2014, p. 9).

Em 2013, a Ammar logrou que fosse apresentado, ao Congresso Argentino, um Projeto de Lei²³ (PL) visando estabelecer um marco legal para o trabalho sexual autônomo. Esse projeto não chegou à votação (RODRÍGUEZ, 2017a). Segundo Reynaga (em REDTRASEX, 2012), ele auxiliaria a diminuir a exploração realizada nos bordéis, nos quais os proprietários usualmente retêm grande parcela do valor cobrado nos programas, ou cobram diárias que forcem a realização de mais programas do que os que seriam realizados na atividade de rua. Segundo Lensu (2015), a intenção inicial do PL era viabilizar meios para criar pequenas cooperativas de trabalhadores do sexo, que seriam alternativas aos bordéis. Porém, o texto final destacou a temática do acesso à assistência social e à descriminalização do comércio do sexo no país (DAICH, 2017).

Em 2015, A Ammar lançou uma linha telefônica para processar denúncias de “violência institucional”: *Línea Roja 0810*²⁴ (Figura 3). As denúncias recebidas por esses meios são processadas e encaminhadas ao *Programa de Género del Ministerio Público de la Defensa* de Buenos Aires (AMMAR, 2015). No mesmo ano, a associação estabeleceu uma parceria com o Instituto Gino Germani e o Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género da UBA para criar o *Observatorio de Violencia Institucional hacia el Trabajo Sexual* (Ovits).

Em 2016, a Ammar (2016, p. 17) se articulou com acadêmicos e ONGs LGBT para criar a Frente de Unidade Emancipatória para o Reconhecimento dos Direitos dxs Trabalhadorxs do Sexo na Argentina (Fuertsa²⁵).

²³ Em 2013, Projeto de Lei para regular o Trabalho Sexual Autônomo foi apresentado ao Congresso Argentino pelo Senador Osvaldo Lípex da província da Terra do Fogo, mas não foi à votação e foi engavetado (RODRÍGUEZ, 2017a).

²⁴ As denúncias recebidas por esses meios são processadas e encaminhadas ao *Programa de Género del Ministerio Público de la Defensa* de Buenos Aires (AMMAR, 2015).

²⁵ Entre os milhares de signatários do manifesto FUERTSA se encontram: Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Trans (FALGBT); Asociación de Travestis, Transexuales y Transgéneros de Argentina (ATTTA); ONUSIDA; Fundación Huésped; Centro Julia Pastrana; Espacio de Sexualidad y Diversidad Red Argentina de Jóvenes y Adolescentes Positivos Nacional, C.A.B.A. y Santiago del Estero; Red Argentina de Personas Viviendo con VIH; Red de Personas Viviendo con VIH/SIDA – Mar del Plata; Asociación Marplatense de Derechos a la Igualdad (AMADI); Movimiento Evita; Diversidad Rosario; Putos Peronistas; Marikas Patriotas; Colectivo LGBTI Tucumán Asociación de Trans y Trabajadorxs Sexuales por la Disidencia Sexual (ATTS – Río Negro), além de diversas cátedras e militantes (AMMAR, 2016b).

Figura 3 – Anúncio do Observatório e da Línea 0810



Fonte: Ammar (2015).

As propostas dessa Frente incluem: (a) visibilizar a importância de serem reconhecidos os Direitos Humanos e Trabalhistas dxs Trabalhadorxs Sexuais; (b) enfrentar as posições que estigmatizam, penalizam e criminalizam o Trabalho Sexual; (c) fomentar a promoção, proteção e garantia desses direitos (AMMAR, 2016b). A Fuertsia lançou um manifesto contra a Lei para a Prevenção e Sanção do Tráfico de Pessoas e Assistência a suas Vítimas – Lei 26842 (AMMAR, 2016). Nesse contexto, a Ammar participou, pela primeira vez, no mesmo ano, da Marcha do Orgulho LGBTTTIQ realizada em La Plata (MARTYNOWSKYJ, 2018), e da passeata do movimento argentino NiUnaMenos²⁶ (VASCONCELOS, 2018).

Também em 2016, a Anistia Internacional (2016, p. 11) lançou um documento sobre os impactos desproporcionais “do sistema legal discriminatório abolicionista” argentino. Construído a partir de estudos encomendados pela OSF, esse documento relatou violências e ameaças resultantes das políticas de combate ao tráfico de pessoas para exploração sexual. Ao final do documento, foi recomendado à Cidade de Buenos Aires que derrogasse as leis que penalizam qualquer forma de trabalho sexual consentido entre pessoas adultas e tomasse medidas para eliminar os estigmas relacionados à profissão.

²⁶ O Movimento NiUnaMenos surgiu em 2015, em Buenos Aires, da organização de diferentes coletivos de mulheres contra o feminicídio. No Manifesto 8M realizado após a Marcha Internacional Feminista de 2018, foram incluídas proposições da organização pró-prostituição: “Chega de repressão, perseguição, abuso e extorsão policial a profissionais do sexo e pessoas em situação de prostituição. Exigimos a revogação dos artigos ofensivos que permitem que qualquer pessoa seja detida sem ordem judicial e que criminalizam a prática da prostituição em 18 províncias. Em particular, o artigo 68 do Código Contravencional da Província de Buenos Aires” (NIUNAMENOS, 2018, s/p).

Além desses eventos, a Ammar lançou, em 2017, um cartão de associados e um aplicativo para telefones celulares, o PUTY SEÑAL, com um botão de pânico para casos de abordagens hostis e detenções policiais, para facilitar o acesso dos associados a advogados parceiros (AMMAR, 2017).

Além da estrutura presente em âmbito federal, a Ammar constituiu uma rede composta pela CTA, ONGs, autarquias do meio acadêmico - como o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Universidad de Buenos Aires (CONICET-UBA) –, e apoio de deputados e senadores da Coligação Frente para a Vitória (FPV) e do Partido Nuevo Encuentro para ser reconhecida institucionalmente e aprovar as leis de descriminalização da prostituição (LENSU, 2015; MARTYNOWSKYJ, 2018).

A Ammar adota táticas concomitantes para efetivar a estratégia geral pela descriminalização de toda a cadeia do comércio do sexo. Em síntese, a Associação focalizou inicialmente no combate ao assédio policial e judiciário para construir o cenário para descriminalizar a atividade por meio de intensa atuação midiática²⁷ (HARDY, 2010). Depois, associou-se à CTA para constituir um sindicato de trabalhadores do sexo. Na medida em que obteve fundos relacionados às políticas de prevenção e combate ao HIV/AIDS, formou uma estrutura nacional de ativismo pró-prostituição com recursos da promoção de saúde e bem-estar (BRAVO ALMONACID et al., 2009; HARDY, 2010). Na tática de inserção internacional, lidera a RedTrasex, que proporciona acesso a financiamentos provenientes de organismos internacionais e filantrópicos. Outra tática foi ingressar nas mesas de debate e nas oficinas do Encontro Nacional de Mulheres e, recentemente, aproximar-se de setores do ativismo LGBT para promover, por meio da Fuertsa, suas proposições sobre o trabalho do sexo e o putafeminismo (MORCILLO, 2014; OLIVAR, 2016; MARTYNOWSKYJ, 2018). Concomitantemente às táticas apresentadas, tem apresentado, em nível nacional e em diferentes províncias projetos de lei para a regulamentação do trabalho sexual autônomo (AMMAR, 2013; RODRÍGUEZ, 2017a).

Tendo feito esta apresentação da Associação, é preciso aprofundar o conteúdo das suas proposições, especialmente no que se refere à definição de prostituição como trabalho do sexo.

Essa definição sofreu alterações na medida em que a Ammar foi incorporando novas táticas (RODRÍGUEZ, 2017a). Segundo Morcillo (2014) e Bravo Almonacid et al (2019), o trabalho do sexo era, inicialmente, definido de modo simples, como trabalho comum: uma forma de remuneração e autossustento (incluindo familiares) em contrapartida a um gasto de

²⁷ Segundo Rodríguez (2017b), a Ammar tem conquistado espaço frequente em programas de rádio e televisivos, logrando estabelecer horários semanais nesses dois meios.

energia corporal e de tempo que é, assim, convertido em dinheiro e renda. Essa concepção fica clara nas palavras de Reynaga (em REDTRASEX, 2012, s/p):

Antes de uma profissional do sexo, eu sou mãe. Eu tive que educar meus filhos, como qualquer outra mãe que é deixada sozinha na vida. Eu escolhi entre a faxina (e alguém cuida dos meus filhos como um favor) e as oportunidades que o trabalho sexual criou para mim. Isso me deu um salário duas ou três vezes maior do que eu ganharia em uma fábrica. Isso me deu liberdade, autonomia e a possibilidade de ter um lar e uma educação decentes para meus filhos. Eu sou uma trabalhadora do sexo e ninguém me forçou. Não somos considerados trabalhadores porque o corpo não é mercadoria? O corpo é meu, a única coisa que é minha, que possuo.

A primeira alteração²⁸ dessa definição ocorreu quando o Ammar adotou a tática sindical. Segundo Layton (2018, s/p), a Ammar passou a compreender o trabalho como explorado e, “portanto, não haveria diferença entre prostituição e trabalho realizado em uma fábrica”. Desde então, o trabalho do sexo passou a ser definido não mais como mera remuneração, mas como uma atividade da classe trabalhadora (MORCILLO, 2014). De acordo com Morcillo (2013, p. 23), “Os militantes da Ammar CTA tinham oscilado em relação a esta questão. Anteriormente, eles argumentaram que a dignidade do ‘trabalho sexual’ estava em obter sustento para seus filhos; posteriormente, em outras ocasiões, foi argumentado que o ‘trabalho sexual’ é um trabalho das classes trabalhadoras e, portanto, sujeito a certos graus de exploração”. Assim, o trabalho é reconhecido como alienado, compartilhando o traço comum a todo o trabalho no sistema do capital (BRAVO ALMONACID et al., 2009). Ou seja, assim como em qualquer trabalho, a realizar os programas, “desligam a própria subjetividade”, separam as práticas sexuais da esfera íntima e das necessidades próprias de prazer, e estabelecem conexões “com o signo dos pesos na cabeça” - horário, local de trabalho, comissões, tarifas, tempo e modalidade de programa (MORCILLO, 2014, p. 24).

Segundo as integrantes da Ammar, entrevistadas por Bravo Almonacid et al. (2009, s/p), “a prostituição também é degradante se formos aos termos lógicos, degradante como ficar preso o dia todo numa mina, limpar banheiro como empregada doméstica e tudo o mais”. Apesar de situarem o aspecto comum e precário da atividade, a partir do momento em que se participam da CTA, as ativistas veem aspectos empoderantes, não pelo exercício da atividade em si, mas pela organização coletiva e sindical. Nesse sentido, para as ativistas, a prostituição

²⁸ Segundo Morcillo (2014), apesar das alterações na compreensão do trabalho do sexo, raramente os ativistas argentinos reproduziram a noção difundida pela Coyote da prostituição como um trabalho terapêutico e transgressor.

[...] é um trabalho com poucas vantagens, que pode ser por dinheiro rápido ou em que se pode estabelecer o próprio preço, mas também há uma série de componentes negativos. Na rua não se pode parar qualquer um, pois há determinados códigos; deve-se respeitar preços estabelecidos por zonas, que se definem anualmente com as companheiras. Tentamos explicar as desvantagens e dizer que não é um trabalho empoderador, porque nenhum trabalho te empodera. O que empodera é a organização sindical, que nos permite ser visíveis (ORELLANO em HOPENHAYN, 2017, s/p).

Ao pressionar pela aprovação de um marco regulatório em nível federal e nas províncias para regulamentar a prostituição como trabalho sexual autônomo, se expressa o propósito de constituir alternativas para a exploração econômica realizada por terceiros:

O projeto [no caso, para a regulamentar o trabalho sexual autônomo na província de Neuquén] propõe estabelecer um marco normativo para o exercício independente e cooperativo do Trabalho Sexual. Para isso, contempla a criação de um cadastro único de Profissionais do Sexo no Ministério do Trabalho, o que permitiria controlar o exercício da atividade de forma voluntária. Além disso, a abertura de um escritório que é responsável por garantir o nosso acesso à obra social [o seguro social obrigatório], aposentadoria, planos e programas sociais. De forma alguma o projeto apoiaria e / ou favoreceria o proxenetismo, ou seja, a exploração de Trabalho Sexual por terceiros, o que é considerado crime na Argentina. Em nossa proposta legislativa, a figura do empresário não existe. Defendemos o Trabalho Sexual Autônomo e a autonomia de decisão sobre o nosso corpo, por isso somos contra o cafetão. Em todo caso, consideramos que, quando o Estado regula a maioria dos empregos, não é por isso que é acusado de cafetão. A regulação é o mecanismo que permite criar um quadro de proteção para a classe trabalhadora. Na Ammar, acreditamos que a criminalização das nossas fontes de trabalho devido à implantação de políticas antitráfico nos empurrou ainda mais para a clandestinidade e, ao não diferenciar entre tráfico e trabalho sexual, tirou a proteção do Estado, aumentou a violência institucional contra nós e favoreceu cafetões. Muitos colegas que trabalhavam por conta própria passaram a fazê-lo em uma relação de dependência, visto que nesses locais não sofriam ataques compulsivos. Hoje, são os terceiros que gozam da proteção do poder político / judiciário e policial, têm os negócios mais lucrativos e se beneficiam da precariedade do nosso trabalho. Na Argentina, o trabalho sexual não é crime, mas não há um marco legal que garanta direitos e proteção às pessoas que o exercem. Por isso, convidamos atores estaduais e governamentais a refletir sobre o assunto. A confusão entre trabalho sexual e tráfico de pessoas para exploração sexual viola nossos direitos humanos, civis e de cidadania e não favorece a luta contra o tráfico de pessoas, pelo contrário. Não somos vítimas, somos trabalhadores precários que lutam por melhores condições, pelo reconhecimento legal e pelo fim do estigma e da discriminação ao nosso setor (AMMAR, 2016c, s/p).

Nessa lógica, a prostituição, e a exploração nela realizada, é tratada como uma atividade econômica que tem uma valoração negativa e marginal porque envolve o tema da sexualidade.

[...] a forte oposição a sermos reconhecidas como trabalhadoras vem da parte do corpo com a qual trabalhamos. Ninguém está questionando por que um pedreiro decide colocar em risco sua integridade física e saúde, ou por que o sistema capitalista fica com o lucro que sua força de trabalho produz. Não há tensão aí. Toda a tensão aparece quando dizemos que colocar um preço na sua sexualidade pode ser uma oportunidade de trabalho que gera muito mais independência do que outros empregos para mulheres. Lá eles falam “não, você não pode comercializar sexo”. É por que podem as mãos, as pernas, as costas? Porque essa parte do corpo da mulher é considerada sagrada. É por isso que você não pode colocar um preço nisso. E eu acho que pensar que a sacralidade da mulher e sua dignidade estão apenas em sua sexualidade, é continuar obedecendo um pouco ao patriarcado (ORELLANO em HOPENHAYN, 2017, s/p).

Na participação da Ammar junto ao ativismo de mulheres (Figura 4), o trabalho do sexo aparece como um questionamento ao patriarcado que opera impondo situações de restrição econômica às mulheres. Nesse processo, a pauta do intitulado “putafeminismo”²⁹ foi adicionada, com a demanda por direito sexual (OLIVAR, 2016).

Figura 4 – Passeata de Ativistas da Ammar



Fonte: TiempoSur (2020).

Essa incorporação de aspectos de sexualidade à noção de trabalho do sexo, segundo Daich (2017) e Martynowskyj (2018), ocorreu no contexto de aproximação da Ammar com

²⁹ O putafeminismo busca ressignificar e legitimar a posição dos trabalhadores do sexo pela sua inclusão no ativismo de mulheres (SULZ; CARDOSO, 2019).

ativistas LGBT e com a constituição da Fuertsa. Assim, passou a defender a identidade de puta para desestigmatizar os estilos de sexualidade marginais de pessoas em situação de prostituição. Nessa perspectiva, o trabalho do sexo é considerado uma prática transgressora da sexualidade naturalizada e sacralizada, e assume a forma de uma identidade de resistência ao capitalismo patriarcal e à sexualidade hegemônica³⁰. Um exemplo desse ativismo é realizado pelo autodenominado filósofo e prostituto Pichon Reyna que, “ao transitar em espaços feministas e encontrar-se com a Ammar-San Juan”, viu no trabalho do sexo “[...] um negócio do desejo em que você capitaliza: prazeres, fantasias, práticas sexuais, a conformação de um momento ou uma performance sexual” (REYNA em LANG, 2019, s/p). Para ele, o trabalho do sexo auxilia a

Tornar visível a construção totalmente taylorizada que existe no capitalismo. A ideia de que cada um cumpre uma função específica e determinada é algo que muitas prostitutas põem em xeque. Tornamos visível uma multifocalidade ou uma maneira mais aberta de observar outras práticas de conscientização que ocorrem em torno do que é trabalho. Por exemplo, considero trabalhar a "nova onda", que é como eu conto meus serviços. É uma prática sensível de mercantilização. Depois, há a ideia dos filósofos de que o amor não pode ser um negócio, mascarando assim a exploração doméstica e sentimental. As prostitutas tornam visíveis os conhecimentos sociais que têm a ver com a educação, transmissão, afetos, conhecimentos sempre feminizados e que, na realidade, sustentam a maquinaria do capitalismo (REYNA em LANG, 2019, s/p).

O trabalho do sexo, nessa compreensão, torna-se uma terapia de “mercantilização sensível”, que busca transgredir a exploração sexual “tradicionalmente presente na monogamia, na heterossexualidade e no sexo gratuito”, através do estímulo a orgias, à cobrança pelo prazer e outras “irresponsabilidades afetivas” (REYNA em LANG, 2019, s/p). Conforme foi destacado, a incorporação de aspectos de sexualidade ao ativismo da Ammar, que antes focalizava em aspectos predominantemente econômicos, expressa uma nova estratégia confronto como o abolicionismo, cujo surgimento e desenvolvimento no país será destacado nos próximos parágrafos.

A versão mais recente do abolicionismo argentino surgiu de divergências entre coletivos de mulheres que, no contexto de revisão dos códigos contravencionais de Buenos Aires, em 1996 e 2004, foram assumindo posições em disputa. A principal estratégia da posição abolicionista é obter a aprovação e a implementação de leis federais, provinciais e municipais com uma pauta antitráfico assentada nos princípios do Protocolo de Palermo, assim como

³⁰ Para exemplificar esse modo de resistir, Lang (2018) destacou eventos realizados pela Espanha, como os Festivais de Diversidade. Segundo o autor, neles é desenvolvida a “sororidade marica”, remetendo aos aspectos transgressores de práticas e estéticas da sexualidade por *queers* e prostitutas.

buscar meios para aprovar em âmbito federal o modelo nórdico (FEMENÍAS, 2014). Esse ativismo define a prostituição como uma forma de exploração análoga à escravidão, alimentada pelo patriarcado e pela pobreza, e mercantilizadora do corpo e da personalidade (VARELA, 2012; FEMENÍAS, 2014).

Nos confrontos com a Ammar, o ativismo abolicionista a acusa de ser composta pelo estrato de classe pequeno-burguês, que fala em nome de vítimas da pobreza e da servidão, mas reproduz a ideologia difundida pelo proxenetismo internacional sobre a prostituição em termos de trabalho e autonomia, livre escolha e empreendedorismo (RODRÍGUEZ, 2017b).

Na crítica de Rennella (2020, s/p),

A Ammar funciona como uma igreja: tira vantagem dos marginalizados para lhes dar uma ilusão de comunidade, porque sem essas vozes o poder e o alcance não seriam os mesmos. A Ammar tira proveito das mulheres em prostituição, convida-as para um conto de fadas e pede que elas se tornem "trabalhadoras do sexo", enquanto sua situação dentro de casa nada muda. Essas mulheres são usadas para levantar bandeiras muito mais sinistras. Que pessoa nessa situação de marginalização não iria querer encontrar uma certa ideia de comunidade? [...] A linguagem não muda a realidade. Somente para a Ammar é útil que elas se autodenominem assim. "Separem o trabalho sexual do tráfico", dizem elas, mas não entendem que a Ammar está pedindo exatamente o oposto: elas querem conferir uma estrutura legal para a exploração para que as mulheres prostituídas se tornem sindicalizadas, regulamentadas, tornando mais difícil provar que estão sendo exploradas (ou seja, os negócios dos cafetões são facilitados). Se, sob a lei argentina, a prostituição é uma atividade lícita desde que não haja tráfico ou exploração de pessoas e seja exercida voluntariamente, o que a Ammar procura legalizar? A figura do cafetão. De um homem (ou mulher) que pode ter quatro mulheres em um apartamento, explorá-las e reter metade do que o *putero* [cliente] "paga por elas". Para a Ammar, isso passaria a se chamar "trabalhar em relação de dependência". O mesmo com o argumento de que, caso fosse legalizada, "60 mil empregos seriam formalizados".

Por sua vez, Orellano (em MOSHKOVICH, 2019) argumenta que o abolicionismo limita a organização e reivindicação de pessoas em situação de prostituição a finalidades de uma estrutura caritativa preconceituosa e burguesa, que nunca efetivou políticas que melhorem o cotidiano desse público. Defende que a ferramenta sindical dos trabalhadores, independente das disputas por seu estatuto de trabalho, é uma estrutura de resistência igualmente válida e utilizável, pois "os sindicatos não são mais do que órgãos de classe usados por aqueles de baixo para defender seus próprios interesses". Nesse sentido, para a ativista, o não reconhecimento desse modo de resistir contribui para o aumento da exploração, já que mina sua capacidade de organização coletiva. Apresentando, que, "habitualmente nenhuma pessoa explorada se aproxima de uma organização de trabalhadores para demandar uma mudança revolucionária

radical, mas melhorar suas condições de vida, o que não é pouco” (ORELLANO em MOSHKOVICH, 2019, s/p).

Para finalizar, no Quadro 4 se encontram os ativismos envolvidos com tema da prostituição na Argentina.

Quadro 4 – Ativismos envolvidos com tema da prostituição na Argentina

O ativismo pela prostituição como trabalho do sexo	O ativismo abolicionista
Ammar Nacional: CTA (Capital Federal), Catamarca, Chaco, Chubut, Corrientes, Formosa, Jujuy, La Pampa, La Rioja, Mendoza, Misiones, Salta, San Juan, San Luis, Santa Cruz, Tierra del Fuego, Tucumán.	Asociación de Mujeres Argentinas por los Derechos Humanos (AMADH) (antiga Ammar Capital) La Casa del Encuentro ATEM La Raquel Red de Emergencia Feminista ONG La Alameda
Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El Caribe (RedTraSex)	La Red Informativa de Mujeres de Argentina (Rima) Red Alto al Tráfico y la Trata (RATT Argentina) Red No a La Trata
Central de Trabajadores de la Argentina (CTA)	
Frente de Unidad Emancipatorio por el Reconocimiento de los Derechos de Trabajadorxs Sexuales en Argentina (Fuertsá) Red por el Reconocimiento del Trabajo Sexual (RRTS)	Furia Trava e Asociación Lucha por la Identidad Travesti y Transexual ONG Mujeres en Actividad Grupo Maleza Agrupación Feminista Trece Rosas
CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas -UBA	La Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (Feim) Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de América Latina (Indeal) Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires Instituto de Historia de España Claudio Sánchez Albornoz Centro de Estudios e Investigación en Ciencias Sociales (CEICS).
Escritório sub-regional da UNAIDS	Procuraduría de Trata y Explotación de Personas (Protex)

Fonte: elaborado a partir de Hardy (2010), Morcillo (2014), Rodríguez (2017a; b) e Daich (2017).

1.3.2 As disputas na Espanha

A Espanha é o terceiro país do mundo e líder europeu em demanda por sexo pago. Segundo Velasco (2019), o grande impacto da prostituição no contexto espanhol deve-se ao alto consumo dessa atividade em conexão com a grande expansão da indústria do turismo e

eventos. Como face informal do comércio do entretenimento, a atividade encontra-se distribuída em estabelecimentos como *clubes de alterne, clubes de carretera, burdeles, hoteles de plaza, casas de citas* ou *puticlubs*, assim como na prostituição de rua e na internet (GARCÍA, 2018). Apesar do consenso quanto à dimensão desse fenômeno em território espanhol, a exemplo do que ocorre nos outros países, faltam dados oficiais sobre essa atividade. O que se encontra são diferentes dados conforme as posições em disputa.

Segundo Beatley (2018), a indústria do sexo espanhola obedece a uma articulação global de economia ilícita que gera uma estimativa anual de €22,8 bilhões. Estudo realizado pela polícia nacional identificou, em 2013, a existência de 1.693 bordeis. O Instituto Nacional de Estatística estimou, em 2014, que a prostituição representa 0,35 do PIB espanhol (HERNÁNDEZ, 2018). O Ministério do Interior estimou, em 2017, a existência de 14.000 pessoas em situação de prostituição (VELASCO, 2019). A ONG Médicos do Mundo (2017) estimou que havia 45.000 mulheres em situação de prostituição. Já outras estatísticas indicam que esse número pode ser triplicado (ÁLVAREZ, 2018; HERNÁNDEZ, 2018). Outro dado sensível está relacionado à atividade do tráfico de pessoas para exploração sexual, estimado por defensores do abolicionismo em 80% da atividade (MÉDICOS DO MUNDO, 2017), enquanto ativistas da legalização da prostituição reconhecem que seria de 60% (ÁLVAREZ, 2018). Apesar das divergências, é consenso que a prostituição em território espanhol passa por grandes mudanças em função do expressivo ingresso de imigrantes, grande parte em situação ilegal, provenientes principalmente do leste europeu (Bulgária e Romênia), da América Latina e Caribe (Paraguai, Colômbia, Brasil e República Dominicana) e, recentemente, da África Oriental (VOCES VISIBLES, 2018).

O tema da prostituição ganhou recente visibilidade e debate público a partir da inscrição, em 4 de agosto de 2018, no Ministério do Trabalho e Seguridade Social, do sindicato *Organización de Trabajadoras Sexuales* (Otras³¹) (AGÊNCIA EFE, 2018). A publicação do registro gerou grande impacto, pois, em princípio, formalizou a existência de um sindicato autônomo de prostitutas no momento de início do governo do Partido Socialista Obrero Español (PSOE), autodeclarado feminista e abolicionista. Esse evento explicitou as posições em disputa acerca da prostituição em diferentes mídias, gerou demissões em altos cargos do Ministério do

³¹ Com base em Barcelona, essa organização é fruto da articulação de coletivos locais, com destaque para a Asociación de Profesionales del Sexo (Aprosex), e, para o Colectivo de Prostitutas de Sevilla que, desde os protestos de prostitutas de 2004, buscaram se articular para a composição de uma rede de cooperativas (PERERA, 2017).

Trabalho e deu início a uma batalha judicial pela impugnação do ato administrativo, a partir de uma ação impulsionada por coletivos feministas diretamente articulados com o governo.

O pedido de impugnação da inscrição do Sindicato Otras foi formalizado em 14 de novembro de 2018, pela *Plataforma 8 de Marzo* de Sevilla (que pediu a impugnação dos estatutos) e pela *Comisión de Investigación de Malos Tratos a Mujeres* (da organização catalã *La Escuela AC*, que pediu a impugnação do sindicato) (VALDÉZ, 2018a; VICENTE, 2018). Segundo Morales (2018), esse processo incluiu manobras da Advocacia Geral do Estado para levar o julgamento à instância superior, a Audiência Nacional, retirando o juízo da Comarca de Sevilla, por erro administrativo e transferindo a responsabilidade para o Ministério Fiscal (*Fiscalía General de Estado*) (VALDÉZ, 2018b). Após, foram identificados problemas de fundo e não de forma (MENDIRI, 2019). Com base na Lei Orgânica de Liberdade Sindical, os requerentes defenderam que o direito à sindicalização ‘somente se reconhece às pessoas trabalhadoras por conta de outrem’. Com base na Lei Orgânica para a Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens, foi contestada a possibilidade de uma ‘situação neutra’ na atividade da prostituição, o que faz com que não possa ser objeto de contrato de trabalho por se tratar de atividade que fere a dignidade humana, explora sexualmente e estimula o tráfico de pessoas (ESPANHA, 2018). Diante disso, solicitaram à Audiência Nacional a ilicitude da atividade da prostituição e, conseqüentemente, do Sindicato (MENDIRI, 2019).

Iniciou-se, assim, uma batalha pela impugnação desse Sindicato, protestos de rua e nas redes sociais, bem como ações executivas e judiciais que questionaram sua forma e conteúdo a instâncias jurídicas superiores. Durante o processo que culminou em um julgamento realizado na Audiência Nacional, foram lançados manifestos que explicitam as posições em disputa.

No *Manifiesto por la ilegalización del Sindicato Otras*, o conjunto de signatários é composto, majoritariamente, por feministas pertencentes ao meio acadêmico, de partidos de esquerda e de coletivos abolicionistas, que apoiam o pedido de impugnação iniciado pela *Plataforma 8 de Marzo* de Sevilla e pela *Comisión de Investigación de Malos Tratos a Mujeres* com sede em Madri (MANIFESTO POR LA ILEGALIZACIÓN, 2018). O argumento vincula o Sindicato ao proxenetismo, afirmando que não representa a luta pela melhoria das condições de vida de pessoas em situação de prostituição, mas uma manobra para legaliza-lo. Essa manobra dar-se-ia pela inserção de um terceiro oficial atuante na relação entre a vítima e o consumidor. Nesse sentido, o Sindicato deve ser ilegalizado por questões de conteúdo, pois formaliza uma atividade criminosa. Argumenta, também, que as pessoas envolvidas nessa atividade são vítimas do tráfico internacional para fins de exploração sexual, sendo o Estado

Espanhol e a União Europeia signatários de convenções internacionais³² de combate a esse sistema exploratório.

Dias após, foi lançado o *Manifiesto Contra La Ilegalización del Sindicato Otras*, intitulado por *Nunca Sin NosOtras*, com a assinatura de coletivos de prostitutas, artistas e acadêmicas renomadas como Nancy Fraser e Silvia Federici (ABC SOCIEDAD, 2018). Os signatários desse documento posicionaram-se a favor da pluralidade do movimento feminista, alegando que ele não é representado exclusivamente pela voz das abolicionistas. Defendem que é um erro equiparar o tráfico de pessoas com finalidade de exploração sexual à prostituição, pois a prostituição é uma atividade diversa e, muitas vezes, utilizada como complemento de renda para aqueles que nela se inserem. Argumentam que a livre e autônoma organização de trabalhadores do sexo para a conquista de direitos civis e trabalhistas é a única forma de trazer melhorias reais para as condições de realização dessa atividade, inclusive no que diz respeito ao tráfico para finalidades de exploração sexual. Entre os pontos mais destacados desse manifesto está a estratégia de criação de sindicatos de trabalhadores sexuais como meio de resistir e impor limites ao poder patronal, há mais de uma década legalizado em sindicatos do setor de hotelaria. Além disso, questiona os abusos do poder de polícia, que penaliza setores da atividade que não se encontram nas mãos dos grandes cafetões como, por exemplo, a prostituição de rua (NUNCA SIN NOSOtras, 2018).

O julgamento realizado em 14 de novembro de 2018, na Audiência Nacional, revogou os estatutos e impugnou³³ a inscrição do Sindicato Otras, concluindo pela ilicitude do objeto³⁴ - a relação contratual de trabalho para a atividade da prostituição (ESPANHA, 2018; EL INDEPENDIENTE, 2018)³⁵. A sentença da Audiência Nacional considerou que não é possível um empregador demandar que um trabalhador mantenha relações sexuais em contrapartida

³² Trata-se do Protocolo de Istambul, assinado pelo Estado Espanhol em 2004.

³³ A sentença da Audiência Nacional considerou que não é possível um empregador demandar que um trabalhador mantenha relações sexuais em contrapartida remunerada. Portanto, não reconhece a existência de contrato, de relação de trabalho e, conseqüentemente, de capacidade de negociação por via sindical.

³⁴ Conforme Aguilar (2018, s/p), a sentença da Audiência Nacional obedece à jurisdição do Supremo Tribunal que não reconhece a relação laboral na atividade da prostituição. Porém, reconhece a validade de atividades “perfeitamente separáveis” como a pornografia (aqui tomada como “espetáculos públicos com conotações eróticas”) e os serviços de acompanhantes (“a incitação ao consumo em estabelecimentos abertos ao público mediante a provocação do desejo sexual no cliente”). Os critérios para tal julgamento estão baseados na presença ou ausência de acesso carnal, tomado como direito da liberdade sexual de natureza personalíssima (AGUILAR, 2018). Nessa mesma sentença, foram reiteradas as possibilidades de sindicalização de empresários de hotelaria, assim como da contrapartida como atividades laborais de camareiras, de alimentação e bares, limpeza e dos serviços “de acompanhamento por conta própria” (CADENA SER, 2018, s/p).

³⁵ Em junho de 2021, o Tribunal Supremo validou os estatutos do Sindicato Otras, retificando a decisão de 2018 e aceitando atividades relacionadas ao trabalho sexual: alterne, indústria pornográfica e prostitutas autônomas. No entanto, manteve a exclusão de prostitutas a serviços de outros, uma vez que a prostituição não pode ser considerada como atividade de trabalho segundo a legislação espanhola (AGUILAR, 2019).

remunerada. Portanto, não reconhece a existência de contrato, de relação de trabalho e, conseqüentemente, de capacidade de negociação por via sindical. Essa sentença gerou manifestações contrárias de organizações internacionais, como o ICRSE, a Anistia Internacional e a Open Society (SINDICATO OTRAS, 2018). Diante da sentença, o alvo de ataques dos coletivos espanhóis defensores da prostituição passou a ser o que intitulam ‘feminismo institucional’ e sua presença no aparelho de Estado em políticas de combate à violência.

Esse evento explicita as disputas entre, por um lado, o ativismo pela prostituição como trabalho do sexo que, desde 2015, abandonou estratégias de atuação em petições por direitos humanos e sociais, assim como de criação de cooperativas, para focalizar na conquista de direitos trabalhistas, e na legalização e descriminalização da atividade por meio da formalização de sindicatos autônomos de trabalhadores sexuais; e, por outro, o ativismo abolicionista que, além de apresentar uma articulação em plataformas regionais que organizam movimentações de rua, tem conquistado posições nos partidos políticos³⁶ e influenciado a regulamentações da atividade da prostituição em nível municipal (Quadro 5).

Quadro 5 –Ativismos envolvidos com tema da prostituição na Espanha

O ativismo pela prostituição como trabalho do sexo	O ativismo abolicionista
Colectivo de Prostitutas de Sevilla (Sevilha)	Plataforma 8 de Marzo de Sevilla
APDHA (Sevilha)	Plataforma 8 de Marzo General
Colectivo Hetaira (Madri)	Organización Escuela AC (Catalunha)
Agrupación Feminista de Trabajadoras del Sexo (AFEMTRAS) (Madri)	Asociación para la Prevención, Reinserción y Atención a la Mujer Prostituida (APRAMP) (Madri)
Colectivo Hetaira (Madri)	Corriente Roja (Madri)
Asociación de Profesionales del Sexo – Aproxex (Barcelona)	Comisión de Investigación de Malos Tratos a Mujeres (Madri)
Colectivo Antígona (Facultad de Derecho UAB, Barcelona)	Grupo de Investigación Economía, Cultura y Género (ECULGE) de la UMH (Elche - Acalante)
Associació Cultural El Raval (Barcelona)	Centro de estudios Feministas de la Universidad de A Coruña (Coruña)
Putas Indignadas (Barcelona)	Plataforma Abolicionista Salamanca

³⁶ Segundo Cela (2018), os partidos espanhóis que têm se posicionado a favor do movimento abolicionista são o partido atual do governo, o PSOE, Izquierda Unida (IU), Partido Feminista e uma pequena ala do Podemos. O autor identificou também que uma ala do Partido Popular (PP) tem frequentemente se posicionado a favor de políticas abolicionistas.

Genera (Barcelona)	Plataforma Feminista Valenciana
Sindicato Otras (Barcelona)	Plataforma Abolicionista Canaria
Askabide (Bilbao)	Catalunya Abolicionista Plataforma Feminista
Comité de Apoyo a Las Trabajadoras Del Sexo - Cats (Mucia)	Mujeres por la abolición

Fonte: elaborado pelo autor.

Ambas as posições disputam por posições no aparelho de Estado, se afirmam anticapitalistas e de ataque ao proxenetismo pelas vias legais, pela constituição de sindicatos autônomos ou, na última, pelo ataque à atividade conforme o modelo de criminalização da demanda. No contexto desses antagonismos, ganhou destaque, por parte da posição abolicionista, o tema da ligação do ativismo da prostituição como trabalho do sexo com os ‘empresários’, tal como foi evidenciado por Gimeno (2018, s/p):

Surpreende a ingenuidade ou a má fé daqueles que não se surpreendem com o fato de nunca haver cafetões nos debates tentando mover a balança em direção aos seus interesses. Estamos enfrentando a única indústria multibilionária na qual os empresários nunca aparecem e ninguém pergunta onde eles estão? Alguém pergunta quais são seus interesses ou suspeita quando coincidem com os de algumas associações? E quando eles compartilham advogados? Bem, embora pareça estranho, não é.

Para Gimeno (2018), os proxenetistas concedem, sorratamente, ao ativismo pela prostituição como trabalho do sexo, infraestrutura e fácil acesso aos meios de comunicação, em contrapartida de nunca revelarem a proveniência dos recursos. Nessa perspectiva, a criação do Otras é denunciada como o ataque mais recente realizado pelo patriarcado neoliberal, agora, por meio de falsos sindicatos. Para explicar essa falsidade, os signatários do *Manifiesto por la Ilegalización* (2018) argumentam que, para que o Otras se configure como um sindicato, ele deveria se organizar a partir dos trabalhadores, com financiamento próprio e com a finalidade de limitar o poder patronal de um contratante. Por não se configurar dessa forma, o Otras é definido como um sindicato proxeneta na aparência de um sindicato de trabalhadores.

A denúncia é confirmada pelo estudo de Ekman (em MURPHY, 2014) que, embora extrapole o contexto espanhol, aporta argumentos para o tema da relação entre sindicalização e proxenetismo.

Eu passei quatro anos viajando pela Europa a pesquisar sobre organizações de “trabalho sexual” para o meu livro, “Being and Being Bought” (*Ser e Ser Comprado*). Vi repetidamente o mesmo padrão: organizações de “trabalho

sexual” com um website requintado e uma presença on-line impressionante, ostentando centenas ou milhares de membros com experiência em “trabalho sexual”, que na realidade não eram mais do que três pessoas em torno de uma mesa de café. [...] Outra situação recorrente era a das direções executivas serem totalmente compostas por acadêmicos e funcionários de ONGs, com apenas uma pessoa por organização com experiência em prostituição. Esta pessoa seria, evidentemente, responsável por falar com os meios de comunicação, tal como com o ICRSE (EKMAN em MURPHY, 2014, s/p).

Ainda segundo Ekman (em TIGANUS, 2018, s/p),

Após esse período [de pesquisa de campo] encontrei quatro tipos de grupos. Nenhum era um sindicato. [...] O primeiro tipo é o holandês, *Rode Draad*, uma organização que foi fundada e paga pelo governo. É muito interessante porque você pode encontrá-los em qualquer seminário, em qualquer fórum de prostituição, com representantes de um “sindicato”, mas sempre são sociólogos ou funcionários públicos que participam em nome do mesmo. [...] O segundo tipo é o de pequenos grupos lobistas compostos por pessoas que estão na prostituição, como é o caso do Strass na França. Quando os entrevistei, o grupo era composto por três pessoas e dois deles eram homens. A estratégia é fazer parecer que existem milhares e milhares. Aqui, você tem que entender uma coisa: pelo mínimo que você conhece do mundo da prostituição, você sabe que nunca terá um grupo visível de milhares e milhares de prostitutas, nem mesmo sobreviventes. O mundo da prostituição devora você, causa problemas e traumas; poucas pessoas têm energia para se organizar politicamente. [...] Há um terceiro tipo de grupo fundado diretamente por cafetões, como Alejandra Gil, do NSWP no México, que foi condenada a 20 anos de prisão por tráfico; ou o de Douglas Fox na Inglaterra, cujo fundador é um representante da *International Union of Sex Workers* (IUSW), um conhecido cafetão e proprietário de várias agências de acompanhantes. [...] O quarto tipo são os sindicatos que já existem, como a Confederação de Comissões Operárias (CCOO) na Espanha, que estão tentando criar uma seção de filiação para pessoas em situação de prostituição. Quase ninguém aderiu a esses sindicatos e suas propostas não geraram mudanças no setor. Conclusão: depois de pesquisar esses sindicatos, não descobri nenhum que realmente funcionasse como tal.

Além do aspecto da falsidade dos sindicatos, surgiu a defesa, em editoriais, reportagens e colunas de opinião divulgadas em jornais espanhóis, de uma análise mais apropriada da realidade da prostituição, a partir de uma perspectiva interseccional. Cobo (2017) corrobora com essa ideia, argumentando que, na atividade, se intersectam três sistemas de dominação: patriarcal, capitalista neoliberal e racial/cultural. A prostituição é tomada como uma instituição, originalmente, patriarcal, que se abastece das desigualdades de gênero, econômicas e raciais. A autora argumenta que, ao encadear-se na produção capitalista e no mercado global, a prostituição deixa de existir de modo artesanal para se converter numa macroindústria. Entretanto, trata-se de uma indústria que se fortalece por meio de atividades ilícitas e da progressiva miséria existentes em países que não conseguem competir no mercado global

(países de baixo tecido produtivo) (COBO em MARTÍNEZ, 2017). Isso se evidencia na conexão do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual com as indústrias do turismo, do entretenimento e de serviços, que, nas economias centrais, gera um lucro bem maior se comparado com o proveniente da parcela da renda enviada pelas vítimas da prostituição, para o consumo interno, nas periféricas (COBO, 2017).

Cobo (2018) sintetiza outra posição do abolicionismo, que defende ser a legalização da prostituição algo análogo à formalização do trabalho infantil e do trabalho em situação de escravidão. A autora argumenta que ganhar um salário de pobreza não faz com que a atividade seja considerada um trabalho, nem que as condições de atuação melhorem por meio da criação de sindicatos, pois a prostituição é, em si, uma exploração *stricto sensu*. Diante disso, defende que as condições desumanas da prostituição impedem que ela se configure como um serviço e um comércio normal, nem como atividade análoga ao trabalho precarizado, pois a mercantilização do corpo e da personalidade operam uma “extinção do eu” vista como mais intensa em relação aos primeiros. Na mesma posição, Freixas (2018) argumentou que a prostituição é uma violência extrema, que destrói o sujeito e impossibilita maior estabilidade econômica e o livre exercício da sexualidade, que usualmente é difundida no mantra da livre escolha individual para finalidades de prazer.

Solís (2018, s/p) reitera essa compreensão ao destacar a articulação de proposições do liberalismo sexual, surgidas no pós-1968, com os “postulados proxenetas” da livre escolha, que, na realidade, ocorre entre a desigualdade e a pobreza. Uma vez mais, as contribuições do estudo de Ekman (2016, s/p) aportam informações para o argumento de que a prostituição se torna um “camaleão” que se adapta a todas as ideologias de matiz liberal:

O discurso do "trabalho do sexo" transformou a profissão mais antiga do mundo na profissão mais moderna do mundo. A prostituição não é mais vista como um remanescente feudal, patriarcal - é subversiva, libertadora e até feminista. Para o movimento de mulheres, a prostituição era vendida como um direito da mulher ao seu próprio corpo; para os neoliberais, como símbolo do mercado livre; para a esquerda, como “trabalho sexual” que necessita de sindicatos e leis trabalhistas; para conservadores, como um acordo privado e consentido entre dois indivíduos fora da interferência da sociedade; para o movimento LGBT, como a sexualidade demandando seu direito de expressão. A prostituição se tornou um camaleão, adaptando-se a todas as ideologias. E, quando a esquerda abraça a prostituição como "trabalho", é sem a compreensão marxista do trabalho como algo inerentemente alienante, que deve ser abolido, e isso resulta na perda da capacidade do trabalhador de determinar sua própria vida. Também ausente está a consciência de como o capitalismo se expande incessantemente em mais e mais dimensões de nossas vidas, fazendo-nos ver nossos corpos e mentes como nada além de mercadorias.

A esse respeito, Jeffreys (1997; 2009) argumenta que a indústria proxeneta tem financiado acadêmicos e agentes da mídia para divulgarem a prostituição definida como um fenômeno empresarial, concebendo-a na linguagem dos contratos salariais, da livre concorrência e da maximização da escolha econômica. Assim, o cafetão é definido como o empresário e a pessoa em situação de prostituição, como a empreendedora (EKMAN, 2013).

Essa ideia é complementada pela compreensão transgressora da prostituição, por filósofos e sociólogos do chamado ‘liberalismo sexual’: na década de 1940, pela literatura libertina de Henry Miller, D. H. Lawrence e Jean Genet; nas décadas de 1950-1960, pelo questionamento do biologicismo da sexualidade e pela retomada do mito da prostituição sagrada e do heterismo grego, por autores do interacionismo simbólico; na década 1970, pelo relativismo ontológico da sexualidade defendido por autores pós-estruturalistas, com destaque para Michel Foucault e Gilles Deleuze e Felix Guattari; e na década de 1990, pelas políticas anti-identitárias dos Estudos *Queer*, por Judith Butler, Gayle Rubin e Pat Califia. Segundo Jeffreys (1997, p. 84), essas perspectivas contribuíram para que a prostituição passasse a ser definida como uma contraconduta necessária para a libertação sexual, figurando as pessoas em situação de prostituição como ativistas da resistência, artistas performáticas e terapeutas eróticos: “não apenas para o sexo e para a autodeterminação, mas para a arte, o comércio, o feminismo, até mesmo uma nova religião”.

Feita esta apresentação das disputas mais recentes no contexto espanhol, no qual a posição abolicionista tem muito protagonismo, será descrita, nos parágrafos que seguem, a trajetória do ativismo pela prostituição como trabalho do sexo.

Os primeiros coletivos se organizaram contra a estigmatização e a violência atreladas à prostituição em meados da década de 1990, defendendo a conquista dos direitos humanos e sociais. Aquele foi o contexto do início da imigração de pessoas em situação de prostituição e, conseqüentemente, das tensões com forças policiais e de controle de fronteiras, assim como das políticas de regulamentação da atividade em nível municipal. A exemplo do ocorrido em outros países, as manifestações posteriores incluíram a pauta dos direitos de trabalhadores do sexo (BRITZ, 2017). Segundo o Colectivo Hetaira (2016), em 2004 iniciaram as Jornadas de Madri, que marcaram os encontros de lideranças atuais com especialistas internacionais do tema laboral, resultando na sua inclusão como a tática central para regulamentar a atividade³⁷, inicialmente por meio da constituição de cooperativas.

³⁷ Desses encontros surgiram as demandas e organização para o registro e inclusão de trabalhadores do sexo na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), pertencentes à categoria “serviços pessoais especiais”.

Segundo López (2019), ocorreu o mesmo processo mencionado para o contexto da internacional e da Argentina, qual seja o acesso a recursos locais e internacionais de combate ao HIV/AIDS. Na Espanha, isso incluiu atuar nas áreas de testagem e distribuição de preservativos. É estimado que, em meados dos anos 2010, esses recursos foram expenciados com fundos filantrópicos, principalmente da Fundação Gates, da Anistia Internacional e da Open Society. Parte desses recursos foram direcionados para campanhas a favor da descriminalização da atividade e da constituição de sindicatos (BINDEL, 2017; TIGANUS, 2018).

Segundo González (2018), no mesmo período ocorreu o auge do feminismo *prosex* espanhol, com importantes investimentos em comunicação nas redes sociais, aumento da participação nas plataformas feministas 8M³⁸, e estratégias de sindicalização. Também ocorreu a ampliação da rede com o ingresso de organizações locais, como a *Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía* (Apdha), e a expansão da articulação com organizações internacionais, como o *International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe* (ICRSE), a *European Network Against Trafficking in Human Beings* (La Strada International), Médicos do Mundo, *Anti Slavery International*, *Open Society*, ONU Mulheres, GAATW, Comissão Global sobre HIV e Direitos Humanos, *Human Rights Watch*, Unaid, OMS e Anistia Internacional (GONZÁLEZ, 2018).

Os primeiros passos para a concretização de uma estrutura sindical foram dados em julho de 2018 quando, dentro da *Intersindical Alternativa de Catalunya* (IAC), foi criada a seção sindical de trabalhadoras sexuais (GENERA, 2019). No mesmo período, em Barcelona, sob a liderança da Associação de Profissionais do Sexo (Aprosex), foi iniciado o processo de formalização de um sindicato sob a ótica específica do trabalho sexual como entidade legal autônoma, o Sindicato Otras já mencionado acima (GENERA, 2019).

Durante o processo de instauração e, posteriormente, impugnação do Sindicato Otras, as principais tensões com a posição neoabolicionista ocorreram nas plataformas feministas regionais. Nesse contexto, o Colectivo de Prostitutas de Sevilla atacou o que intitula ‘nova velha esquerda’, que insiste em uma dogmática e falsa unidade de ação pluralista que incorpora demandas provenientes do meio LGBT, mas exclui justamente o lado mais fraco da equação, as prostitutas auto-organizadas.

³⁸ A inserção de representantes de prostitutas no movimento feminista espanhol, a exemplo do ocorrido em outros países, parece ter ocorrido nos espaços mistos das plataformas regionais 8M que apresentavam forte presença de militantes do meio LGBT. Segundo o Coletivo de Prostitutas de Sevilha (2019), as primeiras participações em processos do 8M ocorreram em oficinas que tratavam da temática da transversalidade e interseccionalidade, principalmente em Madri, Barcelona e Sevilha.

Nos dias de hoje, ninguém questiona a necessidade de um programa de ação política LGBTQI em qualquer organização política, sindical ou social. Mas não faz muito tempo que *bichas* e *sapatonas* eram expulsos dessas mesmas organizações. As pessoas trans nem sequer consideraram um possível pertencimento, é claro. Eram distrações ‘pequeno-burguesas’ para a construção de uma ‘verdadeira’ esquerda. [...] A velha esquerda dizia que nós tínhamos que esperar em algumas temáticas, a nova antiga esquerda nem sequer demanda a espera. O que faz de maneira bem simples é desqualificar tópicos que não são de seu interesse e que estão além de sua compreensão (não aceita a existência daquilo que se chama diversidade) e os qualifica como ‘pós-modernos’ ou ‘neoliberais’ [...] e agora acontece que putas organizadas são responsáveis pelo avanço da extrema direita (BRIZ, 2017, s/p).

Além disto, destaca a contradição de um partido criado por sindicalistas (PSOE) impugnar a sindicalização de trabalhadoras sexuais e, ao mesmo tempo, não atuar contra sindicatos legalizados de proxenetas (AGÊNCIA EFE, 2018). Dessa maneira, o governo e o aparelho de Estado reconhecem a prostituição como ilícito, mas a contabiliza no PIB e considera lícitos a pornografia e os serviços de acompanhantes (AGUSTÍN, 2018). Além disso, acusam as feministas de longa trajetória de utilizar o aparelho estatal para engrossar o sistema penal e não apresentar qualquer moção contra os proxenetas ou concretizar políticas efetivas de acolhimento de pessoas em situação de prostituição (BRIZ, 2018).

Entre as críticas está a inserção, no Ministério do Trabalho, durante o governo do Primeiro-Ministro José Luis Zapatero (2004-2011) do PSOE, de dois sindicatos de proxenetas. Em 2003, foi registrada no Ministério do Trabalho espanhol a *Asociación Catalana de Locales de Alterne (Acla)*. Essa associação representou uma resposta de 40 clubes catalães de acompanhantes contra iniciativa da prefeitura de Barcelona que visava regular a ‘*zona caliente*’ da cidade. Presidida por Tomás Penas, proprietário da casa de shows *New Aribau*, a Acla alegou a oportunidade de regular a tributação do mercado sexual, marcado pelo envio de recursos financeiros de prostitutas latinas e do leste europeu para seus países, o fim dos intermediários, e um maior controle de disseminação de DSTs (LA VANGUARDIA, 2006). Em dezembro de 2004, a Câmara Social do Supremo Tribunal aceitou a inscrição da *Asociación Nacional de Empresários Mesalina (Anem)*, com sede em Moncada (Valência). A Anem se vincula à atividade de estabelecimentos de hotelaria destinada a produtos e serviços públicos combinados por terceiros fora dos estabelecimentos. Essa associação de proprietários de clubes de acompanhantes (*clubes de alterne*) complementa o que ambas as posições chamam de sindicatos de proxenetas (LÁZARO, 2004, s/p). Conforme Britz e Garaizabal (2018, s/p), esse

cenário é uma hipocrisia por parte do PSOE, que não impediu a inscrição dessas associações, mas, no atual contexto, “proíbe que as putas se organizem da mesma maneira”.

Em defesa da regulamentação da prostituição, Perera (2017) esclarece que o específico do trabalho sexual é o estigma que demarca, independente da classe social, a feminilidade dos profissionais, e não apenas a exploração e a alta periculosidade da atividade. O estigma social da sexualidade faz com que pessoas em situação de prostituição sejam reconhecidas como uma classe *sui generis* (não trabalhadora), seja no regime escravocrata, seja no assalariado.

Rodríguez e Nieto (2015), por sua vez, explicam que a denominação de trabalhadores autônomos se refere à dependência dos espaços de hotelaria para a realização dos programas. Como o proxenetismo é proibido no país, não pode haver vínculo formal para atuar nesses espaços. Daí a necessidade de controlar os abusos dos “empresários” pela via legislativa, como esclarece Barrera (em MORALES, 2018, s/p):

Nós prostitutas queremos que as associações que vêm aos clubes nos atender o façam livremente e que deixem de oferecer subvenções somente para fazer testagem de HIV, distribuir preservativos e nos dar *workshops* sobre como colocá-los. Precisamos de direitos e proteção trabalhista. Precisamos colocar limites aos empreendedores. Todo o debate se concentra em saber se a prostituição é boa ou ruim, enquanto o debate para nós é que não queremos continuar trabalhando desprotegidas e na clandestinidade.

Conforme Barrera (em MORALES, 2018), a posição pela organização em cooperativas como alternativa ao sistema de assalariamento é minoritária. Para os que se envolvem com essa proposta, a organização em cooperativas configuraria uma alternativa frente ao cercamento³⁹ da atividade aos bordéis.

Além desse aspecto, a inclusão da prostituição no regime de assalariamento e a formalização dos processos auto-organizativos são vistos como modos de resistência⁴⁰ à

³⁹ A noção de ‘cercamento’ é tomada como um resultado das regulamentações federais e municipais da atividade. Aprovada durante gestão do Governo do Partido Popular (PP), em março de 2015, a Lei Orgânica de Proteção da Seguridade Cidadã, conhecida como Ley de Seguridad Ciudadana ou, popularmente, Lei Mordaza, prevê sanções e multas a atos considerados impróprios, entre eles, a exposição erótica em público (ESPANHA, 2015). Segundo defensores da prostituição como trabalho do sexo, essa Lei tem sido reproduzida em regulamentações municipais, muitas delas propostas por abolicionistas, e vêm construindo um cenário de ataque à prostituição de rua fundamentado no combate a atos obscenos próximos a locais frequentados por menores e desobediência a autoridade policial. Perera (2018) aponta a existência de um cerco econômico e penal na prostituição de rua, pois as multas têm sido aplicadas, com alta discricionariedade pela polícia, a imigrantes em situação de clandestinidade, o que, somado ao recrudescimento das Leis de Imigração (*Ley de Extranjería*), força-os a atuar nos clubes de propriedade da máfia e de proxenetas.

⁴⁰ Segundo Sánchez (2017), a conquista de direitos sociais, civis e trabalhistas são lutas das posições políticas progressistas frente ao avanço do neoliberalismo que, na indústria do sexo, alimenta-se de pessoas que se encontram em altíssimo grau de vulnerabilidade. Diante disso, defende que faz parte da luta a constituição de

exploração, já que “todos os trabalhadores no modo de produção capitalista são mercadorias” (ORELLANO em MOSHKOVICH, 2019, s/n).

Entre as acadêmicas feministas de longa trajetória que defendem o ativismo do trabalho do sexo e intervêm no debate espanhol, se destaca Federici (2018). Ela aponta para a necessidade de se organizarem, formalizarem e adentrarem no regime de salário em um primeiro movimento para que possam, então, lutar contra as opressões presentes na atividade. A autora critica o essencialismo por parte de grande parte do abolicionismo que toma a sexualidade como um local sagrado, sendo que ela é também mercantilizada no regime matrimonial e de trabalho doméstico. Por fim, defende um outro abolicionismo, que promova meios de descriminalizar as prostitutas, garantir meios seguros de trabalho e ataque aos proxenetas (FEDERICI, 2018).

Após a exposição dos dados neste Capítulo, em seguida é realizada a primeira síntese da Tese.

1.4 PRIMEIRA SÍNTESE E FECHAMENTO DA PARTE I

Este capítulo apresentou a definição da prostituição como trabalho do sexo. O termo trabalho do sexo tem fundamentado o desenvolvimento de estratégias pela institucionalização das proposições do ativismo hoje conhecido pelas RGCV, que busca concretizar, a pessoas em situação de prostituição, direitos humanos, civis e trabalhistas no aqui e agora, o acesso a programas de assistência social e promoção da saúde, e o reconhecimento da organização coletiva nos moldes trabalhistas.

O ativismo busca ter impacto social pela divulgação de suas proposições em diferentes mídias e pela realização de eventos por um pequeno número de coletivos e agentes estratégicos. Além disso, tem criado grupos pressão e de consultoria legislativa para inserir as proposições trabalhistas da prostituição em legislações locais e convenções internacionais, organizados, principalmente, pela da NSWP, Tampep e OSF. A despeito disso, foi inicialmente proposto um modelo regulamentarista, que mudou para a atual defesa da legalização e descriminalização de todo o comércio do sexo, chamado de modelo neozelandês. Outra estratégia foi participar de ativismos, em especial o de mulheres e LGBT.

Além disso, a posição trabalhista da prostituição tem buscado assegurar meios de financiamento e de arrecadação de doações para a militância, logrando criar um fundo

sujeitos políticos por meio da organização coletiva para que prostitutas(os) possam ampliar sua margem de segurança pessoal e buscar novas ocupações ou mesmo continuar na atividade.

específico para esses fins: o *Red Umbrella Fund*. Os principais financiadores são o aparelho de Estado e organizações ligadas ao setor da saúde e do trabalho, e foi também identificado o financiamento de organizações de mercados de fundos caritativos e de investimento. A estratégia mais recente é a sindicalização, pela associação com sindicatos e centrais sindicais do setor de serviços, alimentos e hotelaria, ilustrada na Argentina, e pela tentativa de criação de sindicatos próprios, nos moldes dos anteriores, na Espanha.

A sistematização das estratégias e finalidades do ativismo que busca a equiparação da prostituição com o trabalho se encontra organizada no Quadro 6.

Quadro 6 – Estratégias, finalidades e ações em defesa da prostituição como trabalho do sexo

Estratégia	Finalidade	Ações
Divulgar as proposições pela prostituição como trabalho do sexo em diferentes mídias e realizar eventos e festas por um pequeno número de coletivos e agentes estratégicos.	Ter impacto social.	Esta estratégia tem conseguido alcançar diferentes mídias no contexto de disputas pela efetivação de convenções internacionais e legislações locais, e não mais pela promoção de eventos e festas.
Criar consultorias e grupos de pressão grupos de pressão legislativa.	Efetivar em convenções internacionais e legislações locais a equiparação da prostituição como trabalho do sexo.	Foram criados grupos pressão e de consultoria legislativa organizados, internacionalmente, pela NSWP e pela Tampep. A defesa do modelo regulamentarista da prostituição tem sido substituída pela defesa da legalização e descriminalização de toda a cadeia do comércio do sexo. Nos países onde foi implementado o modelo regulamentarista, com destaque para a Alemanha e Holanda, foram raras as adesões pelas pessoas em situação de prostituição aos programas de assistência social. O que se viu nesses locais foi o surgimento de mega bordéis ou grandes territórios de prostituição.
Participar de ativismos.	Inserir as proposições pela prostituição como trabalho do sexo em ativismos, com destaque para o de mulheres e o de LGBTs.	O ativismo pela prostituição como trabalho do sexo se aproximou principalmente dos coletivos de LGBTs, enquanto o ativismo de mulheres se tornou o principal opositor.

Criar redes de coletivos e fundos específicos de financiamento.	Arrecadar doações e criar fundos específicos para promover o ativismo. Influenciar os circuitos de financiamento, como agentes do aparelho de Estado, organizações ligadas ao setor da saúde e do trabalho e mercados de fundos caritativos e de investimento.	Foram criadas as RGCV e um fundo específico de financiamento do ativismo: o <i>Red Umbrella Fund</i> . O conjunto de financiadores se encontra no Quadro 3 (ver p. 48). A principal promotora nos mercados de fundos caritativos e de investimento é OSF.
Associar-se aos sindicatos do setor de serviços, alimentos e hotelaria, ou criar sindicatos próprios, nos moldes dos anteriores.	Alavancar meios coletivos e institucionais que proporcionem melhores condições de trabalho e remuneração para pessoas em situação de prostituição. Outra finalidade é interpor limites ao 'poder patronal'.	Salvo raras aparições, não houve a contextualização e caracterização do que viria a ser o 'poder patronal' ao qual se opõem, mas menções gerais e abstratas. A maior parte das representações tem se associado a sindicatos do setor de serviços, alimentos e hotelaria, ou criado associações próprias. A constituição de sindicatos próprios é ainda incipiente. Tanto no modelo associativo, quanto no sindical, a adesão e participação das pessoas em situação de prostituição é muita baixa. Além disso, opositores têm denunciado que os sindicatos são falsos. Acusam, também, de serem patrocinados pelos 'empresários' da indústria do sexo, que provêm infraestrutura e fácil acesso aos meios de comunicação em contrapartida de nunca revelarem a proveniência dos recursos.

Fonte: elaborado pelo autor.

O ativismo abolicionista tem confrontado esse conjunto de ações, buscado promover a aprovação do modelo nórdico em diferentes legislações locais, e efetivar políticas públicas que implementem as leis e convenções internacionais antitráfico. Ele vincula as RGCV ao sistema prostituinte internacional, denunciando a concessão sorrateira de infraestrutura e fácil acesso aos meios de comunicação a esses coletivos, em contrapartida de nunca revelarem a proveniência dos recursos. Nesse contexto de disputas, chama atenção que os dois ativismos ignoram o conflito de classes que define o sistema do capital e buscam soluções sem problematizar a sociabilidade que tem como característica definidora a exploração do trabalho.

No Quadro 7 se encontram sistematizados argumentos que apoiam a definição da que prostituição como trabalho do sexo.

Quadro 7 - Sistematização dos argumentos que definem a prostituição como trabalho do sexo

A produção e troca, rotineiramente chamadas de venda, de sexo, serviços sexuais e artefatos sexuais são meios de subsistência econômica ou renda para os trabalhadores assalariados.
A venda de sexo, serviços sexuais e artefatos sexuais representa um dos principais aspectos da mercantilização do sexo no capitalismo ou no mercado livre. Essa venda representa a transformação do trabalho em valor de troca. Consequentemente, o trabalho é denotado como trabalho erótico e pode ser subsumido na categoria de trabalho de serviço.
O trabalho do sexo não é somente o resultado de compulsão e coerção física ou econômica, mas também de uma escolha de natureza restrita, isto é, a escolha é realizada diante de espectro limitado de opções determinadas por outras forças sociais.
O trabalho sexual representa uma escolha racional e uma ação, dadas as limitações no trabalho e oportunidades de emprego para profissionais do sexo. Sua abolição negaria aos profissionais do sexo um meio de subsistência e sustentação para eles e seus dependentes.
O trabalho do sexo pode oferecer benefícios, em relação à remuneração e às condições de trabalho, que são superiores a muitos empregos disponíveis para aqueles que não têm habilidades, qualificação e experiência profissional, mas demanda certas habilidades sociais e interpessoais.
A ilegitimidade e a criminalização, além de medidas punitivas diretas, também perpetuam a estigmatização. A realização e / ou a realização de aspectos que satisfazem os aspectos do trabalho sexual podem ser alcançados por regulação e os aspectos degradantes, prejudiciais e degradantes também podem ser diminuídos pelos mesmos meios.
Os profissionais do sexo precisam de direitos trabalhistas (humanos, laborais e econômicos) concretos no aqui e agora através de reformas legais como a descriminalização ou a legalização do trabalho sexual, e reformas que facilitem na negociação com empregadores e na busca por meios individuais e coletivos para melhorar a remuneração e as condições de trabalho.
O trabalho do sexo, e os trabalhadores do sexo, são regulados pelo discurso social e por estruturas burocráticas e sociais da mesma forma que o trabalho convencional. Como o trabalho do sexo é trabalho, a indústria deve ser regulada tal como outros setores de negócio, assim demandando menos atenção a questões de moralidade, criminalidade, fiscalização etc.
Os trabalhadores do sexo fabricam identidades e estratégias para tentar exercer o controle sobre o esforço, a remuneração, a segurança, o trauma etc., da mesma forma que outros trabalhadores.
É inconsistente, ilógico e danoso argumentar, operacionalizar, uma posição pró ou contra trabalho do sexo, porque os trabalhadores do sexo não são produtos do capitalismo e/ou patriarcado per se, pois existiram e continuarão a existir em formações sociais futuras.

Fonte: adaptado de Gall (2006) ⁴¹.

A equiparação da prostituição com o trabalho foi inicialmente definida de modo simples, como uma forma de remuneração e autossustento em contrapartida a um gasto de energia corporal e de tempo que é convertido em dinheiro e renda. Na medida em que os coletivos

⁴¹ Gall (2006; 2016) revisou as principais antologias do ativismo de prostitutas nas décadas de 1980 e 1990. Entre elas se destacam as organizadas por Bell (1987), Delacoste e Alexander (1998), Dittmore (1999), Kempadoo e Doezema (1998), Nagle (1997), Perkins (1991) e Roberts (1992).

pertencentes as RGCV participaram das consultorias promovidas pela NSW, Tampep e OSF, e/ ou se articularam com sindicatos e centrais sindicais, a prostituição passou a ser definida como uma atividade produtiva, assalariada e lucrativa do setor de serviços, que opera nas mesmas condições e dinâmicas de um trabalho precarizado em condições capitalistas, sujeita aos mesmos processos de acumulação e possuindo as mesmas relações contratuais entre as partes, com a vantagem de nela se apurar renda mais rápido e de modo mais fácil.

Por ser uma atividade de subsistência que gera renda e lucro, que é mediada por dinheiro, e trocada, no mercado, como uma mercadoria, a venda do sexo é definida como uma atividade produtiva, como venda da força de trabalho, que se realiza concomitantemente ao consumo de sexo e serviços sexuais. As pessoas em situação são definidas como membros da classe trabalhadora, que se dispõem isoladamente no mercado, sem as qualificações necessárias para conseguir um bom emprego, em boas condições de trabalho, com a única mercadoria que possuem, que é o próprio corpo, se encontrando subsumidas aos mesmos processos de exploração e controle do trabalho (REYNAGA em REDTRASEX, 2012).

Nesse aspecto, chama atenção a compreensão de que a prostituição é um trabalho alienado e que “todos os trabalhadores no modo de produção capitalista são mercadorias” (ORELLANO em MOSHKOVICH, 2019, s/n). É, também, argumentado que as pessoas em situação de prostituição se desenvolvem profissionalmente de modo a separar os impactos negativos da venda do sexo da esfera íntima e das necessidades próprias de prazer, e pensar, exclusivamente, em termos de local de trabalho, comissões, tarifas, tempo e modalidade de programa que proporcionem a elas mais dinheiro (MORCILLO, 2014).

Outro destaque foi a compreensão que a prostituição compartilha com o trabalho o fato de ‘não empoderar’ os indivíduos, e que a finalidade da organização coletiva das pessoas em situação de prostituição é a busca por reformas do cotidiano da atividade, para reduzir os impactos negativos da venda do sexo, interpor na relação com os clientes e com os proxenetas, e limitar o papel do Estado à assistência social e promoção da saúde, sem maiores interferências no comércio do sexo (ORELLANO em HOPENHAYN, 2017).

Desde já, não haveria, nesses argumentos, uma naturalização da exploração e da alienação desde um local que se apresenta como contestador da sociabilidade dominante?

No cenário no qual a prostituição é equiparada com o trabalho em geral no modo de produção capitalista, não encontrei explicações sobre as estruturas sociais que criam as condições dessa equiparação, mas descrições a partir da aparência das atividades, além da menção, nessas descrições, de categorias econômicas que parecem conferir à prostituição um

caráter de atividade produtiva, como mercadoria, dinheiro, preço, salário, renda, lucro, entre outras.

Outro destaque é o argumento que a principal barreira para que a prostituição não seja reconhecida como trabalho são aos estigmas relacionados à sexualidade. Retomando as palavras de Orellano (em HOPENHAYN, 2017, s/p): “toda a tensão aparece quando dizemos que colocar um preço na sua sexualidade pode ser uma oportunidade de trabalho que gera muito mais independência do que outros empregos”. Logo, seria, então, a sexualidade o critério definitivo do não reconhecimento da prostituição como trabalho?

Após essas considerações, em seguida se apresenta o fechamento desta parte da Tese.

Nesta primeira parte da Tese foram sistematizadas as estratégias e ações do ativismo pela institucionalização da prostituição como trabalho do sexo em diferentes instâncias de poder, como as mídias, os ativismos de mulheres e LGBT, agentes do aparelho de Estado e organizações locais e internacionais ligadas ao setor da saúde e do trabalho, assim como dos mercados de fundos caritativos e de investimento. Elas expõem, também, a finalidade de sensibilizar diferentes públicos sobre a necessidade de serem concretizados direitos humanos, civis e trabalhistas para que as pessoas em situação de prostituição realizem a atividade em melhores condições, especialmente pela adesão a programas de assistência social e promoção da saúde. Entre as finalidades chama, também, atenção a necessidade de interpor ‘freios’ aos proxenetas e à violência institucional causada por agentes do aparelho de Estado.

Nesta parte foram, também, sistematizados os argumentos que definem a prostituição como trabalho do sexo, que, no Quadro 8, são acompanhados de perguntas problematizadoras. Da sistematização dos argumentos surgem questionamentos sobre: (a) a prostituição ser uma atividade produtiva, portanto, sua posição no processo econômico; (b) a compreensão da venda do sexo como venda da força de trabalho e como ocorre sua conversão em valor de troca; (c) a compreensão que a prostituição e o trabalho são atividades de simples gasto de energia corporal e tempo, e que nelas ocorrem fabricações identitárias mercantis; (d) a relação das duas atividades e dinheiro, salário, renda e lucro; (e) a interposição dos consumidores e dos proxenetas; (g) o desenvolvimento, das capacidades e habilidades, individuais, interpessoais e sociais proporcionados pela venda do sexo e pelo trabalho.

Quadro 8 – Perguntas problematizadoras dos argumentos que definem a prostituição como trabalho do sexo

Argumentos pela definição de prostituição como trabalho do sexo	Perguntas problematizadoras
O trabalho do sexo é a produção e troca, rotineiramente chamadas de venda, de sexo, serviços sexuais e artefatos sexuais. A venda representa a transformação da força de trabalho em valor de troca.	A venda de sexo, de serviços sexuais e de artefatos sexuais é uma atividade da produção? É uma atividade da troca? Ou sua existência se dá na conexão entre esses dois momentos econômicos? As pessoas em situação de prostituição, ao se venderem nos programas, vendem sua força de trabalho? Ou seja, a venda do sexo representa a transformação da força de trabalho em valor de troca?
O trabalho do sexo é uma atividade que gera lucro através da venda de sexo, serviços sexuais e artefatos sexuais.	O caráter de trabalho conferido à prostituição é devido a sua lucratividade? O lucro é gerado na atividade?
O trabalho do sexo é um meio de subsistência econômica ou renda para as pessoas em situação de prostituição e seus dependentes. Nesse sentido, ele é uma atividade simples definida como um gasto de energia corporal e de tempo que é, assim, convertido em dinheiro e renda. Nele se apura renda mais rápido e de modo mais fácil do que em outras profissões que não demandam elevadas habilidades, qualificações e experiência profissional.	A prostituição é um trabalho por que ambos são um simples gasto de energia corporal e de tempo que é convertido em dinheiro e renda? Qual é a relação da prostituição e do trabalho com o dinheiro e com a renda?
O trabalho do sexo é uma atividade assalariada que pode ser subsumida na categoria de trabalho de serviço.	A prostituição é um trabalho de serviço, ou um serviço comercial do sexo? Seu caráter de trabalho é devido às relações salariais nela existentes?
O trabalho do sexo requer o desenvolvimento de capacidades e habilidades sociais e interpessoais.	Que capacidades individuais, interpessoais e gerais são desenvolvidas na venda do sexo?
A atividade envolve a negociação dos trabalhadores com os empregadores, facilitadores (por exemplo, donos de clubes) e consumidores, proporcionando pontos de alavancagem de melhores condições de trabalho e remuneração, por meios individuais e coletivos.	Como se interpõem os proxenetas e os consumidores nas relações de prostituição? O mesmo ocorre em relação ao trabalho?
Os trabalhadores do sexo exercitam o corpo, as emoções e os afetos para fabricar identidades estratégicas e tentar exercer o controle sobre o esforço, a remuneração, a segurança, o trauma etc., da mesma forma que outros trabalhadores	Ao mesmo tempo em que é uma atividade simples, a prostituição é um trabalho no qual são fabricadas identidades estratégicas e mercantis?

Fonte: elaborado pelo autor.

Além disso, foram sistematizados os argumentos dos defensores da proposição da prostituição como trabalho do sexo sobre os processos que conferem ao trabalho e à prostituição uma mesma existência prática, também acompanhadas de perguntas problematizadoras (Quadro 9) com relação aos argumentos de que a prostituição se encontra subsumida aos mesmos processos de acumulação, exploração e controle do trabalho em condições capitalistas, sendo uma atividade especial devido aos estigmas relacionados à sexualidade.

Quadro 9 – Perguntas problematizadoras dos argumentos sobre os processos que conferem uma mesma existência prática à prostituição e ao trabalho

Processos que fundamentam a definição da prostituição como trabalho do sexo	Perguntas problematizadoras
O trabalho do sexo, e os trabalhadores do sexo, são regulados por estruturas sociais da mesma forma que o trabalho convencional.	Quais são as estruturas sociais que determinam a prostituição e o trabalho convencional?
O trabalho do sexo está sujeito aos mesmos processos de acumulação capitalista.	Como ocorrem os processos de acumulação no modo de produção capitalista?
O trabalho do sexo é controlado da mesma forma que um trabalho comum.	Como a prostituição e o trabalho são controlados no modo de produção capitalista?
O trabalho do sexo é uma atividade especial devido aos estigmas relacionados à sexualidade.	Qual é a relação entre a prostituição e os estigmas relacionados à sexualidade?

Fonte: elaborado pelo autor.

Como foi destacado, esses processos são mencionados a partir da aparência fenomênica da sociedade atual, mas não é explicado como eles ocorrem e quais são as estruturas sociais que conferem as condições para a equiparação da prostituição com o trabalho.

Posta esta nova finalidade, eu poderia lançar mão de teorias que expliquem a falsidade desta definição e evidenciem que, na realidade, o trabalho e a venda do sexo são atividades pertencentes a dinâmicas diversas da vida, sendo, portanto, inequiparáveis. Poderia recorrer novamente a autores do pós-estruturalismo para descrever combinações e articulações até então incompreendidas que condensem relações específicas de poder com saberes intrínsecos a elas que condicionam e reiterem o caráter ficcional dessa equiparação.

Entretanto, recairia no mesmo erro de limitar a investigação à aparência fenomênica. Ao passo que a prostituição é definida como uma atividade particular do trabalho em geral no modo de produção capitalista, é preciso explicar o trabalho nessa definição considerando os fundamentos do trabalho e, então, confrontá-los com sua manifestação e organização no sistema do capital, já que essa equiparação é peculiar a ele, logo, nele se encontram as condições

estruturais para essa figuração e que, inclusive, passam a requerê-la para naturalizar a sociabilidade dominante. Além disso, é preciso recorrer a uma ontologia que explique a relação dialética dos fenômenos e das categorias sociais com a materialidade de sua essência na historicidade, tendo em vista as tendências gerais do desenvolvimento do gênero humano e as tendências particulares do modo de produção atual.

Diante disso, nesta Tese é defendido que as proposições de György Lukács dos fundamentos de uma ontologia materialista do ser social propiciam a apropriação dos fundamentos do trabalho para a investigação da essência ontológica do trabalho na definição da prostituição como trabalho do sexo, apresentadas na próxima parte em que ocorre a passagem do plano fenomênico para o plano ontológico em que esta Tese se localiza.

PARTE II

APRESENTAÇÃO DA PARTE II

Nesta parte apresento, em um único capítulo, o referencial teórico da Tese: a ontologia do ser social do filósofo húngaro György Lukács.

No primeiro momento, apresento as proposições da ontologia materialista elaborada pelo autor a partir do trabalho intelectual e político de Karl Marx. Delas, aproprio-me mais detalhadamente dos fundamentos do trabalho, destacando o protagonismo e a importância basilar desta categoria para a existência do ser social. Como os fundamentos do trabalho não acontecem desconectados da historicidade, eles são confrontados com sua manifestação e organização no modo de produção capitalista, considerando os impactos no ser social e na vida dos indivíduos.

No final do capítulo é realizada a síntese das ideias fundamentais acompanhada do fechamento desta parte. Desse modo, busco me apropriar dos elementos, categorias e processos para analisar, na Parte III, os significados e implicações da definição da prostituição como trabalho do sexo no modo de produção capitalista, além de retomar as perguntas orientadoras elaboradas na Parte I.

2 CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

A Ontologia do Ser Social é parte do percurso acadêmico tardio⁴² do filósofo húngaro György Lukács. Nele, o autor restituiu a importância do trabalho intelectual e político de Karl Marx, no qual encontrou elementos para revelar os aspectos essenciais da gênese e o desenvolvimento da existência social e, a partir deles, propor uma ética orientada para a superação das estruturas de produção e reprodução da vida no sistema do capital (NETTO, 1983; LESSA, 2014).

Para realizar esse projeto, Lukács (2012) identificou, na obra de Marx, os fundamentos que proporcionaram sua elaboração de uma ontologia materialista. No Brasil, ela está publicada em dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* e nos *Prolegômenos* dessa obra (LUKÁCS, 2010, 2012, 2013). De acordo com Vaisman e Fortes (2010), Lukács teve o mérito de ser o primeiro a destacar o caráter ontológico do pensamento marxista. Os estudos de Lukács marcaram uma virada na compreensão ontológica do ser social, pois essa temática foi extraída do campo acadêmico pelas vertentes predominantes das ciências sociais contemporâneas, como o neopositivismo, a fenomenologia e os desenvolvimentos do irracionalismo nos existencialismos alemão e francês (VAISMAN e FORTES, 2010), assim como nas abordagens pós-estruturalistas/pós-modernas (DUAYER, 2012).

Para edificar seu *magnum opus*, Lukács (em HOLZ, KOFLER e ABENDROTH, 1969, p. 15) abordou o que é próprio da ontologia - o *ser*, “o que existe realmente” - e estudou como o ser se desenvolveu material e dialeticamente de modo a constituir as bases concretas para o surgimento da espécie humana e sua reprodução em sociedade: o ser social.

De acordo com Lukács (2012), o caráter ontológico do ser se expressa na base material da existência, que também é chamada de materialidade. Essa base é composta por elementos da matéria que se confrontam de modo real e objetivo e, na dialética desses confrontos, se sintetiza uma totalidade que nunca se encerra, mas se abre para novas interações e inter-relações (LUKÁCS, 2010). Essas interações e inter-relações constituem, então, um processo total que é composto por dinâmicas internas. Essas, por sua vez, desenvolvem os elementos de um modo particular, complexificando-se e estando sempre conectadas ao processo geral (LUKÁCS,

⁴² O período que marcou a obra tardia de Lukács iniciou em 1956, quando o autor retomou Marx, Engels e Lenin para criticar o vulgarismo presente no estalinismo e combater o revisionismo moderno, isto é, teorias que à época utilizavam ideias marxistas, mas as articulavam sem historicidade e dialética (NETTO, 1983). Em busca de elaborar uma *Ética* revolucionária, Lukács iniciou essa retomada num conjunto de textos organizados em torno da *Estética*. Durante a realização dessa temática, o autor viu a necessidade de destacar e elaborar os fundamentos ontológicos do pensamento marxista, que foram apresentados em dois volumes de *Para uma Ontologia do Ser Social* e em inacabada escrita dos *Prolegômenos*, quando veio a falecer.

2010). Isso faz com que a totalidade do ser configure, nas palavras de Lukács (2013, p. 201), “um complexo de complexos”, no qual se confrontam dialeticamente suas qualidades totais e elementares, gerais e parcelares, universais e singulares, absolutas e relativas. Esse confronto ocorre entre duas dimensões (ou *quanta*) do ser: a que confere seus aspectos mais basilares e de continuidade, que é chamada de *essência*; e aquela que confere os aspectos mais dinâmicos, plurais e relativos, que se refere aos *fenômenos*.

Nessa relação, a essência é sintetizada pela dinâmica entre todos os elementos da totalidade. Por esse motivo, nela ocorrem os processos e forças que conferem sua qualidade universal, geral e contínua. Nas palavras de Lukács (2013, p. 387), a essência possui uma “existência mais profunda” e opera de modo “mais quieto” (*ruhend*). Essa quietude, entretanto, é incessantemente confrontada por dinâmicas que estabelecem o que é divergente, diferencial e singular no ser, fazendo com que os fenômenos constituam seu *quantum* menos compacto e mais efêmero.

Segundo Lukács (2012), a dialética entre a essência e os fenômenos estabelece a substancialidade da existência, que ‘permanece’ na medida em que suas dimensões se desdobram em novos processos dialéticos, configurando uma existência cada vez mais ampla e qualitativamente distinta. Esse processo é fundamental para a finalidade desta Tese, pois a inteligibilidade mais exata possível dos fenômenos implica um caminho de conhecimento que parte de sua concretude, da qual se abstraem ‘elementos’ e determinações que possibilitam investigar sua mediação com a essência e, portanto, “compreender, de ângulos diversos, os complexos da realidade”, sem falsas autonomias, nem fragmentações e imanências eternas (LUKÁCS, 2012, p. 306).

Assim sendo, a explicação de Lukács (2012) para a emergência do ser social é o movimento histórico no qual surgiram modos ontologicamente novos de confrontar e organizar a matéria, cuja primeira expressão ocorreu na substancialidade inorgânica e posteriormente em sua elevação à qualidade orgânica e social. Lukács (2013) destaca que, assim como ocorreu na passagem da existência inorgânica para a orgânica, não se pode determinar o momento exato em que ocorreu a passagem para a social. Porém, é possível destacar os fatos que proporcionaram o que o autor chama de *saltos ontológicos da matéria*. Nesse sentido, o salto para a existência do homem e da sociedade foi inaugurado por um feito que possibilitou criar um mundo sem analogias com o processo evolutivo da natureza, mas que se assenta em sua materialidade. Isso implica o surgimento da capacidade única dos seres humanos que é o *pôr teleológico*. Ou seja, o que proporcionou o salto ontológico para o ser social e inaugurou a

essência de tudo que distingue a espécie humana dos outros seres inorgânicos e orgânicos é o pôr teleológico, a teleologia⁴³.

O pôr teleológico é a capacidade exclusivamente humana de idear uma ação e estabelecer fins para ela, antes de sua execução (LUKÁCS, 2010, 2013). Essa capacidade única surgiu no processo da transformação, consciente e intencional, de algum elemento da natureza em algo útil para a sobrevivência e convivência com os outros seres humanos: no trabalho, na práxis. Da mesma forma, ela se desenvolveu no interior e com o próprio desenvolvimento do trabalho, quando os seres humanos passaram, progressivamente, a conhecer de modo mais completo o ambiente que habitam e a desenvolver os meios necessários para a produção da vida, projetando, objetivamente, outras finalidades e formas de converter as forças da natureza em sociais e, nesse processo, desenvolver suas capacidades e habilidades formando as conexões específicas da reprodução em sociedade. Ou seja, “as formas da objetividade do ser social se desenvolveram à medida em que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 287). Essas conexões e formas de objetividade são chamadas, na ontologia materialista, de categorias. Aqui, o trabalho é a categoria central, pois nele ocorre uma dupla transformação: “o ser que trabalha é transformado por seu trabalho” e, ao atuar sobre a natureza exterior, “ele modifica sua própria natureza” (LUKÁCS, 2012, p. 286).

Segundo Marx e Engels (2007, p. 35), o agir intencional e objetivo no trabalho contribuiu para que os seres humanos fossem além da inquietude instintiva, da “mera consciência do meio sensível *mais imediato* e do vínculo *meramente gregário*” [grifos no original], e desenvolvessem a consciência⁴⁴, a capacidade de abstração e os meios de subsistência e socialização basilares à geração das conexões sociais de modo cada vez mais amplo e complexo. Dessa maneira, no pôr teleológico no trabalho surgiu e se desenvolveu o procedimento teórico-abstrativo do qual se elevaram a ciência da natureza e dos homens, a linguagem e as manifestações estéticas, e também o materialismo prático, do qual surgem as tecnologias para o domínio do dado natural, o auto-domínio e a efetivação das formas sociais. Esses são os princípios estruturadores das atividades cotidianas, assim como de “todas as

⁴³ De acordo com Vaisman (2010), o conceito de teleologia possui um tratamento ambíguo ao longo da história. Em grego popular, o termo significava a finalização ou acabamento de algo. Porém, nas ciências humanas modernas, ele aparece em sentido etimológico como a doutrina da finalidade. Partindo da crítica realizada por Marx à teleologia elaborada por Aristóteles e Hegel, Lukács (2010, 2013) a concebe como pôr teleológico (VAISMAN, 2010).

⁴⁴ A consciência se desenvolveu no materialismo prático iniciado no trabalho simples sobre a natureza, pois através dele os seres humanos conseguiram se afastar do comportamento irrefletido sobre a realidade e ambiente externo, e estudá-los de modo a projetar novos objetos, instrumentos e técnicas para assegurar a sobrevivência e a socialização.

atividades sociais de cunho mais complexo e mais fortemente mediadas” (LUKÁCS, 2012, p. 219). Elas guardam em si o modelo do trabalho simples, no qual “se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material”, ou seja, o local onde a teleologia realmente opera (LUKÁCS, 2013, p. 51). Assim, a essência e os fenômenos do ser social surgem e se desenvolvem da práxis mais elementar e não “como expressões arcanas de forças desconhecidas e inconscientes no interior e no exterior do homem” (LUKÁCS, 2012, p. 318).

Por conseguinte, Lukács (em HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 16) explica que o trabalho é “uma espécie de átomo da sociedade”, pois inaugura a existência subjetiva pelas respostas conscientes e ativas dos homens ao ambiente e a existência objetiva pela corporificação das capacidades singulares e gerais da espécie humana, na natureza socialmente transformada, nos indivíduos e nas categorias que dinamizam e põem em movimento o processo (ou a reprodução) social. O trabalho, como pôr teleológico original, se constitui, portanto, em modelo para toda a práxis.

O processo social inicia, originalmente, com o pôr teleológico pelos indivíduos que decidem entre as alternativas que julgam mais adequadas para executar um fim intencionado. Na medida em que determinadas alternativas são socialmente avaliadas como úteis, elas se tornam rotineiras e passam a compor e atualizar as formas de organizar a produção que, na ontologia materialista, é a produção e reprodução de todos os aspectos da vida em sociedade. As alternativas se alçam para além dos atos imediatos de trabalho, externalizando e encadeando as séries de deveres e valores aos quais os indivíduos respondem ativamente para participar do processo social. Desse modo, se estabelece o que Lukács (2013, p. 145) chamou de nexos “se... então” da produção, que são as categorias, legalidades ou causalidades sociais que, por sua vez, se materializam e são atualizadas ao serem confirmadas, num contexto valorativo, pelos atos individuais de trabalho.

Isso significa que os trabalhadores geram e atualizam as categorias que retroagem sobre eles como condições necessárias de sua existência em sociedade, e que, no momento do salto ontológico para o ser social, se direcionam exclusivamente às necessidades de subsistência material mais imediata pela transformação dos objetos naturais. Nesse processo são criadas as estruturas, ou complexos categoriais, que direcionam a própria produção e as consequentes formas de distribuir os trabalhadores e os resultados de sua atividade teleológica (LUKÁCS, 2013). Assim, no desenvolvimento histórico, os resultados da atividade humana vão se diversificando e frequentemente se opõem ao intencionado, objetivando leis que se ampliam e se complexificam na medida em que se desenvolve a produção. Ou seja, “o agir social, o agir

econômico dos homens, abre livre curso para forças, tendências, objetividades, estruturas etc. que nascem decerto exclusivamente da práxis humana, mas cujo caráter resta, no todo ou em grande parte, incompreensível⁴⁵ para quem o produz” (LUKÁCS, 2012, p. 318). Isso leva os indivíduos a se depararem com uma estrutura que predomina sobre eles e à qual devem responder “sem poder abarcar todas as condições da ordem causal posta em movimento por eles mesmos” (LUKÁCS em HOLZ, KOFLER e ABENDROTH, 1969, p. 17). Nesse sentido, a compreensão da realidade social envolve o pôr das causalidades e das categorias sociais que operam de modo puramente causal e “manifestam um gênero que não é mais mudo frente às determinações naturais” (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Diante disso, na síntese das decisões entre alternativas pelos indivíduos às necessidades determinadas pela ordem causal, a sociedade se reproduz em estruturas parciais cuja interação é influenciada predominantemente pela totalidade do processo de afastamento das barreiras naturais, que vão assumindo relativa autonomia na relação com a estrutura econômica prioritária e basilar em que se desenvolvem as forças produtivas e, conseqüentemente, é ampliado e complexificado o campo objetivo para o exercício e expressão das faculdades mais claramente humanas. Assim, Lukács (2012) explica que o ser social se ‘metaboliza’ nos múltiplos confrontos entre seus complexos internos, que possuem uma dinâmica própria sempre conectada à totalidade. Esse processo social não ocorre de modo linear e mecânico. Ele manifesta tendências gerais cujo desenvolvimento é desigual e muitas vezes sujeito a recuos. De acordo com Lukács (2010, 2013), essas tendências são: (a) o domínio mais completo dos elementos e das leis da natureza por meio do trabalho e, conseqüentemente, a adaptação cada vez mais ativa dos homens ao ambiente; (b) o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, das capacidades gerais e individuais, resultando na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução como um ser orgânico; (c) o progressivo aumento da ‘socialização da sociedade’, ou seja, a manifestação cada vez mais ampla do gênero humano a partir da integração de sociedades dispersas numa economia global; e (d) a expressão cada vez mais qualitativa das individualidades, em seu aspecto particular e genérico.

Esta é, portanto, a linha tendencial da ‘autoexpressão’ do ser social na sua relação com a natureza, que evidencia o ‘agigantamento’ e complexificação da existência social pelo progressivo domínio das técnicas, da execução e cooperação no trabalho, fazendo com que os

⁴⁵ Além disso, Lukács (2012) ressalta que à medida em que os resultados do trabalho correspondem à finalidade, eles aparecem aos seres humanos na forma exclusivamente fenomênica, como um produto que não possuem uma gênese.

seres humanos assegurem os meios para satisfazer suas necessidades biológicas e abrindo espaço para que se expressem necessidades de cunho cada vez mais social (LUKÁCS, 2010).

Nos parágrafos acima, se destacou que o pôr teleológico dos trabalhadores gera as causalidades sociais que, por sua vez, se voltam para eles estabelecendo o modo como devem existir em sociedade. Os homens respondem a essas determinações arcando necessariamente com as consequências de suas decisões que os fazem sucumbir, manter o existente ou encadear outras necessidades. Na medida em que respondem aos deveres da existência social, dinamizam e complexificam os processos internos das categorias que movimentam e conferem as tendências da totalidade do ser social. Retomando os termos de Lukács (2012), os resultados do trabalho “desembocam num processo causal, contraditoriamente unitário, dos complexos sociais e de sua totalidade, e produzem conexões legais gerais” (LUKÁCS, 2012, p. 355-356). Essas conexões geradas na produção são as legalidades do valor.

É indispensável destacar que, de acordo com Lukács (2013, p. 106), “o problema do valor” está “ligado ao dever-ser enquanto categoria do ser social”: “assim como o dever-ser enquanto fator determinante da práxis subjetiva no processo de trabalho só pode cumprir esse fator determinante porque o que se pretende é valioso para o homem, então o valor não poderia tornar-se realidade em tal processo se não estiver em condições de colocar no homem que trabalha o dever-ser da sua realização como princípio orientador da práxis”.

A primeira forma do valor surgiu na produção voltada para satisfazer as necessidades imediatas dos produtores e das próprias comunidades, que Marx (2011, 2013) chamou de valor de uso⁴⁶. Ele é a designação da utilidade dos resultados de um ato de trabalho socialmente reconhecidos como necessários e adequados para se encadearem no processo social (LUKÁCS, 2013). O valor de uso estabelece, portanto, o trabalho útil em qualquer formação societária, pois é uma consequência ontológica direta da reprodução típica⁴⁷ da espécie humana, ligada à transformação econômica da base natural. Assim, ele se torna o veículo essencial da “consumação do homem em sua socialidade”, pois estabelece o campo concreto das possibilidades de existência imediatamente material, que se amplia na medida em que se constitui a vida social em seu aspecto individual e genérico (LUKÁCS, 2012, p. 409).

⁴⁶ “Valor de uso puramente objetivo, existindo sem mediação, tal objetividade só pode ser uma objetividade não separada da pessoa: apenas uma objetividade coincidente com sua imediata corporalidade. Como é puramente imediata, a objetividade é, de maneira igualmente imediata, não objetividade. Em outras palavras: não é uma objetividade situada fora da existência imediata do próprio indivíduo” (MARX, 2013a, p. 364).

⁴⁷ “[...] No valor de uso está embutida a transformação de objetos naturais em objetos adequados e úteis à reprodução da vida humana. O ser-para-um-outro puramente natural adquire, através do processo de sua produção consciente, uma vinculação nova com o ser humano - que, desse modo, torna-se social; e essa vinculação não tinha a possibilidade de existir na natureza” (LUKÁCS, 2012, p. 409).

Em sua análise da essência do ser do capital, Marx (2011) afirma a mútua determinação entre os momentos da produção, da circulação, da troca e do consumo, sendo o primeiro ontologicamente prioritário e predominante. Segundo Lukács (2012, p. 334), a relação entre a produção e a distribuição manifesta o confronto entre as tendências da economia e as forças extraeconômicas. A produção cria o campo material e objetivo; o extraeconômico se desenvolve de modo relativamente autônomo⁴⁸, influenciando e organizando, também, os diferentes modos de produzir e reproduzir a vida. Marx (2011) explica que a dinâmica entre as esferas da produção e da circulação manifestam a dialética das trocas de atividades, capacidades e produtos existentes na própria produção, assim como os modos simples e ampliados, lentos e intensos, de valorizar os objetos e serviços no intercâmbio, e de conduzir objetos externalizados à fruição.

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a circulação como circulação dos produtos. No entanto, como circulação dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma circulação determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos (MARX, 2011, p. 75-76).

Assim, as relações entre os momentos que compõem a totalidade na qual a produção é o termo universal, a distribuição e a troca são o termo particular, e o consumo é o termo singular, estabelecem os meios e os modos de realização do valor.

O pôr teleológico e a reprodução social mediada pelo valor são categorias ontológicas de todos os momentos da existência social. São componentes necessários para a análise desde a ontologia do ser social, pois considera os elementos e as determinações essenciais do estágio de desenvolvimento da estrutura social que se realizam na relação dialética e transitiva do homem com a natureza, dos indivíduos com a genericidade e da subjetividade com a objetividade (LUKÁCS, 2012). Em busca de tornar mais completa essa relação categórica, nos próximos parágrafos se apresentam a alienação e o estranhamento para contemplar os temas da

⁴⁸ “[...] as forças mediadoras (instituições, ideologias etc.) que emergem na sociedade de modo historicamente necessário adquirem uma autonomia interna tanto maior quanto mais desenvolvidas forem, quanto mais aperfeiçoadas forem em sua imanência. E essa autonomia - sem alterar sua dependência última das legalidades econômicas - opera ininterruptamente na prática, aumentando assim a quantidade e a qualidade das conexões carregadas de casualidades” (LUKÁCS, 2012, p. 362).

singularidade, da individualidade e da personalidade que, por sua vez, somente se realizam na dialética com a objetivação.

Como foi mencionado, a materialidade concreta da reprodução humana se assenta nos resultados da mediação entre a sociedade e a natureza pelo trabalho. Ao passo que os seres humanos se asseguram dos meios e objetos para sua subsistência biológica, as necessidades sócio-históricas alçam patamares mais amplos e complexos, fazendo com que a atividade teleológica encadeie novas formas de “objetividade pensada” e confirme causalidades de cunho puramente sociais (LUKÁCS, 2013, p. 420). Assim, com a ampliação e complexificação da produção e das conexões sociais são desenvolvidas as capacidades gerais e singulares do ser social que, por sua vez, possibilitam aos seres humanos responder ao mundo com relativa autonomia, se constituindo nessas respostas de modo mais rico, diverso e diversificado.

No trabalho, portanto, é objetivado o momento material do metabolismo da sociedade com a natureza e é exteriorizado o conteúdo humano que tendencialmente amplia o campo de possibilidades para a objetivação das conexões mais expressivamente sociais, por conseguinte, para a subjetivação mais enriquecedora dos indivíduos. Em relação a essa dinâmica, Lukács (2013) explica que o trabalho inaugura um duplo processo histórico de objetivação e alienação, em dois atos mútuos: (a) os que produzem os objetos úteis e desenvolvem as capacidades gerais do processo social, chamados de *atos de objetivação do objeto*; (b) e os que constituem os indivíduos e desenvolvem suas capacidades singulares, chamados de *atos de alienação do sujeito*. Desse modo, “todo ato de objetivação do objeto da práxis é simultaneamente um ato de alienação do seu sujeito” (LUKÁCS, 2013, p. 423).

O trabalho se desdobra, então, nos componentes reais da objetivação e da alienação. A objetivação no trabalho suscita o problema do devir genérico da sociedade, pois a síntese da maneira em que os indivíduos buscam concretizar sua teleologia na produção dos objetos, se relacionam objetivamente nessa produção e geram os nexos práticos de seu mundo típico, inaugurou a maneira em que a vida é produzida em sociedade, como ocorre a socialização e como os indivíduos exteriorizam o conteúdo especificamente humano, tanto do tipo material quanto do tipo consciente (LUKÁCS, 2013). Nesse sentido, a objetivação é a síntese dos modos que os indivíduos materializam dos objetos, reproduzem as estruturas sociais e desenvolvem as capacidades gerais do gênero humano a partir das forças naturais já transformadas e da composição média e necessária de produção. Devido ao caráter “extremamente paradoxal e

contraditório⁴⁹” desse processo que é característico de todas as formações sociais, Lukács (2013, p. 348) ressalta que ele ocorre de modo tendencial, conforme os antagonismos da divisão social do trabalho. Assim, a objetivação das tendências gerais da produção confere a forma da continuidade da reprodução social que é influenciada predominantemente pelas mediações que estabelecem seu movimento e direção (a divisão do trabalho), a circulação dos meios e dos trabalhadores (o intercâmbio), e a apropriação dos resultados (a distribuição) (MÉSZÁROS, 2006).

Nesse aspecto, é importante destacar que o complexo do trabalho constitui o campo geral da objetivação. Porém, os atos de objetivação ocorrem “dentro e fora da vida econômica” e remetem ao ininterrupto encadeamento da atividade teleológica dos indivíduos no processo social, que se desdobra em diferentes dinâmicas e inter-relações que, por sua vez, convergem nesse campo geral onde se sintetizam os traços ontologicamente prioritários e mais essenciais da sociabilidade (LUKÁCS, 2013, p. 269).

A outra dimensão associada à objetivação inaugurada e movimentada nos mesmos atos práticos de trabalho é a alienação. Ela suscita o problema do devir do conteúdo singular no ser social que se manifesta numa existência individual que é, ao mesmo tempo, genérica e particular, pois o processo genérico implica a cooperação dos indivíduos e os respectivos resultados de suas ações na sociedade retroagem na formação da individualidade, incluindo os aspectos mais subjetivos (LUKÁCS, 2013). Nesse sentido, o tema da alienação se volta para os processos de individualização, para como os indivíduos e as unidades sociais se reproduzem ao efetivarem para si os bens e ao se capacitarem no campo objetivo de possibilidades aberto pelo avanço das forças produtivas, que cria as condições para que experimentem e se realizem nas outras dinâmicas da vida de maneira mais autônoma constituindo, no processo, sua personalidade.

Como foi destacado, os indivíduos respondem às determinações sociais sem serem capazes de trazê-las em sua totalidade à consciência, nem abarcarem o quadro mais amplo da historicidade e do conjunto das forças que deparam (MÉSZÁROS, 2006). Isso faz com que a alienação se constitua como um componente dos indivíduos e das unidades sociais das quais

⁴⁹ Segundo Mézáros (2006), esses fundamentos ontológicos do ser social se expressam conforme as necessidades ontológicas, sócio-históricas, e por esse motivo assumem diferentes formas na medida em que a divisão do trabalho se altera substancialmente. Como destacou Lukács (2013, p. 100), a apresentação lógica dessas categorias possui um caráter de instrução e não representa o processo real, que é marcado por antagonismos, contradições, desigualdades em todas as dimensões do ser social: “[...] a gênese ontológica de uma nova espécie de ser já traz em si as suas categorias decisivas - e por isso o seu nascimento significa um salto no desenvolvimento -, mas que essas categorias, de início, apenas estão presentes em si, e o desdobramento do em-si ao para-si deve ser sempre um longo, desigual e contraditório processo histórico”.

participam, pois se configura como uma espécie de limitação ontológica, ou seja, uma “exclusão da efetividade realmente⁵⁰ social dos pores” (LUKÁCS, 2013, p. 429). Essa limitação, porém, não implica um comportamento estático, meramente espontâneo e passivo diante do meio social, já que os indivíduos se posicionam de modo ativo e autêntico, porque o fazem de modo alienado⁵¹.

A alienação, então, se expressa nas contradições entre a sociedade e os indivíduos como veículo que os leva às decisões entre alternativas. Ela provoca respostas que retiram a ‘objetividade pensada’ do lugar da mera possibilidade e a efetivam num processo em que deixam de ser singularidades mudas para se posicionarem ativamente no mundo.

Nesse aspecto, Lukács (2013) ressalta que a alienação provoca respostas mais imediatas e heterogêneas, pois atua no campo estrito da vida cotidiana estando, portanto, “presa ao ato do pôr singular que a produz na medida em que retroage infalivelmente sobre o ponente e, assim, se torna um fator decisivo do seu desenvolvimento enquanto individualidade em todos os sentidos” (LUKÁCS, 2013, p. 428). Os indivíduos, então, se capacitam e se subjetivam, ou seja, constituem sua subjetividade tendo que resolver problemas do cotidiano com limitadas possibilidades de ação, em circunstâncias que não escolheram, muitas vezes não conseguindo visualizar alternativas que contribuam para seu enriquecimento enquanto pessoa. Isso faz com que respondam às determinações da vida de modo alienado, por vezes reduzindo os impactos negativos dos posicionamentos que a sociedade os demanda, por vezes acelerando-os “com força qualitativamente maior [...], se comparada com outros processos sociais” (LUKÁCS, 2013, p. 428). Além disso, Lukács (2013, p. 432) explica que a alienação se manifesta de modo plural e imediato nas diferentes dimensões da reprodução social na medida em que ganham maior autonomia em relação à reprodução material, como as relacionadas à sexualidade, amizades, família, raça, política, entre outras.

Dessa maneira, a objetivação de uma determinada forma de trabalho, de relação sexual e afetiva, entre outras relações, impacta nas respostas mais diversas dos indivíduos, podendo enriquecer ou depreciar sua personalidade. A conduta necessária dos indivíduos é mais ou menos fixada e mediada pelas diferentes dinâmicas da reprodução social, e quanto eles mais as confirmam e ampliam em suas alienações é tendencialmente requerido que expressem sua

⁵⁰ O maior peso ontológico da genericidade para a elaboração da atividade subjetiva e orientação das objetivações, serve à reprodução da matéria social ao incorporar a dimensão genérica “de modo mais ou menos alienado” (LESSA, 2014, p. 30).

⁵¹ “[...] a alienação constitui a forma geral inevitável de toda atividade humana e que, por isso, na sua base necessariamente sempre está um mínimo de socialidade da pessoa ponente, mas que essa genericidade não é só um momento dinâmico do devir homem do homem, mas justamente aquele momento que leva esse processo de desenvolvimento à decisão (LUKÁCS, 2013, p. 428).

individualidade e se autorrealizem, particularmente, enquanto membros do gênero. De modo complementar, Mészáros (2006) argumenta que os atos heterogêneos de alienação convergem no trabalho, pois ele confere, em última instância, as possibilidades materiais definitivas dos diferentes fenômenos da existência individual.

Sendo assim, os indivíduos se realizam em suas respostas alienadas às causalidades existentes em um determinado contexto histórico da reprodução social, de desdobramento das forças produtivas e de antagonismos que marcam a divisão do trabalho e os complexos sociais particulares. A síntese dessas respostas constitui sua personalidade⁵² que, por sua vez, pode se manifestar de modo autenticamente humano, assim como despersonalizado. Esse cenário conduz à apresentação de um componente da alienação, chamado de estranhamento.

O estranhamento só pode se originar da alienação; onde a estrutura do ser não desloca esta para o centro, determinados tipos daquele nem sequer podem ocorrer. Contudo, quando se aborda esse problema, jamais se deve esquecer que ontologicamente a origem do estranhamento na alienação de modo algum significa uma afinidade evidente e incondicional desses dois complexos do ser: é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos” (LUKÁCS, 2013, p. 417-418).

Nesse sentido, o estranhamento se refere ao momento em que os indivíduos deixam de desenvolver, ou rebaixam, os aspectos humanos e genéricos de sua personalidade ao não alcançarem as condições materiais e/ou não projetarem respostas alternativas para além dos deveres e valores que as restringem à particularidade e aos particularismos sociais, mesmo diante da expansão das condições objetivas alcançadas em estágios mais elevados da socialidade. Por ser um fenômeno da alienação, o estranhamento é, então, plural e representa as desigualdades no grau de humanização/ desumanização em que os indivíduos se antagonizam e se realizam nas diferentes dinâmicas da vida, que, como já foi evidenciado, se desdobram de modo relativamente autônomo em relação aos antagonismos da base da reprodução material (LUKÁCS, 2013).

As primeiras manifestações do estranhamento ocorreram por mediação do patriarcado e da propriedade privada em formações familiares e escravagistas. Naquele contexto, surgiram os antagonismos entre homens e mulheres, entre senhores e escravos, entre as diferentes

⁵² “[...] visto que ontologicamente o homem singular constitui um polo fundamental do ser social - o que há muito já sabemos -, exatamente no plano ontológico é inevitável que essa simultaneidade de tarefas heterogêneas adquira em cada homem singular a tendência para a sua uniformização, para a sua unificação, para a sua síntese. A inevitabilidade ontológica de tal síntese resulta do simples fato de que cada homem só é capaz de viver e atuar como essência irrevogavelmente unitária” (LUKÁCS, 2013, p. 588-589).

formações raciais, gerando um mundo no qual cada um dos polos opostos se estranha na interação recíproca, assim como se autoestranha enquanto individualidade genérica representando uma limitação do desenvolvimento do aspecto humano dos indivíduos e, conseqüentemente, de todo o ser social (LUKÁCS, 2013).

Lukács (2013) exemplificou esse fenômeno a partir da vida sexual existente nas relações matrimoniais do período de surgimento da polis ateniense. Naquele contexto se desenvolveu “um impulso socialmente irresistível para uma relação entre os sexos num nível humanamente superior”, principalmente pela problematização e experimentação de diferentes formas de erotismo (LUKÁCS, 2013, p. 610). Limitada às relações de pederastia, essa ampliação das possibilidades não se efetivou de modo igual entre a população, a exemplo da reclusão das mulheres ao espaço doméstico⁵³ e a escravização sexual de tantas outras. No processo, desenvolveram-se relações estranhadas entre os dois sexos que manifestam, também, o autoestranhamento das mulheres e dos homens, mesmo que os últimos se sentissem contemplados em seu autoestranhamento.

Naquele contexto, assim como em tantos outros, boa parte das alternativas concretas que as mulheres possuíam para sair da ‘escravidão doméstica’ era se deslocar para outro autoestranhamento: a prostituição: “O fato de tais mulheres conseguirem conquistar essa sua elevação acima do seu estranhamento ‘normal’ só através da prostituição, ou seja, através de outro autoestranhamento, mostra como naquela época eram estreitos os limites objetivos traçados para a humanidade tanto interior quanto exterior desse campo” (LUKÁCS, 2013, p. 610). Lukács (2013) ressalta que o desenvolvimento das forças produtivas tem ampliado a margem para a humanização das relações sexuais considerando a maior autonomia econômica de parcelas das mulheres, o que possibilita a elas se realizar fora das determinações patriarcais e da prostituição. Isso conduz a lutas “no terreno específico de sua confiscação, no terreno da própria sexualidade” (LUKÁCS, 2013, p. 611). Entretanto, essas lutas se mostram insuficientes se não estiverem conectadas a uma negação das bases fundamentais sobre as quais se erguem todas as formas de estranhamento humano, que é a alienação dos trabalhadores⁵⁴, sintetizada, em nosso tempo, nos antagonismos de classe.

⁵³ “O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas de mais suaves, mas de modo algum eliminado” (LUKÁCS, 2013, p. 597).

⁵⁴ “[...] a libertação sexual isolada por si só não proporciona uma solução autêntica para a questão central da humanização das relações sexuais. Aqui existe o perigo de que tudo o que o desenvolvimento conquistou em termos de humanização social da pura sexualidade (erótica) seja novamente perdido. Somente quando os homens

No próximo item, as categorias ontológicas relacionadas até este momento - pôr teleológico, trabalho, valor, objetivação, alienação e estranhamento – serão retomadas a partir da investigação de Marx (2013a) para refletir de modo mais focado sobre o trabalho tendo em vista o tema desta Tese.

2.1 O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEU IMPACTO NO SER SOCIAL E NA VIDA DOS INDIVÍDUOS

O modo de produção capitalista é uma forma determinada da reprodução do ser social caracterizada pela sociabilidade mercantil. Nela, os seres humanos se relacionam entre si predominantemente no contexto do mercado, pois precisam recorrer a ele para adquirir os produtos e serviços necessários para manter a vida, lançando mão de dinheiro, algo que produziram diretamente, herdaram ou arrendaram. Caso não possuam bens e dinheiro, resta a eles disponibilizar o corpo e as capacidades individuais e se submeterem às leis da oferta e da demanda, como uma mercadoria qualquer. No sistema do capital, portanto, “as coisas se apresentam na superfície como um mundo de mercadorias imediatamente existente”, sendo elas uma espécie de célula econômica (MARX, 2011, p. 254).

As mercadorias são objetos úteis produzidos para serem vendidos no mercado e não para o uso ou subsistência direta dos produtores. O mesmo termo vale para os serviços disponibilizados no mercado, que são realizados concomitantemente ao uso, seja ele imediato ou por um determinado período. As mercadorias são úteis porque o modo específico, particular e concreto pelo qual foram produzidas resultou em uma qualidade física que satisfaz necessidades de algum tipo. Por isso, possuem um valor de uso e o conjunto dessas propriedades concretas constitui a riqueza material de uma sociedade (MARX, 2013a).

Contudo, elas somente se realizam enquanto mercadorias quando ingressam no mercado e são trocadas por algo. Isso faz com que possuam, também, um valor de troca que expressa um tipo de riqueza que carregam objetivamente e que resulta do intercâmbio social próprio das relações de produção, em conexão com os momentos da circulação, troca e consumo, como já foi mencionado, sendo que o momento da produção é prioritário e predominante.

Marx (2017, p. 941) explica que, em outras sociedades, as mercadorias eram contingencialmente produzidas e eventualmente trocadas, mas, no sistema do capital, elas são

descobrirem relações mútuas que os unam inseparavelmente enquanto seres naturais (que se tornaram sociais) e simultaneamente enquanto personalidades sociais o estranhamento poderá realmente ser superado na vida sexual” (LUKÁCS, 2013, p. 612).

o “caráter dominante e determinante” da produção e a forma histórica especial do produto do trabalho que as produz. Isso implica em uma série de mudanças destacadas em mais detalhe nos próximos parágrafos.

A primeira é que as mercadorias passaram a ser produzidas em condições capitalistas de produção. Para que isso ocorresse, a burguesia reabriu as rotas comerciais, estimulou uma produção voltada ‘para fora’ à renda e, conseqüentemente, ao consumo dos produtos e serviços necessários para a sobrevivência e a socialização, e se assegurou dos meios de coação direta, disciplina e manipulação ideológica dos trabalhadores de modo a reproduzir o controle dos meios de produção e distribuição. Ao ingressarem isolados e atomizados na produção regida pelo capital, eles se tornam um componente do quadro de produção de mercadorias que se utiliza da teleologia dos trabalhadores para desenvolver progressivamente os aspectos técnicos e científicos do trabalho, criar meios cada vez mais eficazes e eficientes de processar matérias-primas, e gerar a riqueza material de posse do capitalista. Assim, a sociedade capitalista se funda e se realiza, essencialmente, nos antagonismos pela posse dos meios de produção, pela direção dos modos de trabalho e pela apropriação de seus resultados, que são travados entre os capitalistas e os trabalhadores (MARX, 2013a). A segunda implicação é que o processo de produção de mercadorias regido pelo capital apresenta um caráter duplo de produção de valores de uso e de valor de troca, nesse processo o trabalho é explorado como mercadoria e nele se produz mais-valor.

Contudo, antes de continuar é importante apresentar outra categoria do sistema do capital: o dinheiro.

O dinheiro é uma categoria que se apresenta na intercambialidade de mercadorias. Ao passo que um comprador ingressa no mercado com dinheiro, compra um produto, e o consome, o produto é evidentemente retirado do mercado, enquanto o dinheiro permanece na função de conferir o padrão dos preços das mercadorias e, quando o mercado se encontra desenvolvido e integrado mundialmente, como instrumento de circulação das trocas em geral, torna-se “o deus entre as mercadorias” (MARX, 2011, p. 245).

Na função de medida e instrumento de circulação, o dinheiro se encadeia tanto nos contextos chamados por Marx (2011) de circulação simples, quanto de circulação ampliada (isto é, que envolvem processos de acumulação). Na circulação simples, as atividades e os produtos são intercambiados por dinheiro para satisfazer necessidades imediatas, a exemplo das trocas cotidianas acima mencionadas. Nesse contexto, o valor de troca das mercadorias se realiza de modo simples, pois está imediatamente vinculado à finalidade principal do uso.

Todavia, o dinheiro funciona numa terceira determinação⁵⁵, parcialmente desvinculado dos processos de troca em geral, quando medeia o início e o término das relações de produção. Nessa forma, ele “cumpre um movimento próprio, ganha uma circulação própria” e atua como capital (MARX, 2011, p. 197).

O capital aparece, primeiro, na forma do dinheiro, pois o capitalista ingressa no mercado com dinheiro e compra os meios de produção e adianta o salário dos trabalhadores (MARX, 2013a) que utilizam sua capacidade de trabalho para transformar os meios de produção em algo novo, conservando produções passadas, e conferindo a elas uma nova forma, qualidade e vida. Por conseguinte, o capitalista compra uma mercadoria especial cujo consumo inverte o processo entrópico da produção e incorpora valor novo no produto: mais-valor (MARX, 2013a).

No que se refere às relações de trabalho, quando os trabalhadores ingressam no mercado, eles se deparam com sua força de trabalho previamente fixada, desmaterializada, despersonalizada e reduzida a um quantitativo de tempo imediato, médio e indistinguível de produção de uma mercadoria na totalidade do mercado.

O trabalhador é explorado porque é pago pelo trabalho que produz valor e não por todo o trabalho concretizado, sendo que o produto, também não lhe pertence. Logo, o trabalho materializado na mercadoria de posse do capitalista excede o salário pago pela reprodução da força de trabalho dos trabalhadores, aparecendo posteriormente no bolso do capitalista, pois ele retorna ao mercado com um produto pronto no qual está incorporado o mais-valor. Na condição de capitalista, ele acumula esse mais-valor expropriado, o converte em dinheiro e retorna ao mercado para recomprar os meios de produção (capital constante) e a força de trabalho (capital variável), e retomar os ciclos produção, valorização e exploração. Por conseguinte,

[...] a compra e venda constante de força de trabalho perpetua, por um lado, a força de trabalho como elemento do capital, elemento mediante o qual o capital aparece como criador de mercadorias, de artigos de uso dotados de valor, e, além disso, mediante o qual essa parcela de capital que compra força de trabalho é constantemente restaurada pelo próprio produto da força de trabalho, de modo que o próprio trabalhador cria constantemente o fundo de capital com o qual ele é pago. Por outro lado, a venda constante de força de trabalho se torna a fonte sempre renovada da manutenção do trabalhador, e, assim, sua força de trabalho aparece como a faculdade mediante a qual ele garante a renda da qual vive (MARX, 2013b, p. 536).

Por esse motivo, Marx (2004, p. 80) explica que o trabalho no sistema do capital não

⁵⁵ Segundo Marx (2011; 2013a) na terceira determinação, o dinheiro existe como: meio de entesouramento (pondo os valores de troca como títulos de propriedade); meio de pagamento (pondo os valores de troca como débitos ou créditos); e dinheiro mundial (meio universal de pagamento e compra).

somente produz mercadorias com uma eficiência nunca antes vista, mas “a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*” [grifos no original].

Assim, a condição necessária de existência do trabalho no sistema do capital é ser assalariado para fins de valorizar o valor e realizar a acumulação do capitalista. Por isso, ele é alienado para o capital nas cadeias do valor, enquanto, para os trabalhadores, permanece como mero valor de troca, mera força de trabalho objetivada (LUKÁCS, 2012), separada do produto e dos meios de produção.

Surge assim um duplo movimento contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda a vida humana, e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez mais abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens [...] (LUKÁCS, 2013, p. 116).

Disso surge a terceira implicação da produção no sistema do capital, pois o trabalho produtor de valor assume a função de mediar atividades que não estão diretamente envolvidas na produção de mercadorias, condicionando uma existência reificada na forma-mercadoria. Devido à separação dos indivíduos dos meios de subsistência direta, eles confrontam a sociedade ‘desnudos’ e diretamente pela dimensão econômica da vida (DUAYER, 2016).

O impacto é a desefetivação dos trabalhadores por um poder que eles mesmos produzem, o valor, e que se torna uma força independente e oposta a eles, ao qual respondem se subjetivando de modo cada vez mais alienado e estranhado. Isso resulta em sua autoalienação prática, pois têm que se vender, como força de trabalho, para lidar com sua atividade vital e, nela, são objetificados como trabalhadores que perdem de vista os caminhos percorridos por sua atividade teleológica, deixando de reconhecer, também, o vínculo com a produção social. Dessa maneira, eles se constituem em uma personalidade reduzida em sua essência genérica, se realizando como indivíduos simples e meramente particulares que reagem aos valores pré-fixados no mercado (MÉSZÁROS, 2006).

A objetivação do capital condiciona, portanto, um estranhamento universal, pois atua sob a base da externalização da vida e sob os modos de sociabilidade que passam a ser determinados pela causalidade fundada na produção capitalista de mercadorias, que se impõe aos indivíduos através de “várias institucionalizações, reificações e mediações”, como as condições decisivas e imediatas de sua reprodução física e social (MÉSZÁROS, 2006, p. 96).

Ao passo que a força de trabalho se torna um elemento do mundo das mercadorias, as estruturas das mercadorias são externalizadas de modo místico, são respondidas como forças independentes das relações sociais que as reproduzem, a exemplo do dinheiro, que servia, predominantemente, para estabelecer os preços e rotacionar o comércio local de mercadorias e passou a representar o valor e a exercer a função adicional de ampliar o volume e a velocidade das trocas entre o trabalho vivo assalariado e o capital, e valorizar e reificar o metabolismo social, assumindo a ‘forma da matéria da riqueza universal’ dessa sociedade (MARX, 2013a).

Segundo Marx (2011, p. 165), o encadeamento geral dos pores nas cadeias do valor de troca na imediatez do dinheiro abre campo para a “prostituição generalizada”, isto é, para “[...] a permutabilidade de todos os produtos, atividades e relações”, pois os indivíduos são forçados a lidar com um emaranhado de produtos e relações que parecem possuir vida própria e ser autorregulados pelo mercado, mas são regidos pelo momento predominante das relações de produção. Ocorre, nesse aspecto, uma inversão, pois os produtores passam a ser coisificados, enquanto os resultados de sua produção, personificados.

Assim, o caráter social da capacidade única dos seres humanos de objetivarem, cooperativamente, um mundo próprio é reificado e, logo, assume a forma necessária da mercadoria, cuja lógica⁵⁶ transforma o não existente em existente e, além disso, faz do não existente “um existente próprio e essencial” (LUKÁCS, 2013, p. 675). Isso impacta diretamente no campo da alienação e do estranhamento, pois a dimensão essencial da realidade é ofuscada. Por isso, é central para o sistema se assegurar dos meios para que os trabalhadores saiam da produção tal como entraram: como indivíduos isolados e atomizados cujos bens se limitam à propriedade privada proveniente da renda salarial e cuja externalização das capacidades individuais maximizam os processos que ocasionam o próprio estranhamento (MÉSZÁROS, 2006). Desse modo, o trabalhador se autoestranha, assim como o capitalista. Entretanto, como ressalta Lukács (2013), o último se sente bem em seu autoestranhamento.

Na superfície imediata dominada pela forma-mercadoria, portanto, os seres humanos deixam de se reconhecer como os sujeitos da produção e se tornam componentes das transformações das mercadorias mediadas pelo dinheiro⁵⁷, se subjetivando como mercadores e

⁵⁶ Lukács (2013, p. 535) explica que o “ilusionismo ontológico” da mercadoria faz com que os indivíduos espelhem e objetivem a aparência fenomênica como a única dimensão da realidade.

⁵⁷ A realização do capital enquanto processo tem ponto fundamental no valor, especificamente no valor de troca, posto que é apenas no capital que o valor de troca existe de tal modo que se preserva na circulação. Marx (2007) identifica nesse processo um curso auto-renovador da troca, no qual o dinheiro e a mercadoria são sempre remanescentes, ou seja, no capital, o valor preserva a sua identidade em cada uma de suas diferentes substâncias. Enquanto essência do capital, o valor atravessa as substâncias do processo de modo a manter-se vivo, produzindo e reproduzindo o capital. O curso do capital acaba por obscurecer a essência última do capital, que é o valor.

reprodutores de todo um processo de reificação do conjunto das relações sociais (LUKÁCS, 2013). Assim, eles são forçados a existir antes de tudo como produtores de valor, como seres econômicos, mas, devido ao caráter alienante e indiferente do trabalho, buscam se realizar nas outras dimensões da vida⁵⁸, que por sua vez são, também, objeto de valorização e mercantilização (DUAYER, 2016).

Por conseguinte, o capital busca incluir no processo de acumulação também o tempo que os trabalhadores possuem para se recompor e se divertir, a exemplo do que se evidencia no crescimento das indústrias do consumo de renda, como o turismo, o entretenimento e o sexo. Segundo Lukács (2013), todo o processo demarca uma existência pautada pelo ‘ter’, na qual os indivíduos se constituem ao estilo da propriedade, do prestígio e da troca, inclusive quando podem experimentar a vida de modo ‘física e espiritualmente’ mais livre:

[..] a pessoa se veste, fuma, viaja, tem relações sexuais não por causa dessas coisas em si e por si, mas para aparentar no ambiente em que se vive a “imagem” de certo tipo de pessoa que é apreciada enquanto tal. É evidente que, nesse caso, a “imagem” é uma reificação explícita do fazer da própria pessoa, da sua própria condição, do seu próprio ser (LUKÁCS, 2013, p. 776-777).

Ademais, é promovido um mundo sem sentido social, que dá corpo ao ceticismo, ao conformismo e ao hiperindividualismo contemporâneos (DUAYER, 2012). Nesse aspecto, quando a ligação dos seres humanos com sua generidade é cada vez mais estranhada, o individualismo e o subjetivismo característicos do mundo burguês passam a constituir uma existência determinada por uma “humanidade puramente particular” (LUKÁCS, 2010, p. 285). Disso resulta a figuração generalizada de um mundo no qual o presente do capital é intransponível, logo, sendo inútil a luta pela sua emancipação e pela libertação de suas vítimas.

2.2 SEGUNDA SÍNTESE E FECHAMENTO DA PARTE II

⁵⁸ “E o operário, que, durante doze horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta, etc., - valerão para ele essas doze horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o berbequim ou com o torno, de pedreiro, cavador ou canteiro, como manifestação da sua vida, como vida? Bem pelo contrário. Para ele, quando termina essa atividade é que começa a sua vida, à mesa, na taberna, na cama. As doze horas de trabalho não têm de modo algum para ele o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir à taberna, deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para manter a sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado. A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. [...] O operário livre, vende-se a si mesmo, e além disso por partes. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem as compra” (MARX, 1982, p. 168-169).

Este capítulo sistematizou as apropriações realizadas a partir do estudo da ontologia do ser social desde as proposições de György Lukács, tendo como referência os objetivos propostos para esta Tese.

Foi destacado que o salto ontológico do ser social se concretiza com o pôr teleológico através do qual os seres humanos externalizam e encadeiam as estruturas sociais que retroagem sobre eles como determinações de sua existência. As respostas a essas determinações movimentam os complexos categoriais da reprodução social que dinamizam as tendências gerais da existência humana que são, por sua vez, direcionadas pela divisão do trabalho e socializadas no intercâmbio. Como foi debatido, todo o processo é mediado pela lei do valor.

Foi, também, destacada a externalização dos atos de trabalho num duplo processo de objetivação e alienação. O processo de objetivação representa a síntese da maneira em que os indivíduos exteriorizam sua teleologia desenvolvendo o conteúdo geral do gênero humano, enquanto a alienação é o processo em que os indivíduos e grupos sociais se reproduzem e constituem sua personalidade na síntese das respostas às determinações sociais. A alienação é uma limitação ontológica, mas leva os indivíduos a decidirem entre alternativas, mesmo que sejam feitas, na vida cotidiana, de modo mais imediato e em um campo estreito de possibilidades de ação e de compreensão clara da realidade, das circunstâncias históricas e do conjunto de forças com as quais deparam. As alienações podem levar a estranhamentos, ou seja, a expressões de diferentes formas de desumanização na relação com os outros e consigo mesmo (autoestranhamentos), por meio de grupos sociais que se opõem e se antagonizam nas diferentes dinâmicas da vida em que parcela dos indivíduos e grupos são embarreirados nas possibilidades de se capacitar no campo concreto e objetivo constituído pelo avanço das forças produtivas. As diferentes formas de estranhamento convergem, portanto, no antagonismo essencial da divisão social do trabalho e levam à limitação do desenvolvimento do aspecto genérico dos indivíduos e, conseqüentemente, de todo o ser social.

No segundo momento do capítulo, os fundamentos do trabalho foram confrontados com a manifestação e organização do trabalho no modo de produção capitalista, levando em conta o seu impacto no ser social e na vida dos indivíduos. Ao estabelecer as conexões das formas econômicas celulares (a mercadoria e o dinheiro) com o trabalho, Marx (2013a) revelou como capital se reproduz na base do trabalho alienado, se autonomizando ao desenvolver as forças produtivas e valorizar, mercantilizar e explorar a força de trabalho e as diferentes dinâmicas da vida.

No processo, o resultado da relação dos trabalhadores com a atividade produtiva é a alienação de sua própria teleologia, dos usos sociais dos produtos do trabalho e de sua existência

enquanto ser genérico. A mercantilização e exploração da vida no sistema do capital resulta, também, em modos reificados e fetichizados de socialização. Ao passo que as finalidades da atividade teleológica dos trabalhadores se voltam para as cadeias do dinheiro e do consumo, eles deixam de se relacionar entre si como os verdadeiros produtores, se objetivando e subjetivando como proprietários privados, isolados e atomizados, mercadores “de algo que se apresenta para eles como algo fora deles” (DUAYER, 2016, p. 38). Esse ilusionismo se concretiza na vida cotidiana em que os indivíduos se afirmam em uma existência pautada pelos estilos do ‘ter’ e da troca, inclusive nos momentos em que poderiam experimentá-la de modo física e espiritualmente mais humano e livre, como nas relações sexuais (LUKÁCS, 2013).

Nesta segunda parte da Tese, busquei fundamentos para avançar em uma análise que visa superar a insuficiência de reflexões e problematizações sobre o significado e as implicações de ‘trabalho’ na definição da prostituição como trabalho sexo. Na Introdução foi destacado um conjunto de estudos que abordam o tema de modo desconectado da historicidade, das conexões sociais, da reprodução do sistema do capital em seu conjunto, ao mesmo tempo em que o trabalho é naturalizado, não sendo foco de reflexão na definição da prostituição como trabalho do sexo. Na Parte I, foi sistematizado o conjunto de argumentos por essa formulação, inclusive mencionando argumentos segundo os quais a prostituição pertenceria à esfera produtiva.

A partir destas constatações e do estudo realizado, considero que a ontologia do ser social de György Lukács traz, entre outras, três contribuições sobre os fundamentos do trabalho que auxiliam no momento posterior da Tese.

A primeira é devida ao trabalho ser o fenômeno originário do pôr teleológico e o modelo ontológico do comportamento socialmente ativo, que confere os princípios estruturadores das atividades mais simples e cotidianas, assim como das de cunho geral, sutil, abstrato e complexo de ordem material. Dessa forma, mediante o comportamento laboral, os seres humanos desenvolvem o materialismo prático e o procedimento abstrativo-sistematizante que os possibilita conhecer de modo mais correto a realidade objetiva e responder conscientemente, alternativamente e com fundamentos às determinações da vida, superando as reações meramente instintivas e uma socialização meramente gregária, para objetivar um mundo mais claramente social, exercendo influência, inclusive, nas relações fortemente vinculadas ao biológico, como o sexo.

A segunda contribuição é devida ao trabalho ser o complexo da produção da base real para a manifestação e a reprodução de todos os fenômenos e estruturas sociais, que se desenvolvem de modo relativamente autônomo a ela, e sob ela retroagem influenciando o modo sintético de existir na sociedade. Além disso, no complexo do trabalho são desenvolvidas as

capacidades gerais e singulares do ser social; são produzidas, reproduzidas e ampliadas as conexões causais que movimentam a linha tendencial de autoexpressão da humanidade; pois o desenvolvimento das forças produtivas e abre campo para a expressão qualitativa das formas sociais de vida e das individualidades.

A terceira contribuição é devida aos fenômenos que se constituem no campo mais estrito da alienação e do estranhamento convergirem na base do trabalho, pois o campo geral da objetivação predomina diante deles.

Tendo em vista a manifestação e organização do trabalho no modo de produção capitalista, considero outras três contribuições.

A primeira é que a produção de mercadorias está na essência da produção regida pelo capital, que se realiza na base essencial dos antagonismos de classe que, por sua vez, implicam lutas pela posse dos meios de produção, pela direção dos modos de vida e pela apropriação dos resultados da atividade produtiva, travadas entre os trabalhadores e as personificações do capital.

A segunda implicação é que a dimensão do trabalho que produz valor no processo de produção de mercadorias regido pelo capital determina as condições socialmente necessárias de existência do trabalho, o trabalho assalariado, reduzido a produtor de valores de uso para o capital e, para a classe trabalhadora, à mera força de trabalho objetivada. Por conseguinte, a lei do valor determina a externalização da base essencial da vida na forma-mercadoria, portanto, reificada.

A terceira é que o trabalho produtor de valor assume a função de mediar atividades que não estão diretamente envolvidas na produção de mercadorias. Os indivíduos se encontram despossuídos dos meios de subsistência direta e confrontam diretamente a sociedade pela dimensão econômica da vida. A maneira em que são controlados e explorados na atividade de subsistência objetivada nos moldes de relações de produção no sistema do capital leva a que não se reconheçam como sujeitos da produção e se tornem mercadorias nas transformações das mercadorias mediadas pelo dinheiro, se subjetivando em um processo de reificação que deforma os laços sociais e, conseqüentemente, promove a individualidade em sua particularidade. Assim, imperam a alienação e o estranhamento.

No Quadro 10 são retomados os argumentos sistematizados na Parte I com relação à definição da prostituição como trabalho do sexo, sendo agora acrescentadas de aspectos relacionados à alienação e ao estranhamento, e elaboradas novas perguntas problematizadoras.

Quadro 10 – Perguntas problematizadoras sobre o trabalho alienado e o estranhamento na definição da prostituição como trabalho do sexo

Argumentos relacionados ao trabalho alienado e ao estranhamento	Perguntas problematizadoras
O trabalho do sexo é uma mercadoria como qualquer trabalho no capitalismo. É uma atividade da classe trabalhadora, compartilhando traços existentes em todo trabalho alienado na sociedade atual.	A atividade sexual trocada por dinheiro pode ser considerada uma mercadoria? A pessoa em situação de prostituição vende sua força de trabalho como um valor de uso? Sendo uma atividade que se realiza por meio de trocas no mercado, nela se expressam a alienação e o estranhamento?
As pessoas em situação de prostituição se igualam a qualquer trabalhador precarizado na sociedade atual, pois se dispõem no mercado, autônoma e isoladamente, sem as qualificações necessárias para conseguir um bom emprego, em boas condições de trabalho, com a única mercadoria que possuem, que é o próprio corpo.	O caráter de trabalho conferido à prostituição é devido à transformação do valor de uso em valor de troca para obtenção de dinheiro para viabilizar a reprodução da vida das pessoas em situação de prostituição. O que define trabalho é a intercambialidade por dinheiro?
O profissionalismo desenvolvido pelos trabalhadores do sexo proporciona a eles resguardar aspectos essenciais da personalidade para as relações íntimas, familiares, fraternas e românticas.	A relação do trabalhador e da pessoa em situação de prostituição com sua atividade de sobrevivência divide sua personalidade e resguarda seus aspectos essenciais?

Fonte: elaborado pelo autor.

Na sequência, utilizo os fundamentos do trabalho apropriados nesta parte para defender a Tese de que **as proposições sobre trabalho na definição da prostituição como trabalho do sexo naturalizam a alienação e o estranhamento inerentes às relações de produção de valor, características da sociabilidade no modo de produção capitalista.**

PARTE III

APRESENTAÇÃO DA PARTE III

Esta terceira parte da Tese é composta por um único capítulo em que analiso a definição da prostituição como trabalho do sexo desde as fundamentações sobre a ontologia do ser social, apropriadas na Parte II da Tese, e na relação com as causalidades do trabalho no modo de produção capitalista, considerando os impactos da organização da atividade na vida das pessoas que se prostituem e a função na reprodução da sociabilidade dominante. Para orientar a análise, são respondidas, em subitens e na seguinte sequência, as perguntas feitas sobre as proposições dos defensores dessa definição sistematizadas nas partes anteriores.

A análise inicia problematizando a proposição de que a prostituição é trabalho porque nela ocorre (a) uma produção e troca, rotineiramente chamada de venda, de sexo e serviços sexuais, e que essa venda representa a transformação da força de trabalho em valor de troca. A finalidade é posicionar a prostituição no processo econômico considerando a produção de valores de uso no trabalho e nessa atividade sexual, depois são investigadas se as sociabilidades do trabalho inerentes às relações de produção de valor características do sistema do capital criam condições para que a venda do sexo represente a venda da força de trabalho, e (b) se essa venda pode ser subsumida na categoria de trabalho em serviço.

Por conseguinte, problematizo em mais detalhes (c) a relação da pessoa em situação de prostituição com o cliente e (d) a interposição dos terceiros para averiguar se modalidades de prostituição (e) estão subsumidas às mesmas relações de controle e de acumulação do trabalho em geral no modo de produção capitalista, haja vista que é uma atividade comercial que se manifesta em múltiplos serviços sexuais que envolvem a mediação direta de clientes. É investigado se a mercantilização ocorre na sociabilidade do trabalho na finalidade principal de retornar com lucro o dinheiro adiantado pelos proxenetas ou para satisfazer a necessidades dos clientes e viabilizar a reprodução da vida das pessoas em situação de prostituição. Devido a isso, analiso o que revelam sobre a caracterização da prostituição como trabalho: a intercambialidade da venda do sexo por (f) dinheiro; a formação de (g) preços; e as formas de rendimento (h) salário, (i) renda e (j) lucro.

Segue o segundo momento da análise com a investigação dos impactos da objetivação do sexo na prostituição no campo da alienação e do estranhamento. Na finalidade de estabelecer possíveis conexões da objetivação do sexo com a objetivação do trabalho alienado, é problematiza a proposição que (k) a prostituição é uma mercadoria como qualquer trabalho no modo de produção capitalista e que ela é uma atividade da classe trabalhadora, compartilhando traços existentes em todo trabalho alienado. Depois, analiso a proposição segundo a qual (l) as

peessoas em situação de prostituição exercitam o corpo, as emoções e os afetos para fabricar identidades da mesma forma que outros trabalhadores, para averiguar a destinação das alienações do sexo na prostituição para os fetichismos da mercadoria, e, caso isso ocorra, as relações com os fetichismos particulares do campo da sexualidade.

Devido a isso, problematizo como as objetivações do sexo retroagem no campo do estranhamento influenciando positivamente ou negativamente as pessoas em situação de prostituição, considerando o tema da (m) estigmatização ligada às sociabilidades do trabalho no capitalismo e à sexualidade e o tema da reificação da personalidade referente à proposição que (n) o profissionalismo desenvolvido lhes proporciona resguardar aspectos essenciais da personalidade para as relações íntimas, familiares, fraternas e românticas. Por fim, são analisados os impactos do autoestranhamento das pessoas em situação de prostituição como força de trabalho (o) na organização coletiva e (p) na figuração das possibilidades de superação das opressões vividas por esse público.

Com essa análise preparo o terreno para a conclusão da Tese que defende que **as proposições sobre trabalho na definição da prostituição como trabalho do sexo naturalizam a alienação e o estranhamento característicos da sociabilidade no modo de produção capitalista**. A partir da análise aqui realizada, busco, também, contribuir com elementos teóricos ao campo dos Estudos Organizacionais e para abordagens e ações relacionadas à prostituição tendo em vista a humanização das relações sexuais.

3 O TRABALHO NA DEFINIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO COMO TRABALHO DO SEXO EM CONEXÃO COM AS CAUSALIDADES DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Nos momentos anteriores deste estudo, verificou-se que a prostituição passou a ser definida como trabalho no contexto em que o comércio do sexo se converte em uma indústria do setor de serviços globalmente interconectada e de alta lucratividade, e que o termo trabalho do sexo tem fundamentado não apenas estratégias e táticas do ativismo pelo reconhecimento das pessoas que subsistem da venda do sexo como trabalhadores e pela conquista de direitos trabalhistas, mas tem se tornado a forma predominante de figuração dessa atividade sexual em diferentes espaços, inclusive nos estudos acadêmicos. Devido à ausência de problematizações sobre o trabalho nos estudos que definem a prostituição como trabalho do sexo no campo dos EO, essa definição é retomada neste capítulo tendo como referência as fundamentações sobre a ontologia do ser social e as perguntas orientadoras elaboradas no final das partes anteriores para analisar sua conexão com as sociabilidades do trabalho específicas do modo de produção capitalista. É defendido que o trabalho é a categoria central dessa definição e que ela naturaliza a alienação e o estranhamento característicos da sociabilidade neste modo de produção.

Dando início, para os defensores da definição da prostituição como trabalho do sexo, a prostituição é trabalho porque nela ocorre (a) uma produção e troca, rotineiramente chamada de venda, de sexo e serviços sexuais. É, também, argumentado que essa venda representa a transformação da força de trabalho em valor de troca. Se pergunta se a venda do sexo é uma atividade da produção ou da troca, ou se ela ocorre na conexão entre esses dois momentos e, além disso, como essa venda poderia representar a venda da força de trabalho já que a prostituição é uma atividade sexual. Para responder, se retomam, nos próximos parágrafos, algumas considerações sobre o processo econômico.

Foi destacado na Parte II da Tese, que na ontologia materialista a economia é o complexo da produção e reprodução material da vida, e que esse complexo constitui uma totalidade na qual interagem dialeticamente entre si momentos particulares da produção, da distribuição, da circulação e do consumo. A produção é o momento prioritário⁵⁹. e predominante dessa interação, porque sem a criação do produto e da base material não há o que

⁵⁹ O modo em que o objeto é produzido e o serviço realizado constitui o caráter do consumo, sua finalidade e o consumidor. O consumo, por sua vez, determina o sujeito da produção, sua forma útil e sua efetivação (MARX, 2011). A produção é também influenciada pelas relações de distribuição, pois nelas são estabelecidos os destinos dos produtos e dos trabalhadores, enquanto todo processo é socializado no intercâmbio próprio das relações de produção e nas trocas em geral.

ser distribuído, trocado e consumido, porém os outros momentos possuem dinâmicas e determinações próprias que retroagem sobre essa base e à sua maneira influenciam o processo como um todo.

Se viu, também, que a forma mais basilar da conduta socialmente ativa dos seres humanos iniciou com a apropriação da natureza exterior pelo trabalho, agindo teleologicamente e cooperando na criação e no resguardo do alimento, das matérias-primas, das ferramentas, das fontes de energia, entre outros meios de subsistência e de produção necessários para reproduzir a si mesmos e ao meio social que habitam (LESSA, 2012). Ao fazer algo útil e produtivo para a sociedade, os indivíduos se transformam individualmente e enquanto pessoa (LUKÁCS, 2013). Essa capacidade, iniciada na criação de valores de uso no intercâmbio direto com a natureza, permanece sendo a referência essencial e indispensável para a definição de trabalho. No entanto, o complexo do trabalho muda ao longo do processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, muda o vínculo com esse caráter fundante do trabalho no salto ontológico do ser social.

Assim, apesar da “imensa maioria dos valores de uso” serem criados no processo econômico propriamente dito (LUKÁCS, 2013, p. 107), valores de uso são também criados em atividades sexuais na medida em que se realizam envoltas de deveres e valores necessários à reprodução social, e se vinculam (ou se desvinculam) de diferentes maneiras com a procriação, com a divisão do trabalho, com a mera satisfação física e espontânea dos instintos, e com expressões de erotismo.

O valor de uso do sexo na prostituição se movimenta, evidentemente, em cadeias próprias da sexualidade, mas suas conexões com a economia são mais fortes do que em várias outras atividades sexuais porque o sexo tende a ser o principal meio de subsistência das pessoas que se prostituem, e apesar das diferentes modalidades e condições da venda do sexo, assim como das variações no regime sexual em determinadas formações sociais, essas pessoas têm que desenvolver certo cuidado e autodomínio do corpo, dos instintos e das emoções, a habilidade de conquistar os clientes e satisfazer suas necessidades, independentemente de se sentirem atraídas fisicamente e/ou afetivamente por eles. Nesse aspecto, na prostituição é produzido um valor de uso que se efetiva concomitantemente ao consumo por meio da interação sexual, que inclui aí a produção e reprodução do próprio corpo dos vendedores e o desenvolvimento das habilidades.

No entanto, isso ainda não é suficiente para caracterizar essa interação como venda da força de trabalho, pois é preciso estabelecer as conexões dessa atividade sexual com as manifestações e as formas de organização do trabalho peculiares ao modo de produção

capitalista. Além disso, devido à venda do sexo na prostituição não estar direta e imediatamente envolvida na criação da riqueza material.

Devido a isso, nos próximos parágrafos são retomadas algumas considerações sobre o trabalho no sistema do capital, incluindo as atribuições da distribuição, do intercâmbio e do consumo, pois no conjunto dessas relações são determinadas as modalidades e as condições de existência do trabalho, dos sujeitos e dos objetos da produção, bem como os critérios de produtividade (MARX, 2011). A finalidade é avançar na análise da definição da atividade de trocas sexuais como trabalho pela análise das sociabilidades do trabalho que criam as condições para que a venda do sexo seja equiparada à venda da força de trabalho. Nessa análise se adiciona à proposição que essa venda representa a transformação da força de trabalho em valor de troca a proposição (b) que essa venda pode ser subsumida na categoria de trabalho em serviço (GALL, 2006).

Como foi destacado na Parte II, a sociedade capitalista se apresenta como um grande reino das trocas de bens e de atividades entre produtores, vendedores e consumidores privados. Esse cenário decorre do fato de que os trabalhadores são forçados a subsistir pela venda de sua força de trabalho e a cooperar de forma isolada e automatizada no processo produtivo que não tem por finalidade principal o usufruto de riqueza material nova incorporada nas mercadorias, mas se volta para a valorização do capital pela exploração do valor de uso da força de trabalho (MARX, 2013a). Assim, o capital se beneficia da capacidade única dos trabalhadores de incorporar no produto mais do que o necessário para que reproduzam essa capacidade de trabalho, o excedente de trabalho não pago é apropriado pelo capitalista proporcionando recursos para expandir e intensificar a produtividade da força de trabalho e acumular pagando cada vez menos por essa mercadoria especial que gera mais do que vale.

Por conseguinte, a formação de mais-valor converte na finalidade mais imediata e essencial de toda a produção no sistema do capital. Nesse sentido, ela se entende a serviços assalariados que participam do processo de produção de mercadorias, a exemplo de alguns serviços administrativos, técnicos, de controle, de vigilância, de transporte e logística, que se encontram nessa condição (LESSA, 2009), assim como alguns serviços comerciais assalariados que auxiliam na reprodução de capital ao serem explorados com base na economia do tempo socialmente necessário (LUKÁCS, 2013).

Assim, as sociabilidades do trabalho no sistema do capital envolvem atividades que criam diretamente valores de uso, atividades em que valor é formado nessa criação, atividades em que essa formação de valor é estendida na geração de mais-valia (MARX, 2013a), mas também envolvem serviços que não são inteiramente trocados e consumidos como valores de

uso (ANTUNES, 2015) e que, portanto, são explorados na troca de equivalentes para converter em capital a riqueza já disponível em dinheiro (LESSA, 2012). Diante disso cabe perguntar se esse fenômeno ocorre na prostituição tendo em vista que os serviços sexuais envolvem a presença de clientes e, na maior parte, de terceiros, os também chamados de proxenetas.

Analisando mais de perto as relações de prostituição, se constata que elas ocorrem no contexto das trocas de mercado, nas conexões entre os momentos da circulação e do consumo do processo econômico, em um conjunto de interações sexuais chamadas de programas. Nos programas, homens, mulheres, transgêneros e transsexuais acordam uma interação sexual com os clientes por uma parcela de tempo e/ou por uma modalidade específica de sexo em troca de dinheiro, outras mercadorias ou algum serviço⁶⁰. Os programas podem ser marcados diretamente com os clientes⁶¹, mas usualmente se interpõem terceiros que fornecem a infraestrutura para sua realização.

Diante disso, se incorporam à análise as perguntas que se encontram na Parte I da Tese sobre (c) a relação da pessoa em situação de prostituição com o cliente e, depois, sobre (d) a interposição dos terceiros, para identificar possíveis conexões da atividade com a reprodução do capital.

Na relação com o cliente (c), a pessoa em situação de prostituição cede o valor de uso de seus aspectos físicos e de seus talentos sexuais e/ou eróticos para viabilizar sua subsistência e dos dependentes e/ou ser mais bem remunerada do que em outros serviços disponíveis, enquanto o cliente utiliza parcela da renda para acessar o serviço sexual e satisfazer suas necessidades na interação direta com os vendedores. Essa troca é a relação essencial da atividade, e nas situações em que os programas são diretamente marcados com os clientes, o serviço sexual é trocado e remunerado de modo simples e, conseqüentemente, se reproduz de modo simples⁶² porque a finalidade principal é satisfazer necessidades de ambas as partes.

O cenário tende a mudar quando terceiros (d) se interpõem na atividade, pois usualmente é cobrado dos clientes um preço maior pela facilidade de acesso aos programas e pela oferta de hotelaria, segurança, entretenimento, alimentos e bebidas, variando, logicamente, conforme o nível de distinção envolvido na oferta.

⁶⁰ Considero, aqui, o dinheiro como a finalidade predominante da troca.

⁶¹ Nos casos de marcação direta, a infraestrutura é disponibilizada diretamente por uma das partes.

⁶² Como vimos na Parte II da Tese, as trocas voltadas para satisfazer necessidades se realizam num contexto de circulação simples, pois os valores de troca dos bens e das atividades se encadeiam num conjunto de interações subordinadas aos valores de uso (MARX, 2011). Ademais, Lukács (2013) explica que o valor de uso é ontologicamente prioritário em relação aos valores de troca e, devido isso, somente existem na relação com os valores de uso, enquanto os últimos podem existir sem serem trocados.

Do ponto de vista das pessoas em situação de prostituição, os terceiros facilitam o acesso aos clientes e/ou providenciam os meios de realização dos programas, podendo remunerá-las diretamente. É usual que os terceiros fiquem com uma parte do dinheiro para custear esta oferta, variando conforme o grau de dependência e de subordinação dos vendedores e da regulamentação da atividade. É difícil pensar que existam terceiros diretamente envolvidos que não busquem lucrar com esse comércio do sexo, mas caso não queiram entesourar o excedente de dinheiro recebido, a tendência é que busquem ampliar o capital inicialmente investido no próprio negócio ou que o utilizem em outros investimentos.

Diante disso, é preciso analisar o que a intercambialidade do serviço sexual por dinheiro revela sobre a caracterização da prostituição como trabalho, já que o dinheiro pode mediar a relação na finalidade principal de satisfazer a necessidades dos clientes e viabilizar a reprodução da vida das pessoas em situação de prostituição, assim como pode ter como finalidade principal ampliar o capital inicialmente investido. O que isso revela sobre a caracterização da prostituição como sendo um trabalho produtivo?

Como foi anteriormente destacado, apesar da venda do sexo não representar uma produção de mercadorias em sentido estrito, isso não impede que parcela da atividade seja organizada pelas relações sociais em que o lucro é produzido e apropriado para o enriquecimento do terceiro, assumindo funções no processo de reprodução do capital. Para isso, a objetivação do sexo precisa ser um meio de exploração da força de trabalho dos vendedores de maneira que sua troca por dinheiro auxilie a ampliar o capital inicialmente investido pelo terceiro e contribua, também, para valorizar e circular capital.

Devido a isso, é importante incorporar na análise a pergunta feita na Parte I da Tese sobre (e) a atividade estar subsumida às mesmas relações de controle e de acumulação do trabalho em geral no modo de produção capitalista, pois isso auxilia a problematizar se uma determinada modalidade de prostituição é mercantilizada como força de trabalho predominantemente para valorizar capital, ou se é comercializada predominantemente para outros fins e utilidades.

Para responder, são retomadas nos próximos parágrafos algumas considerações sobre o processo de industrialização, ou de massificação, do comércio do sexo, que se inicia influenciado pela reestruturação do trabalho na transição para o capitalismo, quando a oferta pública da atividade se tornou um instrumento de controle da vagabundagem e de fixação do proletariado nos territórios industriais (FEDERICI, 2010) e posteriormente se converteu em um emaranhado de serviços privados diretos. Esses serviços quando destinados à classe trabalhadora diferiam das modalidades meretrícias ofertadas à burguesia, pois eles passaram a

ser organizados por critérios de produtividade e a serem precificados de modo análogo ao trabalho assalariado que era pago por parcela de tempo ou por peça (TROUNG, 1984; VAN DE POL, 2011) auxiliando, inclusive, no processo de desvalorização do trabalho de reprodução e no rebaixamento geral dos salários (FEDERICI, 2010).

O processo avança ao longo do Século XX, quando atividades existentes nos arredores dos territórios industriais e de invasão militar passam a ser exploradas nos moldes tayloristas⁶³ (FEDERICI, 2020) e avaliadas com base na taxa média de cobrança pela realização de um programa individual comum e normal, socialmente definida pela produtividade do trabalho (GALL, 2006). O processo se amplia ainda mais no momento neoliberal do sistema do capital em que a transferência das atividades econômicas tradicionais para as indústrias de serviços tem servido como meio para evitar as crises de superacumulação e de queda de lucratividade (HARVEY, 2008), e a capitalização no comércio do sexo o tem convertido em um setor lucrativo de serviços (sexuais⁶⁴) conexo ao turismo e ao entretenimento que ganha novas características nas plataformas de programas de sexo.

Essas mudanças se apresentam predominantemente nas modalidades de venda do sexo ‘de massa’, ou seja, nas que ocorrem em megabordéis em grandes zoneamentos de prostituição e nas plataformas de programas comandados por terceiros, que são organizados por critérios de produtividade e explorados com base no tempo.

Todavia, para que a venda do sexo se caracterize como venda da força de trabalho, é preciso analisar a conexão da prostituição com o trabalho na ação conjunta de categorias econômicas que, segundo Lukács (2013), auxiliam a explicar a forma especificamente social do trabalho no sistema do capital. No que se refere ao comércio do sexo, ele é predominantemente mediado pelo dinheiro. No momento específico das trocas no mercado, as qualidades das partes envolvidas são, precificadas e movimentadas como valores de troca sem considerações sobre as relações que antecederam a troca e a sua finalidade: por parte dos vendedores do sexo, seu valor de uso e a necessidade de vendê-lo para obter dinheiro como meio de subsistência direta e/ou de melhor remuneração; por parte dos clientes, o dinheiro

⁶³ Segundo Federici (2020, p. 96), para instaurar o rígido controle do trabalho no período fordista e ampliar o consumo do grande excedente de mercadorias, foi necessário recompor o núcleo familiar e controlar, eficientemente, o entretenimento noturno dos trabalhadores: “A taylorização do coito, típica do bordel, aumentou muito a produtividade do trabalho do sexo. Sexo barato, de fácil acesso e patrocinado pelo Estado era o ideal para um trabalhador que, depois de passar um dia em uma fábrica ou um escritório, não teria tempo e energia para procurar aventuras amorosas ou embarcar no caminho das relações voluntárias”.

⁶⁴ Para exemplificar, a OIT (1998, s/p) divulgou uma nota de imprensa relatando que “a prestação de serviços sexuais assumiu [na década de 1990] as dimensões de um setor comercial plenamente desenvolvido, que proporciona empregos diretos e indiretos a milhões de trabalhadores e contribui substancialmente para a renda nacional” em regiões com forte industrialização e nas que não possuem um importante tecido produtivo.

convertido da renda e a finalidade do prazer pelo sexo e/ou outros serviços eróticos; e, por parte dos terceiros, a própria remuneração, a reprodução do negócio e/ou o lucro. Ademais, o dinheiro possui uma capacidade especial de ser efetivamente gasto pelos clientes e, ao final da relação, reaparecer nas mãos dos vendedores do sexo e dos proxenetas.

Como foi destacado na Parte II, o dinheiro expressa os padrões de preço. Em contextos em que as relações de troca se encontram mais desenvolvidas ele funciona como um instrumento geral das trocas de mercadorias⁶⁵, circulando nas trocas de bens e de atividades com a finalidade principal de satisfazer necessidades imediatas e de subsistência das partes envolvidas, assim como pode circular como capital. Nesse sentido, Marx (2011) explica que o dinheiro existe na relação dialética entre a lei do valor e as leis específicas do mercado, movimentando tanto as trocas de equivalentes quanto as trocas em geral. Porém, ao passo que o processo econômico passa a ser regido pelo capital, o dinheiro representa o valor e o mercado é convertido em um componente de sua reprodução ‘elíptica’.

Na prostituição, a função do dinheiro intercambiado por sexo varia conforme a conexão dos programas com as causalidades do capital. Nos casos em que os programas são marcados diretamente com os clientes sem a intermediação de terceiros, ocorre uma troca simples de serviço sexual por dinheiro. Nos casos em que o comércio do sexo envolve terceiros e tem por finalidade obter dinheiro para ampliar o capital inicialmente investido, o dinheiro gasto pelos clientes é utilizado, em determinado grau, para satisfazer necessidades das pessoas em situação de prostituição e para que o proxeneta realize uma parcela do lucro, junto a outras funções comerciais existentes na atividade.

A venda do sexo aparece no mercado nos preços (g), em sua expressão monetária, e essa determinação varia conforme a formação social. Alguns estudos destacam que o preço da venda do sexo não se pautava por critérios de trabalho como qualquer outro⁶⁶ (KARRAS, 1996; BUDIN, 2008; COHEN, 2015). Historicamente, as alterações mais expressivas na formação

⁶⁵ Marx (2013a) explica que o dinheiro é, em essência, a síntese do movimento das trocas de mercadorias em sua totalidade e, portanto, por trás dele se encontra a própria estrutura da mercadoria determinada pela forma geral do trabalho que as produziram.

⁶⁶ A exemplo da precificação dos programas em civilizações da antiga Mesopotâmia com base em escalas de beleza feminina avaliadas anualmente por tribunais sagrados, que estabeleciam, inclusive, os critérios de reembolso caso o vendedor não cumprisse os requisitos estéticos e de conduta de conciliação de seu valor de uso com a deidades locais (BUDIN, 2008). Na Grécia antiga, os preços oficiais da práxis (como era, também, denominado o ato sexual no programa), já refletiam as flutuações da oferta e da demanda de um mercado mais desenvolvido, influenciados por critérios de aparência, feminilidade, status, talento e, em menor grau, de fetiche dessa atividade à época concebida como ‘banáusica’ e parasita (COHEN, 2015), e um regramento similar foi identificado nas variações dos *tituli* (nome e preço) das pessoas que se prostituíram nas *cellas* (quartos) de bordéis romanos (MCGINN, 2010). Já Karras (1996) descreveu mudanças na Inglaterra medieval com a precificação da prostituição com base no conjunto das atividades de lazer e nas ordenanças de opróbrio das mulheres e de restrição do lucro.

dos preços da venda do sexo ocorreram na transição para o capitalismo devido à sua dessacralização; ao declínio da prostituição de escravidão; à maior imposição da taxa média de mercado e, conseqüentemente, de seu ‘investimento em valor de troca’ (VAN DE POL, 2011). No período recente, se destaca uma maior equivalência com os salários dos trabalhadores em geral, ou seja, sua inserção na troca de equivalentes como uma forma de capital variável; e a incorporação de aspectos associados à capacidade dos vendedores de induzirem os clientes a consumirem alimentos e bebidas vendidos com preços bem acima do mercado (GILFOYLE, 1999; VAN DE POL, 2011).

Nas modalidades de prostituição que envolvem a marcação direta com os consumidores e que não são exploradas por terceiros, ocorre uma maior variação dos preços conforme as qualidades específicas do serviço prestado e o poder aquisitivo dos consumidores, o que não elimina a aparição de uma taxa média de mercado⁶⁷. Já nos programas realizados na indústria do sexo, os preços são determinados pela taxa de exploração que gira entorno do custo dos meios de subsistência dos vendedores e dos dependentes, ou seja, do custo dos produtos e serviços necessários para que reproduzam sua força de trabalho.

Assim, retomando a fala de Orellano (apud HOPENHAYN, 2017, s/p) destacada na Parte I, que “Na rua [...] deve-se respeitar preços estabelecidos por zonas, que se definem anualmente com as companheiras”, cabe indagar o grau de autonomia no estabelecimento dos preços pelas pessoas que se prostituem nesses territórios, pois apesar dos vendedores do sexo terem que captar diretamente os clientes, a interação sexual usualmente ocorre em estabelecimentos privados, nos ‘hotéis’, que acabam incorporando, nos preços de custo do negócio, a taxa de exploração sob a produtividade dos programas e uma taxa média de lucro de mercado, que, portanto, são repassados aos consumidores. Isso sem mencionar as cobranças de comissões em estabelecimentos comerciais que facilitam o acesso aos clientes, o comando velado dos programas de rua pelo proxenetismo e sem desconsiderar, é claro, a influência das crises econômicas e dos aspectos de moralidade nas variações da oferta e da demanda.

Por isso, é preciso analisar em mais detalhes alguns aspectos dos rendimentos nas modalidades do comércio do sexo aqui problematizadas, e para isso são respondidas em sequência perguntas feitas na Parte I da Tese sobre a caracterização da prostituição como trabalho ser devida à existência de relações salariais (h) e de renda (i), e à lucratividade (j).

⁶⁷ Para exemplificar, Logan (2017, p. 67-68) identificou que os mercados de ‘acompanhantes’ masculinos estabelecem uma taxa média dos programas: “acompanhantes não podem discriminar seus preços cobrando preços diferentes em mercados diferentes. Isso é consistente com os dados, nos quais os acompanhantes podem postar apenas um preço anunciado que é visto por todos os clientes online, independentemente da localização”.

Como foi destacado anteriormente, algumas modalidades do comércio do sexo apresentam relações salariais, (h) que podem ser formalizadas em contratos jurídicos nos países em que a atividade é regulamentada. Na Parte I, foi apresentado um cenário de rara adesão devido a modelos alternativos de cobrança e outros fatores, como o expressivo número de migrantes, muitos deles em situação de clandestinidade. Contudo, a falta de formalização não significa ausência de relações salariais, e o tema suscita debates sobre a caracterização da prostituição como trabalho ser devida a elas, a exemplo da compreensão de Cobo (2017) de que o ‘salário de pobreza’ recebido pelos vendedores do sexo não elimina o fato que a prostituição não constitui uma relação trabalhista porque é uma violência e exploração *stricto sensu*. Já Federici (2018) argumenta que a atividade é um trabalho como tantos outros que não estão livres de violência, e que é preciso formalizar a relação salarial para que esse público acesse políticas trabalhistas locais.

Marx (2017) já explicava que o trabalho assalariado é a forma dominante do trabalho que se encontra subsumido às relações de produção no sistema do capital, que se valem do salário para formar o preço do trabalho, seu valor de troca, e explorar o valor de uso da força de trabalho pagando apenas a parte correspondente ao valor. Assim, a existência de relações salariais representa um processo de produção de valor concomitante a um processo de produção de mais-valor, cujo excedente o capital se apropria para valorizar a si mesmo, não importando as especificidades do trabalho, o setor produtivo em que isso ocorre, e, em geral, a mercadoria produzida (MARX, 2017).

Nas modalidades de prostituição que ingressam no sistema de equivalentes e são exploradas de maneira capitalista, a pessoa em situação de prostituição auxilia a realização do lucro de terceiros, ainda que esta indústria constitua, na reprodução do capital total, um setor improdutivo se comparado com o trabalho que produz riqueza pela transformação direta na natureza em mercadorias (LESSA, 2009).

Chegando agora ao tema da renda (i), as relações de prostituição são abastecidas pelo gasto de renda dos clientes, e o dinheiro é apropriado no comércio do sexo tanto nas cadeias de intermediários quanto de consumo próprio de renda. O primeiro caso se mostra nos programas que envolvem terceiros que se utilizam do gasto cuja origem é o capital dos clientes ou de outras modalidades de renda, que são apropriadas de maneira desigual na indústria do sexo com a finalidade de pagar o salário dos vendedores do sexo e ampliar o capital ali adiantado. O segundo caso se mostra nos programas diretamente marcados com os clientes sem o envolvimento de terceiros, nos quais o dinheiro gasto da renda é inteiramente consumido para a obtenção de um serviço privado. Neste último caso, a troca não caracteriza trabalho

assalariado, o que faz com que o vendedor do sexo se constitua como um trabalhador que é rentista de si⁶⁸.

Diante disso, as mediações das categorias dinheiro, preço, salário, renda e lucro conferem a caracterização de algumas modalidades da prostituição como trabalho assalariado na medida em que deixam de ser predominantemente destinadas à satisfação das necessidades dos clientes e se encadeiam em outros fluxos: nos movimentos de circulação do capital.

Não cabe aqui seguir os destinos específicos do excedente de dinheiro convertido em capital, mas contanto que não funcione apenas predominantemente como remuneração simples e entesouramento, ele tende a rotacionar capital variável ou a rotacionar capital. Tendo em vista as duas funções do ato sexual na reprodução do capital, discordo da compreensão de O'Connell Davidson (1995, p. 8) de que ele não possui “[...] um valor de troca significativo e mensurável”, pois, como foi demonstrado acima, a venda do sexo, assim como de outras mercadorias, é composta por valor de uso e valor de troca e, se explorada de forma assalariada, produz valor excedente. O dinheiro que os terceiros pagam às pessoas que se prostituem é a forma do equivalente universal de seus meios de subsistência e contribui tanto para o enriquecimento dos proxenetas, quanto para a autovalorização do capital.

Apesar das diferenças em relação ao trabalho que produz o capital na criação de mercadorias, a aparência fenomênica da realização dessas modalidades de prostituição como trabalho assalariado não é de identidade com o caráter fundante do trabalho, mas no modo alienado e estranhado em que o trabalho é objetivado e socializado no sistema do capital, e, por esse motivo, em seguida se inicia um segundo momento dessa análise no que se refere aos impactos da objetivação do sexo na prostituição como trabalho-mercadoria no campo da alienação e do estranhamento, a partir da proposição pelos defensores da definição aqui estudada que (k) a prostituição é uma mercadoria como qualquer trabalho no modo de produção capitalista e que ela é uma atividade da classe trabalhadora, compartilhando traços existentes em todo trabalho alienado.

Na Parte II se viu que a alienação é uma dimensão da práxis movimentada pelos indivíduos quando respondem aos problemas e aos conflitos provocados pelo conjunto de forças, deveres e valores que predominam no meio social que habitam, e o fazem em um campo mais imediato e restrito de possibilidades de ação e de compreensão da realidade (LUKÁCS,

⁶⁸ Nas atividades de consumo de renda, “[...] as rendas derivam *materialiter* [materialmente] do salário (dos trabalhadores produtivos), do lucro e da renda fundiária, aparecendo, assim, como rendas derivadas em oposição àquelas rendas originárias. Por outro lado, no entanto, os destinatários dessas rendas, derivadas nesse sentido, recebem-nas por intermédio de sua função social como rei, padre, professor, prostituta, recruta etc. e, assim, podem considerar essas suas funções como as fontes originárias de suas rendas (MARX, 2013b, p. 525- 526).

2013). Ou seja, os indivíduos reagem em certo grau de alienação à forma predominante de objetivação e valoração da vida em uma determinada sociedade, e os resultados dos seus atos práticos e finalísticos retroagem sobre eles influenciando positivamente ou negativamente na constituição da individualidade e da identidade pessoal.

Além disso, já foi aqui destacado que a objetivação da vida social surgiu, originalmente, do trabalho sobre a natureza exterior e aqui se adiciona que esse caráter fundante do trabalho alcança estágios superiores de produtividade e de complexificação com a mediação de relações de propriedade⁶⁹, com a divisão entre trabalho manual e intelectual, entre campo e cidade, e outras mediações que requerem a remodelagem ou mesmo a supressão de diferentes atividades que deem conta da reprodução mais claramente social da vida. Essas mudanças não se limitam à esfera econômica, mas se mostram, também, na vivência das relações sexuais⁷⁰ que, tendencialmente, assumem menor vínculo com o comportamento diretamente ligado à reprodução biológica e com os meios de subsistência direta⁷¹ (LUKÁCS, 2013).

O avanço da socialidade demanda uma atuação menos animaléscas dos indivíduos diante do mundo externo e na relação com os outros, expressando necessidades e valores particulares. Nos avanços e recuos, nas contradições e desigualdades do processo, as atividades sexuais são objetivadas e, em parte, socializadas em respostas alienadas⁷² dos indivíduos às dinâmicas

⁶⁹ Em relação à propriedade privada, o modelo originário surgiu da regulamentação da produção de excedentes e dos modos de apropriação desses excedentes. Ou seja, a propriedade privada é uma força social que retroage sobre a base da objetivação muitas vezes limitando o desenvolvimento da produtividade, mas em outros casos, como vemos no capitalismo, é uma força propulsora. Esse modelo também se estende para as outras dinâmicas sociais, que lidam com a propriedade de modo particular, mas carregando o gene da determinação da base (LUKÁCS, 2013).

⁷⁰ A despeito disso, Marx e Engels (2007) explicam que as relações sexuais são um local muito importante para investigar como essas mudanças ocorrem, tendo em vista sua ligação muito íntima com a reprodução biológica e o modo mais claro e humano em que as formas sociais de sexualidade podem se expressar mais afastadas dos meios diretos de subsistência, considerando que são mediadas por diferentes instituições que assumem um importante papel na reprodução social, como a família, o casamento, a religião, o erotismo, a escola, a medicina, o direito, entre outras que junto à prostituição demarcam a função do sexo e o modo em que ele é valorado, realizado e alienado em uma determinada formação social.

⁷¹ Apesar de não ser o objetivo desta Tese, vale destacar alguns aspectos gerais. Na literatura sobre a sexualidade está bem consolidada a compreensão que desde as primeiras civilizações foram sendo desenvolvidas formas mais complexas de ascese (de governo) da animosidade e do caráter visceral dos desejos sexuais, fundamentadas em estudos sobre as conexões entre a organização biológica do corpo e as estruturas da mente, da alma e da sociedade (ROBINSON, 1998; HOOGLAND, 2007; FOUCAULT, 1999). Além disso, essas compreensões quase sempre estiveram envoltas de um idealismo e certo misticismo, apesar do modo mais objetivo em que isso passa a ser problematizado nas ciências modernas e das formas mais racionais de organizar o corpo social (LACQUER, 1990; ROBINSON, 1998; SENNETT, 2006). Na infinidade de variações e dos diferentes contextos socioeconômicos, é razoável argumentar que a experimentação mais livre da sexualidade ocorreu entre os estratos sociais que podiam dedicar menos tempo para assegurar a subsistência física, entre as formas mais comunitárias de sociedade, logo, menos dominadas pela propriedade privada, entre sociedades marcadas por uma religiosidade menos dogmática, e entre os territórios de maior densidade demográfica e de intercâmbio mais intenso e amplo de bens e atividades.

⁷² Quanto me refiro à alienação da sexualidade pelo sexo na prostituição levo em conta que ele se realiza conforme uma regulamentação social que estabelece os princípios e a forma relativamente correta da conduta sexual. O

próprias do regime sexual que, em sua relativa autonomia são componentes do conjunto das conexões causais da reprodução social.

A alienação do sexo na prostituição apresenta um peso econômico que não se vê em muitas atividades sexuais porque essa venda tende a ser o principal meio de subsistência das pessoas que se prostituem. Nas modalidades do comércio do sexo exploradas por terceiros, essa alienação assume uma forma particular da sociabilidade do trabalho que condiciona formas alienadas de apropriação do mundo na atividade teleológica dos indivíduos. Como foi destacado, o trabalho produtor de valor se converte em uma força que se distancia dos produtores, em trabalho alienado, e sua exteriorização passa a ser um meio de satisfazer necessidades alheias a eles e ao meio social em que vivem, retroagindo sobre eles como aprisionamento, servidão, estranhamento e mortificação (MARX, 2004, 2017).

No processo, os indivíduos confrontam suas necessidades e valores individuais com deveres e valores de uma sociabilidade mercantil em que deixam de reconhecer o princípio estruturante da consistência dos bens, das atividades e das conexões sociais. Os impactos se mostram na perda da sensibilidade na relação com o corpo e com o mundo exterior, na perda da autonomia em relação aos fins, aos objetos e às conexões da atividade prática e, por conseguinte, no estranhamento da essência identitária⁷³ enquanto sujeitos da práxis que se conduzem na sociedade com valores particulares autênticos (LUKÁCS, 2013).

Assim, essa projeção ‘para fora’ da substancialidade da vida está fundamentada na alienação concreta da teologia, que no cotidiano é instrumentalizada na forma-mercadoria que condiciona a reflexão fetichizada da realidade, como se a forma fragmentada e animada em que

processo envolve, portanto, um aspecto da objetivação na medida em que se realiza em contexto objetivo de necessidades, deveres e valores do conjunto da sociedade, e, ao mesmo tempo, envolve um aspecto da alienação, pois o modo como os indivíduos respondem a essas determinações e avaliações é constituinte de sua personalidade (LUKÁCS, 2013). Para os fins desta Tese, é importante reiterar que a alienação da sexualidade não guarda um vínculo mecânico com as relações de produção, pois somente em última instância elas se impõem como a determinação da sexualidade, principalmente nos momentos de mudança na objetivação geral da vida, e os exemplos mais claros se mostram no próprio capitalismo, pois o regime sexual burguês ainda reproduz tendo como componente formas de ascese medievais, mesmo diante da abertura, do aumento e da intensificação, sem precedentes, das condições objetivas e das conexões sociais e, por conseguinte, das possibilidades de interação e de experimentação do sexo.

⁷³ A identidade é o resultado da realização dos indivíduos de sua essência, de sua substancialidade, enquanto ser social num duplo e ineliminável caráter genérico e de particularidade que surge e se desenvolve na dialética entre a teleologia e as causalidades e as tendências do processo sócio-histórico. Dessa forma, sua essência identitária é constituída pelos resultados de sua atividade teleológica, que confirmam sua existência subjetiva pelo distanciamento do objeto, seu espelhamento objetivo na consciência e sua transformação nas cadeias do valor de uso, se capacitando e satisfazendo suas próprias necessidades no meio social por eles mesmos externalizado e atualizado. Nesse sentido, Lukács (2013) explica que a essência identitária não é imutável, mas transformada pela síntese do conjunto das respostas dos indivíduos às determinações de sua existência, permanecendo a condição mais essencial de serem sujeitos da práxis. A inversão ocorrida no capitalismo se deve a situação em que os indivíduos se encontram na sociedade atual, objetificados pelos resultados da própria teleologia e alienados das cadeias do valor dominadas pelo capital.

suas categorias são compreendidas pelos indivíduos fosse a própria realidade, como se essas categorias possuíssem uma vida à margem das relações sociais que as objetivam e validam (LUKÁCS, 2013). Dessa forma, mercadoria, dinheiro, preço, salário, lucro, mercado, trabalho abstrato, entre outras ‘objetividades espectrais’ (LUKÁCS, 2010) aqui problematizadas, se tornam condições da existência dos indivíduos na medida em que estruturam, orientam e naturalizam seu comportamento prático e finalístico.

Não é novidade que a venda do sexo se realiza envolta de fetichismos, assim como não surpreende que diferentes atividades laborais ingressem como elementos de relações de dominação-submissão, sadomasoquismo, voyerismo-exibicionismo etc. Todavia, nas modalidades de prostituição ‘de massa’ que são exploradas por terceiros, as formas de propriedade que abastecem os feitiços laborais associados à corporalidade e aos usos dos prazeres pelo sexo são abstraídas e mercantilizadas na forma equivalente do dinheiro. É também possível supor que na medida em que essas modalidades são organizadas por critérios de produtividade do trabalho abstrato, o sexo passa a ser subordinado pelos movimentos próprios para fins de apropriação do lucro, e, nesse aspecto, ele se converte em uma força abstrata separada dos vendedores que podem lidar com o sexo como meio de subsistência econômica.

Na Parte I, foi registrado o estudo de Morcillo (2014), segundo o qual as pessoas que se definiram como trabalhadores do sexo passaram a estabelecer conexões puramente econômicas com a atividade, a atuar ‘na cabeça’ apenas com o signo do dinheiro, das tarifas, do tempo de programa etc. No contexto das trocas do serviço suas atividades são tomadas pelos vendedores como sendo as únicas fontes do lucro, tal como se viu na defesa de Orellano (HOPENHAYN, 2017) que essas categorias são diretamente produzidas pela venda da força de trabalho das trabalhadoras do sexo. A esse respeito, já foi aqui problematizado que nas modalidades de prostituição exploradas por terceiros, o salário deriva da objetivação de trabalho (LESSA, 2009, 2012), mas o mesmo não se pode ser dito em relação ao lucro.

Os defensores da definição da prostituição como trabalho sexo compreendem que (1) as pessoas em situação de prostituição exercitam o corpo, as emoções e os afetos para fabricar identidades da mesma forma que outros trabalhadores, se pergunta se não seria contraditório a atividade aparecer como uma atividade de simples dispêndio de energia corporal e de tempo e, ao mesmo tempo, como uma fabricação de identidades estratégicas.

Como foi anteriormente destacado, os estudos no campo dos EO que problematizam a fabricação identitária pelas pessoas em situação de prostituição são influenciados por autores do pós-estruturalismo, que lidam com o tema como um meio de transgredir a estratificação social e a inteligibilidade condensadas em modos locais e contingenciais de existir na indústria

do sexo considerando as margens de manobra que os vendedores do sexo possuem nos limites de jogos estratégicos pelo governo da objetivação das normas sociais e pela fundamentação dos saberes que naturalizam uma essência fictícia, uma substância⁷⁴, da conduta dos indivíduos na relação com os outros e nas relações consigo mesmos.

Nessa compreensão, o trabalho se converte em uma espécie de identidade tática, uma antiestratégia ou uma contraconduta, que vem trazer uma nova substância para a pessoa em situação de prostituição, pela apropriação do aspecto profissionalizante associado ao cuidado terapêutico e à satisfação de necessidades físicas e emocionais dos consumidores (SANDERS, 2005), e, por parte dos vendedores, da aprendizagem háptica (tátil), estética, simbólica e emocional (COHEN et al., 2013) para que fabriquem provisoriamente estilos profissionalizantes e gerenciais na condução, no mercado, de um modo mais livre e menos danoso, e na transformação das representações sociais associadas à venda do sexo, antes associada à existência vil (BREWIS; LINSTEAD, 2000b).

Dessa forma, a atividade é concebida como uma forma de tensionar, e muitas vezes transgredir os limites das matrizes de inteligibilidade ou sistemas hierárquicos de governo da vida. A esse respeito, se viu que esses estudos subordinam o tema aos condicionamentos da sexualidade moderna, na compreensão de que a profissionalização da “cobrança pelo prazer”, ou a “prática sensível de mercantilização” contribuem para ressignificar as fronteiras entre o público e o privado, para denunciar a exploração gratuita do sexo nas relações domésticas e a limitação das possibilidades de prazer em relações monogâmicas (pelo estímulo a orgias) (REYNA em LANG, 2019, s/p), para remapear as zonas erógenas para além da concentração na penetração (CHAPKIS, 1997; BREWIS; LINSTEAD, 2010c), e, ao mesmo tempo, para retirar a prostituição do polo das atividades sexuais abjetas, imorais e perversas.

A despeito disso, uma primeira suposição sobre o questionamento dos aspectos diretamente relacionados ao regime sexual burguês até poderia ocorrer nos casos em que venda do sexo não é o principal meio de subsistência da pessoa que se prostitui, e/ou em modalidades de cortesia de remuneração muito alta. Contudo, se criticou, ainda na Introdução, esses estudos que romantizam a prostituição, secundarizando e relativizando o cotidiano da atividade, e não problematizando as relações de mercado *per se* e o caráter massificante do comércio do sexo explorado por terceiros.

⁷⁴ Segundo Butler (2010, p. 187), a organização e regulamentação de atos, gestos e desejos produzem o efeito de uma “substância” na superfície do corpo mediante um jogo de “ausências significantes”, ou seja, um jogo que “sugere o princípio causal organizador de uma identidade”. Esses atos, gestos e desejos são performativos no sentido que as identidades que os sujeitos podem praticar ou expressar são “invenções fabricadas e mantidas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2010, p.188).

Como já foi destacado, as pessoas em situação de prostituição, como trabalhadoras, respondem às determinações de sua existência e se diferenciam dos trabalhadores em geral em razão de sua atividade. Nesse momento, se tem mais elementos para defender a identificação das pessoas em situação de prostituição com a classe trabalhadora no que se refere a uma relação extremamente alienada com o modelo geral do trabalho no modo de produção capitalista e a socialização mediada pela mercadoria na imediatividade do dinheiro.

Nesse sentido, o fenômeno ilustra como o sistema do capital demanda a transformação da totalidade das necessidades, dos desejos e das fantasias em mercadoria, e como ele se ‘descarrilha’ em conexões instáveis e contraditórias (HARVEY, 2018) não apenas na maneira em que ele é produzido e como se manifesta nas relações cotidianas, mas como se estende às outras dinâmicas da vida e à própria constituição da personalidade (LUKÁCS, 2013).

Devido a isso, é preciso analisar em mais detalhe a proposição sistematizada na Parte I que posiciona a prostituição no espaço liminar e interseccional entre as determinações da economia e da sexualidade, suscitando debates sobre (m) a estigmatização ligada às sociabilidades do trabalho no capitalismo e à sexualidade. A respeito disso, se considera que os estigmas são fenômenos do estranhamento, que representam os impactos da objetivação alienada das diferentes dinâmicas da vida no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e das unidades sociais que se antagonizam de maneira a se realizem predominantemente na particularidade, deixando de reconhecer e/ou rebaixando os aspectos humano-genéricos (LUKÁCS, 2013).

Como foi destacado na Parte II, a conduta necessária dos indivíduos é mais ou menos fixada e mediada no entrecruzamento das diferentes dinâmicas da reprodução social, e quanto eles mais as confirmam e ampliam em suas alienações é tendencialmente requerido que expressem sua individualidade e se autorrealizem particularmente enquanto membros do gênero. Entre as dinâmicas, a economia desempenha um papel fundamental não apenas porque inaugura uma forma típica da reprodução social, mas porque é um motor decisivo do confronto dos indivíduos com as necessidades puramente naturais da sobrevivência que predominam em relação às necessidades viscerais e afetivas voltadas para o prazer no sexo, e a outros aspectos da vida de cunho mais claramente social. Assim, a dinâmica do trabalho objetiva os traços ontologicamente prioritários⁷⁵ e mais essenciais da materialidade e das capacidades humanas (LUKÁCS, 2013).

⁷⁵ A prioridade ontológica das determinações e dos valores gerados e movimentados pelos atos econômicos não se refere apenas a uma diferença temporal, mas aos processos mais essenciais da materialidade e da utilidade

A respeito disso, cabe recuperar que nos estudos sistematizados na Parte II a economia e a sexualidade aparecem autonomizadas, porque focalizam exclusivamente nas dinâmicas da aparência fenomênica. Por conseguinte, o mercado aparece como o regente da equivalência da venda do sexo com a venda da força de trabalho que se manifesta no momento específico das trocas mercantis. Contudo, essa aparência contradiz e esconde a desumanização nas relações de reprodução entre indivíduos que existem como relações de produção devido ao desmantelamento das estratificações e dos sistemas comunitários de formações sociais anteriores, e à forma isolada e alienada em que se vinculam aos meios de subsistência e à situação de classe através do caráter abstrato de sua capacidade trabalho, e não pela validação específica de sua atividade vital.

Nesse aspecto, essas compreensões não levam em conta a função específica da força de trabalho na mediação essencial da sociabilidade no sistema do capital, que tem se mostrado como o modelo de transformação das normas de propriedade que estratificam e personificam as pessoas que se dispõem publicamente ao sexo e através dele são remuneradas, justamente pela vinculação ao caráter genérico e despersonalizado de mercadoria, inclusive em algumas modalidades de programas distintivos em que as pessoas em situação de prostituição se convertem em empreendedores da indústria do sexo.

Todavia, essas transformações são mais evidentes nas modalidades de prostituição em que o sexo opera como uma mercadoria ao ser explorado de maneira produtiva para o capital, que difere das formas mais tradicionais de estranhamento nas relações sexuais que, na compreensão de Orellano (em HOPENHAYN, 2017, s/p), acabam se tornando impeditivos da equiparação aqui estudada:

[...] a forte oposição para sermos reconhecidos como trabalhadores vem da parte do corpo com a qual trabalhamos. Ninguém está questionando por que um pedreiro decide colocar em risco sua integridade física e saúde, ou por que o sistema capitalista fica com o lucro que sua força de trabalho produz. Não há tensão aí. Toda a tensão aparece quando dizemos que colocar um preço na sexualidade pode ser uma oportunidade de trabalho que gera muito mais independência do que outros empregos. Lá eles falam “não, você não pode comercializar sexo”. E por que podem as mãos, as pernas, as costas? Porque

especificamente humana, que na totalidade dinâmica dos deveres e valores da reprodução social demarcam, em última instância, a continuidade e o destino do processo (LUKÁCS, 2012). A dinâmica entre os complexos categoriais, nesse sentido, não ocorre de modo plenamente determinado pela economia, mas as formas de avaliação da práxis social, e os estranhamentos que delas surgem, trazem consigo as determinações da base e, por esse motivo, desdobram-se de modo relativamente autônomo ao valor da “essência originária” (LUKÁCS, 2013, p. 123). Ademais, a economia é o campo geral da objetivação, pois estabelece a base concreta na qual se desdobram e convergem os antagonismos entre o conjunto das forças da reprodução social e, inclusive, o antagonismo dessas forças com a própria economia.

essa parte do corpo da mulher é considerada sagrada. É por isso que você não pode colocar um preço nisso [...].

O trecho evidencia o confronto entre o estranhamento geral provocado pelas relações no sistema do capital com formas mais tradicionais de desumanização do campo da sexualidade, a exemplo das chamadas estratificações de ‘gênero’ (sexuais). Contudo, a reprodução de relações patriarcais, de ascese religiosa, entre outras, pela venda do sexo é um dos componentes que levam à dissolução dos elos sociais nos particularismos do mercado, nos quais são criadas as condições para o nivelamento das formas de estranhamento associadas à prostituição entre os extremos da necessidade e abjeção e da profissionalização e perversão (BREWIS; LINSTED, 2000c).

Os efeitos dessa nivelção na figuração da realidade e na constituição da personalidade dos indivíduos têm sido problematizados por autoras ligadas ao abolicionismo no tema da divisão da personalidade (EKMAN, 2013; RAYMOND, 2013), que na Parte I se mostrou na proposição dos defensores da definição da prostituição como trabalho do sexo segundo a qual (n) o profissionalismo desenvolvido pelas pessoas em situação de prostituição proporciona a elas resguardar aspectos essenciais da personalidade para as relações íntimas, familiares, fraternas e românticas. Diante disso, se analisa, na sequência, essa proposição sobre a relação do trabalhador e da pessoa em situação de prostituição com sua atividade de sobrevivência divide a personalidade e resguarda os aspectos essenciais.

De acordo com Ekman (2013), no capitalismo tardio, o sexo é objetivado na forma do trabalho, e os vendedores do sexo criam, conscientemente ou inconscientemente, tal como os trabalhadores em geral, mecanismos de defesa para subsistirem numa atividade que se impõem como uma força deles separada na qual devem se conduzir com vocação como um bem privado mesurável, particionado e imediatamente apto a ser vendido no mercado. Na Introdução, foram descritas técnicas associadas à profissionalização tidas como capazes de minimizar os impactos da alienação do corpo e da sexualidade na prostituição, que vão desde a criação de zonas de exclusão corpóreas e de barreiras psicológicas de contato carnal e de fluidos (SANDERS, 2005) a formas mais complexas de fabricação de identidades desejáveis em serviços terapêuticos e de dominação (CHAPKIS, 1997).

Nessas compreensões, a profissionalização auxilia a conservar uma fronteira entre o núcleo essencial e a camada periférica da personalidade (CHAPKIS, 1997), e isso proporcionaria certa margem de manobra para que os vendedores ‘desliguem’ a própria pessoa da prostituição, se estabeleçam nesse comércio e sejam melhor remunerados quanto mais

aparentarem interagir prazerosamente com os clientes (EKMAN, 2013). Nas modalidades regulamentadas pela economia do tempo médio de realização de um programa comum em condições normais, a margem para a fabricação das identidades desejáveis é bastante limitada porque os clientes também se beneficiam apenas da parte correspondente ao sexo em si. Entretanto, nas modalidades meretrícias as possibilidades são maiores pela maior disponibilidade de tempo na metabolização com os fetichismos específicos do campo da sexualidade, em acordo com Ekman (2013) para quem nessa situação a prostituição vai tendencialmente deixando de aparentar ser trabalho.

Assim, esses estudos evidenciam que a objetivação do sexo como trabalho abre campo para contradições inclusive no processo de subjetivação dos vendedores do sexo, pois nas relações consigo mesmos o autoestranhamento é deslocado para o trabalhado alienado e abstrato, o que pode contribuir para a diminuição do peso das perversões sexuais na marginalização desse público, apesar de muitos estudos indicarem que elas permanecem mesmo diante das mais recentes associações da prostituição com formas trabalho insalubres e de alta periculosidade (BOLTON, 2005; GRANDY; MARVIN, 2012).

De qualquer forma, se apontou na Introdução que essas compreensões mantém o foco na individualidade particularizante e na psicodinâmica da sexualidade organizacional, e as possibilidades táticas de fabricação identitária estão assentadas em uma noção reificada da personalidade que evidencia e naturaliza, antes de tudo, a alienação e o estranhamento. Nas palavras de Lukács (2013, p. 588-589):

[...] cada homem só é capaz de viver e atuar como essência irrevogavelmente unitária. Uma consideração unilateralmente diferenciadora pode até tentar acomodar os seus atos práticos singulares em rubricas totalmente distintas e na aparência independentes umas das outras, mas para a sua vida pessoal eles formam uma unidade inseparável, encontram-se nela em interações recíprocas indissolúveis, exercem, em sua execução e em suas consequências, em suas repercussões sobre o próprio homem, uma influência irrevogavelmente uniformizadora, ainda que essa influência seja posta em marcha de modo individualizado no plano imediato.

Diante disso, o surgimento da noção reificada da personalidade na venda do sexo não resulta do entrecruzamento liminar da economia com a sexualidade, mas resulta, detrás desse confronto específico, da alienação e do estranhamento desde a base da exteriorização dos aspectos mais essenciais da vida nos moldes das relações de produção, naturalizada inclusive em atividades que “não fazem parte diretamente da produção econômica” (LUKÁCS, 2013, p. 669). Assim, quando incorporam e refratam desempenhos particulares demandados pela

indústria do sexo, as pessoas se subjetivam como uma mercadoria, incorporando o valor de troca inclusive quando confrontam a dimensão mais puramente subjetiva e particular da personalidade com as forças e os valores gerais da sociedade. Consequentemente, na subjetivação enquanto trabalhadoras do sexo, elas carregam sua autorreificação e autoestranhamento mesmo que, no campo mais estrito e imediato, a exploração e a desumanização⁷⁶ na atividade sejam alternativas mais viáveis de subsistência e/ou de melhor remuneração.

Além disso, é preciso dedicar mais algumas linhas na problematização dos impactos, no campo da sexualidade, da socialização do sexo pela mercantilização, pois é razoável argumentar por uma tendência a alçar o sexo para fora da esfera íntima, da monogamia, da domesticidade e da ascese religiosa, resultando em sua experimentação com base em critérios abstratos e indistinguíveis de reprodutibilidade, celeridade e êxtase, não apenas nas marcações e nas interações em si, mas em sua exibição e promoção.

Nesse aspecto, se traz a afirmação de Lukács (2013) que o estranhamento das relações sexuais se mostra na livre (e gratuita) mercantilização da transa, na excentricidade pornográfica, e, se inclui aí, no masoquismo real pela associação da alteridade do prazer pela troca mercantil. Esse caráter não pode ser explicado a partir dos desejos individuais, mas pela vinculação geral dos fetichismos da carne aos movimentos próprios do capital. O corpo, a libido, o desejo, a atração sexual e as fantasias eróticas se transformam em meios de subsistência ou meios para a apropriação de lucro, e o que é social e subjetivo ganha um caráter de relação coisificada no mercado. Isso reitera, e estende para as outras dinâmicas da vida, com suas devidas contradições, a revelação de Marx (2017, p. 942) que “na mercadoria, e mais ainda na mercadoria como produto do capital, já está incluído aquilo que caracteriza todo o modo de produção capitalista: a reificação das determinações sociais da produção e a subjetivação das bases materiais da produção”.

Nas modalidades de mercantilização do sexo objetivadas como trabalho abstrato é mais evidente o processo de deslocamento das formas de autoestranhamento das pessoas que se prostroem para o pertencimento à condição geral da classe trabalhadora. Isso põe em

⁷⁶ No conjunto de leituras realizadas e de documentários assistidos para me aproximar do tema, chamou atenção, no documentário *O que a vida fez da gente. O que a gente fez da vida* (2014), a fala de uma mulher que, após sair da atividade, relatou os impactos da exploração na constituição subjetiva: “Poxa, eu tô aqui, vou ficar um ano, juntar um dinheirinho e abrir um comércio. Vou abrir um bar. Eu nunca vi isso. Eu nunca vi. De tanto ver elas e logo em seguida eu tava na mesma situação. Então a gente percebe... a gente percebe como a prostituição é... ela é enganosa. É, é... uma falha, assim, no tempo. Parece que a gente entra num buraco... um buraco negro... e a gente consegue sair dele, só que num vazio. De uma década pra outra e pra outra eu sinto que eu passei inerte (O QUE A VIDA..., 2014).

movimento os temas da (o) organização coletiva e (p) a figuração das possibilidades de superação das opressões vividas por esse público encontrados na proposição que a prostituição envolve a negociação dos vendedores com os empregadores, facilitadores (por exemplo, donos de clubes) e consumidores, proporcionando pontos de alavancagem de melhores condições de trabalho e remuneração, por meios individuais e coletivos.

O tema aborda a necessidade real de serem concretizados direitos trabalhistas para que as pessoas em situação de prostituição ingressem nos sistemas locais de assistência social e promoção da saúde, e para que busquem, pela institucionalização⁷⁷ da organização coletiva, melhorar as condições de realização dos programas e de remuneração na relação com os proxenetas, seja através de ONGs, de cooperativas e associações de trabalhadores do sexo e, recentemente, da sindicalização, que vimos ocorrer na Argentina pela associação a uma central sindical do setor de serviços, e na Espanha, pela criação de um sindicato próprio, nos moldes dos sindicatos desse setor.

A respeito da organização coletiva, as pessoas em situação de prostituição fazem parte do sujeito político histórico que é a classe trabalhadora e buscam uma inserção particular nas relações conflitivas da luta de classes. Nesse aspecto, buscam sair do isolamento e da clandestinidade e reagir, às condições da existência, em um contexto de desenvolvimento do sistema do capital de profundos ataques ao trabalho, tal como se mostrou na fala de Orellano (em HOPENHAYN, 2017, s/p): “Tentamos explicar as desvantagens e dizer que não é um trabalho empoderador, porque nenhum trabalho te empodera. O que empodera é a organização sindical, que nos permite ser visíveis”.

No monitoramento feito por Gall (2016) de estratégias adotadas entre 2010 e 2016 por coletivos localizados em países do chamado hemisfério norte, a maioria das tentativas de organização sindical sucumbiu. Para o autor, isso é devido à itinerância e à dispersão das pessoas que se prostituem nas diferentes modalidades do comércio do sexo. Raymond (2013) e Cobo (2017) argumentam que a ineficácia, no contexto europeu, é devida à situação de ilegalidade da maior parcela desse público. Ainda segundo Ekman (apud TIGANUS, 2018, s/p), a própria vivência na atividade mina as possibilidades de organização sindical: “pelo mínimo que você conhece do mundo da prostituição, você sabe que nunca terá um grupo visível de

⁷⁷ Foi destacado, na Parte I da Tese, que as estratégias pela institucionalização das proposições da prostituição como trabalho do sexo envolvem disputas em diferentes instâncias de poder, como as mídias, os ativismos de mulheres e LGBT, o aparelho de Estado e organizações locais e internacionais ligadas ao setor da saúde e do trabalho e dos mercados de fundos caritativos e de investimento, e com o surgimento da estratégica sindical a finalidade se voltou para a criação das próprias condições de atividade e para legitimar meios para impor limites à violência contra esse público por agentes do aparelho de Estado, e se opor ao ‘poder patronal’ já organizado em sindicatos do setor da hotelaria, onde atualmente tem sido realizada a maior parcela dos programas.

milhares e milhares de prostitutas, nem mesmo sobreviventes. O mundo da prostituição devora você, causa problemas e traumas; poucas pessoas têm energia para se organizar politicamente”.

Outro aspecto remete às denúncias que as estratégias de sindicalização não provêm da organização coletiva das pessoas em situação de prostituição, mas de pequeno número de coletivos e agentes estratégicos patrocinados pela indústria proxeneta que fornece infraestrutura e fácil acesso aos meios de comunicação, em contrapartida de nunca revelarem a proveniência dos recursos, em grande parte provenientes das máfias da economia ilícita global (POULIN, 2011; COBO, 2017; GIMENO, 2018). As investigações de Ekman (2016) reiteram esse cenário. Já Irrazábal (2004) revela que os processos decisórios da Ammar são feitos exclusivamente pelas lideranças, embora seja divulgado que ocorrem na forma de assembleias.

Lukács (2013) explica que as organizações sindicais surgiram das necessidades dos trabalhadores assalariados saírem do isolamento e se unificarem sistematicamente contra o sistema do capital. Nesse sentido, a organização sindical das pessoas em situação de prostituição poderia ser um primeiro passo para se conectarem ao trabalho no modo de sociabilidade que o define como mercadoria e figurarem um outro modo de existir, mesmo diante dos indícios de ineficácia e manipulação dessa organização e do ataque às organizações sindicais no momento neoliberal do sistema do capital. Como indica Lukács (2013, p. 782), “sem a entrega à ‘causa’ de cunho social, por mais insignificante que esta seja, o homem permanece detido no nível de sua particularidade”.

A respeito disso, Orellano (em MOSHKOVICH, 2019) defende que, independentemente das disputas por seu estatuto de trabalho, os sindicatos de pessoas em situação de prostituição são uma estrutura de resistência igualmente válida e útil, e o não reconhecimento só aprofunda o cenário geral de exploração, ainda que no âmbito da sociabilidade atual: “habitualmente nenhuma pessoa explorada se aproxima de uma organização de trabalhadores para demandar uma mudança revolucionária radical, mas melhorar suas condições de vida, o que não é pouco” (ORELLANO em MOSHKOVICH, 2019, s/p).

Assim, as proposições sindicais se inscrevem nos limites da organização sindical que é indispensável para a defesa do trabalho, ainda que, como não poderiam deixar de ser, se organizem e atuem nos limites impostos pelo sistema do capital. O que se destaca é o não reconhecimento de que no marco da luta de classes que define o sistema do capital, há um desconhecimento ou uma negação de sua existência, o que expressa uma certa acomodação a uma ontologia do presente, como se encontra na proposição de que é inconsistente, ilógico e danoso argumentar, operacionalizar, uma posição pró ou contra trabalho do sexo porque os

trabalhadores do sexo não são produtos do capitalismo e/ou patriarcado per si, pois existiram e continuarão a existir em formações sociais futuras. Aqui, a alienação e o estranhamento característicos da sociabilidade capitalista são assumidos de modo ahistórico. Em consequência, essa definição da prostituição como trabalho do sexo naturaliza e aprofunda a crença de que é impossível superar as necessidades reais do presente e lutar pela emancipação humana.

Após esta análise, em seguida se apresentam as conclusões da Tese.

5 CONCLUSÕES

A análise realizada anteriormente fornece elementos para defender a Tese que as proposições sobre trabalho na definição da prostituição como trabalho do sexo naturalizam a alienação e o estranhamento característicos da sociabilidade no modo de produção capitalista.

A prostituição é uma atividade que foi útil à reprodução de formações sociais anteriores não apenas em função do regime sexual, pois exerceu funções econômicas que, todavia, não foram suficientes para caracterizá-la como trabalho. Essa caracterização ainda estava ligada à forma fundante do trabalho na criação de riqueza pela transformação da natureza. No capitalismo, ela se tornou possível pelas sociabilidades do trabalho em alguns serviços que auxiliam na reprodução do sistema capital, inclusive como é o caso das modalidades mais desenvolvidas do comércio do sexo exploradas por terceiros.

Assim, as mudanças na objetivação das atividades de trocas sexuais se atêm à condição essencial de existência do trabalho no modo de produção do sistema do capital, que se revela na objetivação sob a forma mercadoria. Mesmo que a indústria do sexo não contribua para o processo de produção de riqueza, suas atividades são regulamentadas por uma sociabilidade que se expressa na dimensão econômica em relação aos enquadramentos tradicionais da sexualidade em função do consumo da força de trabalho das pessoas em situação de prostituição e da infraestrutura necessária à realização das interações sexuais. Por conseguinte, elas se subordinam aos movimentos próprios da exploração da força de trabalho para que o terceiro aproprie lucro.

Dessa maneira, a necessidade de viabilizar recursos para a reprodução da vida das pessoas em situação de prostituição leva a que se reduza cada vez mais a autonomia na realização dos programas, já que esses são enquadrados na economia do tempo e as pessoas são forçadas, pela coerção direta ou indireta, pela cobrança mais cara de comissões ou de acesso à infraestrutura direta dos programas a realizar uma quantidade cada vez maior de interações com os clientes para manter uma remuneração um pouco melhor do que em outros serviços. Portanto, essas modalidades de prostituição se caracterizam como um trabalho como qualquer outro no capitalismo, como uma expressão alienada e estranhada em que os indivíduos subsistem, são controlados e explorados.

Na situação de pessoas em situação de prostituição, a mercantilização do trabalho naturaliza e aprofunda a alienação e o estranhamento na reprodução social, porque parte de sua vida sexual passa a ser diretamente determinada por causalidades econômicas. Na medida em

que elas utilizam o sexo como condição de sobrevivência e, na venda, reproduzem a relação alienante dos indivíduos com o caráter social do trabalho no sistema do capital. Contudo, é específica a maneira como lidam com o sexo como meio de subsistência econômica porque para se estabelecerem e serem mais bem remuneradas na indústria do sexo, as pessoas em situação de prostituição são levadas a fabricar identidades mercantis, produzindo o próprio corpo e desenvolvendo suas habilidades eróticas vinculadas aos desempenhos particulares demandados pela indústria do sexo. Isso resulta em sua objetificação e subjetivação de maneira reificada. Por conseguinte, a exteriorização ‘profissional’ da corporalidade, da libido, do desejo e das fantasias eróticas das pessoas em situação de prostituição se converte em um dos elementos que contribui para abstrair e mercantilizar, na forma equivalente do dinheiro, as normas e práticas mais tradicionais de estratificação da vida sexual, que se subsumem às mediações econômicas que alienam o trabalho, e a sexualidade, para a propriedade privada do capitalista e para a reprodução ampliada do sistema do capital, naturalizando e expandindo, no mesmo processo, a socialização esvaziada em relações coisificadas no mercado, mesmo que a exploração e a desumanização na venda do sexo sejam alternativas viáveis e, mesmo, necessárias, para a reprodução da vida e/ou de melhor remuneração.

O vínculo com a classe trabalhadora em geral pode gerar um efeito reconhecimento social que, no entanto, não supera a reificação na constituição do que as pessoas têm de mais particular, nos domínios sobre si mesmos, em seus ‘eus únicos’.

Ainda que de modo incipiente, esse processo de luta pelo reconhecimento da prostituição como trabalho tem contribuído para que as pessoas em situação de prostituição se reconheçam, ainda que de modo incipiente, como partícipes do sujeito político histórico que é a classe trabalhadora e se organizem coletivamente em um contexto, como o que vivemos, de desenvolvimento do sistema do capital com profundos ataques ao trabalho. Essa pode ser uma condição inicial e necessária para se erguerem acima de sua particularidade individualizante e avançar na construção coletiva de processos de luta e de organizações. O desafio, como se constata nas análises das disputas em torno deste tema, é superar o fato de que, tanto do ponto de vista do ativismo pela prostituição como trabalho do sexo quanto do ativismo abolicionista, predomina a busca por soluções através de reformas no âmbito da sociabilidade atual, o que evidencia uma certa acomodação a uma ontologia do presente e a desconsideração do caráter definidor dessa sociabilidade: o conflito entre capital e trabalho, entre as classes sociais.

Problematizar a prostituição a partir dessa posição teórico-política não implica negar que podem existir formas de proteção a partir da legislação e da organização que tornem as condições do exercício cotidiano da atividade mais seguras. Trata-se de reconhecer a

complexidade e as contradições que estão presentes nessa concepção, assim como nas relações de mercado e de agenciamento por terceiros, incluindo aspectos relacionados aos direitos humanos, ao tráfico de pessoas, ao abuso de menores. Ou seja, reconhecer que podem existir demandas transicionais que instituem proteções às pessoas em situação de prostituição e que, simultaneamente, fortaleçam sua organização. No entanto, ao fazê-lo, evitar a falácia de que por esse caminho se produz a emancipação humana da ordem imposta pelo sistema do capital que atua pela sistemática exploração e mercantilização da totalidade das necessidades que definem as múltiplas dimensões da vida.

A fundamentação com base em Marx e Lukács contribui para superar lacunas no tratamento do tema no campo dos EO ao explicar por que e como o trabalho é a categoria central para investigar os aspectos essenciais da reprodução das estruturas sociais que oprimem e exploram as pessoas em situação de prostituição e os impactos nos processos de individualização, em um contexto em que predominam estudos influenciados por autores do pós-estruturalismo que se negam a analisar os processos sociais considerando a totalidade do sistema do capital. Na crítica à naturalização das temáticas do poder, os estudos realizam descrições superficiais, relativistas e contingenciais que naturalizam a alienação e o estranhamento inerentes às relações de produção necessárias para ampliar este sistema, reproduzindo os fetichismos instrumentalizados na forma mercadoria. Na ausência da mediação com o campo geral da objetivação, o que resta é encadear os fenômenos à sua maneira e focalizar nas psicodinâmicas organizacionais e na individualidade particularizante.

Nesses estudos, a prostituição definida como trabalho do sexo é tomada como uma identidade tática na transgressão dos dispositivos da sexualidade. O tensionamento dos limites no exercício ético se daria pelas microrresistências através de fabricações de identidades mercantis. Ora, quanta transgressão frente a um sistema que se naturaliza pela desvinculação dos usos sociais da teleologia e pela promoção dos particularismos do mercado como *loci* definitivos da liberdade e da necessidade. Como explica Duayer (2012, p. 25):

O capital pode tolerar todos os particularismos, todas as diferenças, mas promove objetivamente sua dissolução; só não admite a abolição da diferença que infla e exacerba as identidades e particularidades: a diferença de classe, determinação social, universal da sociedade do capital. Mas este universal que o capital, por sua própria natureza, não pode abolir, é precisamente o universal que, não obstante a dureza de sua realidade, o relativismo ontológico proíbe tematizar e, por conseguinte, abolir.

Nesse aspecto, se compartilha a compreensão de Tertulian (2010), segundo a qual na ontologia materialista se encontram as fundamentações que revelam a impossibilidade da ética no capitalismo e se pautam pela emancipação do modo de vida regido pelo capital tendo como referência a exteriorização de uma generidade em que os indivíduos deixam de existir ao mero acaso e façam de sua teleologia um momento qualitativo e autêntico da humanidade. Dessa maneira, o trabalho também é uma categoria central da humanização das relações sexuais, pois os estranhamentos particulares desse campo se mostram cada vez mais condicionados pela legalidade imanente do entrelaçamento das relações de produção com o mercado, que não apenas aprofundam as diferentes formas de servidão das quais a prostituição se abastece, mas a reificação da totalidade da vida às bases materiais de produção, aprofundando a penetração da forma mercantil do sexo em todo o imaginário e organização dos usos do corpo para o prazer lascivo, lúbrico e sensual. Assim, frente à promoção de uma sociedade que parece conferir as condições para que os indivíduos conquistem maior autonomia econômica e se vinculem a causalidades sociais cada vez mais amplas e diversas, enriquecendo, conseqüentemente, sua personalidade nas respostas aos modos mais complexos de existir, é contraditório ver a naturalização da participação abstrata e meramente quantitativa na vida enquanto possuidores privados de mercadorias, o que não configura uma forma menos distorcida de existir sexualmente.

Essa investigação contribui, também, para responder à indagação surgida após o término da minha Dissertação sobre a corrente central que conduz o fluxo oceânico, na analogia do oceano composto por um emaranhado de correntes internas que atravessam as águas-vivas condicionando sua existência na medida em que elas respondem a essas correntes. A resposta está na economia e no trabalho, e isso tem se mostrado de modo cada vez mais incisivo na medida em que a situação econômica da grande da população têm cada vez mais vinculado o comportamento sexual aos meios de sobrevivência e, além disso, a uma função produtiva e reprodutiva no circuito do capital, que parece representar uma maior liberdade na experimentação do sexo, mas a acorrenta aos elos do dinheiro e ao solipcismo do mercado, mantendo intacta a essência dos fenômenos de estranhamento, que é a alienação do trabalho para a propriedade privada (MESZÁROS, 2006) e, no sistema do capital, o individualismo (LUKÁCS, 2010). Dessa forma, negar as formas tradicionais e modernas de ascense dos usos dos prazeres através do trabalho alienado e a mercadoria, nos quais a carne é a mera carne e a finalidade é o dinheiro e a subsistência, resulta no aprofundamento da objetificação e da despersonalização que demarca o sexo nos fenômenos da prostituição aqui evidenciados.

Em um olhar com base na teleologia que se expressa no trabalho como modelo de toda práxis desde a ontologia do ser social, nele se encontra o fundamento da liberdade e, portanto, da gênese e de alternativas sociais.

Por fim, o estudo da definição da prostituição como trabalho do sexo pode ser aprofundado com investigações sobre as conexões da indústria do sexo com as causalidades do trabalho no momento neoliberal do sistema do capital. Essa é uma das limitações desta Tese e, como foi destacado, o tema é de difícil levantamento de dados e informações. Além disso, é importante estudar com mais detalhes a relação do ativismo que define a prostituição como trabalho do sexo e o proxenetismo, os agentes do aparelho de Estado e as organizações dos mercados de fundos caritativos e de investimento, considerando, principalmente, o protagonismo da OSF. Por fim, o estudo aqui realizado pode trazer alguns elementos que contribuem para investigar algumas proposições de vertentes do ativismo abolicionista influenciadas pela perspectiva funcionalista da interseccionalidade, que subordinam o tema da prostituição como trabalho do sexo aos condicionamentos patriarcais.

REFERÊNCIAS

- ABC SOCIEDAD. **Más de 350 feministas apoyan un manifiesto contra la ilegalización del sindicato de prostitutas OTRAS**, 13 nov. 2018. Disponível em: https://www.abc.es/sociedad/abci-mas-350-feministas-apoyan-manifiesto-contrainlegalizacion-sindicato-prostitutas-otras-201811131056_noticia.html?ref=https:%2F%2Fwww.google.com%2F. Acesso em: 10 jun. 2019.
- ABEL, G. *et al.* The prostitution reform act. In: ABEL, G. *et al.* **Taking the crime out of sex work**: New Zealand sex workers' fight for decriminalisation, Bristol: The Policy Press, 2010. p. 75-84.
- AGÊNCIA EFE. **Crian la primera sección sindical de España que agrupa a trabajadoras sexuales**. 23 jul. 2018. Disponível em: https://www.lasexta.com/noticias/sociedad/crean-primera-seccion-sindical-espana-que-agrupa-trabajadoras-sexuales_201807235b5641a20cf229e4f544a132.html. Acesso em: 08 fev. 2019.
- AGUILAR, A. La Audiencia Nacional anula los estatutos del sindicato OTRAS porque entiende que la prostitución no es un trabajo. **El Diario.es**, 21 nov. 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/economia/Audiencia-Nacional-estatutos-sindicato-prostitutas_0_838166337.html. Acesso em: 13 mar. 2019.
- AGUSTÍN, L. Mujeres migrantes ocupadas en servicios sexuales. In: CAPARROS, M.; LLOVERA, M. **Mujer, inmigración, trabajo y ciudadanía**: Empoderando a las mujeres. Madrid: IMSERSO, 2001. p. 647-716.
- AGUSTÍN, L. Sex workers may unionise – but can prostitutes? the case of sindicato OTRAS, **The Naked Anthropologist**, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://www.lauraagustin.com/sex-workers-may-unionise-but-can-prostitutes-the-case-of-sindicato-otras>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- ALABAO, N.; COLLINA, M. Quién quiere romper el movimiento feminista? **Revista Contexto**, 06 fev. 2019. Disponível em: <https://ctxt.es/es/20190206/Firmas/24296/Nuria-Alabao-Maria-Perez-Colina-conflicto-movimiento-feminista-abolicionistas-PSOE.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ALEXANDER, P. Prostitution: still a difficult issue. In.: DELACOSTE, F.; ALEXANDER, P. (eds). **Sex work**: writings by women in the sex industry. Part II. London: Virago, 1998. s/p.
- ÁLVAREZ, P. Espanha estuda proibir a prostituição. **El País**, 09 de set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/07/internacional/1536339196_130672.html. Acesso em 20 set. 2019.
- AMMAR. **Ammar pide que el trabajo Sexual sea incluido en el debate presidencial**. 2015. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/AMMAR-pide-que-el-Trabajo-Sexual-638.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

AMMAR. **Por el esclarecimiento de la desaparición de Marita Veron**. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/Por-el-esclarecimiento-de-la.html>. Acesso em: 05 jun. 2020.

AMMAR. **Quienes somos**. 2011. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/-Quienes-somos-.html>. Acesso em: 26 set. 2020.

AMMAR. **Proyecto de Ley para regular el trabajo sexual autónomo en Argentina**. 2013. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/Ley-de-Trabajo-Sexual-Autonomo.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

AMMAR. **Ammar lanzará Línea Roja para denunciar violencia institucional hacia Trabajadoras Sexuales**. 2015. Disponível em: <https://www.ammar.org.ar/AMMAR-lanzara-linea-telefonica.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

AMMAR. **El trabajo sexual y la violencia institucional: vulneración de derechos y abuso de poder**. Investigación con mujeres trabajadoras sexuales de 14 países de Latinoamérica y el Caribe. Buenos Aires, 2016a. Disponível em: http://www.ammar.org.ar/IMG/pdf/informe_violencia_institucional_ammargentina.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.

AMMAR. **Frente de unidad emancipatorio por el reconocimiento de los derechos de trabajadorxs sexuales en Argentina- FUERTSA**. 2016b. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/Que-es-FUERTSA.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

AMMAR. **Carta abierta a diputados y diputadas de la provincia de Neuquén**. 2016c. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/CARTA-ABIERTA-A-DIPUTADOS-Y.html>. Acesso em: 1 jun. 2020.

AMMAR. **Trabajadoras sexuales lanzaron la Puty Señal, una app contra la Violencia Institucional**. 2017. Disponível em: <http://www.ammar.org.ar/Trabajadoras-Sexuales-lanzaron-la.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Decision on state obligations to respect, protect and fulfil the human rights of sex workers**. 2015. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/policy-on-state-obligations-to-respect-protect-and-fulfil-the-human-rights-of-sex-workers/>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. **‘What I’m doing is not a crime’: the human cost of criminalizing sex work in the city of Buenos Aires, Argentina**, 2016. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR1341362016ENGLISH.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ASHFORTH, B. E.; KREINER, G. “How can you do it?”: dirty work and the challenge of constructing a positive identity. **Academy of Management Review**, Briarcliff Manor, v. 24, n. 3, p. 413-434, jul. 1999.

BARTLEY, P. **Prostitution: prevention and reform in England, 1860-1914**. New York: Psychology Press, 2000.

BARRY, K. **The prostitution of sexuality: the global exploitation of women**. New York University Press, 1995.

BEATLEY, M. Spain's \$26.5 billion unregulated prostitution industry sparks debate over whether sex work constitutes violence against women. **Businessinsider**. The World, from PRX and WGBH, 2 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.businessinsider.com/spains-prostitution-industry-sparks-debate-on-violence-against-women-2018-11?utm_source=feedburner&%3Butm_medium=referral&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+businessinsider+%28Business+Insider%29&jwsources=cl. Acesso em: 18 dez. 2019.

BECKER, H. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York: Free Press, 1963.

BELL, L. (ed.) **Good girls/dad girls: feminists and sex trade workers speak face to face**. Seattle: The Seal Press, 1987.

BINDEL, J. **The pimping of prostitution**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

BINDEL, J. El lobby pro prostitución: Financiando a las “Trabajadoras sexuales”. **Traductoras por la abolición de la prostitución**, 2018. Disponível em: <<https://traductorasparaaboliciondelaprostitucion.weebly.com/blog/el-lobby-pro-prostitucion-financiando-a-las-trabajadoras-sexuales#sdfootnote14sym>> Acesso em: 15 de abril de 2020.

BOLTON, S. **Emotion management in the workplace**. London: Palgrave Macmillan, 2005.

BRAVO ALMONACID, F. *et al.* Representaciones en torno a la concepción del trabajo: Los casos de AMMAR CTA y AMMAR Capital. **Memoria Académica**. Question (22), 2009.

BRAY, A. Capitalism and pornography: the internet as a global prostitution factory. *In*: REIST, M; BRAY, A. (ed.). **Bigporn inc: exposing the harms of the global porn industry**. North Melbourne: Spinifex Press, 2011. s/p.

BRENTS, B. G.; JACKSON, C. A. Gender, emotional labour and interactive body work: negotiating flesh and fantasy in sex worker's labour practices. *In*: WOLKOWITZ, C. *et al.* (ed.). **Body/sex/work: intimate, embodied and sexualised labour**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013. p. 77-92.

BREWIS, J.; GREY, C. Reerotizing the organization: an exegesis and critique. **Gender, Work & Organization**, v. 1, n. 2, p. 67-82, 1994.

BREWIS, J.; LINSTEAD, S. “The worst thing is the screwing” (1): consumption and the management of identity in sex work. **Gender, Work & Organization**, v. 7, n. 2, p. 84-97, 2000a.

BREWIS, J.; LINSTEAD, S. “The worst thing is the screwing” (2): context and career in sex work. **Gender, Work & Organization**, v. 7, n. 3, p. 168-180, 2000b.

BREWIS, J.; LINSTEAD, S. **Sex, work and sex work**: eroticizing organization. London: Routledge, 2000c.

BREWIS, J.; TYLER, M.; MILLS, A. Sexuality and organizational analysis - 30 years on: Editorial introduction. **Organization**, v. 21, n. 3, p. 305-311, 2014.

BRITZ, M. El necesario debate de los derechos de las prostitutas. Colectivo Hetaira, 18 abr. 2017. Disponível em: <https://colectivohetaira.org/el-necesario-debate/> Acesso em: 13 mar. 2019.

BRIZ, M; GARAIZABAL, C. Hablemos de derechos, no de goles. **El Diálogo.es**, 1 set. 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/opinion/tribuna-abierta/hablemos-derechos-goles_129_2755470.html. Acesso em: 01 jun 2019.

BUDIN, S. **The myth of sacred prostitution in antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BURRELL, G. Sex and organizational analysis. **Organization Studies**, v. 5, n. 2, p. 97–118, 1984.

BURRELL, G.; HEARN, J. The sexuality of organization. In: HEARN, J. *et al.* (ed.). **The sexuality of organization**. London: Sage, 1989. p. 1-28.

BUTLER, J. **The psychic life of power**: Theories in subjection. Stanford University Press, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CADENA SER. La Audiencia Nacional declara ilegal el sindicato de prostitutas OTRAS y anula sus estatutos. **Cadena Ser**, 21, nov. 2018. Disponível em: <https://cadenaser.com/ser/2018/11/21/tribunales/1542794155_313829.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARIDE BARTRONS, H. Apuntes para una geografía de la prostitución en Buenos Aires (1904-1936). **Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas**, v. 162, p. 2-47, 2009.

CATW - The Coalition Against Trafficking in Women. **Our Global Partners**. Disponível em: <https://catwinternational.org/about/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

CERQUEIRA, P. **Corpos e subjetividades**: análise dos processos de *embodiment* dos ursos no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2014.

CHAPKIS, W. **Live sex acts**: women performing erotic labor. New York: Routledge, 1997.

COBO, R. **La prostitución en el corazón del capitalismo**. Madri: Editorial Los Libros de la La Catarata, 2017.

COBO, R. Por qué la prostitución no es un trabajo. **El Diario**, 05 set. 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/tribunaabierta/prostitucion-trabajo_6_810928918.html. Acesso em: 14 mar. 2019.

COHEN, E. **Athenian prostitution: the business of sex**. New York: Oxford University Press, 2015.

COHEN, R. L. Types of work and labour. In: GALL, G. (ed.). **Handbook of the politics of labour, work and employment**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 261-281.

COHEN, R. L. *et al.* The body/sex/work nexus: a critical perspective on body work and sex work. In: WOLKOWITZ, C. *et al.* (ed.). **Body/sex/work: intimate, embodied and sexualised labour**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013. p. 3-27.

COLECTIVO HETAIRA. Hay otras formas de ejercer la prostitución que también son válidas y legítimas. **Colectivo Hetaira**, jul. 2016. Disponível em: <https://colectivohetaira.org/hay-otras-formas-de-ejercer-la-prostitucion-que-tambien-son-validas-y-legitimas/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

COMELLA, L. Revisiting the feminist sex wars. **Feminist Studies**, v. 41, n. 2, p. 437-462, 2015.

CORBELLA, C. G. Cosmovisiones feministas en clave generacional: del movimiento 15M a la huelga feminista del 8M. **Encrucijadas**, v. 16, p. 1-26, 2018.

COYOTE. Coyote/National Task Force on Prostitution. In: ALEXANDER, P. Prostitution: still a difficult issue. In: DELACOSTE, F.; ALEXANDER, P. (eds). **Sex work: writings by women in the sex industry**. Part II. London: Virago, 1998. s/p.

CROSSLEY, N. Body techniques, agency and intercorporeality: on Goffman's relations in public. **Sociology**, v. 29, n. 1, p. 133-149, 1995.

CZARNECKI, D. *et al.* **Prostitution in Germany** - a comprehensive analysis of complex challenges. Berlin, 2014. Disponível em: https://www.spi-research.eu/wp-content/uploads/2014/11/ProstitutioninGermanyEN_main.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

DAICH, Deborah. Aguafiestas porteñas: sexo y dinero en la micropolítica emocional abolicionista. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, e175108, 2017.

DELACOSTE, F.; ALEXANDER, P. (eds). **Sex work: writings by women in the sex industry**. Part II. London: Virago, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 28 de Novembro de 1974 – como criar para si um corpo sem órgãos. In: _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto *et al.* Rio de Janeiro: Editora 34, 2004. v. 3. p. 9-29.

DEJOURS, C. **Travail, usure mentale: nouvelle edition augmentée**. Paris: Bayard, 2000.

DYSZEL, G.; FERRERO, J.P.; GURRERA, M.S. El sindicalismo de movimiento social: algunas reflexiones en torno del concepto. IV Jornadas de Sociología de la UNLP, 23 al 25 de noviembre de 2005, La Plata, Argentina. **Memoria Académica**, p. 1-37, 2004.

DITTMORE, M. 'Adressing sex work as labor'. Network of sex work projects. Disponível em: www.swmw.org.

DITTMORE, M. **Prostitution and sex work**. Oxford: Greenwood, 2011.

DOEZEMA, J. K. International Activism. *In*: KEMPADOO, K. DOEZEMA, J. K. **Global sex workers: rights, resistance, and redefinition**. London: Routledge, 1998, p. 70–76.

DUAYER, M. Relativismo, certeza e conformismo: para uma crítica das filosofias da perenidade do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 27, p. 58-83, 2010.

DUAYER, M. Antirrealismo e absolutas crenças relativas. *Verinotio* (Belo Horizonte), v. 14, p. 16-27, 2012.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho. *Verinotio* (Belo Horizonte), v. 22, p. 29-43, 2016.

EL INDEPENDIENTE. La Audiencia Nacional anula los estatutos del sindicato de prostitutas OTRAS. **El Independiente**, 21 de nov. 2018. Disponível em: <<https://www.elindependiente.com/politica/2018/11/21/la-audiencia-nacional-anula-los-estatutos-del-sindicato-de-prostitutas-otras/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

EKMAN, K. E. **Being and being bought: prostitution, surrogacy and the split self**. Victoria: Spinifex Press, 2013.

EKMAN, K. E. EU project hijacked by the prostitution lobby. **Ressources on prostitution**. 2015. Disponível em: <https://ressourcesprostitution.wordpress.com/2015/09/04/kajsa-ekis-ekman-eu-project-hijacked-by-the-prostitution-lobby/>. Acesso em: 13 de fev. de 2020.

EKMAN, K. How Prostitution Became the World's Most Modern Profession. *Truthdig*, 7 set. 2016. Disponível em: <https://www.truthdig.com/articles/how-prostitution-became-the-worlds-most-modern-profession/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ESPAÑA. PODER JUDICIÁRIO. La Audiencia Nacional declara la nulidad de los Estatutos del Sindicato de Trabajadoras Sexuales "OTRAS". 21 de nov. 2018. Disponível em: <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Audiencia-Nacional/Noticias-Judiciales/La-Audiencia-Nacional-declara-la-nulidad-de-los-Estatutos-del-Sindicato-de-Trabajadoras-Sexuales--OTRAS.html>. Acesso em: 24 mar. 2019.

FEDERICI, S. **Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. 1a ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

FEDERICI, S. Te vendes en el mercado laboral, te vendes en el matrimonial, o te vendes en la calle con tu cuerpo, ¿acaso la vagina es sagrada. *In*: MARTÍNEZ, L. **El Diario**, 01 dez. 2018.

Disponível em: https://www.eldiario.es/cv/femilenial/Entrevista-Silvia-Federici_6_841025916.html. Acesso em: 19 mar. 2019.

FEDERICI, S. **Beyond the periphery of the skin**: rethinking, remaking, and reclaiming the body in contemporary capitalism. Oakland: PM Press, 2020.

FEMENÍAS, M. Debates en torno a la prostitución. Reflexiones desde Buenos Aires. **Dilemata**, n. 16, p. 31-53, 2014.

FLEMING, P. Sexuality, power and resistance in the workplace. **Organization Studies**, v. 28, n. 2, p. 239-256, 2007.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Sex, power, and the politics of identity. In: RABINOW, P. (ed.). **Essential works of Foucault 1954–1984**. Ethics: subjectivity and truth. New York: The New Press, v. 1, 1997. p. 163-174.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. São Paulo: Edições Graal (Original Publicado em 1976), 1999.

FREIXAS, L. Prostitución voluntaria. **El País**, 26 set. 2018. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2018/09/25/opinion/1537896751_590517.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

GARCÍA, T. Los empresarios que se lucran con los clubes de alterne sí están organizados. **El Salto**, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/trabajo-sexual/empresarios-lucran-clubes-alterne-patronales>. Acessado em: 13 mar. 2019.

GARTON, S. **Histories of sexuality**. London: Equinox, 2004.

GALL, G. **Sex worker union organising**: an international study. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2006.

GALL, G. **Sex worker unionization**: global developments, challenges and possibilities. Springer, 2016.

GARCÍA, T. Los empresarios que se lucran con los clubes de alterne sí están organizados. **El Salto**, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/trabajo-sexual/empresarios-lucran-clubes-alterne-patronales>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GENERA. Una posición feminista sobre el trabajo sexual. **Revista d'informació, denúncia i crítica social a Ciutat Vella**, v. 77, 2019. Disponível em: <https://www.masala.cat/proderechos/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GILFOYLE, T. Prostitutes in history: from parables of pornography to metaphors of modernity. **The American Historical Review**, v. 104, n. 1, p. 117-141, 1999.

GIMENO, B. A vueltas con la prostitución. **El Diario**, 01 nov. 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/tribunaabierta/vueltas-prostitucion_6_809879009.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

GOODWIN, J. **Sex work and the law in Asia and the Pacific: laws, HIV and human rights in the context of sex work**. Bangkok: UNDP, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. 4 ed. Porto Alegre: LTC, 1981.

GONZÁLEZ, C. El boicot abolicionista a los derechos de las putas. **Revista Atlántica**, 23 dez. 2018. Disponível em: <https://www.atlanticaxxii.com/el-boicot-abolicionista/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GRANDY, G.; MAVIN, S. Doing gender in dirty work: Exotic dancers' construction of self-enhancing identities. In: SIMPSON, R. *et al.* **Dirty work: concepts and identities**. London: Palgrave Macmillan, 2012. p. 91-112.

HALES, S.; RIACH, K.; TYLER, M. Putting sexualized labour in the picture encoding "reasonable entitlement" in the lap dancing industry. **Organization**, v. 26, n. 6, p. 783-801, 2018.

HALES, S.; RIACH, K.; TYLER, M. Close Encounters Intimate service interactions in lap dancing work as a nexus of 'self-others-things'. **Organization Studies**, p. 1-20, 2019.

HARDY, K. Incorporating sex workers into the Argentine labor movement. **International Labor and Working-Class History**, v. 77, n. 1, p. 89-108, 2010.

HARDY, K. Equal to any other, but not the same as any other: the politics of sexual labour, the body and intercorporeality. In: WOLKOWITZ, C. *et al.* (ed.). **Body/sex/work: intimate, embodied and sexualised labour**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013. p. 43-58.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Marx's refusal of the labour theory of value**. DavidHarvey.org, 14 mar. 2018. Disponível em: <http://davidharvey.org/2018/03/marxs-refusal-of-the-labour-theory-of-value-by-david-harvey/#1>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HEALY, C.; BENNACHIE, C.; REED, A. History of the Prostitutes Collective. In: G. ABEL, G; FITZGERALD, L.; HEALEYm C. (eds). **Taking the crime out of sex work: New Zealand sex workers fight for decriminalization**. Bristol: Policy Press, 2010.

HEARN, J. Sexualities, work, organizations, and managements: Empirical, Policy, and Theoretical Challenges. In: JEANES, E.; KNIGHTS, D.; MARTIN, P. Y. (ed.). **Handbook of Gender, Work & Organization**. Chichester: Wiley, 2011, p. 299-314.

HEARN, J. Sexualities, organizations and organization sexualities: future scenarios and the impact of socio-technologies (a transnational perspective from the global 'north'). **Organization**, v. 21, n. 3, p. 400-420, 2014.

HEARN, J.; PARKIN, W. Gender and organizations: a selective review and a critique of a neglected area. **Organization studies**, v. 4, n. 3, p. 219-242, 1983.

HEARN, J.; HOLGERSSON, C.; JYRKINEN, M. Sexualities and/ in 'critical' management studies. *In*: PRASAD, A. *et al.* (ed.). **The Routledge companion to critical management studies**. Oxon: Routledge, 2015. p. 124-139.

HEBERER, E. **Prostitution: An economic perspective on its past, present, and future**. Berlin: Springer Science & Business Media, 2013.

HENNEN, P. **Faeries, Bears and Leathermen: Men in Community Queering the Masculine**. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

HERNÁNDEZ, M. La actividad de la prostitución supone el 0,35% del PIB nacional. **El Mundo**, cuaderno sociedad, 1 set. 2018. Disponible em: [La actividad de la prostitución supone el 0,35% del PIB nacional | España \(elmundo.es\)](https://www.elmundo.es/2018/09/01/03georgina-orellano-prostituta-y-feminista-argentina-el-feminismo-prohibicionista-nos-victimiza-y-criminaliza/). Acceso em: 25 jul 2020.

HOPENHAYN, D. Georgina Orellano, prostituta y feminista argentina: "El feminismo prohibicionista nos victimiza y criminaliza". **The Clinic**, 2017. Disponible em: <https://www.theclinic.cl/2017/01/03/georgina-orellano-prostituta-y-feminista-argentina-el-feminismo-prohibicionista-nos-victimiza-y-criminaliza/>. Acceso em: 16 de jan. de 2020.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkley: University of California Press, 2012.

HOLZ, H. H.; KOFLER, L.; ABENDROTH, W. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

HOOGLAND, R. Theories of the body. *In*: **The Encyclopedia of Sex and Gender: Culture, Society, History** (4 Vol.), Macmillan Reference USA, 2007, pp. 172-176.

HUGHES, E. C. Good people and dirty work. **Social problems**, v. 10, n. 1, p. 3-11, 1962.

HUGHES, D. The "Natasha" trade: the transnational shadow market of trafficking in women. **Journal of international Affairs**, p. 625-651, 2000.

IOM. INTERNATIONAL ORGANISATION FOR MIGRATION. **Migracion Prostitucion y Trata de Mujeres Dominicanas en la Argentina**. 2003. Disponible em: <https://publications.iom.int/es/books/migracion-prostitucion-y-trata-de-mujeres-dominicanas-en-la-argentina>. Acceso em: 03 jun. 2020.

INECIP. El trabajo sexual en los códigos contravencionales y de faltas de Argentina. Disponible em: <https://inecip.org/wp-content/uploads/El-trabajo-sexual-en-los-c%C3%B3digos-contravencionales-y-de-faltas-en-Argentina.pdf>. Acceso em: 04 jul. 2019.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR PROSTITUTES' RIGHTS. International committee for prostitutes' rights world charter and world whores' Congress statements. *In*: DELACOSTE, F.; ALEXANDER, P. (eds). **Sex work: writings by women in the sex industry**. Part III. London: Virago, 1998, s/p.

IRRAZÁBAL, G. El caso de la Asociación de Mujeres Meretrices de la Argentina (AMMAR). In: **II Congreso Nacional de Sociología-IV Jornadas de Sociología de la UBA**. Pre ALAS 2005. Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales,, p. 1-30. 2004.

JACKSON, A.; REED, J.; BRENTS, B. Strange confluences: radical feminism and evangelical Christianity as drivers of US neo-abolitionism. In: WARD, E.; WYLIE, G. (Ed.). **Feminism, prostitution and the state: The politics of neo-abolitionism**. Oxfordshire: Taylor & Francis, 2017. p. 66-85.

JEFFREYS, S. **The idea of prostitution**. North Melbourne: Spinifex Press, 1997.

JEFFREYS, S. **The industrial vagina: The political economy of the global sex trade**. Oxon: Routledge, 2009.

JEFFREYS, S. Live pornography: strip clubs in the international political economy of prostitution. In: REIST, M; BRAY, A. (ed.). **Bigporn inc: exposing the harms of the global porn industry**. North Melbourne: Spinifex Press, 2011. s/p.

JINKINGS, I. Nota à edição. In: MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo. 2004. p. 7-10.

JENNESS, V. From sex as sin to sex as work: COYOTE and the reorganization of prostitution as a social problem. **Social Problems**, v. 37, n. 3, p. 403-420, 1990.

KANG, M. The managed hand: the commercialization of bodies and emotions in Korean immigrant owned nail salons. **Gender and Society**, v. 17, n. 6, p. 820–839, 2003.

KARRAS, R. **Common women: prostitution and sexuality in medieval England**. Studies in the History of Sexuality. New York: Oxford University Press Inc., 1996.

KEMPADOO, K; DOEZEMA, J. Introduction: globalizing sex workers ' rights'. In: DOEZEMA, J. KEMPADOO, K. (eds). **Global sex workers: rights, resistance, and redefinition**. London: Routledge, 1998. p. 1-28.

KEMPADOO, K. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 25, v.1, p. 55-78, abr. 2016.

KERRIGAN, D. *et al.* **The global HIV epidemics among sex workers**. The World Bank, 2012.

KONG, T. What it feels like for a whore: the body politics of women performing erotic labour in Hong Kong. **Gender, Work & Organization**, v. 13, n. 5, p. 409-434, 2006.

LACQUER, T. **Making sex: body and gender from the Greeks to Freud**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LAITE, J. **Common prostitutes and ordinary citizens: commercial sex in London, 1885–1960**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

- LANACIÓN. **La prostitución creció más del 40%**. Cuaderno Sociedad. 16 de mayo de 2004. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/la-prostitucion-crecio-mas-del-40-nid601614>. Acceso em: 04 jul. 2019.
- LANG, S. Acá están, Éstas son, las maricas de el Bolsón. **Página 12**, 19 jan. 2018. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/89796-aca-estan-estas-son-las-maricas-de-el-bolson>. Acceso em: 5 mai. 2020.
- LANG, S. ¿Quién es Pichon Reyna, filósofo y prostituto?. **Página 12**, caderno Soy. 2019. Disponible em: <https://www.pagina12.com.ar/220357-quien-es-pichon-reyna-filosof-y-prostituto>. Acceso em: 5 de mai. 2020.
- LAYTON, L. Trabajo sexual: el caso alemán. **Prensaobrera**, 2018. Disponible em: <https://prensaobrera.com/mujer/41494-trabajo-sexual-el-caso-aleman>. Acceso em: 15 fev. 2020.
- LA VANGUARDIA. Nace la Asociación Catalana de Locales de Alterne para defender el sector. **La Vanguardia**, 06 mai. 2006. Disponible em: <https://www.lavanguardia.com/vida/20030506/51262774019/nace-la-asociacion-catalana-de-locales-de-alterne-para-defender-el-sector.html>. Acceso em: 20 mar. 2019.
- LÁZARO, J. M. El Supremo legaliza una asociación de locales de alterne y prostitución "por cuenta propia". **El País**, 26 dez. 2004. Disponible em: https://elpais.com/diario/2004/12/27/sociedad/1104102009_850215.html. Acceso em: 20 dez. 2019.
- LEFEBVRE, H. **Critique of daily life**. London: Verso, 2014.
- LENSU, S. Whore, mother, citizen?: The need for a re-definition of the citizenship of sex workers in Argentina. University of Stockholm, Institute of Latin American Studies. **Master's Thesis in Latin American Studies**, 2015. Disponible em: <http://su.diva-portal.org/smash/get/diva2:1186805/FULLTEXT01.pdf>. Acceso em: 05 jan. 2020.
- LESSA, S. Trabalho produtivo e improdutivo. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2009. Disponible em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traproimp.html>. Acceso em: 2 abr. 2021.
- LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LESSA, S. Introdução. In: LUKÁCS, G. **Notas para uma ética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. p. 7-56.
- LYOTARD, J. **Economie libidinale**. Paris: Éditions de minuit, 1974.
- LOGAN, T. **Economics, sexuality, and male sex work**. New York: Cambridge University Press, 2017.
- LÓPEZ, N. Ada Colau ha dado vía libre a puteros y proxenetas y ha dejado tiradas a las mujeres explotadas. **Diario 16**, 06 jul. 2019. Disponible em: <https://diario16.com/ada-colau-ha-dado->

[via-libre-puteros-proxenas-ha-dejado-tiradas-las-mujeres-explotadas/](#). Acesso em: 22 dez. 2018.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANIFIESTO POR LA ILEGALIZACIÓN DEL SINDICATO OTRAS. **Tribuna Feminista El Plural**, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://tribunafeminista.elplural.com/2018/11/manifiesto-por-la-ilegalizacion-del-sindicato-otras/>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

MARTÍNEZ, L. Rosa Cobo: “Hablar de voluntariedad en la prostitución es un sarcasmo”. **Eldiario.es**. Entrevista. 28 set. 2017. Disponível em: https://www.eldiario.es/comunitat-valenciana/rosa-cobo_128_3164157.html. Acesso em: 14 mar. 2019.

MARTINS, C. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARTYNOWSKYJ, E. Prostituição e feminismo (s). Disputas de reconhecimento nos Encontros Nacionais de Mulheres (Argentina, 1986-2017). **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 30, p. 22-49, 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 4: teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. Trabalho Assalariado e Capital. In: MARX, K.; ENGELS, F.. **Obras Escolhidas**. Tradução: José Barata-Moura, Eduardo Chitas, Francisco Melo e Álvaro Pina. Lisboa: Editorial Avante!, tomo I, 1982. p. 142-177.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. (edição eletrônica) - São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. Trad. Rubens Enderle. (edição eletrônica) - São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCGINN, T. **The economy of prostitution in the roman world: a study of social history and the brothel.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.

MÉDICOS DO MUNDO. **Prostitución y trata.** La situación [en línea]. Madrid: Médicos del Mundo España. 2017.

MENDIRI, F. Sindicato OTRAS: Sentencia de la Audiencia Nacional de 19 de noviembre de 2018. Jurisdicción Social – **Revista de la Comisión de lo Social de Juezas e Jueces para la Democracia.** Número 197, fev, 2019, p. 8-24.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MIGUEL, A. **Neoliberalismo sexual: el mito de la libre elección.** Madrid: Ediciones Cátedra / Universidad de Valencia, 2015.

MORALES, E. María José Barrera: “La única manera de hacer algo por las putas es contando con las putas”. **El Salto**, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/feminismos/entrevista-maria-jose-barrera-colectivo-prostitutas-sevilla-regulacionismo>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MORCILLO, S. “Como un trabajo”: tensiones entre sentidos de lo laboral y la sexualidad en mujeres que hacen sexo comercial en Argentina. **Sexualidad, Salud y Sociedad- Revista Latinoamericana**, n. 18, p. 12-40, 2014.

MORCILLO, S.; VARELA, C. Trabajo sexual y feminismo, una filiación borrada: traducción de "inventing sex work" de Carol Leigh (alias Scarlot Harlot). La ventana. **Revista de estudios de género**, v. 5, n. 44, p. 7-23, 2016.

MORCILLO, S.; VARELA, C. “Ninguna mujer...” el abolicionismo de la prostitución en la Argentina. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 26, p. 213-235, ago. 2017.

MORIN, E. Os sentidos do trabalho. *In*: WOOD, T. **Gestão empresarial: o fator humano.** São Paulo, SP: Atlas, 2002. p. 13-34.

MOSHKOVICH, M. Por que a puta é explorada e a trabalhadora de uma fábrica não? **Medium**, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://medium.com/feminismo-e/por-que-a-puta-%C3%A9-explorada-e-a-trabalhadora-de-uma-f%C3%A1brica-n%C3%A3o-6af815ce4432>. Acesso em: 03 mai. 2020.

MURPHY, M. Being and being bought: An interview with Kajsa Ekis Ekman. **Feminist Current**, 20 jan. 2014. Disponível em: <https://www.feministcurrent.com/2014/01/20/being-and-being-bought-an-interview-with-kajsa-ekis-ekman/>. Acesso em: 14 mar. 2020.

NAGLE, J. (ed.). **Whores and Other feminists.** New York: Routledge, 1997.

NETTO, J. P. **Georg Lukács: o guerreiro sem repouso.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

NETTO, J. P. Prefácio. In: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 09-16.

NIUNAMENOS. **Manifiesto 8M 2018**. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/manifiestos/8m-2018/>. Acesso em: 08 de out 2020.

NORDICMODELNOW. **What is the nordic model**. 2020. Disponível em: <https://nordicmodelnow.org/what-is-the-nordic-model/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

NSWP. **History**. [s/d]. Disponível em: <https://www.nswp.org/history>. Acesso em: 12 jan. 2020.

NSWP. Annual Report 2018- 2019. Disponível em: <https://www.nswp.org/resource/annual-report-2018>. Acesso em: 12 jan. 2020.

NSWP. **Where our members work**. [s/p]. Disponível em: <https://www.nswp.org/members>. Acesso em: 20 set. 2020.

NUNCASINNOSOTRAS. Manifiesto por la retirada de la demanda judicial contra el sindicato otras. Disponível em: <https://nuncasinnosotras.wordpress.com/2018/10/26/manifiesto-12n/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

O'CONNELL DAVIDSON, J. The sources and limits of resistance in a privatized utility. In: JERMIER, J. M.; KNIGHTS, D. E.; NORD, W. R. **Resistance and power in organizations**. London: Taylor & Frances/Routledge, 1994. p. 69- 101.

O'CONNELL DAVIDSON, J. The anatomy of “free choice” prostitution. **Gender, Work & Organization**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 1995.

O'CONNELL DAVIDSON, J. **Prostitution, power, and freedom**. Detroit: University of Michigan Press, 1998.

O'CONNELL DAVIDSON, J. Sleeping with the enemy? Some problems with feminist abolitionist calls to penalise those who buy commercial sex. **Social Policy and Society**, v. 2, n. 1, p. 55, 2003.

O'CONNELL DAVIDSON, J. **Modern slavery**: The margins of freedom. Springer, 2015.

OIM. RedTraSex Strengthen LAC Sex Workers' Network to Combat HIV/AIDS. **Press release**, 22 ago. 2014. Disponível em: <https://www.iom.int/news/iom-redtralsex-strengthen-lac-sex-workers-network-combat-hivaid>s. Acesso em: 22 abr. 2020.

OIT. **ILO Report on sex sector receives prestigious publishing prize at Frankfurt book fair**. 1998. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_007999/lang--en/index.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

OIT. **Global estimate of forced labour**: results and methodology. ILO special action program to combat forced labour, 2012.

OLIVAR, J. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 11, p. 88-121, 2016.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Where do sex worker programs and organizations: obtain funding?** 2006. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/uploads/045e12f7-4389-4460-9c4d-48a38bece3cd/where.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2020.

OPEN SOCIETY. 10 reasons to decriminalize sex work (cartilha), 2015. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/ten-reasons-decriminalize-sex-work>> Acesso em: 08 de ago. 2018.

O QUE A VIDA FEZ DA GENTE. **O que a gente fez da vida**. Além dos estereótipos da prostituição. Direção: Nelio Souto. Belo Horizonte: Foka Filmes, 2014. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uvXhhDCroOY>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças**. 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Migración, prostitución y trata de mujeres dominicanas en la Argentina**. 2003. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/migracion_prostitucion_argentina.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

ORIEL, J. **All quiet on the western front!** the international sexual politics of HIV/AIDS. University of Melbourne, Department of Political Science, 2006.

OSF. **Sex work and trafficking: a donor-activist dialogue on rights and funding**, 2008. Disponível em: www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/dndreport_2009.pdf/ Acesso em: 13 ago. 2019.

OUTSHOORN, J. Voluntary and forced prostitution: the 'realistic approach' of the Netherlands. In: _____. (Ed.). **The politics of prostitution: women's movements, democratic states and the globalisation of sex commerce**. Cambridge University Press, 2004. p. 185-204.

PAIVA, K. *et al.* Mulheres de vida fácil? Tempo, prazer e sofrimento no trabalho de prostitutas. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 208-221, 2020.

PATEMAN, C. **The Sexual Contract**. Cambridge: Polity Press, 1988.

PENTTINEN, E. Imagined and embodied spaces in the global sex industry. **Gender, Work & Organization**, v. 17, n. 1, p. 28-44, 2010.

PERERA, P. S. ¿Es neoliberal defender el trabajo sexual? **El Diario.es**, 20 mar. 2017. Disponível em: https://www.eldiario.es/tribunaabierta/neoliberal-defender-trabajo-sexual_6_624397566.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

PERERA, P. El feminismo regulacionista no existe, pero el pro-derechos sí. Colectivo Hetaira. **El Diario.es**, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://www.eldiario.es/opinion/tribuna->

[abierta/feminismo-regulacionista-existe-pro-derechos_129_2212408.html](#). Acesso em: 20 mar. 2020.

PEREIRA, J. R. *et al.* 'O Show tem que continuar': encaixos e percalços do ser/estar prostituta. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 16, n. 3, p. 151-180, 2018.

PEREIRA, J. R. *et al.* Entre o sagrado e o profano: identidades, paradoxos e ambivalências de prostitutas evangélicas do baixo meretrício de Belo Horizonte. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 391-405, 2020.

PERKINS, R. **Working girls**: prostitutes, their life and social control. Canberra: Australian Institute of Criminology, 1991.

PLANT, R. Trafficking for labour exploitation: getting the responses right. In: QUAYSON, A.; ARHIN, A. **Labour migration, human trafficking and multinational corporations**: the commodification of illicit flows. Oxon: Routledge, 2012. p. 20-37.

POULIN, R. **La mondialisation des industries du sexe**. Editions Imago, 2011.

POST, C.; BROUWER, J.; VOLS, M. Regulation of prostitution in the Netherlands: liberal dream or growing repression? **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 25, n. 2, p. 99-118, 2019.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PHETERSON, G (ed.). **A Vindication of the Rights of Whores**. Seattle: Seal Press, 1989.

PRATS, A. Aproxex, OTRAS, AMMAR y el lobby proxeneta mundial. **Medium**, 2019. Disponível em: <https://medium.com/@annaprats/aproxex-otras-ammam-y-el-lobby-proxeneta-mundial-273ad638f813>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RAYMOND, J. **Not a choice, not a job**: exposing the myths about prostitution and the global sex trade. Lincoln: Potomac Books, Inc., 2013.

RED UMBRELLA FUND. **The creation of a collaborative fund for and by sex workers**, 2017. Disponível em: <https://www.redumbrellafund.org/wp-content/uploads/2014/07/Red-Umbrella-Fund-The-creation-of-a-Collaborative-fund.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

REDTRASEX. **We are part of the exploited class**. 2012. Disponível em: <http://www.redtrasex.org/We-are-part-of-the-exploited-class.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

REDTRASEX. **Sobre Nosotras**. Disponível em: <http://www.redtrasex.org/-Sobre-Nosotras..> Acesso em: 9 abr. 2020.

REICH, W. **A revolução sexual**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

RENNELLA, L. Prostitución: no es trabajo, es violencia. **Polvo**, 11-02-2020. Disponível em: <http://www.polvo.com.ar/2020/02/prostitucion-rennella/>. Acesso em: 5 mai 2020.

REY, F. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ROBERTS, L.; BREEN, J. NT decriminalises sex work as attorney-general Natasha Fyles pushes through change. **Abc news**, 2019. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2019-11-26/northern-territory-sex-industry-bill-passed/11739820>. Acesso em: 13 fev. 2020.

RODRÍGUEZ, B.; NIETO, E. Con la excusa de combatir la trata, se está metiendo en el mismo saco la trata y el trabajo sexual, lo que hace que no se den derechos a unas ni se proteja a las otras. **Revista Agora**, 23 set. 2015. Disponível em: <https://colectivohetaira.org/entrevistas-colectivo-hetaira-con-la-excusa-de-combatir-la-trata-se-esta-metiendo-en-el-mismo-saco-la-trata-y-el-trabajo-sexual-lo-que-hace-que-no-se-den-derechos-a-unas-ni-se-proteja-a-las-otr/>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RODRÍGUEZ, R. L. Las voces expropiadas. AMMAR y el lobby proxeneta. **Razón y Revolución**. El Aromo nº 99/Entradas/Trece Rosas, 2017b. Disponível em: <https://razonyrevolucion.org/las-voce-expropiadas-amm-ar-y-el-lobby-proxeneta/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

RODRÍGUEZ, R. L. ¿Qué quiere AMMAR? Un esbozo de análisis del programa y la estrategia de la Asociación de Mujeres Meretrices de la Argentina. **Razón y Revolución**, 2017a. Disponível em: <https://razonyrevolucion.org/que-quiere-amm-ar-un-esbozo-de-analisis-del-programa-y-la-estrategia-de-la-asociacion-de-mujeres-meretrices-de-la-argentina-rosana-lopez-rodriguez/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SÁNCHEZ, P. ¿Es neoliberal defender el trabajo sexual? **El Diario.es**, 20 mar. 2017. Disponível em: https://www.eldiario.es/tribunaabierta/neoliberal-defender-trabajo-sexual_6_624397566.html. Acesso em: 13 mar. 2019.

SANDERS, T. “It's just acting”: sex workers’ strategies for capitalizing on sexuality. **Gender, Work & Organization**, v. 12, n. 4, p. 319-342, 2005.

SCARSI, J. L. Los viejos prostíbulos porteños – caso de Corrientes 509. **Basta de Trata**. 2011. Disponível: <<https://bastadetrata.wordpress.com/2011/06/23/historia-de-la-prostitucion-y-de-la-trata-de-personas-en-argentina-en-buenos-aires-por-jose-luis-scarsi/>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SHELLEY, L. The commodification of human smuggling and trafficking. In: QUAYSON, A.; ARHIN, A. **Labour migration, human trafficking and multinational corporations**: the commodification of illicit flows. Oxon: Routledge, 2012. p. 38-55.

SILVA, K.; CAPPELLE, M. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 6, p. 19-47, 2015.

SILVA, K.; CAPPELLE, M. O trabalho na prostituição de luxo: análise dos sentidos produzidos por prostitutas em Belo Horizonte – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. esp., p. 23-39, 2017.

SIMONETTO, P. Los rufianes de Buenos Aires: Prácticas de proxenetismo global en la Argentina, 1924-1936. **Varia hist.** Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 311-344, Apr. 2019.

SIMONETTO, P. El sexo de las naciones: producción y circulación global de narrativas de la trata de blancas en la Argentina (1900-1936). **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 0201, 2020.

SIMPSON, R. *et al* (ed.). **Dirty work: concepts and identities**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

SINDICATO OTRAS. Rueda de prensa sindicato Otras. **Otras Organización de Trabajadoras Sexuales**, 30 ago. 2018. Disponível em: <http://www.sindicatootras.org/wp/index.php/2018/08/30/rueda-de-prensa-sindicato-otras-30-agosto-2018/> Acesso em: 03 mar. 2020.

SÓLIS, R. Las mujeres libres no se meten a putas. **La voz del Sur**, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.lavozdelsur.es/las-mujeres-libres-no-se-meten-a-putas/>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SUCHLAND, J. **Economies of violence: transnational feminism, postsocialism, and the politics of sex trafficking**. Durham: Duke University Press, 2015.

SULLIVAN, M. **Making sex work: a failed experiment with legalized prostitution**. North Melbourne: Spinifex Press. 2007.

SULZ, J.; CARDOSO, F. A. Putafeminismo: um caminho pelo direito de todas as mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 344-348, 2019.

STINE, S. The Snuff Film: The Making of an Urban Legend. **Skeptical Inquirer**, v. 23, p. 29-33, 1999.

ROBINSON, T. As características definidoras do dualismo alma-corpo nos escritos de Platão. **Letras Clássicas**, n. 2, 1998, pp. p. 335-356.

RODRIGUES, M. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jun. 2009.

TERTULIAN, N. Posfácio. In: Lukács, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

TIEMPOSUR. La prostitución fue considerada como trabajo, pero sólo por unas horas. **Cuaderno Polêmica**, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://www.tiemposur.com.ar/nota/la-prostitucion-fue-considerada-como-trabajo-pero-solo-por-unas-horas>. Acesso em: 02 fev. 2021.

TIGANUS, A. Los sindicatos de trabajadoras sexuales defienden los intereses del lobby proxeneta. **GEO**, 05 set. 2018. Disponível em: <https://geoviolenciasexual.com/kajsa-ekis-ekman-los-sindicatos-de-trabajadoras-sexuales-defienden-los-intereses-del-lobby-proxeneta/> Acesso em: 1 jun. 2020.

THOMPSON, W. **Work, sex and power: the forces that shaped our history**. London: Pluto Press, 2015.

THORNHAM, S. Second Wave Feminism. In: GAMBLED, S. (ed.), **The Routledge Companion to Feminism and Postfeminism**. New York: Routledge, 2006, p. 25-35.

TRUONG, T. **Sex, money, and morality: prostitution and tourism in southeast Asia**. London: Zed Books, 1990.

TYLER, M.; TAYLOR, S. The exchange of aesthetics: women's work and "The Gift". **Gender, Work & Organization**, v.5, n. 3, p. 165-71, 1998.

TWIGG, J. **Bathing: the body and community care**. London: Routledge, 2000.

UNAIDS. **Sex work and the law in Asia and the Pacific: laws, HIV and human rights in the contexto of sex work**, 2012. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/hiv aids/English/HIV-2012-sexWorkAndLaw.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

VAISMAN, E.; FORTES, R. Apresentação, Belo Horizonte, 2010. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo/SP: Boitempo, 2010.

VALDÉZ, I. El fiscal advierte de que el sindicato Otras es "una vía para legalizar la prostitución". **El País.com**, 14 nov. 2018a. Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2018/11/14/actualidad/1542202063_872196.html. Acesso em: 14 nov. 2020.

VALDÉZ, I. La Audiencia Nacional anula los estatutos del sindicato de prostitutas. **El País.com**, 22 nov. 2018b. Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2018/11/21/actualidad/1542794462_452451.html. Acesso em: 14 nov. 2020.

VAN MEIR, J. Sex work and the politics of space: Case studies of sex workers in Argentina and Ecuador. **Social Sciences**, v. 6, n. 2, 42, p. 1-40, 2017.

VARELA, C. Del tráfico de las mujeres al tráfico de las políticas. Apuntes para una historia del movimiento anti-trata en la Argentina (1998-2008). **PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales**, n. 12, 2012.

VARELA, C.; DAICH, D. Entre el combate a la trata y la criminalización del trabajo sexual: las formas de gobierno de la prostitución. **Delito Y Sociedad**, v. 2, 38, p. 63-87, 2016.

VASCONCELOS, M. A explosão feminista. **O Beltrano**, 2018. Disponível em: <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/a-explosao-feminista/>. Acesso em: 08 out 2020.

VELASCO, I. España, tercer país del mundo en demanda de prostitución. **El Mundo**. Cuaderno Sociedade, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://www.elmundo.es/espana/2019/02/04/5c588ed421efa079228b45a5.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VICENTE, S. Los verdaderos proxenetas serán las instituciones si no garantizan derechos laborales a trabajadoras sexuales. **Catalunya-plural**, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://catalunyaplural.cat/es/els-veritables-proxenetes-seran-les-institucions-si-no-garanteixen-els-drets-laborals-de-les-treballadores-sexuals/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VYGOTSKY, L. **Obras escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.

VOCES VISIBLES. España: Primer lugar en Europa en consumo de prostitución, 2018. Disponível em: <https://www.vocesvisibles.com/espana-primer-lugar-en-europa-en-consumo-de-prostitucion/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

VIEIRA, L.; JÚNIOR, R. Lei Gabriela Leite: a legalização da prostituição sob uma nova perspectiva no Direito Penal brasileiro. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 331-344, 2015.

VAN DE POL, L. **The burgher and the whore**: prostitution in early modern Amsterdam. Oxford: Oxford University Press, 2011.

WARD, E.; WYLIE, G. Introduction. In.: WYLIE, G (org). Neo-abolitionism and transnational advocacy networks. In: _____. **Feminism, Prostitution and the State**: The Politics of Neo-Abolitionism, Taylor & Francis, 2017, p. 1 - 11.

WARHURST, C.; NICKSON, D. 'Who's got the look?': emotional, aesthetic and sexualized labour in interactive services. **Gender, Work & Organization**, v. 16, n. 3, p. 385-404, 2009.

WEITZER, R. Sex work: paradigms and policies. In: WEITZER, R. **Sex for sale**: prostitution, pornography, and the sex industry. New York: Routledge, 2010. p. 1-46.

WEITZER, R. **Legalizing prostitution**: From illicit vice to lawful business. New York: NYU Press, 2012.

WITZ, A., WARHURST, C.; NICKSON, D. The labour of aesthetics and the aesthetics of organization. **Organization**, v. 10, n. 1, p. 33-54, 2003.

WEST, J.; AUSTRIN, T. From work as sex to sex as work: networks, 'others' and occupations in the analysis of work. **Gender, Work & Organization**, v. 9, n. 5, p. 482-503, 2002.

WRIGHT, K. Introduction: theoretical bears. In.: WRIGHT, L (org.) **The bear book**: readings in the history and evolution of a gay male subculture. New York: Harrington Park Press, 1997. p. 1-17.

WYLIE, G. Neo-abolitionism and transnational advocacy networks. In: WARD, E.; WYLIE, G. (Ed.). **Feminism, prostitution and the state**: The politics of neo-abolitionism. Taylor & Francis, 2017, p. 12-18.

WYNTER, S (aka Evelina Giobbe). Whisper: Women Hurt in Systems of Prostitution Engaged in Revolt. In: DELACOSTE, F.; ALEXANDER, P. (Ed.). **Sex work**: writings by women in the sex industry. San Francisco: Cleis Press, 1998, p. 266-270.

WOLKOWITZ, C. **Bodies at work**. London: Sage Pubs, 2006.

WOLKOWITZ, C.; WARHURST, C. Embodying labour. In: THOMPSON, P.; SMITH, C. (ed.). **Working Life**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2010. p. 223–243.

WOLKOWITZ, C. *et al.* (ed.). **Body/sex/work**: intimate, embodied and sexualised labour. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.